O DF que a gente quer

O DF QUE A GENTE QUER EM 2040

Brasília, Patrimônio Mundial da Unesco - 1987



CODESE/DF
Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal

"Brasília é a manifestação inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, triunfo de espírito pioneiro, prova de confiança na grandeza deste país, ruptura completa com a rotina e o compromisso."



Carta do Presidente

Já é mais que tempo da Sociedade Civil Organizada fazer valer seu ideal de futuro para a Cidade e para o País. Este livro prova que é possível. “O DF que a Gente Quer em 2040” não nasceu de um gabinete, mas de diálogos, diagnósticos e centenas de horas de debate de grupo de especialistas.. Nasceu da convicção, que compartilhamos no CODESE-DF, de que o Distrito Federal só alcançará seu pleno potencial quando a voz dos que habitam suas mais de 30 Regiões Administrativas retumbar na capacidade técnica das suas instituições e produzir não apenas documentos, mas compromissos e ações de fato, em prol do futuro que todo o DF quer.

O Distrito Federal é uma metrópole singular. Inaugurado há pouco mais de seis décadas como símbolo de um país que ousou reinventar a si mesmo, mostrou que sonhos se transformam em realidade quando o Povo se une em torno de um objetivo comum. Brasília, a capital do Brasil, carrega no seu traçado a marca da audácia e da visão de longo prazo. A cidade que Lúcio Costa e Oscar Niemeyer imaginaram foi concebida para o futuro, e do futuro, cabe agora, a nós cuidar.

O DF de 2026 é uma região metropolitana de 4,5 milhões de pessoas, com o maior PIB per capita do Brasil, conta com uma das maiores concentrações de capital humano qualificado do país e uma estrutura institucional que poucos estados brasileiros possuem. Paradoxalmente, é um território demarcado por profundas desigualdades entre as Regiões administrativas. O DF que a Gente Quer em 2040 pretende tratar essa contradição não como fatalidade ou fato consumado, mas um desafio que deve ser enfrentado de frente e, com base em dados, propor ações e propostas que revertam o fatídico processo.

A elaboração deste plano foi conduzida pela Fundação Dom Cabral e mobilizou, ao longo de meses de trabalho intensivo, os seis Eixos Estratégicos e as dezenove Câmaras Técnicas do CODESE-DF, composto por especialistas, empresários, acadêmicos, representantes da sociedade civil e gestores públicos, que trabalham como voluntários do projeto.

Este é o terceiro livro de uma série iniciada nas eleições de 2018. Nele, os candidatos ao Governo do Distrito Federal encontrarão uma agenda construída por entidade plural, representante da sociedade civil organizada, que fica à disposição para contribuir com a construção do DF que a gente quer em 2040.

Dionyzio Klavdianos
Presidente do CODESE-DF

ACREDITAR NO
POTENCIAL DE *BRASÍLIA.*

Base.
INCORPORAÇÕES



ESSA É A **BASE**

Há mais de duas décadas a Base constrói em Brasília com a mesma excelência e qualidade das melhores construtoras do país. Isso já seria um diferencial, mas a gente também se preocupa em criar projetos que unem sofisticação, beleza e compromisso com o meio ambiente. Porque quando a gente fala em construir um lugar melhor para você viver, não estamos falando só de um prédio ou de um apartamento, estamos falando da cidade inteira. **BASEINCORPORACOES.COM.BR**

Sumário

PARTE I

1. Contexto e Direcionamento Estratégico

1.1 Apresentação 9

1.2 Câmaras Técnicas do CODESE-DF 10

1.3 O Processo de Construção do Plano 17

1.4 A Construção das Propostas à luz da atuação dos Eixos Estratégicos 18

1.5 Das contribuições às Teses Estratégicas para a construção do Plano 23

PARTE II

2. Estratégia para o plano “O DF que a gente quer em 2040

2.1 Direcionamento Estratégico 25

2.2 O Modelo Estratégico adotado 26

2.3 As Perspectivas Estratégicas do Plano 27

2.4 Mapa Estratégico para o Distrito Federal 32

2.5 O Painel de Bordo do Plano Estratégico 34

PARTE III

3. Cidadania e Desenvolvimento Social

3.1 Cidadania 39

3.2 Educação 53

3.3 Felicidade 79

3.4 Saúde 91

3.5 Segurança 105

4. Desenvolvimento Econômico

4.1 Comércio e Serviços 127

4.2 Indústria 141

4.3 Logística e Distribuição 153

4.4 Negócios Agropecuários 165

4.5 Vestuário e Moda 181

5. Eixo Brasília-Goiânia e RIDE

5.1 Eixo Brasília-Goiânia e RIDE 195

6. Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura

6.1 Cultura e Economia Criativa 213

6.2 Esporte, Atividade Física e Lazer 233

6.3 Turismo, Hospitalidade e Gastronomia 259

7. Desenvolvimento Urbano

7.1 Habitação e Urbanismo 273

7.2 Mobilidade e Infraestrutura 287

7.3 Meio Ambiente e Sustentabilidade 297

8. Tecnologia e Inovação

8.1 Tecnologia 313

8.2 Inovação 331

PARTE IV

9. Hackatown das Regiões Administrativas 345

9.1 Eixo de Desenvolvimento Urbano 350

9.2 Eixo de Cidadania e Desenvolvimento Social 362

9.3 Eixo de Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura 369

9.4 Eixo de Desenvolvimento Econômico 373

9.5 Eixo de Tecnologia e Inovação 376

9.6 Eixo Brasília-Goiânia e RIDE 380

PARTE V

10. Legitimação Popular das Propostas 381

CONSTRUIR O FUTURO É NOSSO MAIOR LEGADO

Há quase seis décadas, a **CONBRAL** ajuda a desenhar a história da capital federal.

Nos últimos dez anos, em parceria com o **CODESE-DF**, também passou a direcionar seu olhar para o amanhã.

Apoiar o desenvolvimento sustentável e estratégico de Brasília é mais do que uma meta, é um legado.

Estamos construindo juntos **O DF QUE A GENTE QUER!**

CONBRAL: Projetando e construindo o amanhã do nosso quadradinho.

CONBRAL S/A
CONSTRUTORA BRASÍLIA

PARTE I

1. Contexto e Direcionamento Estratégico

1.1 Apresentação

O Distrito Federal vive um momento decisivo de sua trajetória. Passadas mais de seis décadas desde a inauguração de Brasília, os desafios de uma metrópole complexa, dinâmica e integrada regionalmente exigem cada vez mais capacidade de planejamento, coordenação e construção de soluções de longo prazo. Ao mesmo tempo em que avançou em diversos indicadores sociais, econômicos e institucionais, o Distrito Federal ainda convive com desigualdades territoriais, desafios de mobilidade, demandas crescentes por serviços públicos de qualidade e a necessidade permanente de diversificação econômica e fortalecimento da sua competitividade.

É nesse contexto que se insere o plano "O DF Que a Gente Quer em 2040". Mais do que um conjunto de propostas, este documento representa uma visão compartilhada de futuro construída, coletivamente, por representantes da sociedade civil organizada, do setor produtivo, da academia, de instituições públicas e de especialistas das mais diversas áreas de conhecimento. Seu propósito é contribuir para que o Distrito Federal avance de forma sustentável, inclusiva e integrada, consolidando-se como uma metrópole inteligente, inovadora, criativa, próspera e comprometida com a qualidade de vida de sua população.

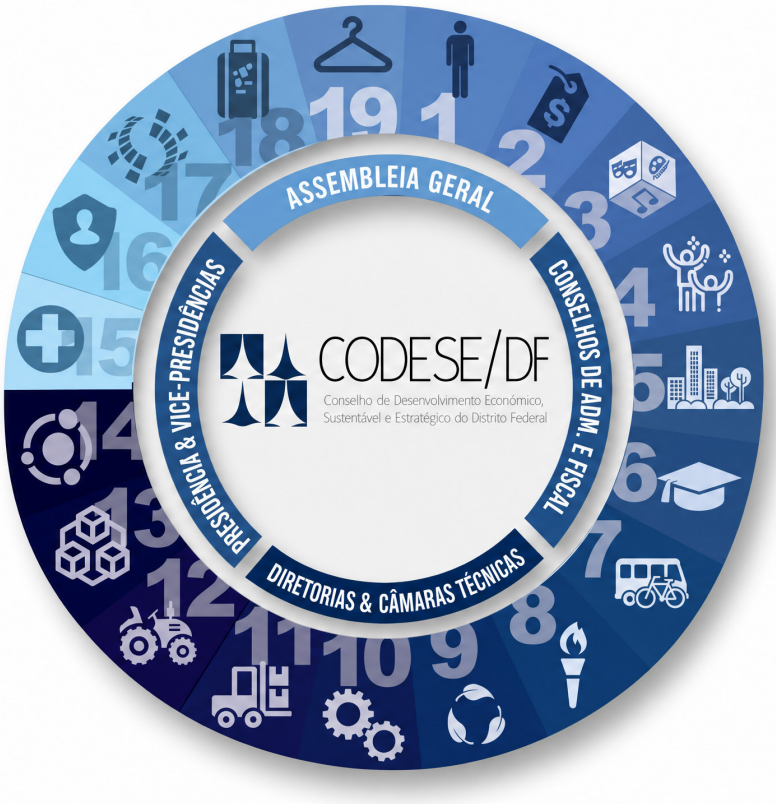
A elaboração deste plano foi conduzida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal (CODESE-DF) e facilitado pela Fundação Dom Cabral, por meio de um amplo processo participativo que mobilizou os Eixos Estratégicos e respectivas Câmaras Técnicas do CODESE-DF . Esses grupos realizaram análises temáticas, avaliaram indicadores, examinaram tendências, ouviram diferentes segmentos da sociedade e consolidaram propostas voltadas ao desenvolvimento do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE. As contribuições

recebidas ao longo do processo foram discutidas, qualificadas e validadas pelas Câmaras Temáticas, assegurando consistência técnica, aderência às necessidades do território e alinhamento com uma visão estratégica de longo prazo.

O resultado é um legítimo Plano de Estado, concebido para transcender ciclos eleitorais e contribuir para a continuidade das políticas públicas estruturantes, necessárias ao desenvolvimento do Distrito Federal. Seu primeiro objetivo é oferecer aos candidatos ao Governo do Distrito Federal, nas eleições de 2026, uma agenda estratégica construída pela sociedade, capaz de subsidiar programas de governo e estimular compromissos concretos com o futuro da capital e de sua região metropolitana. Ao mesmo tempo, o plano estabelece-se como um instrumento permanente de diálogo, monitoramento e colaboração entre sociedade civil e poder público, orientando a atuação futura do CODESE-DF, de seus Eixos Estratégicos e Câmaras Técnicas. Essa dupla finalidade confere ao Plano um caráter singular, combinando visão estratégica, compromisso institucional e corresponsabilidade entre Estado e sociedade.

Este documento expressa uma convicção compartilhada: o futuro do Distrito Federal depende da capacidade de construir consensos em torno de objetivos comuns, mobilizar diferentes atores em torno de uma visão de longo prazo e transformar planejamento estratégico em resultados concretos para a população. O DF que a gente quer em 2040 deve ser construído agora, por meio das escolhas, investimentos e políticas públicas que formos capazes de realizar coletivamente.

1.2 Câmaras Técnicas do CODESE-DF



1. Cidadania
2. Comércio e Serviços
3. Cultura e Economia Criativa
4. Felicidade
5. Habitação e Urbanismo
6. Educação
7. Mobilidade
8. Esporte, Atividade Física e Lazer
9. Meio Ambiente e Sustentabilidade
10. Indústria
11. Logística e Distribuição
12. Negócios Agropecuários
13. Inovação
14. Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
15. Saúde
16. Segurança
17. Tecnologia
18. Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
19. Vestuário e Moda

O DF que a gente quer

Diretoria do Codese-DF
Biênio 2025-2027

Diretoria Executiva

Presidente:
Dionyzio Antonio Martins Klavdianos
SINDUSCON

1.º Vice-presidente:
Sebastião Eduardo Abritta Aguiar
SINDIVAREJISTA

Vice-presidente Administrativo Financeira:
Tereza Christina Coelho Cavalcanti
FIBRA

Vice-presidente de Assuntos Institucionais:
Laura de Oliveira Vieira
LEVVO

Diretoria de Projetos:
José Luiz Wey de Brito
Rosane Lucho do Valle

Secretária Executiva:
Mara Abrahão do Valle

Conselho de Administração

Presidente:
Leonardo Oliveira de Ávila
FAENGE

Antônio José Matias de Sousa
RPA Construções

Marcelo Machado Guimarães
CENB

Elie Issa El Chidiac
CEB

Fernando Cezar Ribeiro
FAPE/DF

José Aparecido da Costa Freire
FECOMÉRCIO

Luis Antônio Reis
CAESB

Luiz Afonso Delgado Assad
ASBRACO

Paulo Afonso R. da Silva Lustosa
FENATAC

Nelson Antônio de Souza
BRB

Paulo Maurício Braz Siqueira
OAB/DF

Paulo Octávio Alves Pereira
PAULOOCTAVIO

Paulo Roberto de Moraes Muniz
CONBRAL

Roberto Rubinger Botelho
ADEMI

Conselho Fiscal (Titulares)

Eduardo Pereira Rodrigues Neto
CDL

Pedro Henrique de La Rocque Ferreira
LDN

Sandra Santana Soares Costa
SABIN

Conselhor Fiscal (Suplentes)

Adriana Resende Avelar de Oliveira
CREA/DF

Guilherme de Siqueira Barros
STYLOS

Talal Ahmad Isamail K Abu Allan
GOLFO EXPORTAÇÃO

Eixos de Desenvolvimento e Câmaras Técnicas do CODESE-DF

Eixo de Desenvolvimento Econômico

Diretor: Ricardo de Figueiredo Caldas

Câmara Técnica de Comércio e Serviços
Gestor: Ronaldo Ivanilson da Silva
Membros: Luiz Eugenio Fernandes Duarte
Breno Cury
Eduardo da Silva Vieira
Judith do Amaral Marcondes Armando
Luiz Henrique Silva Fernandes
Leonardo Fabrício de Resende
Carlos Henrique de Moraes Silva
Luiz Cesar Hoeckele
Margareth Bicalho
Daniel Hudson Senna Barreto
Udenir de Owliveira SIlva
Jose Carlos Magalhaes Pinto
José Raimundo Pires
Paulo Veil
Albert William Melo Guedes
Ana Carolina L. Costa e Silva
Marcia Rossi
Geraldo Cesar de Araujo
George Medeiros Inácio Silva
Anderson Pereira Nunes
Ronaldo de Morais Galletti
Francisco Nunes
Judith do Amaral M. Armando
Sérgio Eduardo Moreira Lima
Roberta Alves de Castro
Paula Freitas
Elaine Perez
Ernane Neto
Vicente Paulo Alves
Marcio de Almeida Arruda
Lisrael ferreira Costa

Câmara Técnica Indústria
Gestora: Rosângela de Jesus Gravia
Membros: Ricardo de Figueiredo Caldas
Arthur Wittenberg
Monika G Heringer
Emely França de Paula
Paulo Oliveira
Luis Claudio Rodrigues França
Paulo Marques
Ronaldo de Morais Galletti

Câmara Técnica Negócios Agropecuários
Gestor: Fernando Cezar Ribeiro
Membros: Antonio Queiroz Barreto
Carlos Henrique de Moraes Silva
Adriano Varela Galvão
Aramis Cardoso Beltrami

Câmara Técnica Logística e Distribuição
Gestor: Marcelo de Paula
Membros: Rodrigo Alcoforado Jordão
Maria de Lourdes Werneck
Carlo Taddei
Aníbal Bento da Silva
Edward Libaino Martins
Arianni Eleutério dos S. Modesto
Ronaldo de Morais Galletti

Câmara Técnica Vestuário e Moda
Gestora: Bernardeth Martins
Membros: Verônica Theml Fialho Goulart
Mauricio R Santos
Fernando Lackman
Lianna Cecília de Castro Rondon
Mábel De Bonis Almeida Simões
Woslanny Katharine R. de Sousa
Marcele Kristine C. Gonzalez
Pollyanna Olifer
Alessandra Rodrigues Campanha

Eixo Brasília-Goiânia e RIDE

Diretores: Adair Ribeiro Carneiro Sobrinho
Luiz Afonso Delgado Assad

Câmara Técnica do Eixo Brasília-Goiânia e RIDE

Gestora: Magda Fernanda M. Fernandes
Membros: Rosane Lucho do Valle
Luis Claudio Rodrigues França
Ricardo Rodrigues Namen
Luciana Vilardo de F. Figueras
Dionyzio Klavdianos
Claudio Marcio Queiroz
Rodrigo Fontes Fausto de Souza
Nelson do Valle Araujo
Danillo Ferreira dos Santos
Julio Cesar Peres
Joao Bosco Ribeiro
Rodrigo Alexandre R. Ferreira

Eixo de Cidadania e Desenvolvimento Social

Diretor: Danielle Sousa Feitosa Ferreira

Câmara Técnica Cidadania

Gestora: Fabíola Luciana Teixeira Orlando
Ana Paula Pereira da Silva
Ruyter Kepler de Thuin
Cosete Ramos Gebrim
Maria Aparecida Ferreira Leal
Stela Maria Cabral
Jackson da Silva Ázara
Angela Maria Martins
Eduardo Ruy Ramos Jobim
Marescka Morena S. Silveira
Luciano Miranda
Frederico Augusto da R. Orlando
Monalisa Gomes Oliveira
Liliane Rioli
Deirdre de Aquino Neiva
Ana Lucia C. de Miranda
Nildete Santana de Oliveira
Scarlat Goulart Ramos dos Anjos
Silvio de Jesus Pereira
Andrea Barros Espanha Neves
Ivonice Aires Campos Dias
Ana Raquel de Aguiar Castro
Mariléia Silva de Paula
Luciana Yuki Fugishita Sorrentino
Eduardo da Silva Vieira
Carlos Enrique C. Gutierrez

Câmara Técnica Educação

Gestor: Marcelo Aguiar
Membros: Carlos Enrique Carrasco Gutierrez
Geraldo Leopoldo Torrecillas
Suzzy Souza
Luis Afonso Bermudez
Simone Bastos Vieira
Raquel Sad Seiberlich Ribeiro
Geórgia Grace Bernardes
Bárbara Luna B. do Nascimento

Câmara Técnica Saúde

Gestor: Clovis Veloso de Queiroz Neto
Membros: Alexandre Augusto Bitencourt
Waine Ferreira de Souza
Sandra Santana Soares Costa
Donizete da Silva Moura
Paulo César Moura
Júlio César Resende Boaventura
Clovis Veloso de Queiroz Neto
Anderson Duarte Paniago
Eduardo Luiz C. Bermúdez
Teresa Cristina de Souza Silva
Arthur Gabriel Freitas Gomes
Liliane Rioli
Ingrid Araújo Lima
Scarlat Goulart Ramos dos Anjos
Thiago Orsi Gonçalves
Simone Ribeiro Vieira Borges

Câmara Técnica Segurança

Gestora: Flávia Helena Portela de Carvalho
Membros: Rafael Carlos Araujo Moraes
Marcelo de Araújo Alves
Demetrios Christofidis
Silvio de Jesus Pereira
Lúcia Divina Barreira B. Martins
José do Nascimento R. Martins

Câmara Técnica da Felicidade
Gestora: Cosete Ramos Gebrim
Membros: Eduardo Ruy Ramos Jobim
Ana Cecília Schlottfeldt Fagundes
Tatyanna Costa Zanlorenci

Eixo de Tecnologia e Inovação

Diretor: Carlos Jacobino Lima

Câmara Técnica de Tecnologia
Gestora: Cristiane Pereira
Membros: Artur Milhomem Neto
Paulo Rogerio Foina
Jairo Fonseca
João Marcos da Paixão
Ricardo de Figueiredo Caldas
Gustavo Alvares Santos
Eliane Raye Vallim
Rodrigo Jonas Fragola
Leonardo Lemos de Araujo
Frederico Banks Esteves
Rodrigo de Carvalho Cardoso
Charles Dickens Azara Amaral
Jorge Henrique Cabral Fernandes
Edna Dias Canedo
Eduardo Luis Lafetá de Oliveira
Fagner Andrade
Lucia Soares da Silva
Diego Oliveira Nolasco da Silva
Camila Gonçalves de Oliveira

Câmara Técnica Inovação
Gestor: Hugo Melo Giallanza
Membros: Orlan Almeida
Gustavo Alvares Santos
João Martins Silveira Junior
Rogério de Souza Leitão
Danielle de Faria R. de Melo
Bruno Sigmaringa Seixas
Djalma Petit
Hideraldo Luiz de Almeida
Gislane Pereira Santana
Cecília Souza da Fonseca
Sergio Eduardo Moreira Lima
Edmilson de Jesus Costa Filho
Humberto Barbosa da Silva Leite
Manoel Alves de Araújo Neto

Eixo de Desenvolvimento Urbano

Diretor: Ivelise M Longhi P Silva

Câmara Técnica de Mobilidade
Gestora: Giselle Moll Mascarenhas
Membros: Maria Rosa Ravelli Abreu

Câmara Técnica de Habitação e Urbanismo
Gestor: Eliana Klarmann Porto
Membros: João Gilberto de Carvalho Accioly
SIlvio de Jesus Pereira
Carlos Rodrigues

Câmara Técnica de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Gestora: Ivonice Aires Campos Dias
Membros: Antonio Queiroz Barreto
Juliana Viana Rodrigues Pimentel
Fausto de Paula M. Bandeira
Luiz Cesar Hoeckele
José Luis Wey de Brito
Demetrios Christofidis
Suely Maria Silva
Loiselene Trindade
Ronaldo Ivanilson da Silva
João Wellisch
Fernanda Bocorny Messias
Beatriz Rodrigues de Barcelos
Claudia Regina Oliveira Mendes
Alessandra do Valle A. Soares
Igor Vinhal Nepomuceno
Danielle de Faria R. de Melo
Aramis Cardoso Beltrami
Bernhard J. Smid
Yuri Schmitke A. Belchior Tisi
Ludmilla Correia de O. Machado
Lívia Maria Morais Sales

Eixo de Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura

Diretor: Claudia Maldonado

Câmara Técnica Cultura e Economia Criativa

Gestor: Thaís Quintão

Membros: Sarah Raissa T. Orlando Souza
Sílvia Cristina Sbardellini Frabetti
Alexandre Schirmer Kieling
Rafael Barbosa de Moraes (Pops)
Eneida Braga Rocha de Lemos
Rodrigo Otavio Tavares
Heitor Valente de Freitas
Deirdre de Aquino Neiva
Sarah Emanuelle dos S. Ferreira

Câmara Técnica Turismo, Hospitalidade e Gastronomia

Gestor: Elisângela Barros

Membros: Ieda Borges de Castro Costa
Lamarck Freire Rolim
Paulo Antônio Menezes Palhas
Carlos Alberto Vieira
Elvira Luiza Naves
José do Egito Alves de Souza
Adriano Botelho Albuquerque
Luis Otavio Rocha Neves
Maria Jose Carvalho
Thais Nunes Quintão
Fernando Mesquita
Nei Carlos Moreira Bastos
Danillo Ferreira dos Santos
Juliana Viégas Pinto dos Santos
Luciana Monteiro Reis

Câmara Técnica Esporte, Atividade Física e Lazer

Gestor: Weber Magalhaes

Membros: Flávio Elias Cordeiro
Lindberg Aziz Cury Júnior

Este projeto está sendo realizado através do Termo de Fomento (MROSC) N°TF 34 SECTI/2026, celebrado no dia 20 de agosto de 2026 entre o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal e o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal – CODESE DF, CNPJ 27.824.558/0001-48, Nº do P.A.: 04008-00000780/2026-06. Valor do Termo de Fomento: R$ 499.912,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e doze reais) com vigência da data de 24 de agosto de 2026 até 24 de janeiro de 2027.

FDC Fundação Dom Cabral

Equipe Técnica:

Antonio Fernando Marques de Paula
Diretor do Projeto

Mércio Rosa Junior
Professor Especialista

Luciana Affonso da Costa
Analistan de Operações

Diagramação e editoração:

ideacom marketing de performance

Maurício de Souza
Direção de Criação

O DF que a gente quer

Rosane Lucho do Valle
Coordenadora-Geral do projeto

Maurício de Souza
Assessoria Técnica e Coordenação de Comunicação

O DF QUE A GENTE QUER É UM PROJETO COLETIVO

Ele nasce quando **uma empresa cresce**
Quando **uma família tem acesso à saúde, à cultura e ao lazer**
Quando **um trabalhador se qualifica**
Quando **um jovem conquista sua primeira oportunidade**

Fecomércio-DF, Sesc-DF, Senac-DF e Instituto Fecomércio-DF
trabalham de forma integrada para impulsionar a economia, desenvolver pessoas e transformar o Distrito Federal



MAIS CONHECIMENTO | MAIS OPORTUNIDADES | MAIS QUALIDADE DE VIDA

Sistema Fecomércio-DF
O futuro do DF começa com as escolhas que fazemos hoje

Fecomércio DF
CNC Sesc Senac
Sindicatos Empresariais | IFDF

1.3 O Processo de Construção do Plano

A construção do plano "O DF Que a Gente Quer em 2040" foi conduzida pela Fundação Dom Cabral (FDC) com objetivo de reunir diferentes perspectivas sobre os desafios e oportunidades do Distrito Federal, customizando uma metodologia de construção participativa, colaborativa e orientada por evidências, e reunindo e mobilizando representantes da sociedade civil organizada, do setor produtivo, da academia, de instituições públicas e especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

Partindo dos resultados alcançados pelo ciclo anterior de planejamento, o processo de revisão e atualização do plano buscou com-

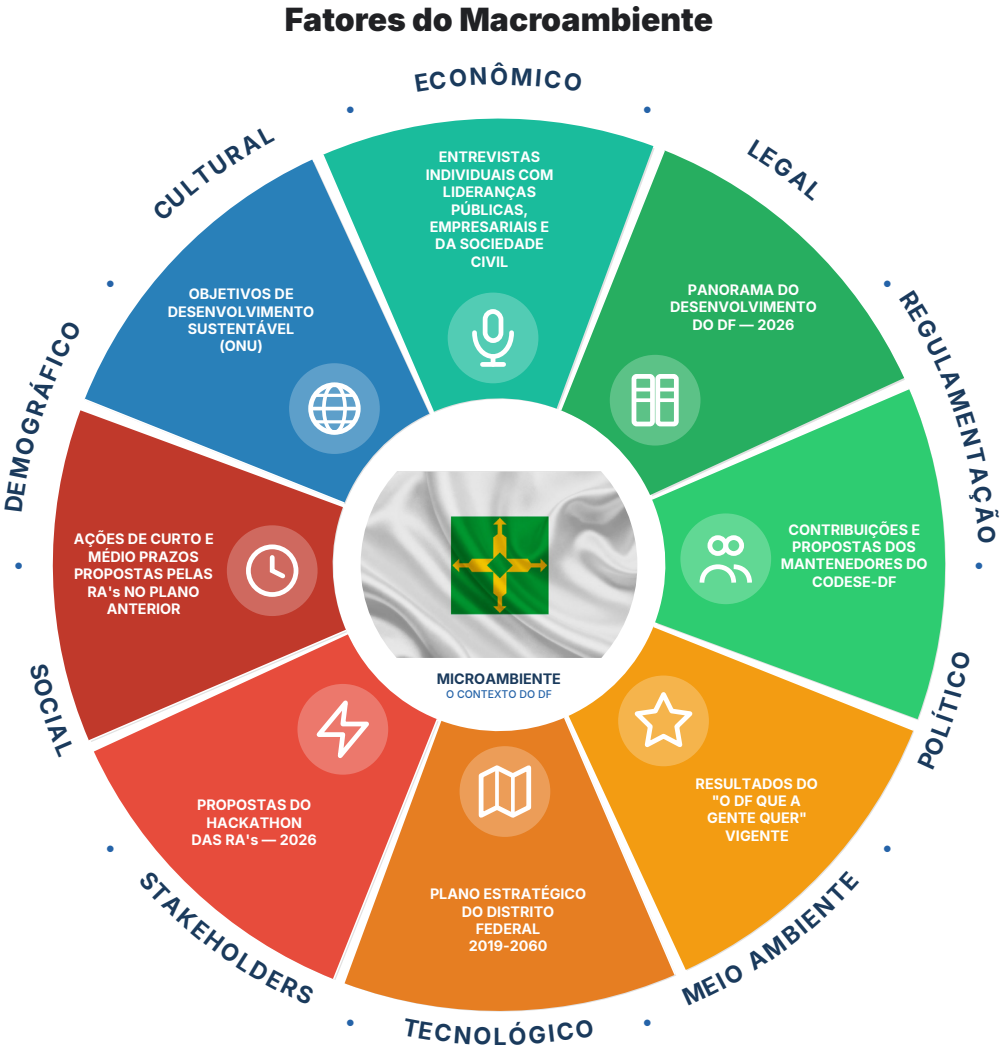


Figura 1: Insumos utilizados nas análises para a revisão do Plano Estratégico O DF QUE A GENTE QUER — Visão 2026-2040.

preender as transformações ocorridas no Distrito Federal nos últimos anos, identificar novos desafios e oportunidades e construir uma agenda estratégica capaz de orientar o desenvolvimento do território até 2040.

Para isso, de forma concreta, foram mobilizados os Eixos Estratégicos e as suas respectivas Câmaras Técnicas, responsáveis diretos pela análise temática dos principais desafios do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). O trabalho desenvolvido pelos grupos foi subsidiado por entrevistas com lideranças públicas, empresariais e da sociedade civil, contribuições dos mantenedores do CODESE-DF, Hackathon realizado junto à população das Regiões Administrativas e análises baseadas em indicadores e estudos previamente consolidados no documento Panorama do Desenvolvimento do Distrito Federal (disponível no website www.codesedf.org.br e em fascículo impresso à parte).

Através de um fluxo de encontros, presenciais, online síncronos, ou mesmo de forma assíncrona, cada Câmara consumiu dezenas de horas para o desenvolvimento das análises propostas pela FDC, consolidando-as em um conjunto de proposições que constam como anexo deste documento e estão disponíveis no website do CODESE-DF.

A figura a seguir sintetiza os principais insumos utilizados ao longo do processo de construção do plano.

1.4 A Construção das Propostas à luz da atuação dos Eixos Estratégicos

As Câmaras Técnicas, atuando no âmbito de seus respectivos Eixos Estratégicos, foram os protagonistas no processo de análise, consolidação e validação das contribuições coletadas.

Organizados por temas de interesse para o desenvolvimento do Distrito Federal, as Câmaras reúnem especialistas, representantes da sociedade civil, do setor produtivo, da academia e de instituições públicas para analisar tendências, avaliar desafios e construir propostas de longo prazo para o território.

Embora cada Eixo e Câmara tenha contribuído para o Plano a partir de sua especialidade temática e preservando sua identidade, uma inovação na metodologia de construção desta nova versão foi proposta e bem aceita pelos grupos, a realização de reflexões e proposições de forma integrada entre as Câmaras. Tal mudança permitiu a construção de uma visão sistêmica e colaborativa sobre o futuro do Distrito Federal e da RIDE.

O quadro a seguir sintetiza o foco estratégico de cada Eixo e sua principal contribuição para a visão de futuro proposta neste Plano.

EIXO	FOCO ESTRATÉGICO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO
CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Integrar a excelência administrativa à felicidade e ao bem-estar do cidadão	Transformar Brasília em um território de pertencimento pleno, onde a inovação social e a equidade garantem, a cada cidadão, a dignidade, a voz ativa e o pleno exercício de sua cidadania na construção de uma sociedade integrada, sustentável e feliz.
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Transformar o status de Brasília: de centro das decisões políticas para polo de referência em desenvolvimento econômico. Atuar na convergência entre o setor público, privado e acadêmico, guiados por uma governança robusta e orientada a resultados. Com foco em tecnologias emergentes e sustentabilidade, construir um ecossistema dinâmico que elevará o DF a um novo patamar de competitividade global até 2040.	O desenvolvimento econômico exige mais do que intenção: exige visão, alinhamento e capacidade de implementação, tendo o GDF como indutor dessa mudança. Para isso, em suas propostas, o Eixo pretende atuar como motor da transformação econômica do Distrito Federal, catalisando o crescimento através da inovação, da infraestrutura produtiva e do fortalecimento do ambiente de negócios.
DESENVOLVIMENTO URBANO	Orienta-se pelo princípio do ordenamento territorial integrado e sustentável, com foco na redução das desigualdades no Distrito Federal.	As ações propostas articulam urbanismo ativo, sustentabilidade ambiental, dinamização econômica e governança territorial eficiente, promovendo a ocupação equilibrada do território, a ampliação do acesso a serviços e oportunidades e a melhoria da qualidade de vida da população, com base nos princípios de equidade, inclusão e desenvolvimento sustentável.

EIXO	FOCO ESTRATÉGICO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO
EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA E RIDE	Orienta-se em promover um desenvolvimento regional integrado, sustentável e inclusivo, fortalecendo a articulação entre o Distrito Federal, Goiás e os municípios da RIDE como forma de reduzir desigualdades territoriais e ampliar oportunidades econômicas e sociais.	As ações estruturantes priorizam a integração econômica, territorial e institucional, a descentralização de oportunidades, a melhoria da mobilidade regional e o fortalecimento das vocações locais, consolidando Brasília como articuladora regional de redes de inovação, cultura, turismo, sustentabilidade e inclusão produtiva, com atenção prioritária aos territórios mais vulneráveis do DF e do entorno.
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Propõe posicionar Brasília como laboratório nacional de políticas públicas avançadas, promovendo um ambiente de abundância econômica, inteligência governamental e competitividade global para as cidades brasileiras. A transformação digital deve ser utilizada como instrumento de inclusão, eficiência, desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida, conectando governo, setor produtivo, academia e sociedade civil em um ecossistema integrado de inovação permanente.	Mais do que modernizar serviços públicos, o objetivo é consolidar Brasília como uma capital que inspira o futuro do país, capaz de exportar modelos de governança, infraestrutura digital, cidades inteligentes, economia criativa e políticas públicas orientadas por dados e resultados.
TURISMO, CULTURA, ECONOMIA CRIATIVA, ESPORTE E LAZER	Promover a descentralização, o desenvolvimento territorial e o aumento da competitividade em todo o Distrito Federal e na RIDE. Potencializar o turismo, a economia criativa, a gastronomia de identidade e o esporte e lazer como instrumentos de geração de emprego, renda, inclusão produtiva e redução das desigualdades sociais.	Transformar o Distrito Federal em referência nacional em Turismo, Cultura, Economia Criativa, Esporte e Lazer, por meio da inovação, da sustentabilidade e da valorização dos territórios, fortalecendo a governança local, preservando o patrimônio cultural e impulsionando o desenvolvimento econômico, social e a felicidade no Distrito Federal.


ALDEIAS do CERRADO
Residencial das
Sucupiras
No Jardim Botânico


Você pode ter essa vista
da janela de casa.
Lotes a partir de 420 m² | 5% de entrada | Até 240 meses
terracap.df.gov.br
Terracap
Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

1.5 Das contribuições às Teses Estratégicas para a construção do Plano



Figura 2: Fluxo metodológico estabelecido

O trabalho realizado produziu um amplo conjunto de análises, diagnósticos e propostas. A consolidação dessas contribuições permitiu identificar convergências entre os diferentes temas discutidos e a construção de uma visão compartilhada por todos os Eixos Estratégicos e Câmaras Técnicas sobre os principais desafios e oportunidades para o Distrito Federal.

Dessa convergência emergiram cinco grandes **Teses Estratégicas** que estabeleceram as bases e premissas para a formulação dos Direcionadores e Objetivos Estratégicos do Mapa Estratégico do Distrito Federal.

As Teses Estratégicas representam as principais convergências identificadas entre as contribuições das diferentes Câmaras Técnicas. Elas sintetizam a visão compartilhada construída ao longo do processo participativo e serviram de referência para a definição do Direcionamento Estratégico e dos Objetivos do Plano.

O cidadão deve ser o centro do mapa, com foco em bem-estar, qualidade de vida, redução das desigualdades territoriais e felicidade coletiva.

O DF precisa ser governado por metas, evidências e pactos de longo prazo, reduzindo a dependência de ciclos políticos e fortalecendo a continuidade institucional.

A transformação digital não pode ser apenas "mais tecnologia"; ela deve significar interoperabilidade, dados, IA, serviços integrados, escuta ativa e simplificação real.

A economia precisa diversificar sua matriz, com cadeias produtivas, polos regionais, turismo, cultura, economia criativa, inovação, logística, agro, indústria, eventos, moda, esporte e serviços avançados.

A RIDE não é apêndice; é eixo estruturante - consolidar a REGIÃO METROPOLITANA: mobilidade, governança interfederativa, logística, mercado de trabalho, uso do solo e desenvolvimento econômico precisam ser pensados regionalmente.

Brasal

Brasal Refrigerantes
Brasal Incorporações
Brasal Veículos
Brasal Combustíveis
Brasal Energia



LEIA O QR CODE

Brasal. Confiança gera resultado!

PARTE II

2. Estratégia para o plano “O DF que a gente quer em 2040

2.1 Direcionamento Estratégico

As análises realizadas pelos Eixos Estratégicos e as conclusões consolidadas ao longo do processo de construção do plano apontaram para a necessidade de uma visão integrada de desenvolvimento para o Distrito Federal e sua região metropolitana.

Essa visão reconhece que os desafios contemporâneos exigem articulação entre crescimento econômico, desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental, inovação, governança e qualidade de vida. Reconhece também que o futuro do Distrito Federal depende da capacidade de construir soluções que transcendam ciclos governamentais e fortaleçam uma agenda compartilhada de longo prazo.

Com base nessa compreensão, foram definidos os elementos que compõem o direcionamento estratégico do plano “O DF Que a Gente Quer em 2040”, expressando o propósito, a visão de futuro e os valores que orientam os objetivos e propostas apresentados nos capítulos seguintes.

Missão

Promover o bem-estar e a integração regional, afirmando o Distrito Federal como metrópole inteligente, inovadora e sustentável, valorizando Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, por meio de governança colaborativa, voltada à felicidade coletiva.

Visão

Ser uma metrópole de oportunidades, inclusiva, integradora, referência global em inovação, sustentabilidade, governança colaborativa, consolidando-a como capital da felicidade.

.

Valores

Universalidade, Integridade e Transparência, Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental, Inclusão e Equidade, Inovação e inteligência, Excelência no Serviço Público, Participação e Cidadania, Bem Estar e Felicidade Coletiva.

2.2 O Modelo Estratégico adotado

A construção de uma estratégia de longo prazo exige não apenas a definição de objetivos relevantes, mas também a organização desses objetivos em uma estrutura capaz de demonstrar como diferentes dimensões do desenvolvimento se relacionam e contribuem para a geração de resultados para a sociedade.

Para apoiar esse processo, foi adotado como referência o Balanced Scorecard (BSC), metodologia amplamente utilizada para traduzir estratégias em objetivos, metas e iniciativas articuladas entre si.

Adaptado à realidade do Distrito Federal, o modelo permitiu organizar os desafios e aspirações identificados ao longo do processo participativo em perspectivas complementares, evidenciando as relações de causa e efeito necessárias para a construção da visão de futuro proposta neste plano.

A aplicação da metodologia resultou na organização dos Objetivos Estratégicos em cinco perspectivas complementares, que representam as diferentes dimensões necessárias para a construção da visão de futuro do "DF QUE QUEREMOS EM 2040". Essas perspectivas constituem as cinco dimensões estratégicas do desenvolvimento do Distrito Federal e são apresentadas a seguir.



2.3 As Perspectivas Estratégicas do Plano

A estratégia proposta para o Distrito Federal foi organizada em cinco perspectivas complementares, que representam as principais dimensões necessárias para promover o desenvolvimento sustentável do território e alcançar a visão de futuro estabelecida neste plano.

Embora apresentadas separadamente para fins de organização e gestão, essas perspectivas são interdependentes. Cada uma responde por um conjunto específico de desafios e objetivos estratégicos, cuja integração permite transformar uma visão de longo prazo em ações concretas, articuladas e orientadas à geração de valor para a sociedade.

A seguir são apresentadas as perspectivas e os direcionadores que orientaram a proposição de seus respectivos Objetivos Estratégicos.

PERSPECTIVA

Resultados para a sociedade

Propósito

Gerar desenvolvimento humano, territorial, econômico e ambiental sustentável, colocando o cidadão no centro das decisões públicas, reduzindo desigualdades entre as Regiões Administrativas e a RIDE, ampliando oportunidades de trabalho, renda, educação, saúde, segurança, mobilidade, cultura, lazer e qualidade de vida, e consolidando Brasília como metrópole inteligente, inovadora, inclusiva, criativa, sustentável e referência em felicidade coletiva.

Objetivos Estratégicos

- **Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE:** Concentrar investimentos, serviços públicos e oportunidades nas regiões mais vulneráveis, com foco em dignidade humana, acesso, inclusão e melhoria dos indicadores sociais.
- **Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva:** Integrar saúde, educação, segurança, cultura de paz, esporte, lazer, mobilidade, espaços públicos e saúde mental como componentes objetivos do desenvolvimento.
- **Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural:** Fortalecer cadeias produtivas, empreendedorismo, economia criativa, turismo, agro, indústria, comércio, serviços, inovação, moda, eventos e rotas econômicas territoriais .

- **Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana:** Priorizar transporte público de qualidade, integração multimodal, transporte sobre trilhos, logística urbana e conexão DF-RIDE.

- **Consolidar o Distrito Federal como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa:** Unir tecnologia, sustentabilidade, cultura, patrimônio, economia do conhecimento e desenvolvimento urbano equilibrado.

- **Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico, sem congelar seu futuro:** Proteger o legado da UNESCO, mas com inteligência territorial, revitalização de espaços públicos, ocupação social e uso contemporâneo da cidade.



PERSPECTIVA

Processos e Tecnologia

Propósito

Transformar a gestão pública do DF por meio da simplificação de processos, interoperabilidade de sistemas, uso estratégico de dados, inteligência artificial, governança digital, desenho universal, canais integrados de atendimento, geointeligência territorial, logística integrada, redução da burocracia e modernização dos serviços públicos e econômicos, assegurando eficiência, acessibilidade, transparência e tomada de decisão orientada por evidências.

Objetivos Estratégicos

- **Integrar sistemas, dados e serviços públicos:** Desenvolver interoperabilidade entre órgãos, bases de dados e plataformas, evitando que o cidadão seja o "motoboy da burocracia" levando informação de um lado para outro.

- **Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública:** Usar dados, IA e análise preditiva para captar demandas da população, monitorar políticas públicas, priorizar investimentos e avaliar resultados.

- **Reformular canais digitais com acessibilidade e desenho universal:** Garantir que serviços digitais sejam acessíveis, compreensíveis, inclusivos e monitorados pela ótica do usuário.

- **Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado:** Utilizar dados geoespaciais para orientar investimentos, identificar vulnerabilidades, planejar mobilidade, infraestrutura, serviços públicos e desenvolvimento econômico.

- **Modernizar infraestrutura logística, conectividade e Smart Cities:** Apoiar mobilidade integrada, logística urbana, infraestrutura digital, conectividade e serviços inteligentes.

- **Integrar tecnologia, inovação e setor produtivo:** Conectar governo, empresas, universidades, Parque Tecnológico, startups e cadeias produtivas estratégicas.
- **Fortalecer economia circular e transformação digital:** Aplicar tecnologia à gestão de resíduos, ativos ambientais, cadeias sustentáveis e novos modelos econômicos.



PERSPECTIVA

Pessoas, Aprendizado e Inovação

Propósito

Desenvolver lideranças, servidores, gestores públicos, empreendedores e atores sociais com competências estratégicas em gestão por resultados, inovação, dados, inteligência artificial, planejamento territorial, sustentabilidade, atendimento humanizado, colaboração intersetorial e melhoria contínua, promovendo ambientes saudáveis, inclusivos, diversos, criativos e orientados ao bem-estar, à aprendizagem permanente e à entrega de valor público.

Objetivos Estratégicos

- **Formar lideranças públicas e sociais para gestão de longo prazo:** Capacitar gestores para atuar como articuladores entre governo, sociedade civil, setor produtivo, academia e RIDE.
- **Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados:** Criar trilhas de capacitação para uso de evidências, indicadores, inteligência artificial, metodologias ágeis e monitoramento de políticas públicas.
- **Valorizar o servidor público e modernizar a cultura administrativa:** Investir em capacitação contínua, aperfeiçoamento de processos, reconhecimento, desempenho, ética, colaboração e foco no cidadão.
- **Implantar cultura de atendimento humanizado:** Formar equipes com empatia, hospitalidade pública, escuta ativa, linguagem simples e compromisso com a experiência do cidadão.
- **Promover saúde mental, bem-estar e ambientes institucionais saudáveis:** Criar programas permanentes de saúde mental, mediação de conflitos, diversidade, equidade, inclusão e segurança psicológica no trabalho.
- **Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas:** Criar ambientes de experimentação para testar soluções, prototipar políticas públicas e integrar governo, universidades, empresas, startups e sociedade civil.
- **Conectar educação, tecnologia e setor produtivo:** Promover qualificação profissional, empreendedorismo, formação técnica e competências voltadas às vocações produtivas territoriais.

PERSPECTIVA

Governança

Propósito

Implementar uma governança colaborativa, interfederativa, transparente, orientada a resultados e sustentada por pactos de longo prazo entre GDF, setor produtivo, sociedade civil, universidades, organismos internacionais, Governo Federal, estados vizinhos e municípios da RIDE (Região Metropolitana), assegurando continuidade, participação cidadã, integridade, gestão de riscos, monitoramento permanente e tomada de decisão baseada em evidências.

Objetivos Estratégicos

Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer: Criar ou fortalecer instâncias permanentes de acompanhamento entre GDF, CODESE, sociedade civil, setor produtivo e academia, com agenda pactuada, metas e responsabilidades.

- **Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes:** Estimular consórcios interfederativos, sistemas compartilhados, projetos conjuntos de infraestrutura, mobilidade, logística, desenvolvimento econômico, segurança, saúde e planejamento territorial.
- **Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência:** Usar consultas públicas, plataformas digitais, canais permanentes de participação e divulgação de resultados em linguagem acessível.
- **Governar por metas, indicadores e evidências:** Criar um observatório ou painel de gestão de resultados, com indicadores estratégicos, metas, responsáveis, prazos, orçamento vinculado e acompanhamento público.
- **Fortalecer integridade, controle, compliance e gestão:** Aprimorar prestação de contas, fiscalização, controle interno e externo, automação dos processos de controle e prevenção de fragilidades fiscais, operacionais e institucionais.
- **Ampliar parcerias estratégicas:** Fortalecer cooperação com Governo Federal, organismos internacionais, universidades, centros de pesquisa, bancos de fomento, setor produtivo e PPPs.

SEU IMÓVEL MERECE SER UM FAENGE

DESDE 1999, AJUDANDO A CONSTRUIR O DISTRITO FEDERAL QUE A GENTE QUER.

FAENGE EMPREENDIMENTOS

PERSPECTIVA

Orçamento e Finanças

Propósito

Assegurar sustentabilidade fiscal, eficiência do gasto público, transparência, integridade, diversificação de fontes de financiamento e alocação estratégica de recursos em projetos estruturantes de maior impacto social, econômico, territorial e ambiental, ampliando PPPs, captação de recursos federais e internacionais, fundos, investimentos privados, incentivos fiscais inteligentes e mecanismos de financiamento voltados à inovação, infraestrutura, mobilidade, economia sustentável, cultura, turismo, tecnologia, educação, logística e redução das desigualdades.

Objetivos Estratégicos

- **Garantir equilíbrio fiscal, controle e qualidade do gasto público:** Aprimorar planejamento, orçamento, execução, monitoramento, prestação de contas e compliance financeiro.

- **Vincular orçamento a metas, indicadores e impacto social:** Priorizar recursos para projetos estruturantes, com critérios claros de impacto, urgência, territorialidade, retorno social e sustentabilidade.

- **Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas:** Alinhar fundos, programas e orçamento às prioridades estratégicas do DF de longo prazo.

- **Ampliar fontes de financiamento:** Captar recursos junto ao Governo Federal, organismos internacionais, bancos de fomento, fundos de investimento, cooperação técnica e instrumentos financeiros inovadores.

- **Expandir PPPs e investimentos privados:** Atrair capital privado para infraestrutura, mobilidade, smart cities, equipamentos públicos, revitalização urbana, turismo, cultura, inovação, logística e serviços.

- **Criar incentivos fiscais estratégicos e responsáveis:** Usar incentivos para fomentar inovação, cultura, economia criativa, impacto social, sustentabilidade, tecnologia, competitividade e diversificação produtiva, com contrapartidas mensuráveis.

- **Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos:** Direcionar investimentos para transporte sobre trilhos, logística, conectividade, revitalização de polos produtivos, equipamentos públicos e cadeias estratégicas.

- **Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular:** Transformar sustentabilidade em vetor econômico, com instrumentos de valorização ambiental, reciclagem, gestão de resíduos e novos mercados verdes.

Embora apresentadas separadamente para facilitar sua compreensão e organização, as cinco perspectivas estratégicas constituem um único sistema de geração de valor público.

Nenhuma delas, isoladamente, é capaz de promover as transformações pretendidas para o Distrito Federal. Os resultados esperados para a sociedade dependem da atuação coordenada entre mecanismos de governança, capacidades institucionais, transformação digital, desenvolvimento de pessoas e adequada mobilização de recursos financeiros.

Nas páginas anteriores foram apresentadas as cinco dimensões que estruturam a estratégia do plano. A seguir, essas dimensões são integradas em um único modelo, que demonstra como seus objetivos se relacionam para orientar o desenvolvimento do Distrito Federal até 2040.

Essa integração constitui a base para o Mapa Estratégico apresentado no próximo tópico.

2.4 Mapa Estratégico para o Distrito Federal

As perspectivas apresentadas no capítulo anterior representam as diferentes dimensões que estruturam a estratégia do Plano **O DF Que a Gente Quer em 2040**. Entretanto, é a integração entre elas que permite compreender como as transformações propostas poderão ser alcançadas ao longo do tempo.

O **Mapa Estratégico** constitui a síntese dessa visão. Nele, os Objetivos Estratégicos são organizados de forma a evidenciar a relação entre as capacidades que precisam ser desenvolvidas, os mecanismos de governança e os resultados que se pretende entregar à sociedade. Dessa forma, o mapa não representa apenas um conjunto de objetivos, mas um modelo integrado para orientar decisões, priorizar iniciativas e acompanhar a implementação da estratégia ao longo dos próximos anos.

Dessa forma, o **Mapa Estratégico** estabelece uma referência comum para a atuação do poder público, da sociedade civil organizada e dos diversos atores comprometidos com a construção de um Distrito Federal mais integrado, inovador, sustentável e orientado à geração de valor público.



Mapa Estratégico para o DF



O Mapa Estratégico apresenta a visão integrada da estratégia proposta para o Distrito Federal. Para transformar essa visão em uma agenda de implementação e acompanhamento, cada Objetivo Estratégico foi desdobrado em metas finalísticas, ações estruturantes e ações de curto prazo, organizadas no Painel de Bordo do Plano.

2.5 O Painel de Bordo do Plano Estratégico

O Mapa Estratégico apresenta a visão integrada do futuro que se pretende construir para o Distrito Federal até 2040. Para que essa visão possa orientar decisões, acompanhar resultados e mobilizar diferentes atores em torno de objetivos comuns, tornou-se necessário desdobrá-la em compromissos concretos de implementação.

Com essa finalidade, o Plano adotou um Painel de Bordo em que cada Objetivo Estratégico é detalhado por meio de metas finalísticas, ações estruturantes, e ações de curto prazo, identificando os Eixos Estratégicos e Câmaras Técnicas que contribuíram para sua formulação.

O Painel de Bordo do DF, como instrumento de gestão da estratégia, apresenta e detalha os elementos que compõem o Plano Estratégico para O DF que a gente quer em 2040.

Mais que organizar informações, o Painel de Bordo estabelece uma referência comum para orientar o diálogo entre sociedade civil e poder público, apoiar a formulação de políticas públicas, acompanhar a evolução das prioridades estratégicas e fortalecer a atuação permanente do CODESE na promoção do desenvolvimento do DF.

As páginas seguintes apresentam esse detalhamento, organizado segundo as perspectivas e os Objetivos Estratégicos do Plano.



Para cada Perspectiva e Objetivo Estratégico são apresentadas as Metas Finalísticas, os Eixos de Desenvolvimento e Câmaras Técnicas, as Ações Estruturantes e as Ações de Curto Prazo.

Interrelações Estratégicas

Perspectivas e Objetivos Estratégicos

Resultados para a Sociedade

- Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE
- Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva
- Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões
- Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana
- Consolidar o DF como metrópole inteligente e sustentável
- Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico

Governança

- Institucionalizar governança de longo prazo para o DF
- Fortalecer a integração regional com a RIDE
- Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência
- Governar por metas, indicadores e evidências
- Fortalecer integridade, controle, compliance e gestão
- Ampliar parcerias estratégicas

Pessoas, Aprendizado e Inovação

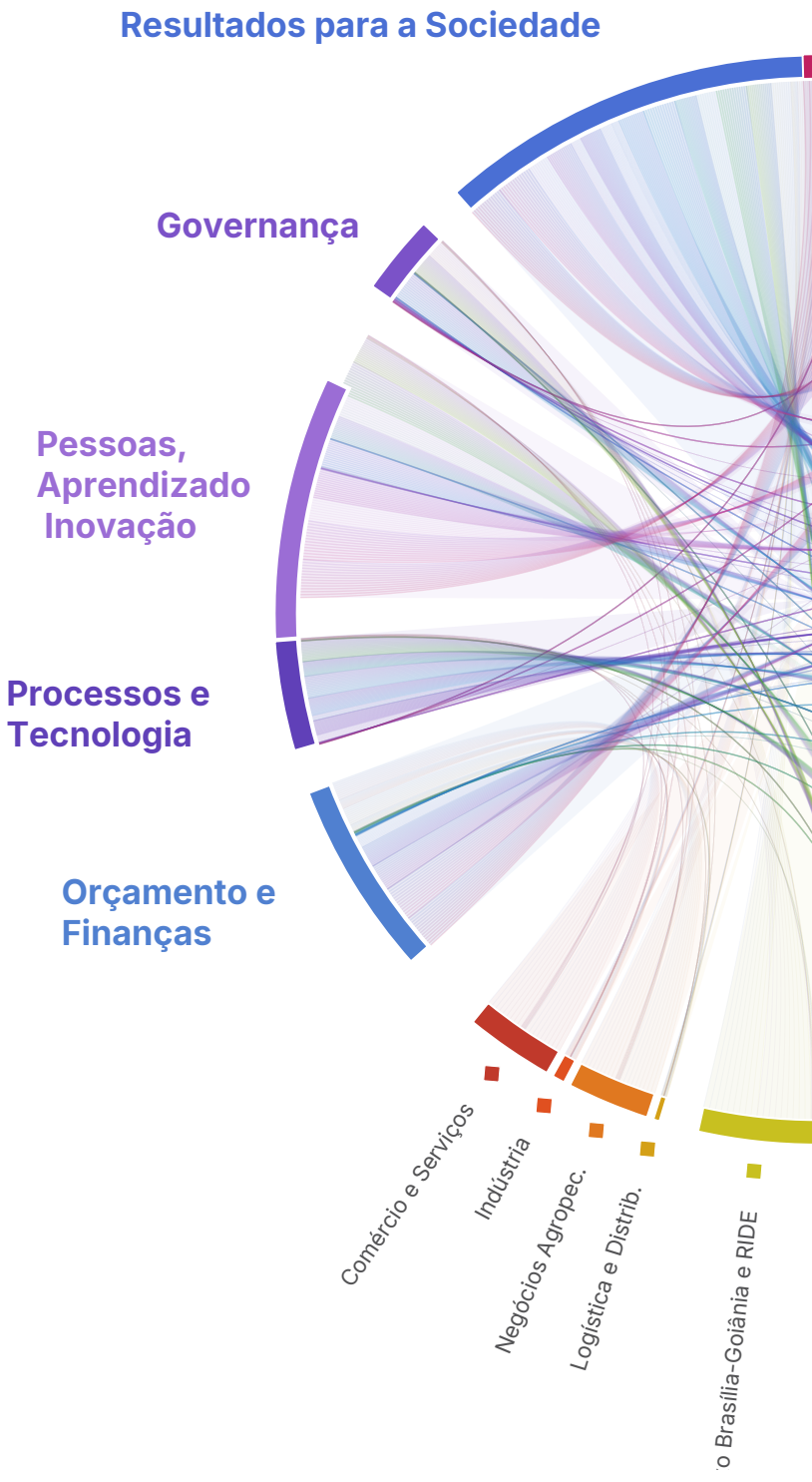
- Formar lideranças públicas e sociais para gestão de longo prazo
- Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão
- Valorizar o servidor público e modernizar a cultura administrativa
- Implantar cultura de atendimento humanizado
- Promover saúde mental, bem-estar e ambientes saudáveis
- Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas
- Conectar educação, tecnologia e setor produtivo

Processos e Tecnologia

- Integrar sistemas, dados e serviços públicos
- Implantar inteligência de dados e IA para gestão pública
- Reformular canais digitais com acessibilidade universal
- Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial
- Modernizar infraestrutura logística e Smart Cities
- Integrar tecnologia, inovação e setor produtivo
- Fortalecer economia circular e transformação digital

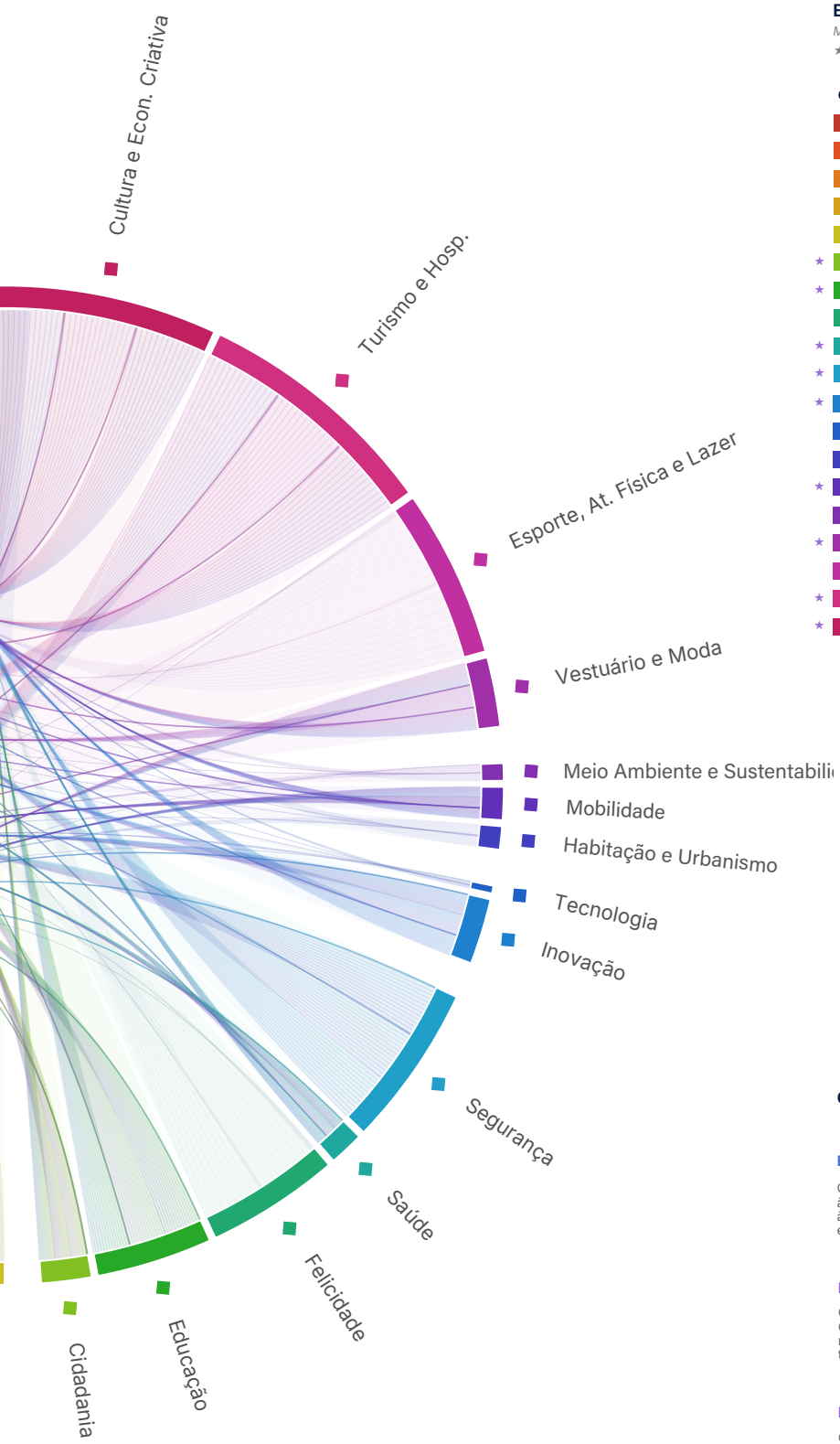
Orçamento e Finanças

- Garantir equilíbrio fiscal, controle e qualidade do gasto público
- Vincular orçamento a metas, indicadores e impacto social
- Usar eficientemente o Fundo Constitucional e fontes públicas
- Ampliar fontes de financiamento
- Expandir PPPs e investimentos privados
- Criar incentivos fiscais estratégicos e responsáveis
- Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos
- Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular



e Transversalidades

vs. Câmaras Técnicas



ENTREGAS POR CÂMARA TÉCNICA

M = Metas AE = Ações Estruturantes ACP = Ações de Curto Prazo
★ = alta transversalidade (≥ 3 Perspectivas)

	Câmara	M	AE	ACP	Total
	Comércio e Serviços	14	14	14	**42**
	Indústria	2	2	2	**6**
	Negócios Agropec.	13	13	13	**39**
	Logística e Distrib.	1	1	1	**3**
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	18	18	20	**56**
★	Cidadania	6	11	9	**26**
★	Educação	20	20	20	**60**
	Felicidade	23	23	23	**69**
★	Saúde	6	6	6	**18**
★	Segurança	28	28	28	**84**
★	Inovação	12	10	12	**34**
	Tecnologia	2	0	2	**4**
	Habitação e Urbanismo	4	4	4	**12**
★	Mobilidade	6	6	5	**17**
	Meio Ambiente e Sustentabilidade	3	3	3	**9**
★	Vestuário e Moda	12	12	12	**36**
	Esporte, At. Física e Lazer	29	29	29	**87**
★	Turismo e Hosp.	39	44	44	**127**
★	Cultura e Econ. Criativa	39	39	39	**117**

COMO LER ESTE DIAGRAMA

ESTRUTURA

O anel externo divide-se em dois grupos: à esquerda, as 5 Perspectivas (azul-violeta); à direita, as 19 Câmaras Técnicas (cores espectrais, agrupadas por Eixo Estratégico).

FITAS DE INTERRELAÇÃO

Cada fita conecta uma Perspectiva a uma Câmara. Fitas mais largas e opacas indicam maior volume de entregas e maior grau de transversalidade estratégica.

FITAS DE INTERRELAÇÃO

Cada fita conecta uma Perspectiva a uma Câmara. Fitas mais largas e opacas indicam maior volume de entregas e maior grau de transversalidade estratégica.

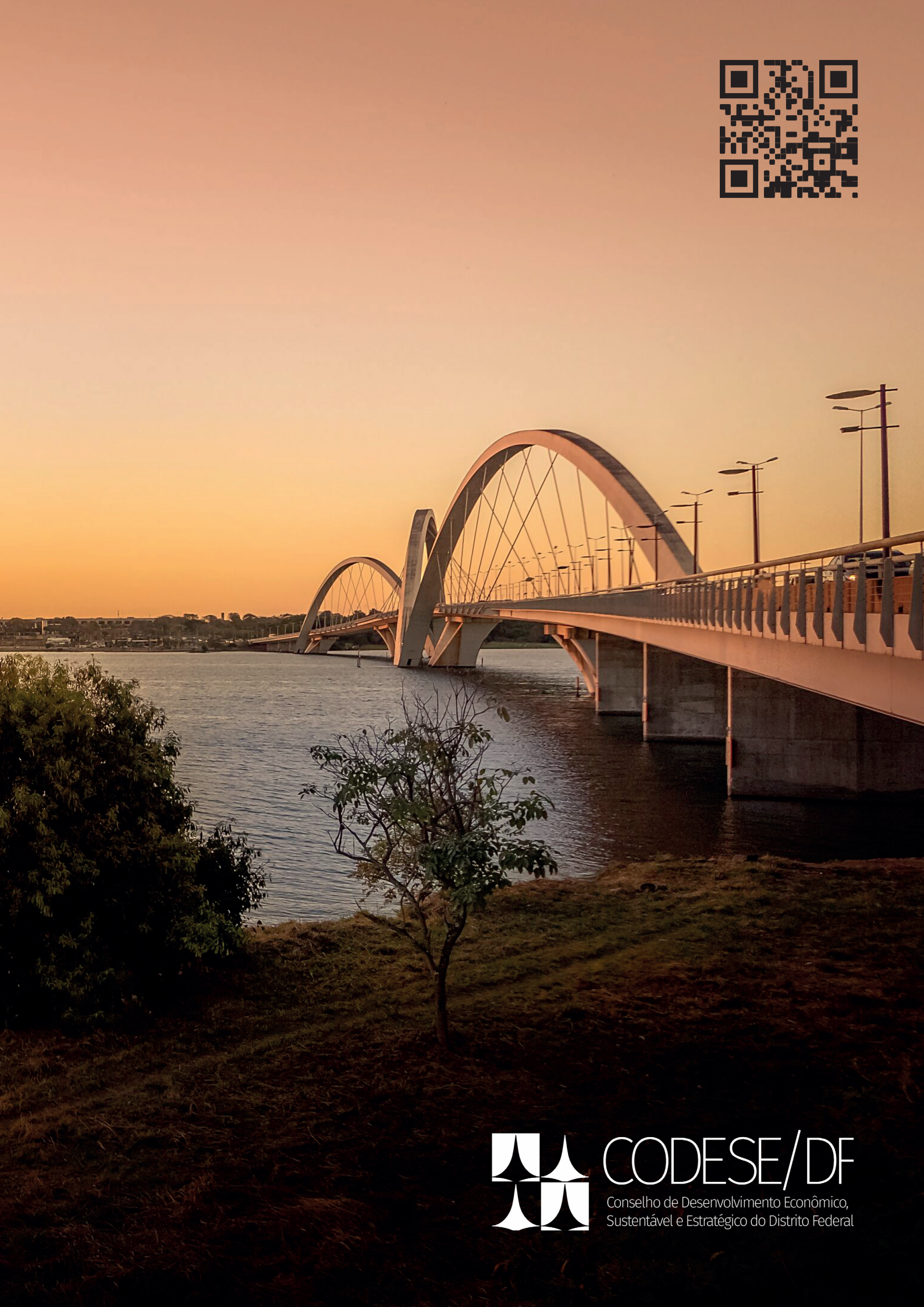
O DF que a gente quer



Alguns livros contam histórias...
Este pode mudar a nossa própria.

O DF QUE A GENTE QUER - Visão 2026-2040

Uma iniciativa da sociedade civil organizada do Distrito Federal.



CODESE/DF

Conselho de Desenvolvimento Econômico,
Sustentável e Estratégico do Distrito Federal

PARTE III

Eixo Estratégico

3. Cidadania e Desenvolvimento Social

3.1 Cidadania

3.1.1 Apresentação e Contexto

> A cidadania plena é o fundamento do desenvolvimento humano sustentável. No Distrito Federal, a concentração de serviços públicos no Plano Piloto e a ausência de equipamentos sociais nas RAs periféricas criam uma cidadania de segunda classe para milhares de brasilienses. A Câmara Técnica de Cidadania propõe um choque de investimentos e serviços nas regiões mais vulneráveis, com foco em dignidade humana, acesso, inclusão e melhoria dos indicadores sociais.

3.1.2 Panorama Atual do DF

3.1.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF tem o maior IDH do Brasil (0,824), mas apresenta disparidades territoriais profundas. O IDH-M varia de 0,87 no Lago Sul a 0,63 no Itapoã, revelando que a riqueza agregada não se traduz em cidadania universal.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Concentrar investimentos, serviços públicos e oportunidades nas regiões mais vulneráveis, com foco em dignidade humana, acesso, inclusão e melhoria dos indicadores sociais.

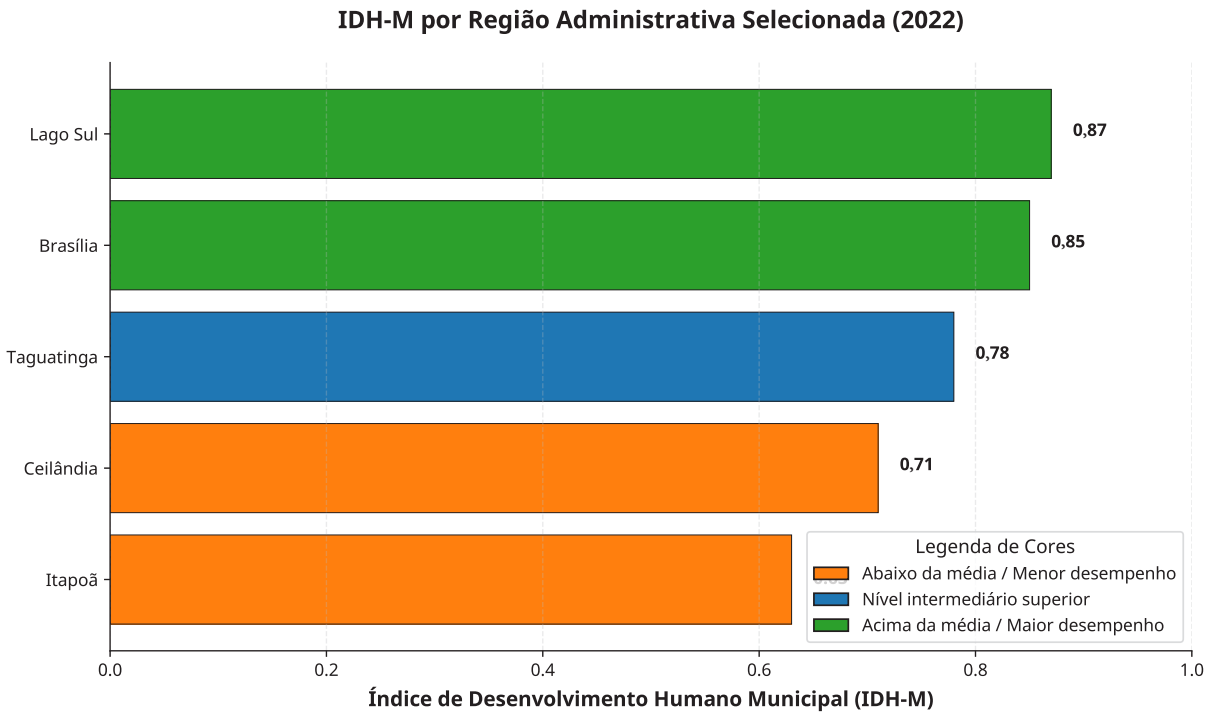


Gráfico 1: IDH-M por Região Administrativa selecionada (2022). A amplitude de 0,24 pontos entre o Lago Sul (0,87) e o Itapoã (0,63) evidencia a desigualdade de cidadania territorial. Fonte: IBGE/IPEDF e Panorama do DF 2026.

3.1.2.2 Disparidades Territoriais

As disparidades de cidadania no DF são marcantes: enquanto o Plano Piloto tem acesso universal a serviços de saúde, educação, cultura e lazer, RAs como Estrutural, Paranoá e Fercal carecem de equipamentos sociais básicos. A ausência de CRAS, UBS e equipamentos culturais nessas RAs é um indicador direto da exclusão cidadã.

BRINDES CORPORATIVOS

Vai realizar um evento? A Jeans do Bem cuida dos brindes.
Ecobags, bolsas térmicas, nécessaires e diversas soluções personalizadas para destacar sua marca com sustentabilidade, ESG e qualidade.

JEANS DO BEM
FRIENDLY JEANS

+55 (61) 99229-3664
contato@jeansdobem.com.br
www.jdbjeans.com.br
@jeans.dobem

ESG

Acesse o catálogo completo



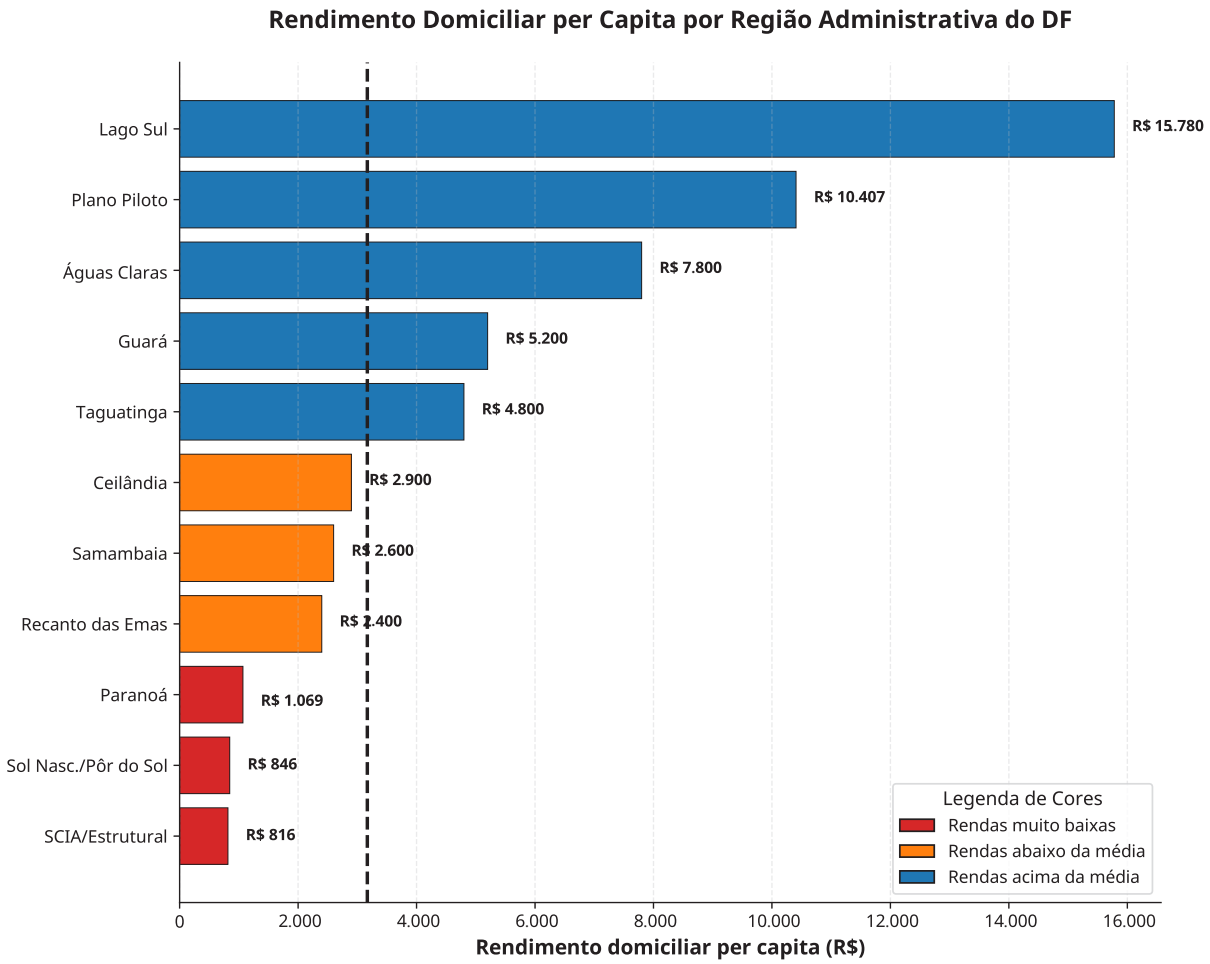


Gráfico 2: Rendimento domiciliar per capita por RA (R$). A renda média no Lago Sul (R$ 15.780) é 19 vezes superior à do SCIA/Estrutural (R$ 816).
Fonte: IPEDF/Codeplan - PDAD-A 2024. Disponível em: ipe.df.gov.br

3.1.2.3 Comparativo Nacional e Regional

Comparado a outras capitais, o DF lidera em IDH agregado, mas a amplitude de disparidades territoriais é uma das maiores do país. O índice de Gini do DF (0,58) é superior à média nacional (0,52), indicando que a riqueza do DF é distribuída de forma mais desigual.

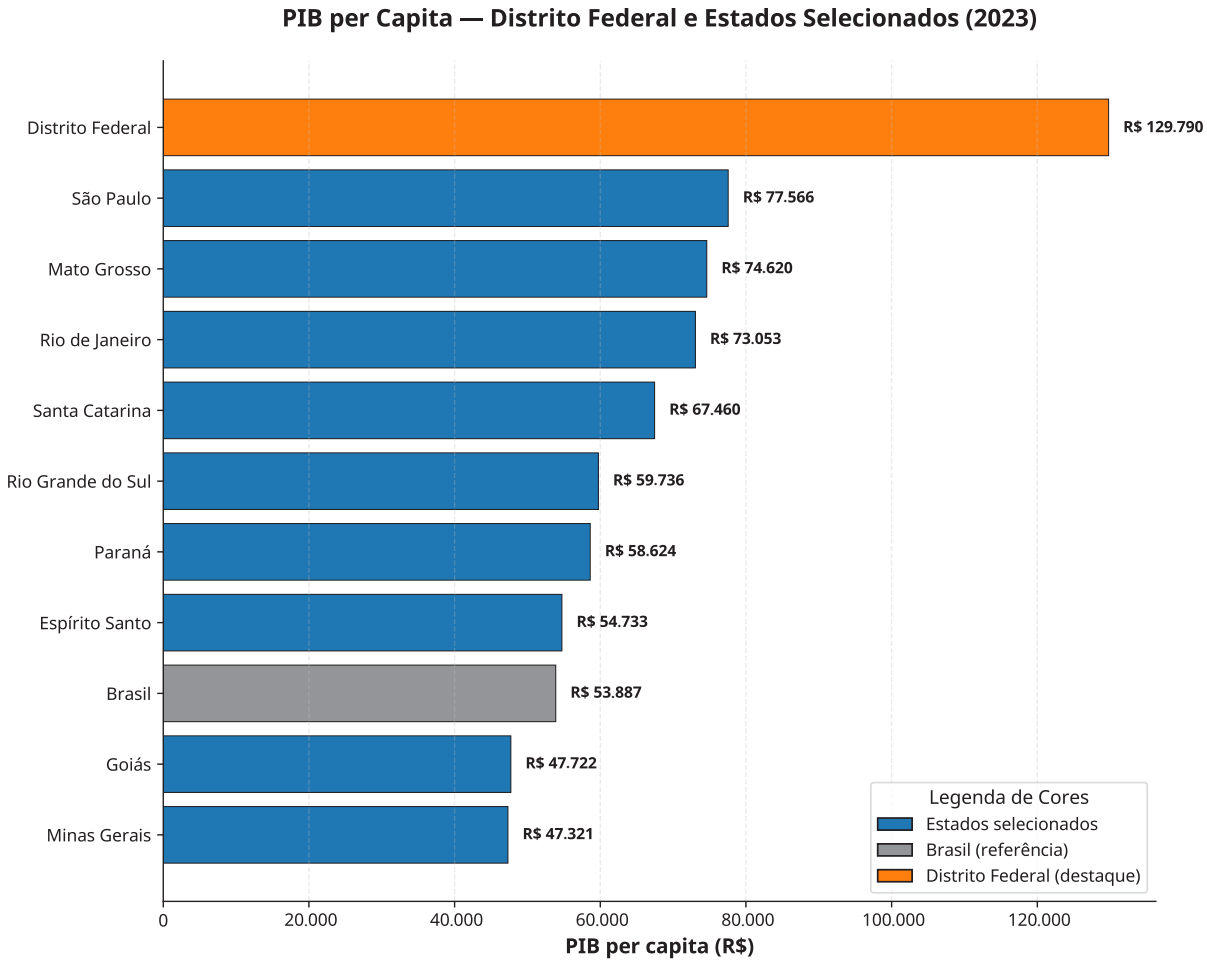


Gráfico 3: PIB per capita por UF (R, 2023). ODF(R 129.790) lidera com folga, resultado da concentração de serviços públicos e alta renda média.
Fonte: IBGE - Sistema de Contas Regionais 2023. Disponível em: ibge.gov.br/scr

3.1.2.4 Perspectivas e Tendências

A implantação de CRAS em todas as RAs, a expansão de equipamentos culturais e de lazer nas regiões vulneráveis, e a criação de programas de transferência de renda complementares ao Bolsa Família são os principais vetores de inclusão cidadã para o período 2026-2040.

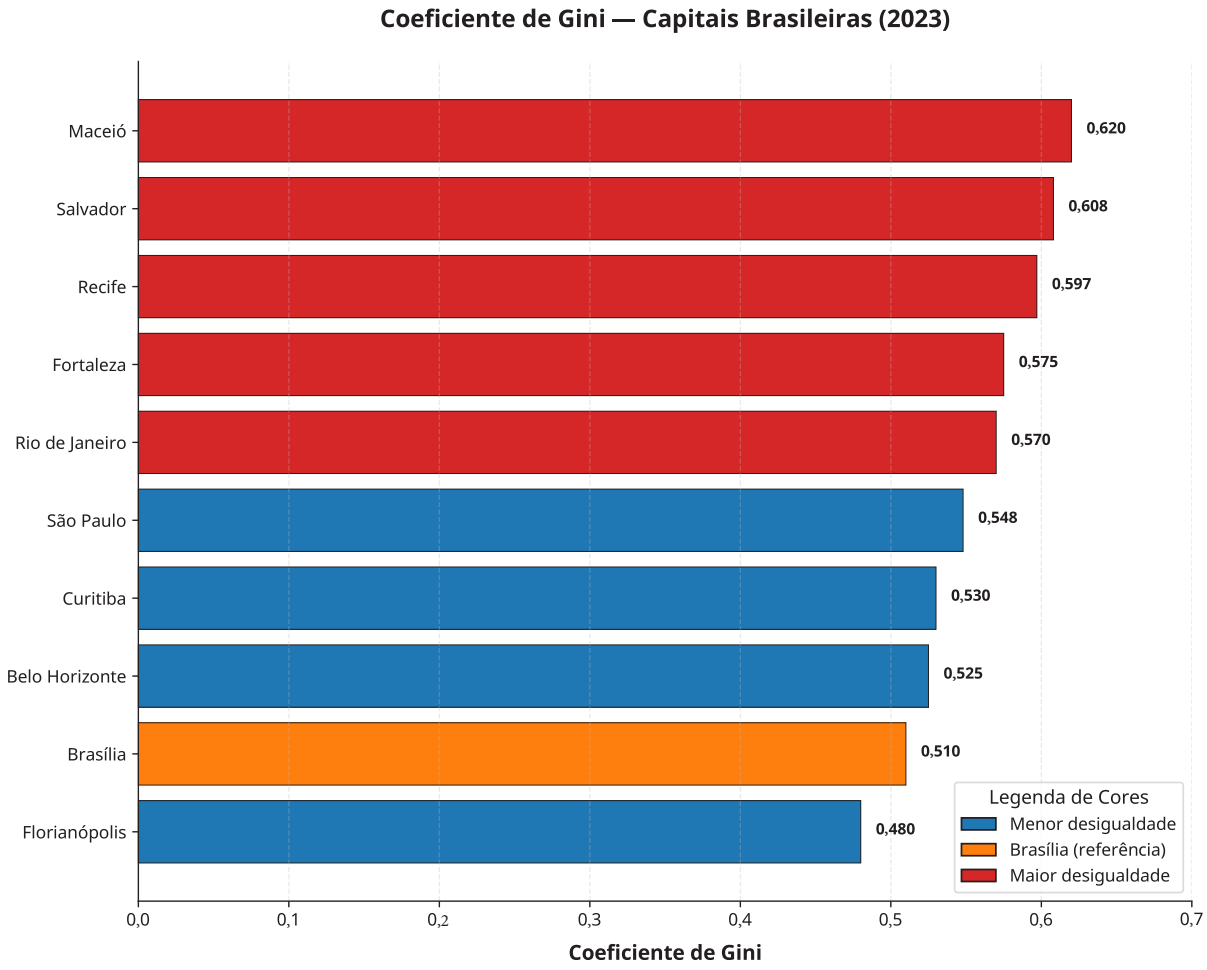


Gráfico 4: Coeficiente de Gini nas capitais (2023). Brasília (0,510) apresenta desigualdade acima da média das capitais do Sul/Sudeste, mas abaixo das capitais nordestinas. Fonte: IBGE - PNAD Continua 2023. Disponivel em: ibge.gov.br/pnad

3.1.2.5 Dimensão Metropolitana (RIDE-DF)

A RIDE apresenta indicadores de cidadania significativamente inferiores ao DF. Municípios como Águas Lindas de Goiás e Luziânia têm IDH inferior a 0,70 e carecem de equipamentos sociais básicos. A expansão dos programas sociais do GDF para os municípios do Entorno é uma oportunidade para reduzir as disparidades metropolitanas.

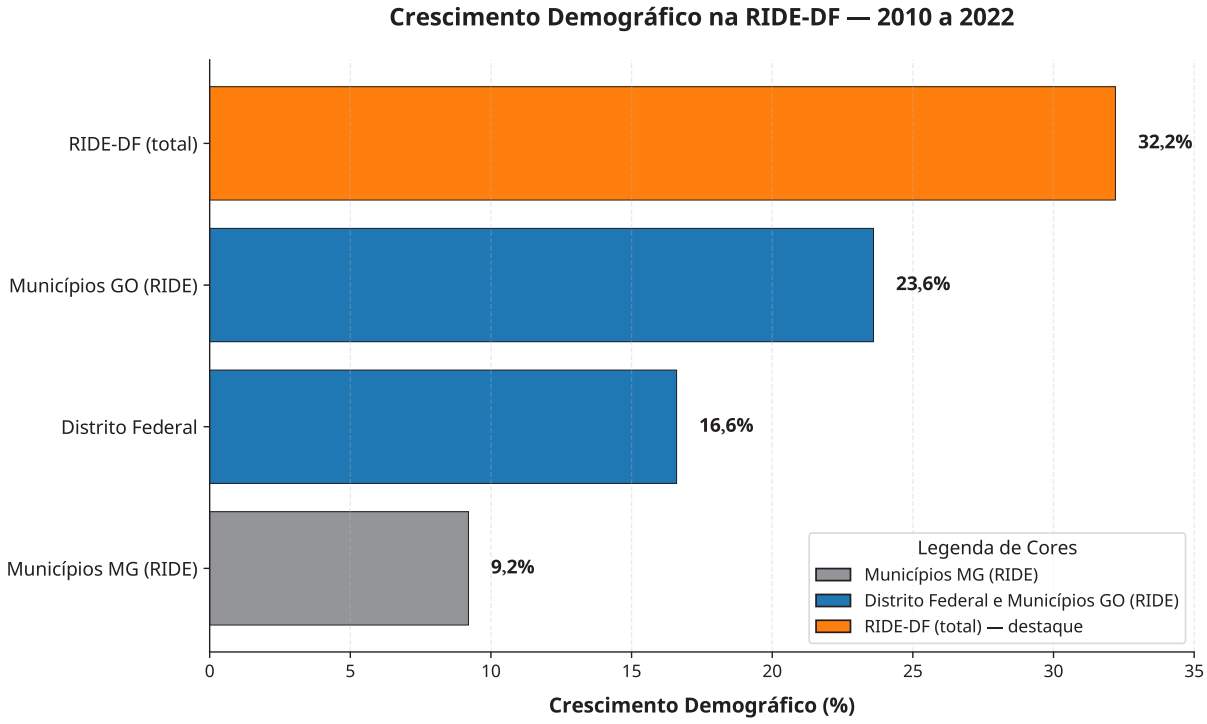


Gráfico 5: Crescimento demográfico na RIDE-DF (2010-2022). A expansão metropolitana amplia a demanda por serviços de cidadania nos municípios do entorno. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022.

3.1.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

> A Câmara Técnica de Cidadania alinha suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo que a garantia de direitos e a inclusão social são pilares do desenvolvimento humano sustentável.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 1 — Erradicação da Pobreza**	As ações voltadas para a redução da vulnerabilidade social e ampliação da rede de proteção básica (CRAS) apoiam a erradicação da pobreza.
	**ODS 5 — Igualdade de Gênero**	As políticas de proteção à mulher e combate à violência doméstica promovem diretamente a igualdade de gênero no DF.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A ampliação do acesso a serviços socioassistenciais nas Regiões Administrativas mais carentes contribui para a redução das desigualdades.
	**ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes**	O fortalecimento da cidadania e a garantia de direitos fundamentais para a população vulnerável promovem a paz e a justiça social.

3.1.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Cidadania formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

3.1.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Diminuir fluxo migratório do DF para a RIDE em 20% até 2040.	Aumentar as oportunidades de emprego no território onde vivem as pessoas, com a implementação de polos de emprego, qualificação e inovação, incubadoras e distritos tecnológicos na RIDE e no DF.	Mapear vocações da RIDE, como agronegócio, logística, saúde, educação, tecnologia, para investimento direcionado.
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Tornar o DF referência nacional em prevenção e cuidado em saúde mental até 2040.	Diminuir em 35% as tentativas de suicídio registrados no DF até 2030. Aumentar em 200% o acesso em pontos de acolhimento e escuta . 100% das RAs com pontos de acolhimento e escuta localizados em até 20 minutos de deslocamento das residências. Implementar em 100% das escolas públicas e empresas com mais de 100 funcionários os programas de saúde mental . Diminuir em 40% o absenteísmo no serviço público por casos de saúde mental.	Realizar Setembro Amarelo permanente, com as capacitações de Primeira Escuta, professores, líderes comunitários, policiais, porteiros, brigadistas – Foco: Como acolher e para onde encaminhar.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Reduzir em 20% a taxa de desocupação nas RAs mais vulneráveis do DF até o ano de 2040.	Criar 60.000 novas vagas formais para o DF e RIDE, priorizando 40% das vagas para fora do Plano Piloto até 2030. Reduzir de 45% para 30% o fluxo de trabalhadores das RAs para o Plano Piloto até 2040.	Implementar polos de vocação por RAs, tais como, agronegócios, logística, TI, Turismo, Cultura, Economia Criativa, Serviços. Criar Distrito Produtivo por RA, através das PPP+CRÉDITO MPE+ FCO.
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Ampliar o acesso ao crédito produtivo para microempreendedores urbanos e rurais. Estimular a formalização, geração de renda e inclusão produtiva. Reduzir barreiras de garantia para pequenos negócios. Consolidar o BRB para que seja o banco prioritário de fomento ao microcrédito no DF.	Criar Fundo Garantidor para Microcrédito Urbano e Rural.	Elaborar proposta de lei para criação do fundo pelo GDF com auxílio do BRB. Priorizar o BRB como agente financeiro das operações. Estabelecer fonte de recomposição anual por dotação orçamentária parametrizada pelas receitas tributárias próprias do DF, com teto anual. Definir público-alvo, limites de crédito, percentual de garantia, critérios de elegibilidade e governança. Implantar projeto-piloto em regiões administrativas e áreas rurais prioritárias
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Tornar o DF e a RIDE referência em mobilidade metropolitana integrada, segura, sustentável, com redução de 30% de deslocamento em veículo particular até o ano de 2040.	Reduzir em 40% o tempo médio de deslocamento casa/trabalho na RIDE até 2040. Aumentar em 100% a integração tarifária entre o DF e os municípios da RIDE.	Criar corredores para VLT e preferenciais nas BR e vias estaduais de acesso ao DF para redução do tempo de deslocamento em 25% até 2030. Criar um projeto piloto de bilhete único no APP para Taguatinga, Águas Lindas, Ceilândia. Realizar Blitz educativa “RESPEITANDO VIDAS”, nas cinco vias com maior número de acidentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Tornar o DF uma das três metrópoles nacionais de maior destaque em inovação, sustentabilidade, e economia criativa.	Aumentar em 100.000 o número de empregos formais ligados à economia criativa até 2040. Conectar a totalidade das RAs numa única Rede metropolitana de dados e serviços relacionados à cultura e energia criativa.	Realizar o HACKATHON METRÓPOLE em 2027, com a finalidade de propor soluções em definitivo que afetam à população, por exemplo, fila da saúde por IA, mobilidade por dados, lixo por economia circular. Realizar, em 2027, uma VITRINE CRIATIVA DO DF, com o lançamento do Primeiro Festival DF Criativo no Eixo Monumental, com a participação de artistas, startups, produtores das RAS divulgando seu trabalho para o Brasil.
Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico	Garantir que Brasilia seja Referência Mundial em Gestão de Patrimônio Moderno sem a perda dos preceitos que lhe garantem o título concedido pela Unesco.	Preservar a cultura “ocupando para preservar”, gerando editais semestrais, para ocupação mínima de 50 espaços modernistas com arte, música, gastronomia, tecnologia. Tornar as Superquadras um palco a céu aberto, preservando o verde, com Plano de manutenção e reposição do paisagismo Original, através de programas, como adote um canteiro.	Realizar em 2027 ações como Blitz do Patrimônio para mapear obras de arte e edifícios públicos e seu estado de conservação. Realizar ações nas SUPERQUADRAS, com o mote “ MUSEU A CÉU ABERTO”, com arte, música, feira, restauro, tendo como meta 50.000 visitantes.
Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico	Incentivar a criação de empregos ligados à Economia do Patrimônio.	Gerar 60.000 empregos ligados a Economia do Patrimônio: Turismo, Restauro, Cultura, Design, Educação para Cidadania, Educação para Paz, até 2040.	Aumentar em 40% a ocupação cultural nos espaços modernistas ociosos: Museus,Teatros, Auditórios, Palácios e outros.

3.1.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Cidadania reconhece que os desafios relacionados ao desenvolvimento do Distrito Federal são complexos e interdependentes, exigindo soluções construídas de forma articulada entre diferentes áreas de conhecimento e atuação. Por essa razão, as propostas apresentadas anteriormente foram concebidas em alinhamento com o Mapa Estratégico do Plano O DF Que a Gente Quer 2026–2040, contribuindo simultaneamente para diversos Objetivos Estratégicos e estabelecendo conexões com outras Câmaras Técnicas do CODESE-DF.

Essa integração amplia o potencial transformador das iniciativas propostas, favorece a coordenação entre políticas públicas e fortalece uma visão sistêmica do desenvolvimento do Distrito Federal. Mais do que compartilhar temas de interesse comum, as Câmaras Técnicas atuam de forma complementar, potencializando resultados e promovendo soluções mais efetivas para os desafios do território.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Cidadania são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Educação	Incorporar cidadania, direitos, integridade e cultura de paz aos processos educacionais.	Escola de Paz; educação em direitos; materiais pedagógicos; formação de professores; Cidade Educadora.
Segurança	Prevenir violência e conflitos e garantir segurança no acesso aos espaços e serviços.	Justiça restaurativa; mediação; Mapa do Medo; paradas seguras; Esporte à Meia-Noite.
Felicidade	Integrar cidadania, pertencimento, convivência e bem-estar coletivo.	Educação para felicidade; campanhas; eventos; cultura de paz; indicadores de bem-estar.
Saúde	Articular acesso a direitos, saúde mental, prevenção e proteção aos grupos vulneráveis.	Saúde mental acessível; prevenção do sofrimento; ações comunitárias; qualidade de vida.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Esporte, Atividade Física e Lazer	Utilizar esporte e lazer como instrumentos de inclusão, convivência e prevenção.	Cidade Educadora; Ruas de Lazer; Esporte à Meia-Noite; cultura de paz.
Mobilidade	Garantir transporte acessível, inclusivo e orientado às necessidades dos usuários vulneráveis.	Tarifa social; Bilhete Único; gratuidade; conselhos; rotas prioritárias; combate ao assédio.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Incluir moradores do Entorno nas decisões relativas a transporte, serviços e cidadania metropolitana.	Fórum de Cidadania Metropolitana; Bilhete Único DF–Entorno; rotas intermunicipais.
Tecnologia	Utilizar dados e instrumentos digitais para acesso, participação, segurança e monitoramento.	Rede metropolitana; aplicativos; plataforma patrimonial; hackathons; Mapa do Medo.
Cultura e Economia Criativa	Integrar cultura, memória, patrimônio, pertencimento e geração de renda.	Ocupação cultural; empregos criativos; mestres da cultura; festivais; Superquadras.
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Transformar patrimônio e identidade territorial em experiências com participação comunitária.	Turismo Cidadão; roteiros Brasília das Pessoas; guias locais; gastronomia patrimonial.
Habitação e Urbanismo	Integrar uso democrático da cidade, habitação, patrimônio e ocupação dos espaços públicos.	Morar no Plano; Superquadras; espaços modernistas; retrofit; ocupação social.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Sustentabilidade	Incorporar preservação ambiental e responsabilidade cidadã às ações territoriais.	Paisagismo; adoção de canteiros; retrofit sustentável; economia circular.
Comércio e Serviços	Conectar patrimônio, cultura e inclusão produtiva a serviços, trabalho e geração de renda.	Economia do patrimônio; restauro; turismo; gastronomia; design; ocupação econômica.
Moda	Integrar a moda às atividades criativas e às oportunidades de trabalho previstas no Plano.	Empregos criativos; Vitrine Criativa; festival; produtores das RAs.
Inovação	Desenvolver soluções colaborativas para problemas sociais, territoriais e de acesso aos serviços.	Hackathon Metrópole; saúde por IA; mobilidade por dados; economia circular; plataformas.

Considerações para implementação

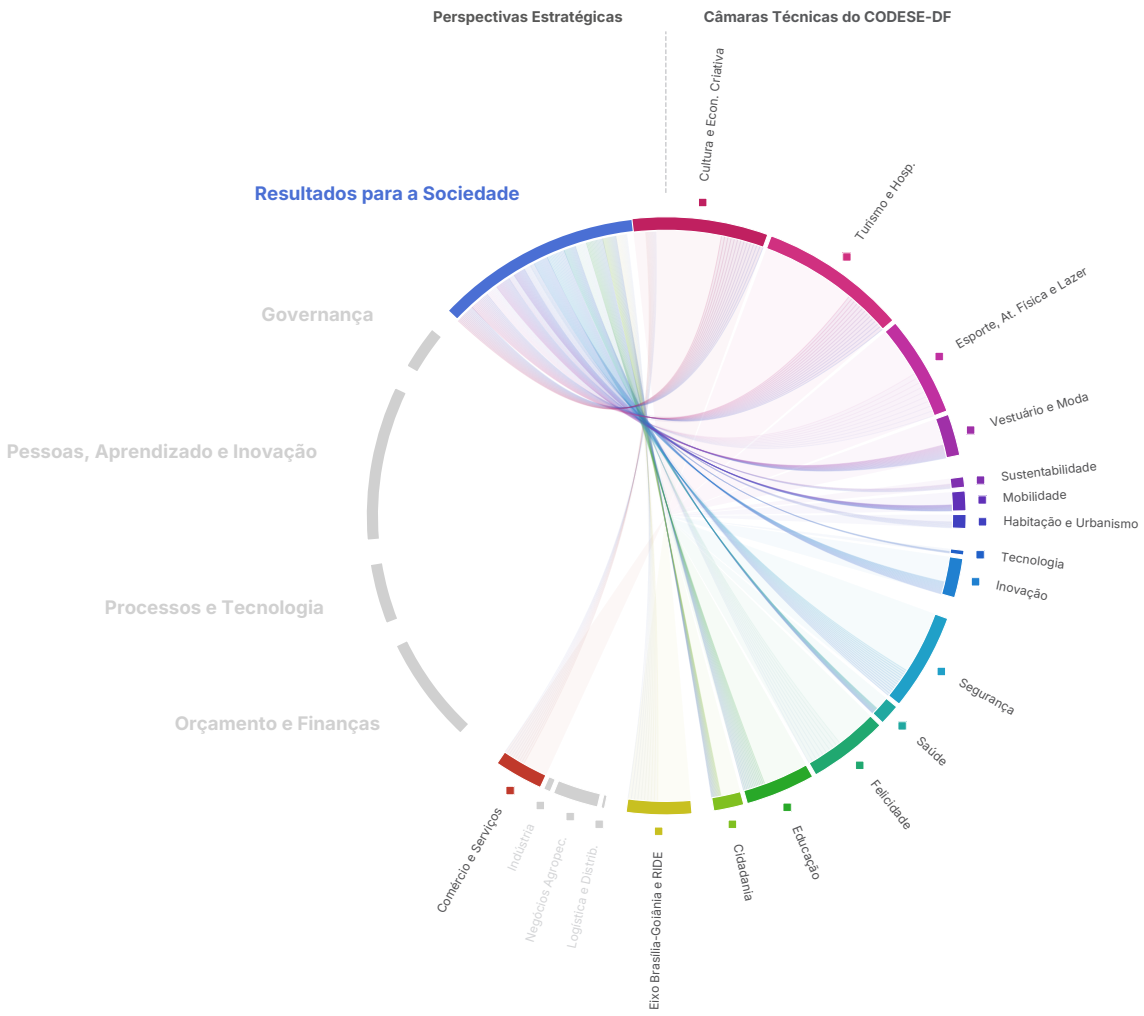
As propostas de educação para cidadania dependem principalmente da cooperação com Educação, Segurança, Felicidade e Saúde. As ações de mobilidade cidadã exigem articulação com Mobilidade, RIDE, Tecnologia e Segurança. As iniciativas de patrimônio e pertencimento envolvem Cultura e Economia Criativa, Turismo, Habitação e Urbanismo, Sustentabilidade e Educação.

As propostas de participação devem preservar a representação dos moradores das Regiões Administrativas (RAs), dos municípios Entorno e dos grupos vulneráveis nos fóruns, conselhos e processos decisórios previstos.

A responsabilidade da Câmara de Cidadania permanece vinculada às ações que lhe são atribuídas, enquanto as demais Câmaras contribuem com entregas específicas relacionadas a educação, segurança, transporte, tecnologia, cultura, patrimônio e inclusão.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Cidadania · 15 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: CIDADANIA

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

- Cultura e Economia Criativa
- Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
- Esporte, Atividade Física e Lazer
- Vestuário e Moda
- Sustentabilidade
- Mobilidade e Infraestrutura
- Habitação e Urbanismo
- Tecnologia
- Inovação
- Segurança
- Saúde
- Felicidade
- Educação
- Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
- Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

3. Cidadania e Desenvolvimento Social

3.2 Educação

3.2.1 Apresentação e Contexto

> A educação é o principal vetor de mobilidade social e de redução de desigualdades no Distrito Federal. Com a maior taxa de mestres e doutores do país e escolaridade média dos adultos acima da média nacional (Panorama do DF 2026), o DF possui ativos excepcionais que, no entanto, convivem com disparidades territoriais profundas entre o Plano Piloto e as regiões administrativas periféricas.

3.2.2 Panorama Atual do DF

3.2.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF apresenta o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre as capitais brasileiras para os anos finais do Ensino Fundamental. No entanto, a taxa de abandono escolar no Ensino Médio, em Regiões Administrativas (RAs) como Ceilândia e Planaltina ainda supera a média distrital em 40%.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Transformar 60% das escolas públicas de nível médio em escolas de tempo integral até 2040, especialmente no tocante às áreas com vulnerabilidade.

3.2.2.2 Comparativo Nacional e Regional

O IDEB 2023 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental revela profundas disparidades territoriais na educação brasileira. Enquanto o Distrito Federal lidera com nota 7,3, seguido por estados como São Paulo (6,8) e Espírito Santo (6,9), regiões como Maranhão (4,8) e Pará (5,1) ficam significativamente abaixo da média nacional de 6,0. Essa segregação educacional reproduz as desigualdades de renda, evidenciando que escolas em regiões de baixo IDH carecem de professores capacitados, bibliotecas equipadas e infraestrutura digital, perpetuando um ciclo vicioso de vulnerabilidade socioeducacional que compromete as oportunidades de desenvolvimento dos estudantes nas áreas mais desfavorecidas.

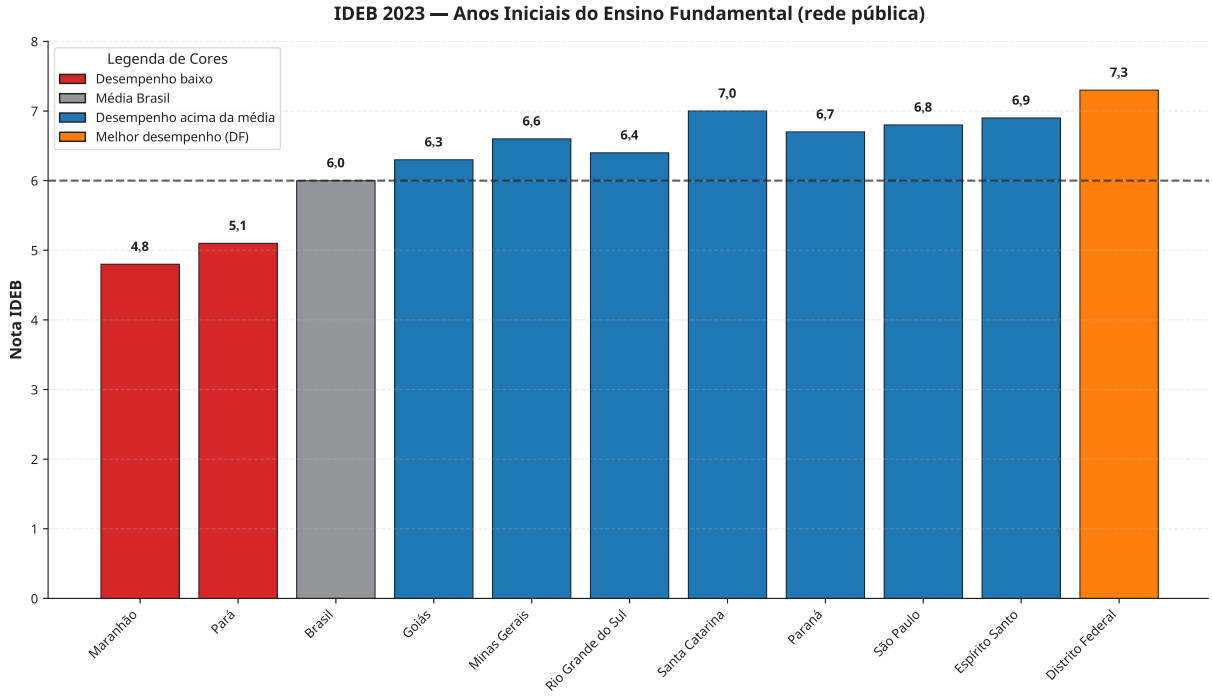


Grafico 6: IDEB 2023 - Anos Iniciais EF (rede publica). O DF (7,3) lidera o ranking nacional, acima de Santa Catarina (7,0) e da média Brasil (6,0). Fonte: INEP - Resultados do IDEB 2023. Disponível em: gov.br/inep/ideb

3.2.2.3 Desigualdades Regionais na Alfabetização

A taxa de analfabetismo varia significativamente entre as Unidades Federativas brasileiras, revelando profundas disparidades regionais. Enquanto o Distrito Federal apresenta a menor taxa do país (2,0%), seguido por Santa Catarina (2,5%) e São Paulo (2,8%), estados do Nordeste enfrentam desafios muito maiores, com Maranhão (12,8%), Piauí (11,5%), Alagoas (11,2%), Paraíba (10,8%) e Ceará (10,2%) apresentando taxas que ultrapassam em mais de duas vezes a média nacional de 4,9%. Essa concentração de analfabetismo nas regiões menos desenvolvidas evidencia a persistência de desigualdades educacionais estruturais e aponta para a necessidade de políticas públicas diferenciadas que fortaleçam o acesso e a qualidade da educação básica, particularmente nos estados nordestinos.

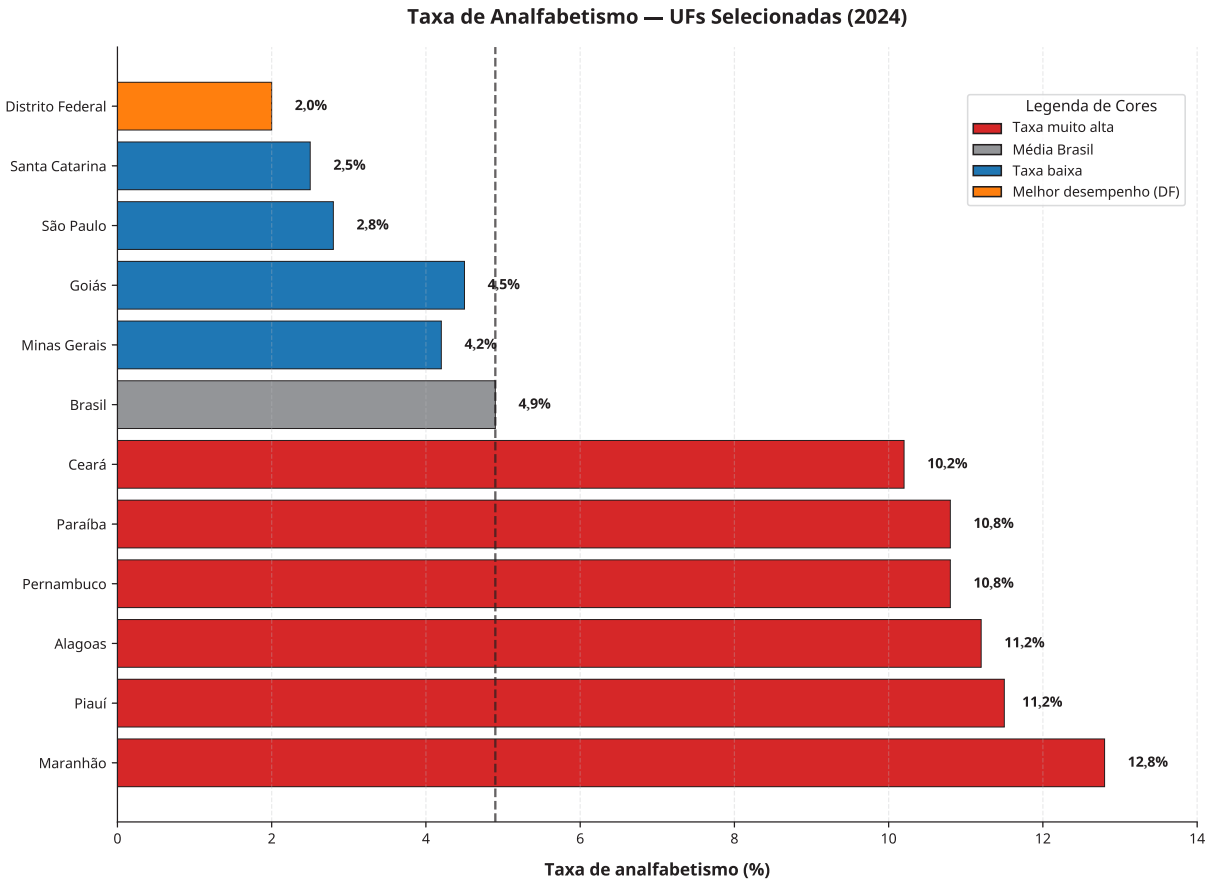


Gráfico 7: Taxa de analfabetismo por UF (%, 2024). O DF (2,0%) apresenta a menor taxa do país, abaixo de Santa Catarina (2,5%) e da média Brasil (4,9%). Fonte: IBGE - PNAD Contínua 2024. Disponível em: ibge.gov.br/pnad

3.2.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Educação conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a educação de qualidade como fundamento do desenvolvimento humano e da redução das desigualdades.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 4 — Educação de Qualidade**	A expansão da educação em tempo integral, a modernização da infraestrutura escolar e a valorização dos professores garantem educação de qualidade.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A equalização da qualidade do ensino entre as diferentes Regiões Administrativas e a RIDE reduz as desigualdades educacionais e sociais.

3.2.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Educação formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

3.2.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Garantir e ampliar em 100% a ocupação em creches e pré-escolas para famílias em situação de vulnerabilidade, para Universalização da Pré-Escola, até 2030. Transformar 60% das escolas públicas de nível médio em escolas de tempo integral, com foco em atividades culturais, esportivas e inclusão digital por meio das bibliotecas escolares, até 2030. Utilizar o IDH-M Educação para medir índices de qualidade de ensino, com base na escolaridade da população adulta e no fluxo escolar dos jovens, até 2040. Acompanhar os índices de qualificação escolar no DF - IDEB para direcionar o orçamento e ações em áreas mais vulneráveis, além da	Ampliar a ocupação em creches e pré-escolas visando zerar as filas de espera nas creches do DF e entorno. Transformar escolas públicas de nível médio, em “polos de cidadania”, oferecendo assistência social, saúde e inclusão digital, no formato escola integral. Modernizar os acervos e os acessos à Internet nas bibliotecas escolares para que reflitam a diversidade étnico-racial e cultural de cada região, reduzindo o “gap” de inclusão digital e formação escolar. Destinar mais recursos humanos e financeiros, com professores capacitados para as regiões com os menores indicadores sociais - IDH-M. Implementar a Busca	Abrir as quadras e laboratórios de informática das escolas nos fins de semana para a comunidade, com oficinas de cidadania e acesso à inclusão digital. Cumprir as leis 12.244/2010 e 14.837/2024, que determinam a criação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino. Reforçar bolsas e auxílios diretos para estudantes de baixa renda na RIDE, evitando a evasão escolar imediata, por necessidade de trabalho. Ampliar a distribuição de ações e investimentos em Educação, para o aumento do IDEB para 6, em escolas de nível médio, no DF e entorno, até 2040.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	formação técnica e tecnológica, até 2040.	ativa com programas para trazer de volta à escola quem abandonou os estudos, focando na inclusão de jovens de ensino médio e, em adultos da periferia. Expandir os polos de formação técnica em tecnologias digitais e economia verde, visando a empregabilidade imediata.	
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Transformar 60% das escolas públicas de nível médio, em escolas de tempo integral, com foco em atividades culturais, esportivas, inclusão digital e inteligência emocional, até 2030. Implementar o programa "Escola de Paz" em 100% das unidades de ensino, observando áreas de violência escolar , a partir do índice de queda no número de ocorrências policiais em perímetros escolares, até 2040. Reativar e modernizar os Centros Olímpicos e Paralímpicos (COPs), com funcionamento nos três turnos, até 2030.	Ampliar a Educação Integral, incluindo no conteúdo didático temas relacionados à tecnologia e inovação, inteligência emocional, resolução de conflitos (cultura de paz). Implementar, nas escolas públicas, as diretrizes para a formação de “Brasília Capital da Felicidade”, com foco na melhoria do bem-estar psicológico e social da comunidade. Ampliar o currículo escolar acrescentando noções sobre alimentação saudável, prevenção de doenças e cuidado com a saúde mental.	Realizar Mutirões de Saúde Mental, formando grupos de apoio e atendimento psicológico itinerante nas escolas para alunos e professores, combatendo o burnout e a violência escolar. Ampliar a oferta de refeições nas escolas de regiões vulneráveis, garantindo que o aluno tenha acesso a nutrição básica mesmo em períodos de recesso curto. Implementar jornadas para incentivar talentos em tecnologia e inovação, nas escolas públicas. Expandir os espaços esportivos nas periferias e restaurar os Centros Olímpicos e Paralímpicos (COPs).

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Expandir o Ensino Técnico (CETF) voltados para a necessidade de cada RA , com destaque para áreas vulneráveis e vocação rural, até 2040. Estabelecer e ampliar parcerias para estágios e programa primeiro emprego, direto com 60% de empresas sediadas no DF, até 2030. Aumentar em 70% os polos do “Renova DF” e cursos de tecnologia e inovação, direcionados para jovens de baixa renda até 2040.	Aumentar parcerias com instituições de pesquisa agrícola, visando a melhoria de cursos técnicos direcionados para a vocação rural das respectivas regiões. Instituir o cumprimento das Leis da Aprendizagem e Estágio nas empresas para utilizarem as cotas obrigatórias e facilitar a aceitação da parceria PPP. Promover o ensino de gestão financeira e economia criativa para que o jovem saiba criar seu próprio negócio. Ampliar programas de requalificação profissional focados no ensino técnico, inovação e novas tecnologias para quem já está fora da idade escolar. Expandir o programa Pró-Jovem Digital, focado em jovens de 15 a 29 anos, para aumentar a oferta de cursos em áreas como IA, marketing digital e e-commerce.	Capacitar jovens empreendedores, organizando cursos de treinamento, em áreas de alta demanda, a serem levantadas junto ao setor produtivo. Fomentar e desburocratizar o microcrédito educativo em parceria com diversos bancos, visando oferecer crédito aos jovens empreendedores. Ampliar o currículo nas escolas de nível médio, acrescentando novas tecnologias e inclusão digital, como disciplinas obrigatórias.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Garantir que o cartão escolar seja aceito em todos os modais (Ônibus, Metrô, VLT), com interoperabilidade completa em 100%, até 2030. Atender 80% dos alunos residentes em áreas de difícil acesso, com linhas circulares para o acesso escolar, até 2040. Garantir que nenhum aluno precise caminhar mais de 1km, até o ponto da linha do transporte escolar, até de 2030. Diminuir o tempo total de deslocamento “casa-escola” em pelo menos 30%, comparado ao sistema atual, até 2030. Aumentar a oferta de viagens em transporte público, em 40%, nos raios de confluência escolar, durante os turnos de entrada e saída das escolas, até 2040. Aumentar a segurança do trajeto entre casa e escola, diminuindo atropelamentos, acidentes e atos de violência em áreas escolares, em 90% , até 2040.	Complementar linhas de transportes circulares escolares que transportem alunos de áreas rurais ou periféricas até as estações de metrô/trem para terem acesso ao Plano Piloto. Expandir o bilhete único e a integração tarifária para o transporte semiurbano do Entorno, que concentra 94% dos passageiros interestaduais do DF. Modernizar a frota de transporte público escolar, com a introdução de ônibus elétricos e ampliação das linhas dos “zebrinhas” para atender áreas mais afastadas. Transformar o trajeto entre casa e escola em um percurso protegido, iluminado, acessível e confortável para crianças e adolescentes, diminuindo a insegurança, atropelamentos, acidentes e atos de violência em áreas escolares. Estimular a mobilidade ativa a partir do deslocamento a pé ou de bicicleta	Unificar a gestão do benefício de transporte para estudantes que moram na RIDE e estudam no DF (e vice-versa), eliminando custos imediatos de deslocamento. Propiciar a melhoria do policiamento, sinalização e iluminação nas vias de acesso às escolas para incentivar o deslocamento a pé ou de bicicleta, e proporcionar rotas escolares seguras.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		com segurança, formando cidadãos que priorizem o pedestre, a bicicleta e o transporte público por meio da educação no trânsito.	
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Destinar 3% do PIB local para Pesquisa e Desenvolvimento em tecnologias inovadoras, até 2040. Garantir que 80% dos jovens que concluam o ensino médio, na rede pública, tenham certificação em competências digitais básicas, até 2030. Adotar uma matriz energética renovável em 80% dos prédios públicos do DF, operando com energia solar ou outras fontes renováveis, até 2040.	Transformar escolas em "Maker Spaces", onde os alunos resolvam problemas reais da cidade usando tecnologia e ciência em laboratórios de inovação digital. Implementar currículos focados em sustentabilidade aplicada, gestão de resíduos, energia limpa e preservação do bioma no DF e entorno. Ampliar as áreas de energias renováveis em órgãos públicos do GDF.	Liberar sinal de alta velocidade de internet nas áreas externas das unidades escolares para a comunidade do entorno, criando um Wi-Fi Social. Instituir cursos intensivos, estilo imersão, para jovens, estabelecendo Bootcamps de inclusão digital, nas escolas públicas. Desenvolver projetos, em órgãos públicos, para ampliação de energias renováveis no GDF, ampliando as PPPS, em energia limpa.
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Engajar 100% das escolas públicas do entorno e periferia, em programas de vivência no território UNESCO, Brasilia Patrimonio da Humanidade e "Capital da felicidade", até 2040. Impulsionar o uso da Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) em cerca de 70%, com maior integração entre bibliotecas públicas e	Propiciar nas escolas, o ensino regular do valor histórico de Brasília para gerar o sentimento de pertencimento e a promoção da cidade como "Capital da felicidade". Discutir, nas escolas, o uso do espaço urbano de Brasília e sua identidade, visando estimular o pensamento crítico	Ampliar o engajamento dos alunos da periferia e do entorno para conhecer o centro político e histórico do DF. Desenvolver projetos de revitalização de praças e muros escolares feitos pelos próprios alunos, gerando pertencimento imediato. Investir na ampliação e renovação da rede de bibliotecas públicas do DF e da Biblioteca Nacional de Brasília, estimulando parcerias no setor privado e outras

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	escolares, até 2030. Construir novas unidades escolares nos casos em que a escola esteja com mais de 40% do estado de conservação deteriorado, até 2030.	sobre o futuro do DF. Aumentar os investimentos na Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), visando a modernização do espaço físico, atualização do mobiliário, expansão digital do acervo, ampliação do suporte profissional e maior integração com as outras bibliotecas públicas e escolares. Executar o plano de manutenção escolar focando em reformas necessárias e urgentes, em áreas de vulnerabilidade.	instituições públicas. Priorizar a conclusão das obras em escolas públicas e técnicas, nas regiões de alta demanda.

3.2.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Eliminar. em 100% , as filas de espera por vagas, em escolas de nivel médio, possibilitando, a distribuição de vagas próximas da residência, até 2040. Integrar em 100% o programa “Total Saúde-Social”, com as bases de dados de Educação, até 2040. Agregar 100% dos	Orientar todos os alunos para a gestão de sua identidade digital, reduzindo a resistência e incentivando o conceito de Cidadania Digital. Treinar servidores, professores e gestores escolares para alimentar 100% das bases de dados da SEEDF, garantindo	Implementar oficinas práticas sobre o uso do Sistema Educacenso e a integração de dados com o Meu SUS Digital, junto aos alunos, seus responsáveis, servidores e professores das escolas. Integrar os sistemas de informação para melhoria pedagógica e socio-emocional dos alunos de ensino médio, unificando dados sobre matrícula, saúde, serviço

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	dados da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), visando a redução da violência escolar, até 2040.	que os dados sejam integrados. Unificar dados que facilitem a identificação de alunos que abandonaram a escola por motivos de saúde ou vulnerabilidade social.	social e segurança, entre outros.
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Possibilitar a a geração de dados por IA, visando a prevenção do abandono escolar no ensino médio, até 2040. Estimular o uso da Análise de Sentimento em 60% das escolas, para identificar e evitar situações de conflito e violência , priorizando áreas vulneráveis, até 2040. Implementar e integrar, em 70%, de forma ética e assistida, ferramentas de IA nas práticas pedagógicas, na rede pública de ensino do Distrito Federal, até 2030.	Desenvolver algoritmos de IA integrados aos dados de frequência e desempenho escolar, gestão de sentimentos e segurança, para antecipar riscos sociais ou evasão escolar. Utilizar plataformas adaptativas de aprendizado com softwares de IA pedagógicos, que auxiliem e orientem as tarefas escolares. Formar cidadãos críticos que saibam interagir com assistentes virtuais de IA do GDF e que forneçam dados para a “escuta ativa”.	Integrar os sistemas i-Educar e o CRAS para criar um fluxo automatizado preventivo de evasão e vulnerabilidade escolar. Implantar, nas escolas do GDF, IA de softwares educativos que auxiliem e orientem as tarefas escolares.
Reformular canais digitais com acessibilidade e desenho universal	Aumentar em 60% a quantidade de serviços digitais assistivos e disponíveis nas plataformas educacionais da SEEDF, até o final de 2030. Atingir 100% de acessibilidade e Desenho Universal nos sites institucionais e	Ampliar a Educação Inclusiva por meio de tecnologias assistivas e possibilitar aos alunos com deficiência, navegarem nos canais digitais educacionais. Aplicar os princípios pedagógicos de Desenho Universal na Aprendizagem	Mapear e incrementar softwares assistivos e ferramentas de tradução em Libras nas salas de aula e laboratórios de informática, nas escolas. Promover uma auditoria de acessibilidade aplicand na Aprendizagem o testes automáticos nas páginas principais do GDF para identificar erros críticos de navegação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	programas da SEEDF, até 2040.	(DUA) no desenvolvimento das interfaces de governo e escolas públicas, garantindo que a linguagem seja clara, simples e compreensível.	
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Utilizar 100% de dados geoespaciais para orientar investimentos, identificar vulnerabilidades, planejar mobilidade e infraestrutura, visando a melhoria do desenvolvimento educacional, até 2040.	Ampliar o ensino de ferramentas como SIG (Sistemas de Informação Geográfica) para servidores, nas escolas públicas. Incentivar a formação de gestores capazes de interpretar mapas para converter "pontos no mapa" em políticas de educação, saúde ou segurança. Identificar carências por meio do cruzamento de dados de evasão escolar com mapas de renda, possibilitando apontar onde o investimento em infraestrutura é mais urgente. Ampliar a análise da densidade demográfica estudantil para definir onde construir novas creches, escolas, postos de saúde ou linhas de ônibus.	Realizar oficinas de "Alfabetização de Dados" para desenvolver a competência da leitura de mapas de calor e densidade, focando em tomada de decisão, na política educacional. Cruzar dados do GeoPortal, i-Educar com o mapa de vulnerabilidade social para identificar "manchas" de falta de transporte, infraestrutura urbana ou vulnerabilidades sociais próximas de escolas no DF e entorno.

3.2.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Promover saúde mental, bem-estar e ambientes institucionais saudáveis	Elevar o IDEB do Ensino Médio para 6,0, tendo em vista que o maior valor é 10,0, até 2030. Reduzir a disparidade de notas entre as CREs com maior e menor desempenho em 15%, até 2030. Treinar 5.000 (cerca de 13,3%) professores por ano no uso de IA e outras inovações tecnológicas e pedagógicas, até 2030. Implementar um programa de reconhecimento que contemple os 10 projetos escolares mais inovadores da instituição escolar, com bônus ou auxílio-formação, até 2040.	Criar jornadas de aprendizado reforçando o estudo de Matemática e Língua portuguesa, em especial nas áreas mais vulneráveis. Implementar ferramentas de IA educativo para automação de tarefas didáticas, em sala de aula. Aprimorar trilhas pedagógicas para que servidores e professores das escolas públicas do DF recebam letramento digital, no uso de ferramentas de IA educativo.	Ampliar jornadas de ensino de Matemática e Português para potencializar o aprendizado dessas matérias nas áreas com maior vulnerabilidade e menor índice IDEB. Implantar o uso de IA e novas tecnologias didáticas por alunos, professores e servidores, em todas as escolas públicas do DF e entorno. Promover premiação anual por reconhecimento de projetos escolares inovadores com aplicações de IA nas escolas do DF e entorno.
Promover saúde mental, bem-estar e ambientes institucionais saudáveis	Garantir que 100% dos professores, em regência de classe, realizem ao menos um curso na Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Distrito Federal- EAPE, por ano até 2030. Treinar 80% do corpo docente em ferramentas de educação mediada por tecnologia inovativa,	Ampliar programas de capacitação contínua que acompanhem a evolução das carreiras docentes nas escolas públicas do GDF. Criar sistemas de reconhecimento de desempenho funcional, baseados em ética e resultados práticos com participação conjunta de alunos, pais e a comunidade. Promover o intercâmbio	Divulgar e facilitar o acesso a bolsas de estudo (mestrado e doutorado) para servidores efetivos nas escolas públicas, focando em áreas estratégicas e transversais para o desenvolvimento de carreira e intercâmbio entre CREs. Garantir que os professores completem formação em novas metodologias ativas. Expandir o uso do sistema de Gestão de Desempenho por Competências para avaliações 360º que incluam ética e

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	até 2030. Realizar ciclos de avaliação 360º para 100% dos gestores escolares anualmente, até 2040. Alcançar o índice de 20% de professores com pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado) em áreas correlatas à sua atuação, até 2030. Fortalecer a rede de bibliotecas públicas de Brasília como uma instituição de disseminação cultural de literatura brasiliense, de inclusão digital e alfabetização da comunidade adulta, até 2030.	técnico entre as diversas CREs, incentivando projetos transversais e colaborativos, voltados para a comunidade. Criar premiação para os 3 melhores projetos pedagógicos por Regional de Ensino (GRE) com foco em boas práticas para a comunidade. Revitalizar a Biblioteca Pública de Brasília (BPB) como hub de preservação da memória local e inclusão sociodigital na comunidade.	produtividade docente. Fortalecer a rede de informações coordenada pela Biblioteca Pública de Brasília (BPB) como hub de preservação da memória local e inclusão sociodigital na comunidade.
Valorizar o servidor público e modernizar a cultura administrativa	Treinar 100% dos servidores da ponta nas CREs, em técnicas de Comunicação Não-Violenta (CNV), até 2030. Realizar 2 workshops anuais sobre ética docente, assédio e inclusão para todos os colaboradores, até 2030. Manter o índice de satisfação de pais e alunos NPS, métrica que mede a satisfação e a lealdade de alunos, pais ou colaboradores em relação a uma	Treinar equipes para conhecer as necessidades e experiências do cidadão com escuta ativa, antes de oferecer soluções. Eliminar termos técnicos na comunicação direta com o aluno e a comunidade para melhorar a percepção do público sobre a gestão da Educação, por meio da empatia, clareza e simplicidade na linguagem. Transformar espaços	Receber o cidadão (pais, alunos e professores) com foco na solução, e não apenas no protocolo. Praticar a escuta ativa, sem interrupções para entender as necessidades da Educação na comunidade, traduzindo termos técnicos para uma fala acessível, garantindo que todos compreendam seus direitos e deveres. Criar espaços onde pais e alunos se sintam respeitados e “em casa” dentro das escolas públicas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	instituição de ensino, acima de 80 pontos, até 2030.	físicos e digitais em ambientes acolhedores, humanizados e eficientes, visando o compromisso do GDF com os pais e alunos, na comunidade.	
Promover saúde mental, bem-estar e ambientes institucionais saudáveis	Reduzir, em 80%, o índice de violência escolar, por meio de programas de mediação de conflitos até 2030. Implementar, integralmente, a Lei 13.935/2019, garantindo a presença de psicólogos e assistentes sociais, em todas as regionais de ensino, até 2040. Reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 2%, no ensino médio, até 2030. Adaptar 70% dos materiais didáticos para alunos com deficiência (PCD), dentro do prazo de 60 dias, após a matrícula, até 2030.	Fortalecer políticas de equidade e mediação de conflitos para evitar o burnout. Treinar gestores e educadores para identificar sinais de burnout, ansiedade e depressão no ambiente escolar. Oferecer auxílio-terapia ou parcerias em plataformas de saúde mental, disponíveis, no ambiente escolar. Oferecer maior apoio psicológico e assistência social, bem como instituir ações de qualidade de vida integradas à rotina escolar. Estimular coletivos de funcionários e alunos para proporem e implantarem melhorias específicas na infraestrutura educacional e sócio-emocional, por meio de programas contínuos de letramento sobre racismo estrutural, capacitismo, lgbtfobia, entre outros. Garantir	Realizar webinários curtos e obrigatórios para gestores escolares sobre primeiros socorros psicológicos e aspectos de “erro construtivo”. Ampliar, em cada escola, grupos de voluntários, alunos, servidores e membros da comunidade para sugerirem melhoria física ou social-emocional, na unidade escolar. Realizar encontros mensais e enviar semanalmente via grupos oficiais (WhatsApp/E-mail) vídeos curtos ou podcasts (1-2 min) sobre combate ao racismo, capacitismo, LGBTfobia entre outras situações discriminadoras. Expandir a biblioteca digital com materiais assistivos adaptados ao conteúdo escolar, para evitar retrabalho em casos de deficiências comuns.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		que o material didático assistivo esteja disponível, no início do período letivo, ao aluno que foi identificado com alguma deficiência ou necessidade especial.	
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Aumentar em 80% o número de parcerias firmadas entre a Secretaria de Educação (SEEDF), UnB, FAP-DF, além de outras universidades e startups locais, com o objetivo de desenvolver tecnologias e metodologias inovadoras, até 2040. Capacitar 80% dos professores da rede pública em metodologias ágeis e “design thinking”, transformando o professor de um transmissor de conteúdo em um mediador de inovação, até 2040. Ampliar em 40% as vagas de ensino técnico integrado voltado para TI, energias renováveis e economia criativa, possibilitando um alinhamento direto com as demandas das empresas.	Estimular projetos "Adote uma Escola", com parcerias de empresas que doam equipamentos e mentoria para melhoria e qualificação do ensino público. Impulsionar parcerias de escolas públicas e de formação técnica com o BIOTIC (Parque Tecnológico de Brasília) para o treinamento dos professores da rede pública, nas áreas de TI, energias renováveis e outros temas inovadores. Ampliar programas de bolsas e residência tecnológica para que os alunos de nível médio possam ser treinados como técnicos e empreendedores.	Incrementar parcerias com empresas que possam doar equipamentos e mentoria para melhoria e qualificação do ensino público, estimulando inclusão digital e empreendedorismo. Expandir o Parque Tecnológico - BIOTIC, como instituição de suporte ao treinamento do corpo docente das escolas públicas, em novas tecnologias de informação. Aumentar subsídios diretos e simplificados para que microempresas contratem serviços de alunos de nível técnico , com foco em tecnologia digital. .

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Integrar 100% do Ecossistema de inovação ou Modelo de hélice quádrupla, onde atuam de forma sincrônica governo, academia, indústria e sociedade. Desburocratizar em 100% as iniciativas de inovação educacional no DF, para proporcionar a entrada de novas tecnologias e parcerias com setor produtivo. Implantar 60% de internet de alta velocidade e maior infraestrutura tecnológica nas escolas DF e entorno, combatendo a desigualdade digital e permitindo inovação tecnológica.	Impulsionar parcerias de escolas públicas e de formação técnica para desenvolver projetos inovadores com instituições de pesquisa e com o setor produtivo do DF. Estimular estágios, por meio do CIEE-DF nas áreas de informática e serviços administrativos, conectando o ensino diretamente às empresas. Intensificar a cooperação do setor privado com o projeto Educa.Conecta, implementando infraestrutura tecnológica e internet de alta velocidade em escolas públicas e rurais. Incrementar as parcerias privadas com projetos de inovação aberta, onde as empresas buscam soluções inovadoras em startups, para ganhar agilidade e fortalecer produtores de tecnologias locais. Aumentar programas de bolsas e residência tecnológica para que os graduados de ensino superior possam se manter focados em pesquisa e empreendedorismo.	Aumentar subsídios diretos e simplificados para que microempresas desenvolvam serviços com foco em tecnologia digital para a qualificação e desenvolvimento educacional. Desburocratizar financiamentos para ampliar parcerias do setor privado com instituições de ensino e pesquisa do DF, na melhoria de infraestrutura tecnológica e internet.

3.2.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Garantir que 95% dos alunos concluam o ensino fundamental, na idade recomendada (até 14 anos), até 2030. Estabelecer um sistema de transporte interfederativo que garanta o deslocamento de 100% dos alunos residentes em municípios do entorno e matriculados em escolas do DF, até 2040. Garantir que 100% das crianças do DF e RIDE estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino.	Criar uma instância permanente com GDF, CODESE e SEEDF, para que o plano de educação não se altere a cada gestão. Pactuar metas de alfabetização, aprendizagem e infraestrutura que sobrevivam a trocas de governo. Alinhar o currículo do Ensino Médio e Técnico às demandas reais de mercado mapeadas pelo setor produtivo local. Criar um sistema unificado para gerenciar o fluxo de alunos que moram no Entorno e estudam no DF. Otimizar rotas e custos entre o DF e municípios limítrofes para garantir o acesso físico à escola. Incrementar centros de capacitação de professores que atendam docentes de toda a Região Integrada.	Realizar termos de compromisso com diretores de escolas, estabelecendo metas claras de redução de evasão escolar, melhoria no aprendizado e qualificação do professorado e equipe de apoio escolar. Estimular a formação de Câmara Técnica especificamente para uma governança com secretários de educação do DF e dos municípios do entorno.
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Ampliar em 60% os espaços deliberativos onde a sociedade civil possa influenciar diretamente nas decisões locais para as escolas públicas, até	Ampliar a Plataforma “Escola Aberta”, onde pais e alunos possam acompanhar o uso da verba (PDAF) e opinem sobre prioridades da escola. Implementar	Ativar o “ZAP da Educação”, como um canal direto via WhatsApp/ Chatbot para que pais e alunos possam reportar problemas de infraestrutura ou falta de professores em tempo real.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	2040. Utilizar 100% de ferramentas online e redes sociais para consultas públicas rápidas e captação de demandas em tempo real, até 2030. Disponibilizar 100 % de informações em formatos que permitam a análise e o cruzamento de dados pela sociedade, até 2040.	consultas públicas digitais para o engajamento direto da comunidade e do setor produtivo na escolha de novos cursos técnicos ou modelos de escola. Transformar dados complexos do IDEB, em boletins simples, com linguagem acessível.	Realizar fóruns nas regionais de ensino para ouvir diretores e empresários locais sobre demandas de cursos técnicos.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Viabilizar um observatório ou painel de gestão de resultados integrando 100% de indicadores estratégicos, metas, responsáveis, prazos, orçamento vinculado e acompanhamento público para a Educação, até 2030.	Acompanhar o Observatório da Educação do DF, com indicadores em tempo real para antecipar ações preventivas de alunos em risco de evasão, através de algoritmos de IA apropriados. Incrementar o orçamento por performance e vincular recursos extras a escolas que atingirem metas de redução de abandono escolar por meio do Monitoramento do Plano Distrital de Educação (PDE). Implementar sem restrições as diretrizes do Novo Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 15.388/2026), sancionado em abril de 2026. Lançar consulta	Treinar gestores escolares na prestação de contas digital, reduzindo a inadimplência documental e liberando novos recursos. Ampliar a parceria com o Observatório da Educação Básica (ObsEB - UnB) para analisar o contexto educacional no DF. Acompanhar a implantação do Novo Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 15.388/2026), por meio do Observatório do PNE. Realizar um edital de chamamento para PPPs de manutenção das escolas públicas em situações críticas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		pública para parcerias com o setor privado focadas na reforma rápida de telhados, banheiros e fiação elétrica, entre outras necessidade, nas escolas em situações críticas.	
Fortalecer integridade, controle, compliance e gestão	Alcançar interoperabilidade plena entre os sistemas de educação, saúde, segurança e mobilidade para compliance educacional, até 2040.	Adoção de plataformas únicas e dashboards analíticos para integrar informações escolares ,de saúde, segurança e mobilidade para melhorar a transparência e acompanhar indicadores de desempenho escolar e aspectos socioemocionais.	Integrar as diversas plataformas de informações do GDF nas áreas de Educação, Saúde, Segurança e Mobilidade, por meio de tecnologias de IA para análise e melhorias na qualificação do ensino.
Ampliar parcerias estratégicas	Estabelecer e formalizar 60% de novas parcerias estratégicas da SEEDF com organismos internacionais, universidades e setor produtivo, até 2030.	Executar o plano de manutenção escolar, focando em reformas hidráulicas, elétricas e acessibilidade com parcerias PPP. Articular convênios de cooperação técnica para a implementação de programas de alfabetização e capacitação profissional alinhados às diretrizes nacionais. Captar recursos e bolsas junto a organismos internacionais (como UNESCO ou UNICEF)	Investir de imediato em parcerias PP para a reconstrução de escolas e na criação de novas unidades para zerar a fila de espera dos alunos no ensino médio. Implementar programas de alfabetização e capacitação profissional alinhados às diretrizes nacionais. Estabelecer programas de estágio e aprendizagem para conectar o aluno das regiões administrativas ao mercado de trabalho, combatendo o desemprego jovem. Incrementar acordos de intercâmbios científicos nacionais e internacionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		para projetos de mobilidade acadêmica e redução da evasão escolar. Alinhar currículos e metodologias às agendas globais de educação para garantir certificação com validade internacional. Formalizar acordos de intercâmbio científico para o compartilhamento de laboratórios, bibliotecas e plataformas de ensino digital. Estabelecer programas de estágio e aprendizagem que permitam a vivência prática dos alunos em ambientes de inovação tecnológica e empreendedorismo. Fomentar o investimento privado em infraestrutura educacional (como laboratórios de robótica ou hubs de inovação) em troca de soluções desenvolvidas por estudantes. Combater a violência escolar de forma eficaz, a partir de cooperações na área de segurança, nas seguintes frentes: prevenção, mediação e cultura de paz e da Felicidade.	para compartilhamento de plataformas de ensino digital e experiências de aprendizado.

3.2.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Educação reconhece que os desafios relacionados ao desenvolvimento do Distrito Federal são complexos e interdependentes, exigindo soluções construídas de forma articulada entre diferentes áreas de conhecimento e atuação. Por essa razão, as propostas apresentadas anteriormente foram concebidas em alinhamento com o Mapa Estratégico do Plano O DF Que a Gente Quer 2026–2040, contribuindo simultaneamente para diversos Objetivos Estratégicos e estabelecendo conexões com outras Câmaras Técnicas do CODESE-DF.

Essa integração amplia o potencial transformador das iniciativas propostas, favorece a coordenação entre políticas públicas e fortalece uma visão sistêmica do desenvolvimento do Distrito Federal. Mais do que compartilhar temas de interesse comum, as Câmaras Técnicas atuam de forma complementar, potencializando resultados e promovendo soluções mais efetivas para os desafios do território.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Educação são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cidadania	Incorporar cidadania, direitos, integridade e cultura de paz aos conteúdos, projetos e práticas escolares.	Educação em direitos; Escola de Paz; materiais pedagógicos; formação de professores; combate à discriminação; prevenção à violência.
Felicidade	Integrar bem-estar, pertencimento e saúde socioemocional às experiências educacionais.	Educação para felicidade; convivência; escuta ativa; atendimento humanizado; satisfação de estudantes e famílias.
Saúde	Articular acompanhamento educacional, saúde mental, prevenção e atendimento às vulnerabilidades dos estudantes.	Saúde mental; prevenção da evasão; questões socioemocionais; integração com o CRAS; bullying; atendimento humanizado.
Segurança	Prevenir violência e conflitos e garantir ambientes escolares e comunitários seguros.	Cultura de paz; prevenção ao bullying; escolas abertas; Cidade Educadora; esporte educacional; ocupação segura dos espaços.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Esporte, Atividade Física e Lazer	Utilizar esporte e lazer como instrumentos de formação, permanência, inclusão e convivência.	Cidade Educadora; esporte educacional; escolas abertas; Ruas de Lazer; Esporte à Meia-Noite; atividades comunitárias.
Cultura e Economia Criativa	Integrar leitura, arte, memória, criatividade e formação para atividades culturais e criativas.	Bibliotecas; literatura; memória territorial; atividades artísticas; alfabetização de adultos; economia criativa; design e audiovisual.
Tecnologia	Desenvolver e integrar sistemas digitais voltados à aprendizagem, gestão, inclusão, transparência e comunicação.	Inteligência artificial; EducaDF Digital; Escola Aberta; ZAP da Educação; acessibilidade; conectividade; observatórios; prestação de contas.
Inovação	Experimentar e aplicar tecnologias, metodologias e modelos de formação relacionados às transformações sociais e produtivas.	Plataformas adaptativas; IA; programação; formação docente; escolas técnicas; universidades; empresas; empreendedorismo.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Coordenar metas, serviços e políticas educacionais entre o DF e os municípios do Entorno.	Alfabetização; conclusão escolar; matrículas; transporte; formação de professores; governança interfederativa; educação técnica.
Mobilidade	Garantir transporte e acesso dos estudantes às unidades e oportunidades educacionais.	Transporte escolar interfederativo; otimização de rotas; deslocamento DF–Entorno; acesso à formação técnica.
Negócios Agropecuários	Alinhar a educação técnica às atividades rurais, à agrotecnologia e à sucessão no campo.	Gestão rural; agrotecnologia; empreendedorismo; cooperativas; agroindústrias; rastreabilidade; uso de água e solo.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Indústria	Adequar a formação profissional e tecnológica às competências demandadas pelo setor industrial.	Ensino técnico; programação; inteligência artificial; escolas técnicas; parcerias empresa-escola; empregabilidade.
Comércio e Serviços	Preparar estudantes e trabalhadores para as demandas de qualificação, atendimento, gestão e empreendedorismo.	Cursos técnicos; qualificação profissional; atendimento; gestão; rodadas regionais; empregabilidade.
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Desenvolver competências para as atividades turísticas, gastronômicas, de hospitalidade, patrimônio e eventos.	Cursos técnicos; atendimento; gastronomia; turismo; formação de guias; eventos; patrimônio.
Habitação e Urbanismo	Planejar, manter e adaptar os espaços físicos utilizados pela rede educacional e pelas comunidades.	Reformas; manutenção; escolas abertas; acessibilidade física; equipamentos comunitários; PPPs; planejamento territorial.
Sustentabilidade	Incorporar sustentabilidade, economia circular e uso eficiente dos recursos aos currículos e à gestão escolar.	Gestão de resíduos; TI Verde; IA para sustentabilidade; economia de água; conservação do solo; currículos verdes.
Logística e Distribuição	Apoiar o planejamento dos fluxos, rotas e recursos necessários ao funcionamento territorial da educação.	Transporte escolar; escolas rurais; equipamentos; conectividade; distribuição de recursos; integração regional.
Vestuário e Moda	Conectar formação profissional, criatividade, design e oportunidades econômicas do setor.	Educação profissional; design; economia criativa; empreendedorismo; tecnologia; empregabilidade.

Considerações para implementação

As iniciativas de alfabetização, aprendizagem e permanência permanecem sob responsabilidade educacional, mas podem requerer integração com Tecnologia, Saúde, Cidadania e proteção social para identificação e acompanhamento de estudantes em risco.

As ações de cidadania, felicidade, cultura de paz e prevenção à violência exigem participação articulada de Cidadania e Cultura da Paz, Felicidade, Saúde, Segurança, Esporte e Cultura e Economia Criativa.

A educação profissional e tecnológica demanda interlocução com as Câmaras representativas das cadeias produtivas. Essa cooperação deve orientar a identificação de competências, a atualização dos cursos, a aproximação com empresas e o acompanhamento da empregabilidade, preservando a responsabilidade pedagógica da Educação.

A governança educacional da RIDE requer coordenação específica com a Câmara da RIDE e com Mobilidade, especialmente nas ações de transporte escolar, matrículas, metas regionais e formação de professores.

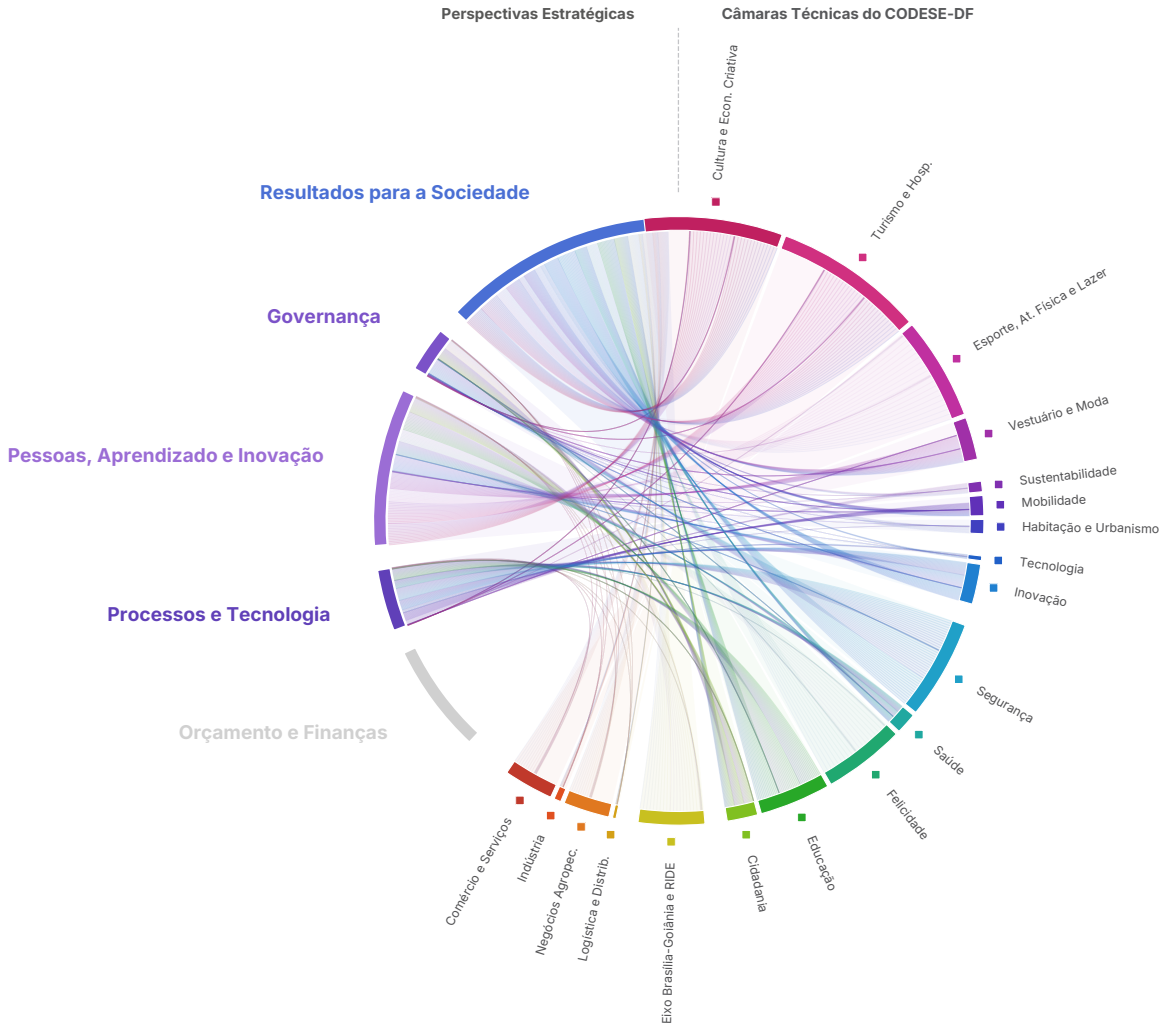
As soluções digitais dependem de cooperação com Tecnologia e Inovação, abrangendo infraestrutura, integração de dados, acessibilidade, segurança, manutenção e formação dos usuários. A adoção de tecnologia não substitui as responsabilidades pedagógicas, administrativas e de acompanhamento humano atribuídas à área educacional.

A manutenção e a adaptação das escolas demandam articulação com Habitação e Urbanismo, especialmente nas reformas, na acessibilidade física, no uso comunitário das unidades e nos modelos de parceria previstos.

A responsabilidade da Câmara Técnica de Educação permanece preservada nas ações que lhe são atribuídas. As demais Câmaras participam por meio de contribuições específicas, vinculadas às entregas, aos públicos e aos resultados estabelecidos em cada programa.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Educação · 18 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: EDUCAÇÃO

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

- Cultura e Economia Criativa
- Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
- Esporte, Atividade Física e Lazer
- Vestuário e Moda
- Sustentabilidade
- Mobilidade e Infraestrutura
- Habitação e Urbanismo
- Tecnologia
- Inovação
- Segurança
- Saúde
- Felicidade
- Cidadania
- Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
- Logística e Distribuição
- Negócios Agropecuários
- Indústria
- Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

3. Cidadania e Desenvolvimento Social

3.3 Felicidade

3.3.1 Apresentação e Contexto

> A felicidade coletiva é um indicador de desenvolvimento humano que vai além do PIB e do IDH. O Distrito Federal, com o maior IDH do Brasil, tem a responsabilidade de ser pioneiro na incorporação do bem-estar subjetivo como meta de política pública. A Câmara Técnica de Felicidade propõe a criação de um grande ecossistema da Cultura da Felicidade em Brasília, integrando saúde, educação, segurança, cultura, esporte e espaços públicos como componentes objetivos do desenvolvimento.

3.3.2 Panorama Atual do DF

3.3.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF tem o maior IDH do Brasil (0,824) e a maior expectativa de vida (79,8 anos). No entanto, o índice de bem-estar subjetivo (felicidade) ainda não é mensurado sistematicamente pelo GDF.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Reduzir o hiato de bem-estar e felicidade entre as RAs, garantindo infraestrutura básica e lazer de qualidade em todas, e implantar pesquisas sistemáticas de satisfação da população relacionadas ao bem-estar e felicidade.

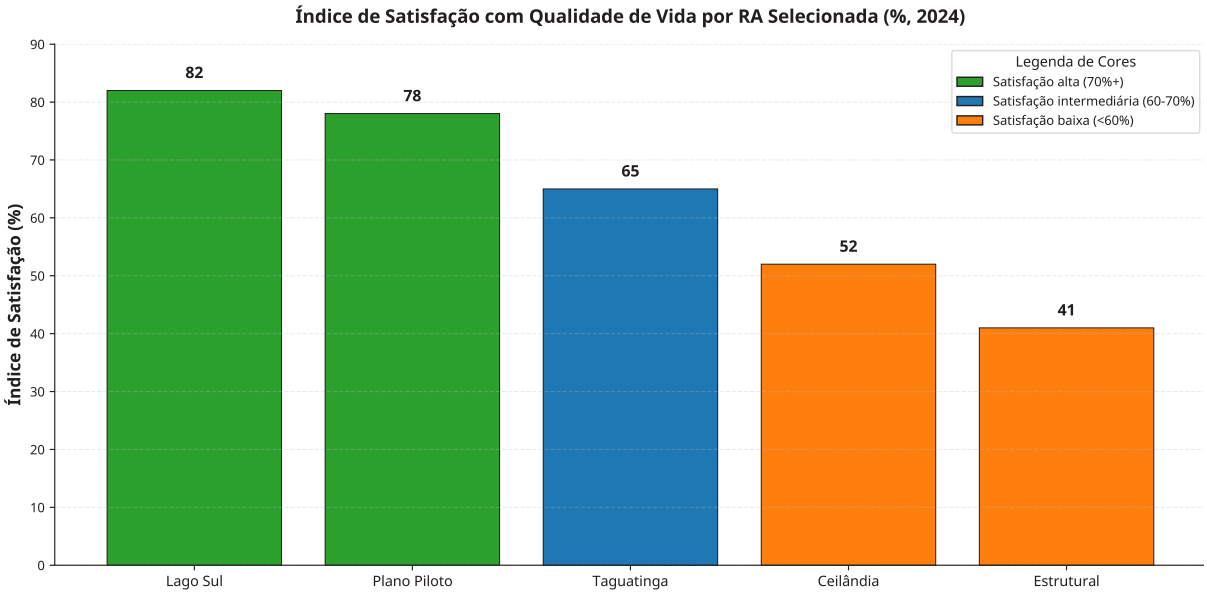


Grafico 8: Índice de satisfação com qualidade de vida por RA selecionada (2024). A amplitude de 41 pontos entre o Lago Sul (82%) e a Estrutural (41%) evidencia as disparidades de bem-estar. Fonte: IPEDF/CODEPLAN e Panorama do DF 2026.

3.3.2.2 Disparidades Territoriais

As disparidades de bem-estar entre RAs são marcantes: enquanto moradores do Lago Sul e Brasília têm acesso a parques, equipamentos culturais e serviços de saúde de qualidade, moradores da Estrutural e do Paranoá convivem com ausência de infraestrutura básica e equipamentos de lazer.

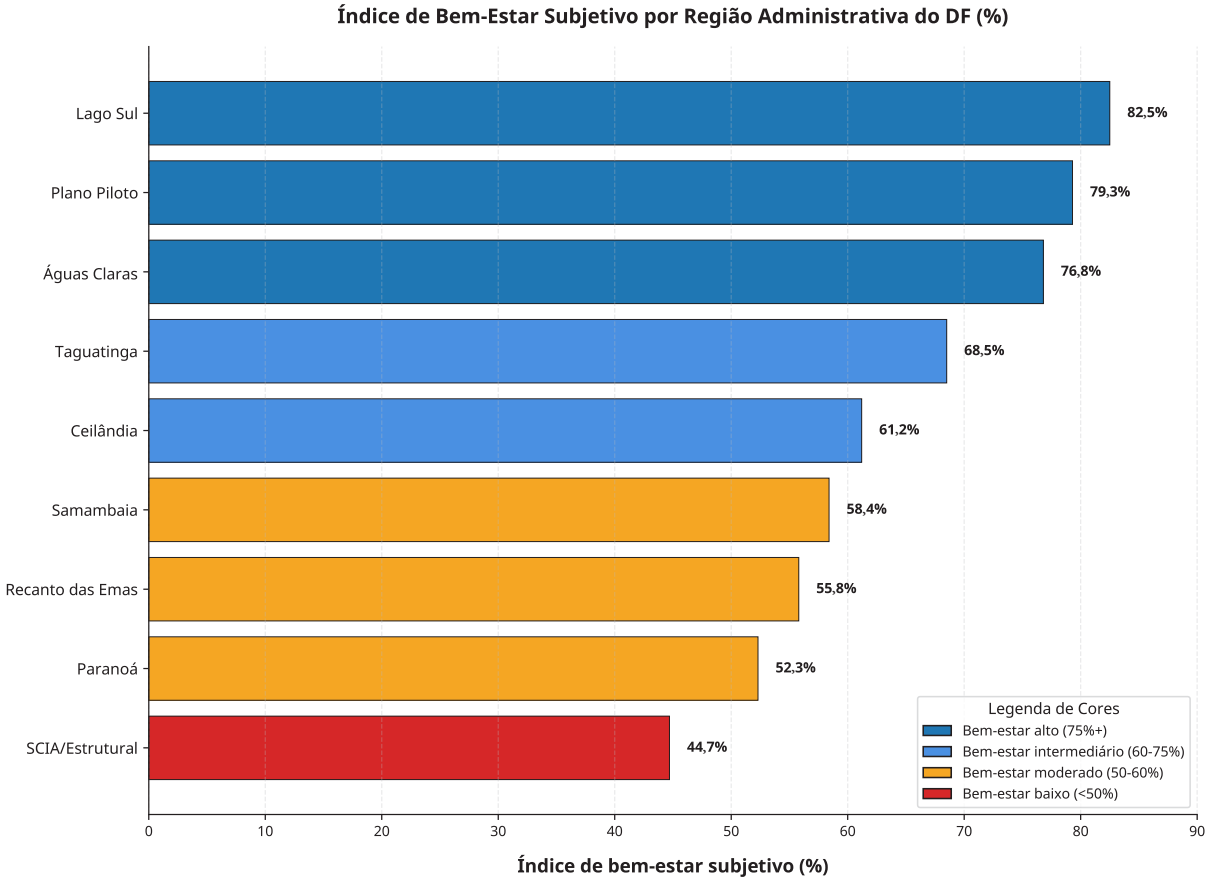


Gráfico 9: Percentual da população com bem-estar alto (nota ≥ 7) por RA. A correlação com renda e acesso a serviços é evidente.
Fonte: IPEDF/Codeplan - PDAD-A 2024.

3.3.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Felicidade conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo o bem-estar subjetivo e a qualidade de vida como dimensões essenciais do desenvolvimento humano sustentável.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 3 — Saúde e Bem-Estar**	As ações voltadas para o bem-estar subjetivo, saúde mental e qualidade de vida promovem diretamente a saúde e o bem-estar.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A busca por indicadores de felicidade mais equitativos entre as diferentes regiões do DF contribui para a redução das desigualdades.
	**ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis**	A criação de espaços urbanos de convivência e lazer fortalece o senso de comunidade e a sustentabilidade das cidades.
	**ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes**	A promoção de uma cultura de paz, empatia e coesão social estimula o desenvolvimento de instituições mais justas e eficazes.

3.3.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Felicidade formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

3.3.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico	Transformar Brasília como Capital da Felicidade até 2040.	Realizar Congresso Internacional anual em Brasília sobre a Ciência da Felicidade, aberto a comunidade, com apoio governamental e iniciativa privada.	Realização do 3º Congresso da Felicidade de Brasília- Tema: Saúde Mental e Felicidade, em 2027.

3.3.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Eliminar a burocracia por meio da integração total de bases de dados do GDF até 2040.	Criar o Observatório da Felicidade integrado aos sistemas de gestão do GDF.	Definir um sistema de mensuração da felicidade. Implementar anualmente ações que avaliem os indicadores de Felicidade.
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Utilizar IA para prever crises emocionais coletivas e orientar políticas preventivas até 2040.	Implementar plataforma de escuta ativa voltada para mensuração dos níveis de felicidade da população do DF.	Criar uma plataforma da felicidade do DF e garantir seu monitoramento permanente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Gestão territorial inteligente com foco na equidade de acesso aos serviços e equipamentos de bem-estar.	Criar o Mapa da Felicidade do DF (Georreferenciado) para priorizar investimentos infraestruturais.	Realizar mapeamento digital de lacunas de equipamentos públicos (lazer, cultura e esporte) nas RAs.
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Produção digital de material explicativo sobre serviços de suporte ao bem-estar.	Desenvolver aplicativo único de cidadania focado em saúde mental, cultura e bem-estar.	Implementar canais digitais acessíveis para consulta de programas de qualidade de vida e felicidade. .
Integrar tecnologia, inovação e setor produtivo	Consolidar Brasília como hub internacional de tecnologia aplicada à Ciência da Felicidade.	Criar o "Laboratório de Inovação em Felicidade" no Parque Tecnológico do DF.	Hackathons focados em soluções tecnológicas para bem-estar e felicidade.

3.3.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Formar lideranças públicas e sociais para gestão de longo prazo	Consolidar uma rede de lideranças públicas e sociais aptas a gerir projetos de Estado de longo prazo.	Estabelecer trilhas de formação para gestores em "Ciência da Felicidade" e governança colaborativa.	Realizar ciclos de workshops com gestores do GDF para alinhar os conceitos de felicidade aos indicadores da ONU.
Implantar cultura de atendimento humanizado	Institucionalizar o atendimento humanizado como marca registrada do serviço público no DF.	Desenvolver programas de saúde mental, segurança psicológica e bem-estar para servidores públicos com foco na felicidade.	Lançar campanhas de conscientização sobre a importância da escuta ativa e empatia no atendimento ao cidadão.
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Transformar Brasília em um polo global de inovação social e ciência aplicada à felicidade.	Criar "Laboratórios de Felicidade" para prototipar soluções em parceria com universidades e o setor produtivo.	Firmar parcerias para produção de materiais pedagógicos sobre bem-estar e felicidade na rede pública de educação.

3.3.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer integridade, controle, compliance e gestão	Tornar Brasília referência global em políticas de felicidade reconhecida pela ONU.	Criar uma Secretaria de Estado da Felicidade ou instância equivalente vinculada à governança estratégica.	Estabelecer um Comitê Gestor intersetorial entre GDF, CODESE e academia para definir diretrizes.
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Consolidar a Cultura da Felicidade como pilar do desenvolvimento regional metropolitano.	Criar o "Consórcio da Felicidade" na RIDE para compartilhar políticas de bem-estar e saúde emocional.	Firmar protocolos de intenções com municípios limítrofes para intercâmbio de experiências sobre qualidade de vida.
Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência	Garantir que o cidadão seja coautor das políticas de bem-estar social.	Implementar os "Clubes de Felicidade" em todas as Regiões Administrativas para escuta ativa.	Lançar plataforma digital de consulta e participação
Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência	Zerar a lacuna entre o crescimento econômico e a satisfação subjetiva da população.	Criar um Observatório da Felicidade com painel público de indicadores de bem-estar e saúde emocional.	Realizar a primeira pesquisa de linha de base (baseline) sobre a satisfação subjetiva dos cidadãos do DF.
Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência	Assegurar que os recursos voltados à felicidade sejam geridos com total transparência e eficácia.	Criar métricas de compliance social para avaliar o impacto real das ações de bem-estar e da felicidade.	Definir metas claras de indicadores sociais que condicionem a execução orçamentária dos projetos.
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Estabelecer rede internacional de cooperação com nações modelos, como o Butão.	Formalizar parcerias com o terceiro setor, setores públicos e privados e universidades para a "Ciência da Felicidade".	Organizar o congresso internacional sobre a Ciência da Felicidade em Brasília.

3.3.4.5 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Garantir equilíbrio fiscal, controle e qualidade do gasto público	Institucionalizar o índice de felicidade da ONU como balizador do orçamento público.	Criar um sistema de compliance financeiro atrelado a metas de bem-estar e qualidade de vida.	Auditoria e diagnóstico dos gastos correntes voltados à saúde emocional e bem-estar no GDF.
Vincular orçamento a metas, indicadores e impacto social	Estabelecer o DF como hub de investimentos internacionais em projetos de impacto social e felicidade.	Estruturar PPPs para equipamentos de lazer, cultura e educação voltados à cultura da felicidade.	Identificar linhas de fomento e cooperação técnica com a ONU e países modelos de felicidade.
Vincular orçamento a metas, indicadores e impacto social	Consolidar a economia da felicidade e a sustentabilidade como vetores de diversificação produtiva.	Criar incentivos fiscais para organizações que promovam ambientes de trabalho saudáveis e sustentáveis.	Estimular a criação de Clubes de Felicidade com apoio da iniciativa privada nas RAs.

3.3.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Felicidade reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Felicidade são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cidadania e Cultura da Paz	Promover felicidade, cidadania, integridade e cultura de paz nas escolas e comunidades.	Educação para a felicidade; materiais pedagógicos; campanhas; cultura de paz; cidadania; integridade; combate à discriminação.
Educação	Implementar ações permanentes de educação para a felicidade na rede pública.	Projetos escolares; formação de professores e gestores; materiais pedagógicos; eventos; educação básica; inteligência emocional.
Saúde	Integrar saúde mental, saúde emocional e longevidade saudável às iniciativas de bem-estar.	Saúde mental; saúde emocional; longevidade; segurança psicológica; prevenção do isolamento; bem-estar dos servidores.
Cultura e Economia Criativa	Promover pertencimento, identidade, memória e saúde emocional por meio da cultura.	Cultura Viva e Felicidade Coletiva; arte pública; bibliotecas; festivais; memória; indicadores de bem-estar cultural.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Esporte, Atividade Física e Lazer	Promover bem-estar, convivência e participação comunitária por meio do esporte e do lazer.	Ruas de Lazer; Esporte à Meia-Noite; complexos territoriais; saúde; inclusão; satisfação; uso dos equipamentos.
Segurança	Incorporar prevenção à violência e percepção de segurança às ações comunitárias de bem-estar.	Ocupação segura; percepção de segurança; prevenção; espaços públicos; jovens; famílias; convivência.
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Integrar experiências de turismo e hospitalidade às ações documentadas de bem-estar e qualidade de vida.	Experiências territoriais; cultura; gastronomia; eventos; lazer; bem-estar.
Desenvolvimento Urbano	Disponibilizar e qualificar espaços para as ações territoriais de felicidade e convivência.	Praças; parques; escolas; equipamentos públicos; complexos territoriais; ocupação comunitária.
Tecnologia e Inovação	Integrar indicadores aos sistemas públicos e apoiar a prototipagem de soluções de inovação social.	Observatório; sistemas de gestão; painel público; dados; Laboratórios de Felicidade; universidades; setor produtivo.
Desenvolvimento Econômico	Mobilizar economia criativa, parcerias e investimentos para projetos de felicidade e impacto social.	Economia criativa; inovação social; PPPs; equipamentos; investimentos internacionais; linhas de fomento.

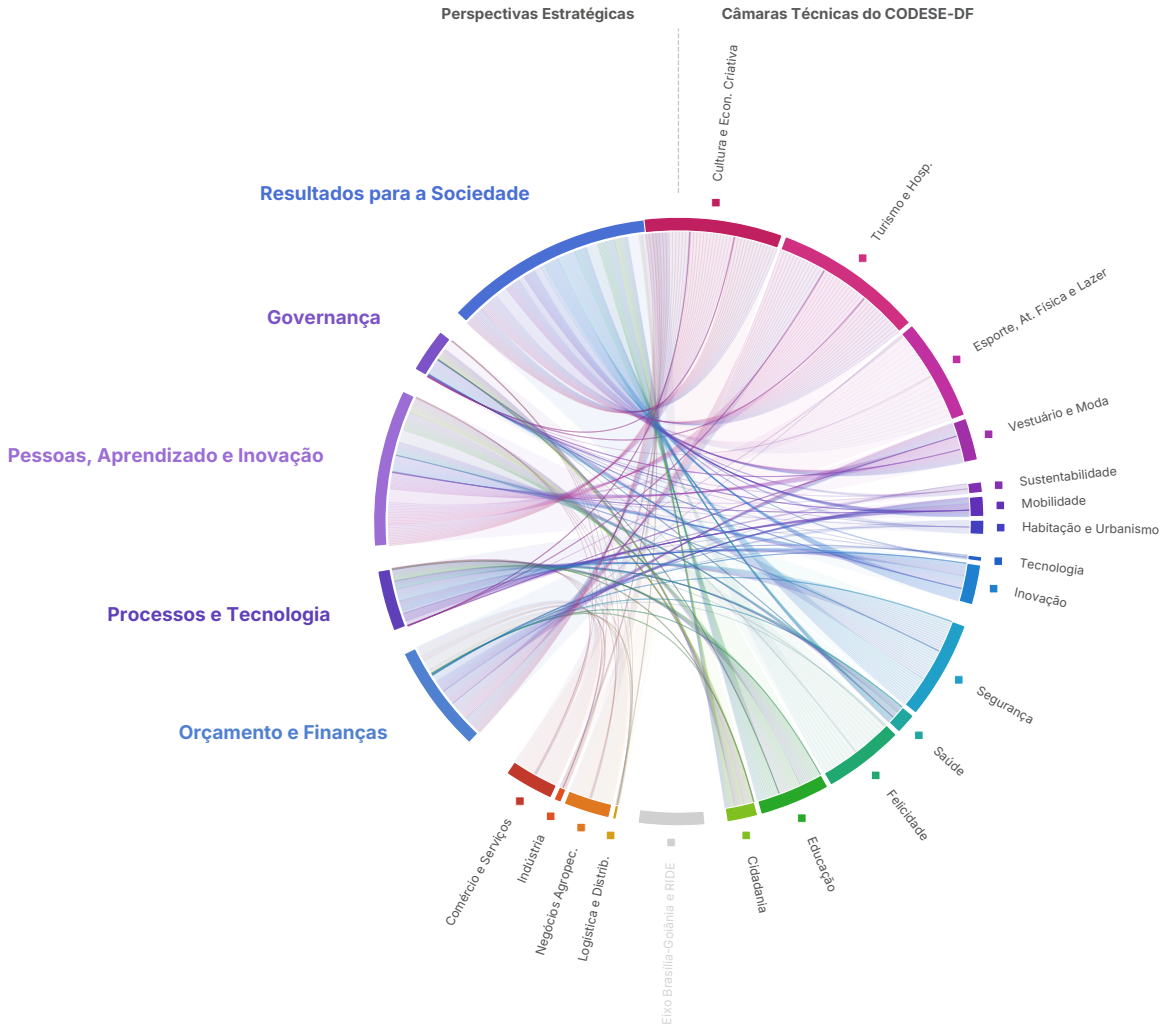
Delimitação das alianças para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Felicidade permanece responsável pelas metas, ações, indicadores e entregas que lhe são atribuídos no Painel de Bordo. A participação das demais Câmaras deve restringir-se às ações e responsabilidades expressamente documentadas, sem ampliação das interfaces por mera proximidade temática. As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do Distrito Federal e da RIDE.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Felicidade · 17 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: FELICIDADE

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Cultura e Economia Criativa
	Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
	Esporte, Atividade Física e Lazer
	Vestuário e Moda
	Sustentabilidade
	Mobilidade e Infraestrutura
	Habitação e Urbanismo
	Tecnologia
	Inovação
	Segurança
	Saúde
	Educação
	Cidadania
	Logística e Distribuição
	Negócios Agropecuários
	Indústria
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

3. Cidadania e Desenvolvimento Social

3.4 Saúde

3.4.1 Apresentação e Contexto

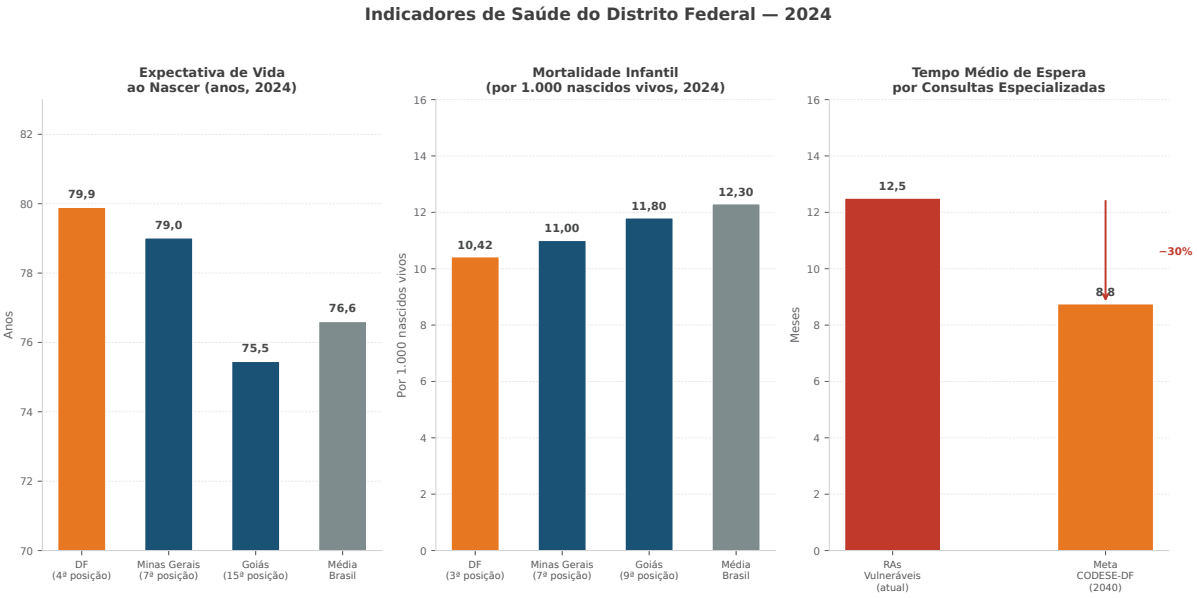
> O Distrito Federal ostenta a maior expectativa de vida do país — 79,89 anos segundo o Panorama do DF 2026 — e a menor taxa de mortalidade infantil entre as capitais. Contudo, este desempenho agregado mascara disparidades territoriais profundas no acesso aos serviços de saúde, com tempos de espera por consultas especializadas que chegam a 18 meses em RAs de alta vulnerabilidade.

3.4.2 Panorama Atual do DF

3.4.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do Desenvolvimento do Distrito Federal 2026 (CODESE-DF), o DF apresenta uma das maiores expectativas de vida do país — 79,89 anos, ocupando a 4ª posição entre as unidades da Federação, atrás de Santa Catarina (81,16), Espírito Santo (80,20) e São Paulo (79,93) — e a 3ª menor mortalidade infantil entre as UFs (10,42 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2024), atrás apenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No entanto, o tempo médio de espera por consultas especializadas nas regiões administrativas mais vulneráveis supera 12 meses, revelando uma crise de acesso que contrasta com os indicadores agregados.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é reduzir em pelo menos 30% o tempo médio de espera por consultas especializadas e exames nas regiões administrativas com maior vulnerabilidade até 2040.



Gráficos 10, 11 e 12: Fontes: IBGE — Tábuas Completas de Mortalidade 2024 (divulgadas em nov/2025); Ministério da Saúde — DATASUS 2024; Panorama do Desenvolvimento do Distrito Federal 2026 (CODESE-DF / Fundação Dom Cabral). Nota: O DF ocupa a 4ª posição em expectativa de vida entre as UFs (79,89 anos), atrás de Santa Catarina (81,16), Espírito Santo (80,20) e São Paulo (79,93), e a 3ª posição em mortalidade infantil (10,42 por 1.000 nascidos vivos), atrás de Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

3.4.2.2 Disparidades Territoriais

As disparidades no acesso à saúde são marcantes entre as regiões administrativas do Distrito Federal. A taxa de mortalidade infantil no Plano Piloto é de 10,05 óbitos por 1.000 nascidos vivos, enquanto na Estrutural (SCIA) atinge 20,20 — uma disparidade de 2,01 vezes entre as regiões. Outras regiões periféricas como Sol Nascente/Pôr do Sol (14,40), Riacho Fundo (15,46) e Núcleo Bandeirante (21,01) também apresentam taxas significativamente superiores à média distrital (10,42), refletindo o acesso tardio a diagnóstico e tratamento.



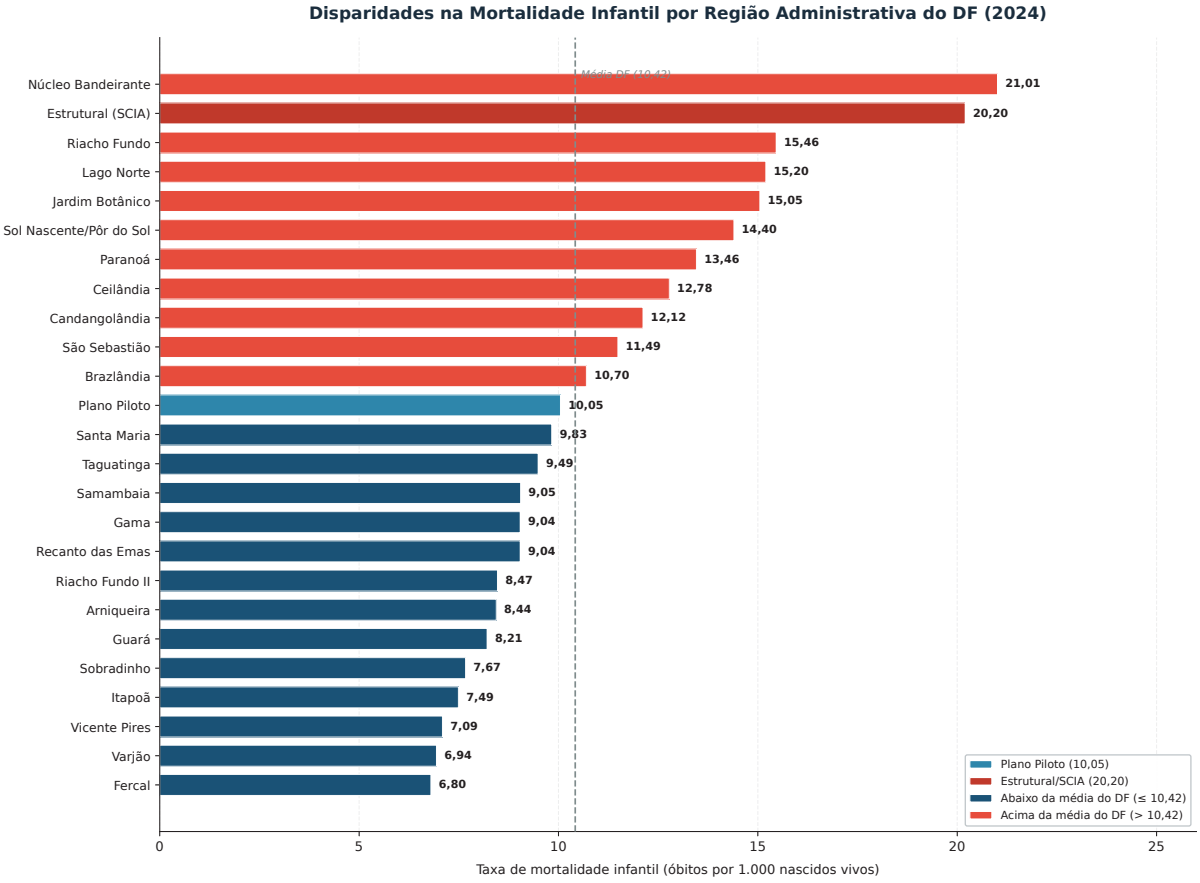


Gráfico 13: Fonte: Panorama do Desenvolvimento do Distrito Federal 2026 (CODESE-DF / Fundação Dom Cabral), Figura 47. Dados secundários: Secretaria de Estado de Saúde do DF; Ministério da Saúde — DATASUS 2024. Nota: As disparidades na mortalidade infantil entre as regiões administrativas do DF evidenciam desigualdades no acesso a serviços de saúde materno-infantil. A Estrutural/SCIA (20,20) apresenta taxa 2,01 vezes superior à do Plano Piloto (10,05), refletindo o acesso tardio a diagnóstico e tratamento nas regiões periféricas. A média do DF é de 10,42 óbitos por 1.000 nascidos vivos (3ª menor entre as UFs).

3.4.2.3 Comparativo Nacional e Regional

Comparado às capitais vizinhas, o Distrito Federal apresenta expectativa de vida superior à de Goiânia (capital de Goiás, com 75,45 anos) e à de Belo Horizonte (capital de Minas Gerais, com 79,01 anos), ocupando a 4ª posição entre as unidades da Federação (79,89 anos, IBGE 2024). Na mortalidade infantil, Brasília também se destaca favoravelmente, com taxa de 10,42 óbitos por 1.000 nascidos vivos (3ª menor entre as UFs), inferior à de Goiânia e Belo Horizonte. Contudo, os indicadores agregados positivos contrastam com as desigualdades no acesso aos serviços de saúde nas regiões administrativas mais vulneráveis, onde o tempo médio de espera por consultas especializadas supera 12 meses.

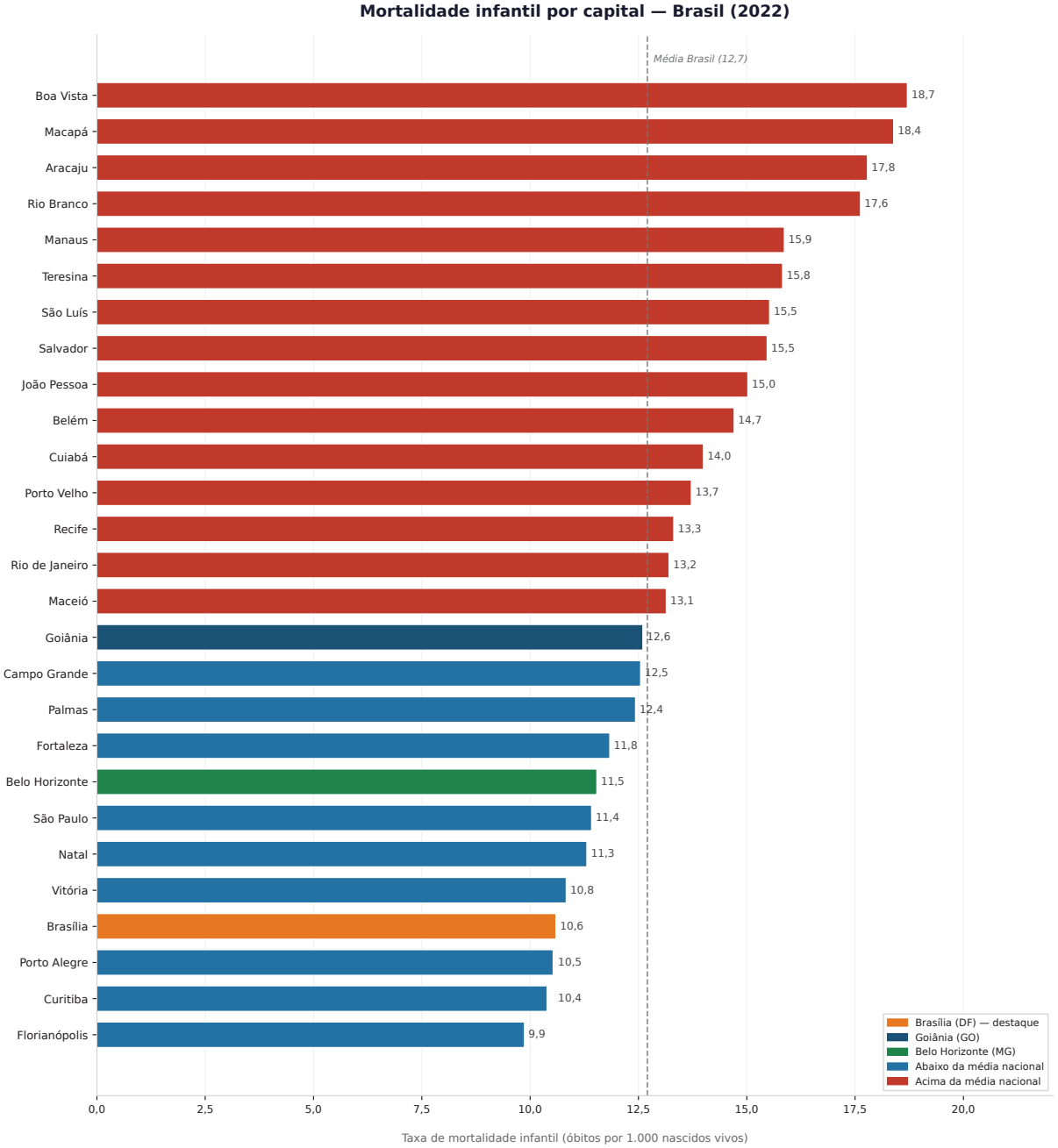


Gráfico 14: Fonte: Ministério da Saúde/SVSA — Portal de Dados Abertos do SUS, Indicador MRT.1.01 (Taxa de mortalidade infantil estimada), 2022. Disponível em: dadosabertos.saude.gov.br.

3.4.2.4 Dimensão Metropolitana (RIDE-DF)

A RIDE exerce pressão crescente sobre o sistema de saúde do DF. Municípios como Águas Lindas de Goiás e Luziânia, sem hospitais de referência próprios, encaminham pacientes de alta complexidade para o Distrito Federal, sobrecarregando o HRAN e o HUB. Protocolos de regulação interfederativa são urgentes para garantir o atendimento prioritário aos residentes do DF, sem detrimento dos não residentes.

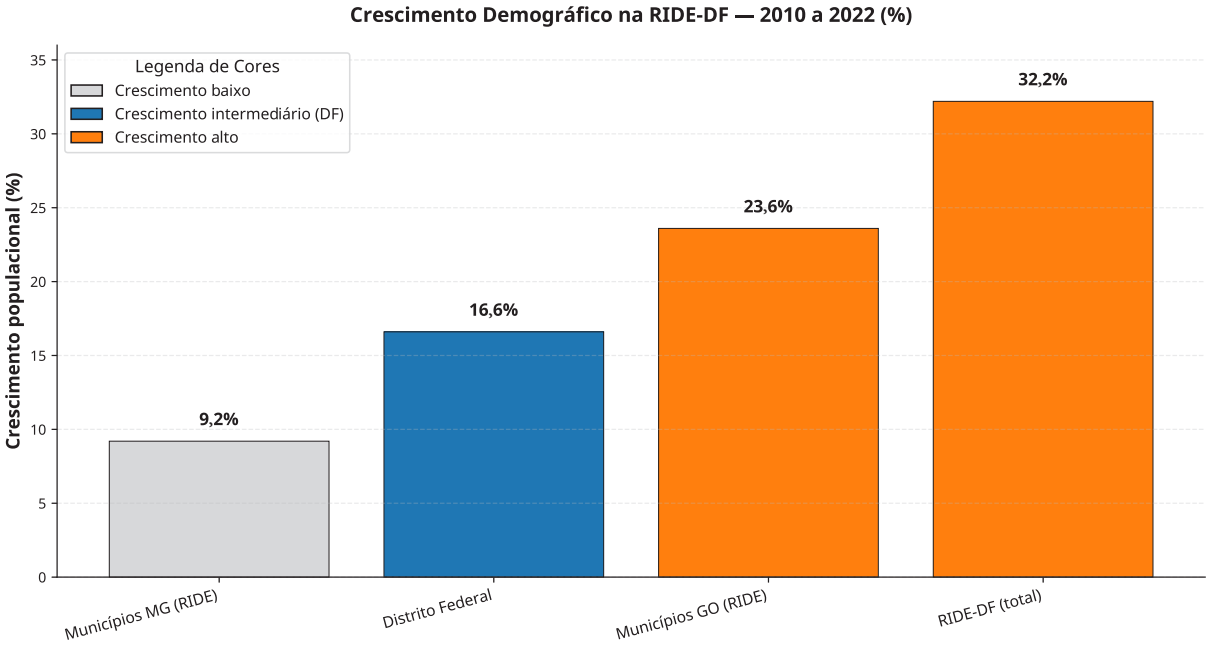


Gráfico 15: Crescimento demográfico na RIDE-DF (2010-2022). A expansão populacional pressiona os serviços de saúde nos municípios do entorno.
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022.

3.4.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

> A Câmara Técnica de Saúde conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a saúde universal e de qualidade como direito fundamental e condição essencial para o desenvolvimento humano sustentável.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 3 — Saúde e Bem-Estar**	A expansão da rede de atenção primária, a modernização dos hospitais e o foco em prevenção garantem saúde e bem-estar para todos.
	**ODS 6 — Água Potável e Saneamento**	A vigilância em saúde ambiental e a garantia de saneamento básico adequado são essenciais para a prevenção de doenças.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A equalização da oferta de serviços de saúde de qualidade em todas as Regiões Administrativas reduz as desigualdades no acesso.

3.4.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Saúde formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

3.4.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Reduzir em pelo menos 30% o tempo médio de espera por consultas especializadas e exames nas regiões administrativas com maior vulnerabilidade, ampliando simultaneamente a cobertura assistencial nessas localidades e garantindo maior equidade no acesso aos serviços de saúde.	implantar modelo de planejamento territorial da saúde com base em dados georreferenciados, permitindo identificar vazios assistenciais e direcionar investimentos; promover a integração entre rede pública e rede privada local por meio de credenciamento estratégico e contratos com metas; ampliar a oferta de serviços nas regiões prioritárias com foco em equidade e acesso. Ampliar e reforçar equipes multidisciplinares de saúde da família.	Realizar diagnóstico detalhado por região administrativa sobre demanda reprimida e tempo de espera; implementar plano emergencial de redução de filas com utilização da capacidade instalada da rede privada; reorganizar a oferta de serviços com base na demanda regional identificada.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Ampliar a cobertura da atenção primária para no mínimo 80% da população do Distrito Federal, aumentar em 40% as ações de prevenção e rastreamento de	Fortalecer a atenção primária como coordenadora do cuidado, com implantação de protocolos assistenciais e linhas de cuidado para	Implantar protocolos de prevenção e rastreamento nas unidades básicas; ampliar campanhas de saúde preventiva; reorganizar a atenção primária por território com definição clara de população adscrita e

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	doenças crônicas e reduzir em 20% as internações por condições sensíveis à atenção primária.	doenças crônicas; estruturar programas permanentes de prevenção e promoção da saúde; integrar a atenção primária com os demais níveis assistenciais, garantindo continuidade do cuidado e acompanhamento do paciente.	acompanhamento contínuo.
Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva	Ampliar o número de profissionais de saúde em regiões críticas, reduzir a escassez de mão de obra assistencial e aumentar a capacidade de atendimento da rede, promovendo simultaneamente geração de emprego qualificado no setor.	Implantar programas estruturados de formação técnica e especializada em saúde; desenvolver políticas de atração e fixação de profissionais em regiões com déficit assistencial; fortalecer parcerias com instituições de ensino para formação alinhada às necessidades do sistema. Abrir Concurso público para áreas deficitárias.	Realizar levantamento detalhado do déficit de profissionais por especialidade e região; iniciar programas emergenciais de capacitação; implementar incentivos para alocação de profissionais em áreas prioritárias.
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Reduzir deslocamentos desnecessários da população para acesso a serviços de saúde, melhorar o fluxo de encaminhamento entre os níveis de atenção e garantir maior eficiência na utilização da rede assistencial.	Implantar modelo integrado de regulação assistencial; organizar a rede de saúde por níveis de complexidade e regionalização; estruturar fluxos assistenciais que reduzam deslocamentos e aumentem a resolutividade local.	Revisar fluxos atuais de encaminhamento; fortalecer centrais de regulação; priorizar atendimento regionalizado conforme capacidade instalada. Criação de um convênio entre o GDF/ SES com empresas de ônibus.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		Parceria público privado com empresas de ônibus a fim de viabilizar o translado de pacientes em tratamento no SUS.	
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Implantar prontuário eletrônico integrado entre os níveis de atenção, reduzir exames duplicados e retrabalho e melhorar a eficiência operacional do sistema de saúde por meio do uso de dados e tecnologia, interoperabilidade.	Promover a digitalização e integração dos sistemas de informação em saúde; implantar modelo de gestão orientado por dados; estabelecer monitoramento contínuo de indicadores assistenciais e operacionais.	Iniciar integração dos sistemas existentes; implantar indicadores prioritários de monitoramento; desenvolver projetos piloto em regiões estratégicas.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Garantir expansão equilibrada e sustentável da rede de saúde, com uso eficiente da infraestrutura existente e equilíbrio na distribuição territorial dos serviços.	Planejar a expansão da rede assistencial com base em critérios territoriais; otimizar o uso da capacidade instalada, incluindo rede privada; estruturar modelos sustentáveis de financiamento da saúde.	Realizar levantamento da capacidade instalada existente; revisar contratos e modelos de utilização da rede; direcionar investimentos de forma estratégica conforme necessidade territorial.
Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana	Fortalecer a gestão de pessoas na saúde, garantindo disponibilidade de profissionais qualificados, melhoria das condições de trabalho, redução da rotatividade e valorização permanente dos	Implantar política permanente de formação, qualificação e educação continuada; Desenvolver políticas de atração e retenção de profissionais; Fortalecer parcerias com instituições de ensino; Implantar	

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	trabalhadores da saúde.	programas de saúde ocupacional e qualidade de vida; Estruturar políticas voltadas à redução do absenteísmo.	
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Modernizar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica da rede de saúde, garantindo maior capacidade assistencial, eficiência operacional e qualidade dos serviços prestados.	Elaborar Plano Diretor da Infraestrutura da Saúde; Priorizar reformas estruturais; Planejar novas unidades; Modernizar equipamentos; Incorporar tecnologias de alta complexidade.	
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Implantar Política Distrital de Gestão Sustentável dos Resíduos dos Serviços de Saúde, garantindo tratamento ambientalmente adequado, segurança sanitária e autossuficiência do Distrito Federal.	Implantar infraestrutura própria para tratamento; Adequar integralmente o sistema à legislação; Integrar saúde e sustentabilidade; Desenvolver soluções ambientalmente sustentáveis.	
Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana	Fortalecer a integração entre o Sistema Único de Saúde e a Saúde Suplementar, ampliando o acesso da população mediante utilização eficiente da capacidade instalada existente.	Desenvolver modelo permanente de contratualização; Implantar mecanismos de remuneração por desempenho; Ampliar PPPs; Integrar a capacidade instalada privada ao planejamento regional.	

3.4.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Consolidar um ecossistema de Saúde Digital baseado em interoperabilidade, inteligência artificial, análise de dados e inovação tecnológica, ampliando a eficiência da gestão e da assistência à saúde.	Até 2030: Implantar modelo permanente de governança colaborativa entre governo, setor produtivo, academia e sociedade civil. Implantar portal de transparência da saúde com indicadores assistenciais, financeiros e de desempenho em tempo real. Instituir pesquisas permanentes de satisfação dos usuários do SUS. Criar Observatório da Saúde do DF para monitoramento e avaliação das políticas públicas. Implementar um sistema único de informações proporcionado interoperabilidade entre as unidades.	Implantar plataforma digital de participação social e escuta ativa. Publicar painel de indicadores estratégicos da SES com atualização periódica. Realizar audiências públicas regionais e consultas eletrônicas sobre prioridades da saúde. Implantar pesquisa de satisfação em hospitais, UPAs e UBSs. Criar Comitê Permanente de Governança e Transparência da Saúde.

3.4.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Saúde reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica são apresentadas na tabela a seguir.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Educação	Integrar políticas de promoção da saúde, prevenção de doenças, saúde mental e desenvolvimento de hábitos saudáveis no ambiente educacional.	Saúde escolar; promoção da saúde; prevenção; saúde mental; educação em saúde.
Felicidade	Fortalecer estratégias voltadas ao bem-estar, à qualidade de vida e à promoção da saúde mental da população.	Bem-estar; saúde mental; qualidade de vida; ambientes saudáveis; desenvolvimento humano.
Cidadania	Promover a ampliação do acesso aos serviços públicos de saúde e fortalecer políticas de inclusão e equidade.	Inclusão social; equidade; acesso aos serviços públicos; atendimento humanizado.
Esporte	Integrar programas de atividade física como instrumento permanente de promoção da saúde e prevenção de doenças.	Atividade física; envelhecimento saudável; prevenção; qualidade de vida; hábitos saudáveis.
Segurança	Fortalecer ações integradas relacionadas à prevenção da violência, proteção da população e saúde mental.	Segurança pública; prevenção; saúde mental; atendimento integrado; proteção social.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cultura e Economia Criativa	Utilizar iniciativas culturais como instrumentos complementares de promoção da saúde, integração comunitária e bem-estar.	Cultura; bem-estar; inclusão; saúde mental; participação social.
Habitação e Urbanismo	Integrar políticas urbanas voltadas à construção de ambientes saudáveis e melhoria dos determinantes sociais da saúde.	Ambientes saudáveis; urbanização; saneamento; qualidade de vida; planejamento territorial.
Sustentabilidade	Incorporar ações ambientais que contribuam para a promoção da saúde coletiva e da qualidade de vida.	Saúde ambiental; qualidade ambiental; recursos naturais; sustentabilidade; resiliência.
Tecnologia	Fortalecer a transformação digital aplicada à gestão da saúde e à ampliação do acesso aos serviços públicos.	Saúde digital; transformação digital; informação em saúde; conectividade; gestão pública.
Inovação	Promover a incorporação de soluções inovadoras voltadas à melhoria da assistência e da gestão dos serviços de saúde.	Inovação em saúde; pesquisa; novos modelos de cuidado; inovação organizacional.

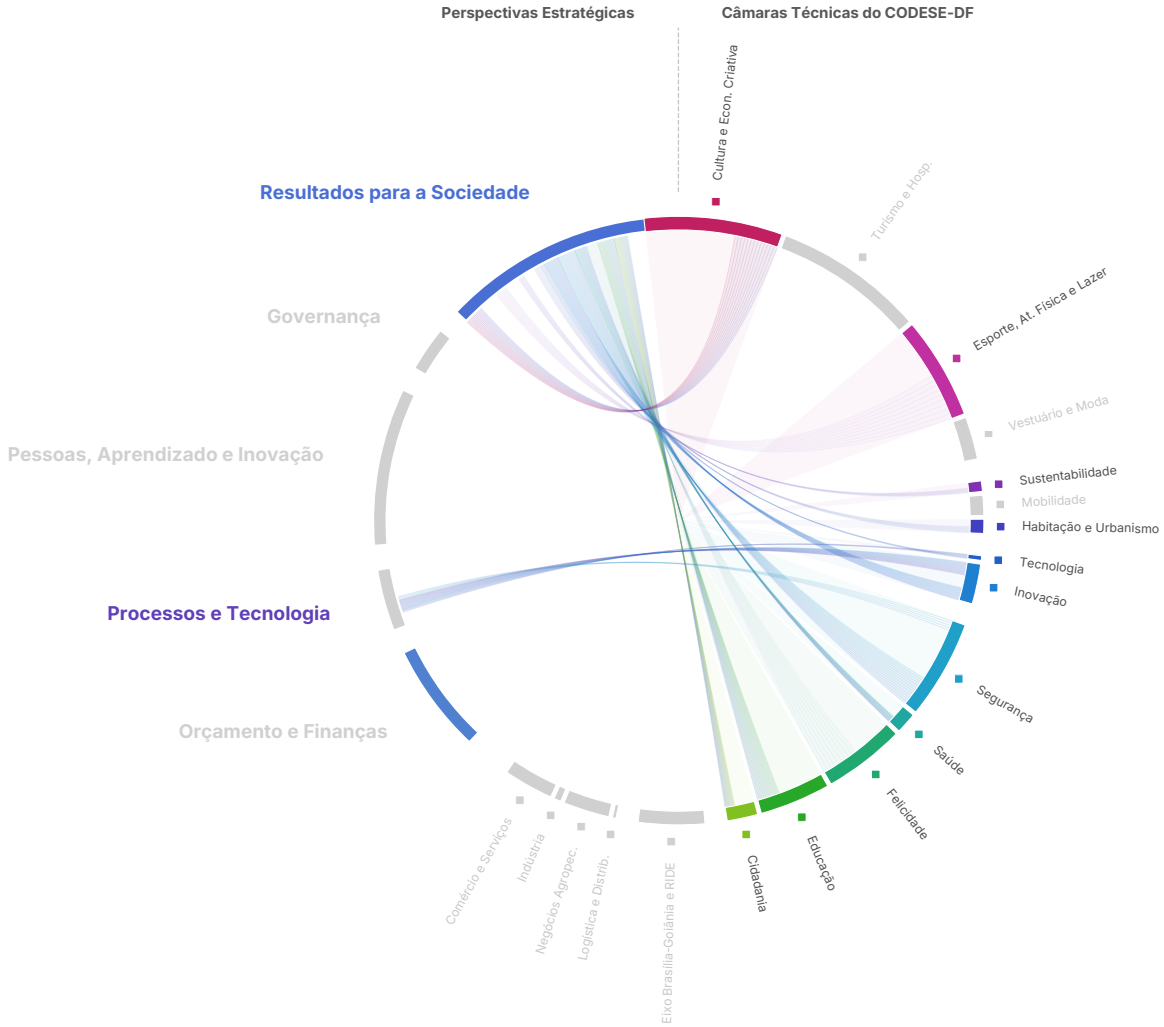
Delimitação das alianças para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza predominantemente intersetorial e decorrem da compreensão de que a promoção da saúde depende da integração entre políticas públicas que atuam sobre os determinantes sociais, econômicos, ambientais e culturais da qualidade de vida.

A Câmara Técnica de Saúde permanece responsável pela coordenação das políticas de promoção da saúde, prevenção de doenças, organização das redes assistenciais e fortalecimento da atenção primária. As demais Câmaras contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as estratégias previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e sem sobreposição de atribuições. Essa articulação fortalece a efetividade das políticas públicas de saúde e amplia sua contribuição para o desenvolvimento humano sustentável do DF.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Saúde · 10 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: SAÚDE

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

Cultura e Economia Criativa
Esporte, Atividade Física e Lazer
Sustentabilidade
Habitação e Urbanismo
Tecnologia
Inovação
Segurança
Felicidade
Educação
Cidadania

PARTE III

Eixo Estratégico

3. Cidadania e Desenvolvimento Social

3.5 Segurança

3.5.1 Apresentação e Contexto

> O Distrito Federal vive um momento de transição histórica. Passadas mais de seis décadas desde a inauguração de Brasília, a capital federal se consolida como o centro de uma metrópole complexa, dinâmica e regionalmente integrada. Neste cenário, a segurança pública deixa de ser tratada como uma política isolada, focada apenas na repressão, para assumir o protagonismo como eixo transversal de desenvolvimento integrado, indissociável da prevenção social, do desenho urbano e da governança metropolitana.

3.5.2 Panorama Atual do DF

3.5.2.1 Diagnóstico Geral

De acordo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), a taxa de homicídios caiu cerca de 75%, entre 2012 (pico da série histórica) e 2024. O número de homicídios passou de 820 para 207. Em 2024, o DF obteve a taxa mais baixa de sua série histórica: 6,9 homicídios a cada 100 mil habitantes. Este resultado é fruto de investimentos em inteligência, integração das forças e políticas de prevenção.

O objetivo estratégico estabelecido pelo CODESE-DF é: Garantir que nenhuma Região Administrativa apresente taxa de homicídios acima de 6 por 100 mil habitantes até 2040.

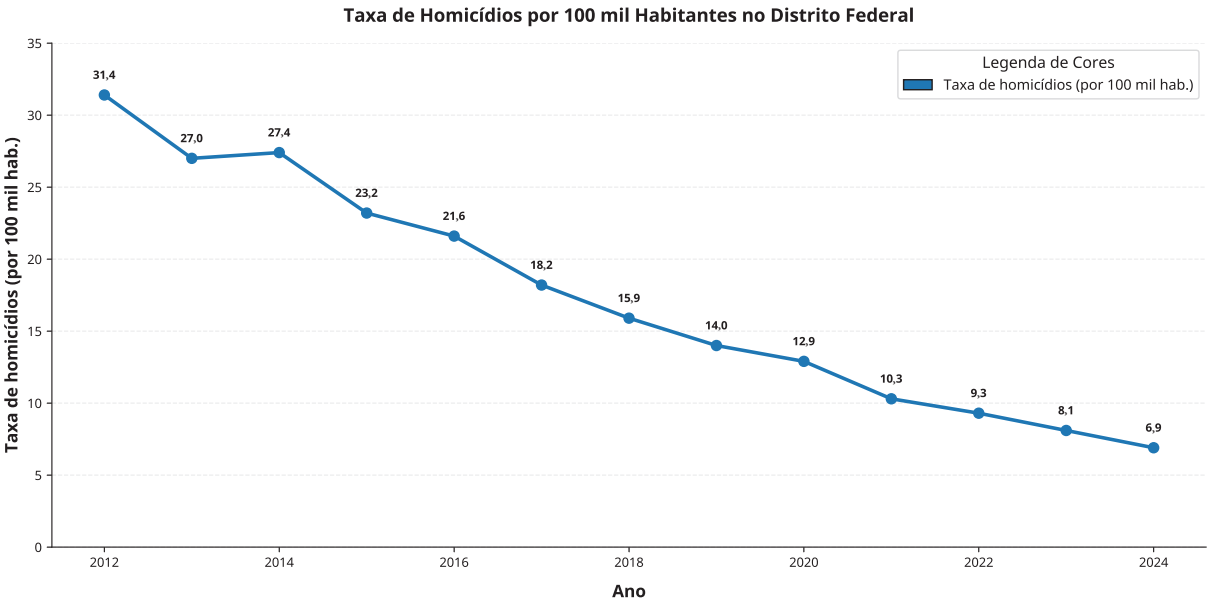


Gráfico 16: Evolução histórica da taxa de homicídios no DF (2018-2024). A tendência de queda demonstra a eficácia da política de integração das forças de segurança, atingindo o menor índice histórico em 2024 (10,5). Fonte: SSP/DF

3.5.2.2 Disparidades Territoriais

Apesar do excelente desempenho agregado, o DF apresenta disparidades regionais severas. Enquanto regiões como o Plano Piloto e Águas Claras apresentam indicadores de primeiro mundo, RAs como Ceilândia e Estrutural concentram a maior incidência de crimes contra o patrimônio e letalidade, exigindo abordagens territorializadas urgentes.

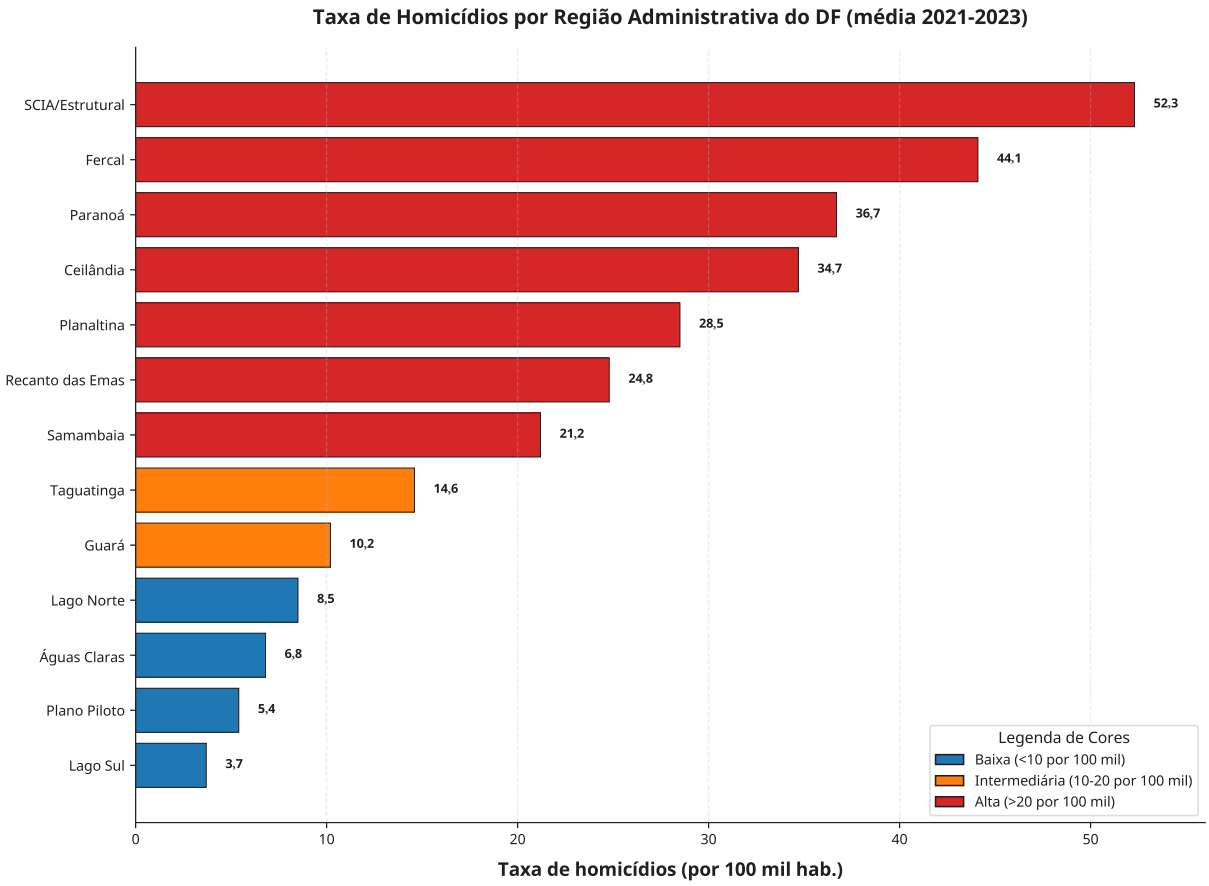


Gráfico 17: Taxa de homicídios por RA (por 100 mil hab., média 2021-2023). A disparidade é severa: SCIA/Estrutural (52,3) registra taxa 16 vezes superior ao Lago Sul (3,2). Fonte: SSP-DF / Atlas da Violência 2026 - IPEA/FBSP. Disponível em: ipea.gov.br/atlasviolencia

3.5.2.3 Comparativo Nacional e Regional

De acordo com o DataSUS, a taxa de homicídios do DF caiu 63,5% na década (2014-2024). O número de homicídios passou de 843, em 2014, para 308, em 2024. Com 10,2 homicídios para cada 100 mil hab., em 2024. O Distrito Federal obteve taxa inferior aos estados de Goiás (18,6) e Minas Gerais (12,6) e superior à de São Paulo (6,5). No ranking dos estados, o DF ocupou a 3ª posição em 2024.

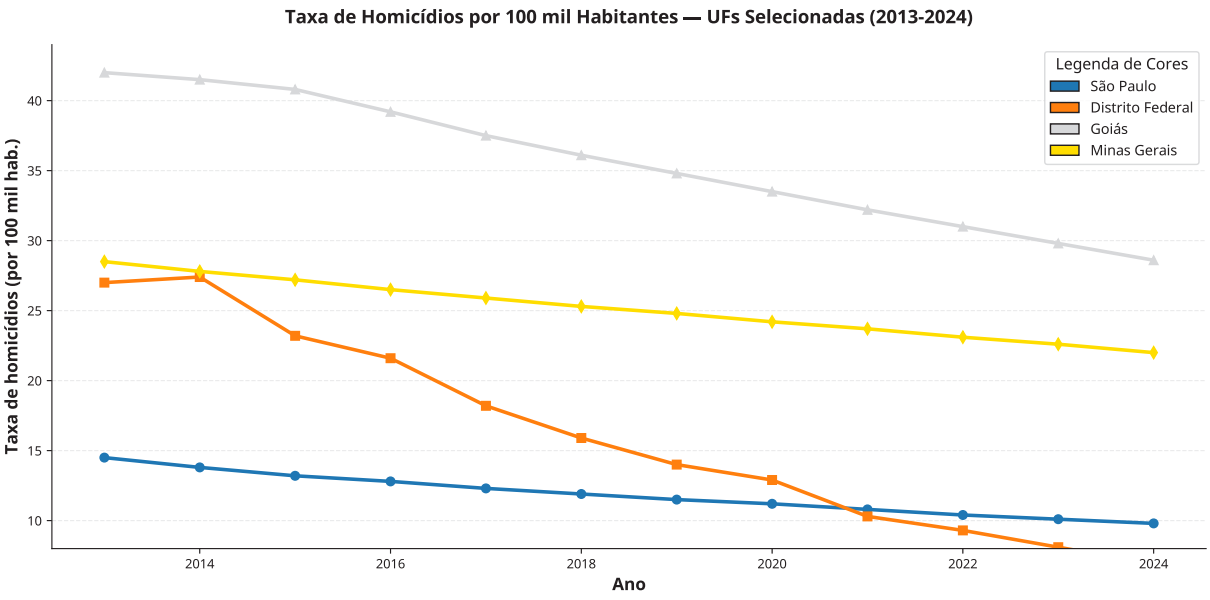


Gráfico 18: Evolução histórica da taxa de homicídios no DF (2013-2024). Fonte: Ministério da Saúde (2025). Disponível em: <https://relatorioaps.saude.gov.br/cobertura/aps>

3.5.2.4 Dimensão Metropolitana (RIDE-DF)

A segurança pública no DF não pode ser gerida como uma ilha. A integração funcional com a RIDE cria dinâmicas criminais transfronteiriças que demandam abordagens colaborativas. A expansão demográfica desordenada nos municípios do Entorno gera pressões que afetam diretamente a criminalidade no DF. Sem protocolos integrados de inteligência, radiocomunicação e operações conjuntas permanentes com Goiás e Minas Gerais, o DF corre o risco de ter seus ganhos comprometidos pelo efeito de deslocamento criminal.

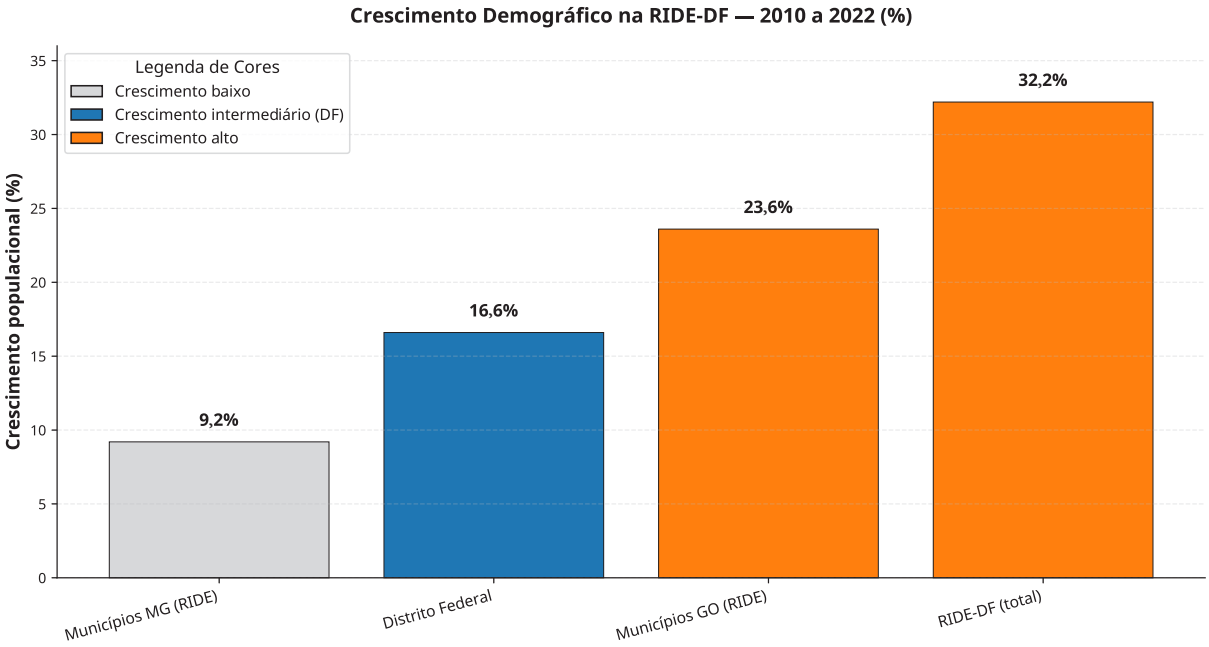


Gráfico 19: Crescimento demográfico na RIDE-DF (2010-2022). A expansão dos municípios do entorno pressiona os serviços de segurança pública do DF. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022. Disponível em: ibge.gov.br/censo2022

3.5.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Segurança conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a segurança pública como condição essencial para o desenvolvimento humano, a coesão social e a construção de cidades sustentáveis.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A priorização dos microterritórios mais vulneráveis do DF e da RIDE contribui para a redução das desigualdades no acesso à segurança pública.
	**ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis**	A regularização fundiária, a iluminação pública em LED e a eliminação de zonas cegas contribuem para cidades mais seguras e sustentáveis.
	**ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes**	A meta de garantir que nenhuma RA apresente taxa de homicídios acima da média nacional e a implementação do Pacto das Regiões contribuem diretamente para o ODS 16.

3.5.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Segurança formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

3.5.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Garantir que nenhuma Região Administrativa (RA) apresente taxa de homicídios acima de 6 por 100 mil habitantes até 2040. Realizar diagnóstico em 100% das RAs e publicá-lo até 2030.	Implementar o Pacto das regiões do DF e municípios da RIDE integrando dados criminais e sociais em uma única plataforma de inteligência.	Definir os 10 microterritórios prioritários no DF e os 6 municípios da RIDE com maior interdependência funcional para início imediato de operações integradas. Mapear bases de dados e lacunas de interoperabilidade entre os sistemas da SSP-DF e demais órgãos sociais. Adotar o policiamento orientado para problemas com foco em microterritórios (hot spots) que concentram vulnerabilidade social e violência.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Reduzir em 30% ocorrências criminais nos hot spots monitorados até 2030. Diminuir em até 50% os casos de perturbação de sossego nas Regiões Administrativas do DF até 2030.	Implementar ações de policiamento nos hot spots monitorados. Capacitar 2.000 mediadores comunitários para atuação em toda a rede distrital de segurança até 2030. Criar uma Cartilha contendo um guia de conduta e boas práticas, destinado a produtores, organizadores e realizadores	Promover cursos para capacitação de conselheiros comunitários, visando a realização de leitura e interpretação de dados e mediação de conflitos. Ampliar a Rede de Vizinhos Protegidos; Criar e regulamentar uma Cartilha que contenha princípios e normas que viabilizem e orientem a produção e realização de eventos, visando a harmonia e redução de ocorrências de

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		de eventos, com orientações técnicas, legais e éticas.	perturbação do sossego.
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Apoiar projetos comunitários via fundos de desenvolvimento social ou termo de fomento em 100% das RAs até 2030.	Articular a proteção de vítimas de violência e ou familiares, visando a autonomia econômica. Oferecer capacitação profissional para o acesso ao microcrédito. Mapear gargalos para a reintegração de egressos e buscar soluções junto ao Sistema S e empresas privadas.	Iniciar projeto-piloto de capacitações e profissionalizações visando o acesso prioritário ao microcrédito. Incentivar o trabalho e a qualificação profissional dentro do sistema prisional e para egressos em parceria com o Sistema S e empresas privadas.
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Estabelecer planos de segurança integrados em dez territórios do DF e 6 Municípios da RIDE.	Instituir protocolos permanentes de cooperação entre o DF e a RIDE referente às questões viárias; Criar um mecanismo de financiamento compartilhado .	Implantar radiocomunicação integrada entre as forças de segurança do DF e da RIDE; Estabelecer Acordos de Cooperação para ações de segurança viária.
Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana	Alcançar interoperabilidade entre os as forças de segurança e secretarias afins até 2030.	Implementar a Gestão por Resultados por meio de ferramenta que viabilize a colaboração de moradores e turistas, em tempo real, com a avaliação sobre a percepção de segurança em diferentes pontos do DF; Criar o Comitê Técnico de Ética, Dados e Tecnologia.	Criar e Implantar plataforma digital colaborativa Publicar painel de monitoramento de metas e resultados de forma acessível à população; Realizar pesquisa de vitimização e percepção de medo no DF; Orientar ações baseadas em evidências que viabilizem a segurança dos moradores e turistas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Reduzir em até 50% o número de ocupações irregulares até 2040.	Instituir um indicador territorial de qualidade ambiental de segurança, monitoramento da iluminação pública, limpeza e ocupação social de espaços públicos; Utilizar os critérios CPTED (Prevenção do Crime através do Desenho Urbano) para qualificação de espaços públicos; Integrar as políticas públicas de segurança e urbanismo.	Realizar o monitoramento CPTED com os órgãos competentes e a sociedade civil organizada. Viabilizar a transparência dos resultados do monitoramento. Executar intervenções em áreas monitoradas para reduzir ocupações irregulares e crimes de oportunidades.

3.5.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Integrar sistemas, dados e serviços públicos	Alcançar a interoperabilidade plena entre os sistemas das forças segurança do DF e os sistemas sociais (saúde, educação, assistência) até 2030.	Integrar banco de dados entre a SSP-DF, PMDF, PCDF, CBMDF, DETRAN-DF, SEAPE e os órgãos de atuação social, urbanístico e de Justiça. Criar um Painel Unificado de banco de dados.	Identificar as possíveis lacunas de interoperabilidade entre órgãos que integram o Painel Unificado. Revisar as cláusulas de portabilidade de dados. Realizar a criação de um Protocolo de Compartilhamento de banco de Dados. Ampliar o monitoramento por meio de câmaras em todas as regiões do DF.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Promover o acompanhamento e acesso ao uso de ferramentas tecnológicas por parte dos operadores de Segurança pública e dos grupos da sociedade civil organizada até 2030.	Instituir a Gestão por Resultados, com base em ciclos de análise de dados criminais visando as decisões operacionais. Criar o Comitê Técnico de Ética, Dados e Tecnologia, com participação da sociedade acadêmica e civil.	Iniciar pesquisa-piloto de vitimização e percepção de medo em cinco RAs prioritárias. Gerar dados de "escuta ativa" além das ocorrências registradas. Implantar sistema interno de monitoramento de metas com planos de ação. Submeter ao Comitê técnico 100% das novas tecnologias para avaliação prévia e obrigatórias de impacto e ética.
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Garantir que 100% das Regiões Administrativas tenham painéis de dados abertos e acessíveis à comunidade até 2040.	Expandir os serviços digitais de segurança com foco prioritário em dispositivos móveis e acessibilidade.	Criar uma plataforma digital de transparência comunitária. Reunir indicadores territoriais e calendários dos conselhos distritais, em uma linguagem acessível; Aprimorar, por meio dos CONSEGs, o canal digital de devolutivas institucionais referente às demandas.
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Firmar um acordo de cooperação para Utilização dos dados de georeferenciamento da CODEPLAN como ferramenta para enfrentamento de ocorrências em pontos críticos até 2028.	Uniformizar as informações do georreferenciamento da CODEPLAN para integrá-lo ao Painel Unificado de banco de dados.	Mapear os 10 microterritórios prioritários no DF com base em indicadores de violência e vulnerabilidade social. Publicar diagnósticos territoriais integrados para 100% das RAs. Aperfeiçoar o sistemas de alerta de hot spots em tempo real, integrados ao Painel Unificado de banco de dados. Definir indicadores de sensação de insegurança, desordem urbana e confiança institucional.

3.5.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Conectar educação, tecnologia e setor produtivo	Garantir que todas as Regiões Administrativas (RAs) possuam CONSEGs normatizados e regulamentados até 2030. Ofertar aos onselheiros comunitários curso de formação técnica em segurança pública até 2028.	Implementar a formação técnica em segurança pública.	Mapear as diretorias atuantes nos CONSEGs para compartilhar experiências visando treinamento para os demais Conselhos. Publicar a Plataforma Digital de Transparência Comunitária. Facilitar o diálogo e o rastreamento de demandas entre sociedade e Estado para acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Capacitar os gestores estratégicos dos órgãos operacionais em gestão por resultados até 2030.	Instituir a Gestão por Resultados, com ciclos de análise de dados para orientar as ações organizacionais e a tomada de decisão.	Formar gestores e agentes na metodologia escolhida para aplicação de soluções em segurança, orientadas para o problema.
Implantar cultura de atendimento humanizado	Implementar um sistema integrado de indicadores de desempenho das organizações e saúde ocupacional dos servidores até 2030.	Consolidar uma política de Estado, vinculando a valorização profissional à formação continuada e critérios de desempenho. Modernizar a infraestrutura e equipamentos. Garantir condições de trabalho dignas e seguras.	Lançar um programa de reconhecimento e premiação para servidores com entregas excepcionais em projetos inovadores para a segurança pública. Estabelecer mecanismos de escuta ativa e contínua, voltados a identificar e atender, de forma integrada, as necessidades diárias e o bem-estar dos profissionais de segurança.
Promover saúde mental, bem-estar e ambientes institucionais saudáveis	Promover o aperfeiçoamento contínuo em atendimento humanizado, assegurando a capacitação integral de	Institucionalizar protocolos de atendimento humanizado, estabelecendo o cronograma de capacitação de	Realizar levantamento de competências e dos principais gargalos enfrentados no atendimento ao público em diferentes unidades operacionais. Instituir um grupo de trabalho

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	todos os servidores da área operacional até o ano de 2030.	100% dos servidores operacionais .	multidisciplinar para consolidar o “Protocolo Padrão de Atendimento Humanizado”, alinhado aos Direitos Humanos e às diretrizes estratégicas da instituição. Selecionar e capacitar um grupo inicial de instrutores multiplicadores.
Formar lideranças públicas e sociais para gestão de longo prazo	Implantar o protocolo de apoio aos profissionais que trabalham na segurança pública, pós-ocorrência crítica, em 100% dos órgãos operacionais até 2030.	Estabelecer programas permanentes de prevenção ao suicídio e educação financeira com foco no suporte familiar.	Mapear o passivo de saúde mental e a linha de base de sofrimento psíquico entre os profissionais atuais. Disseminar o conceito de mediação de conflitos no ambiente das corporações; Criar ambientes de trabalho com segurança psicológica, garantindo o sigilo no atendimento psicossocial e o combate ao assédio institucional.
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Criar um observatório Distrital de segurança e qualidade de vida até 2030.	Instituir o Observatório Distrital de Segurança e Qualidade de Vida, funcionando como espaço de experimentação e prototipagem de políticas públicas. Estabelecer protocolos de auditoria externa para incidentes críticos.	Assinar acordos de cooperação técnica com Universidades e Institutos, para suporte analítico imediato. Realizar editais de chamamento para projetos de segurança inovadores, executados via parcerias com organizações da sociedade civil. Incentivar a realização de parcerias com universidades locais, órgãos internacionais, agências de fomento e sociedades civis organizadas, para avaliação anual independentes, de 100% dos programas estratégicos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Formar lideranças públicas e sociais para gestão de longo prazo	Atender até 10.000 jovens por ano via programas de prevenção que unem educação e formação técnica até 2030. Realizar capacitação dos operadores de segurança pública para a promoção dos programas de prevenção até 2030.	Incentivar a busca ativa de adolescentes fora da escola com encaminhamento para qualificação tecnológica e profissional. Consolidar os programas de capacitação e valorização dos melhores avaliados como política de Estado permanente.	Mapear as vocações produtivas das RAs e articular com o Sistema S a criação de vagas de aprendizagem focalizadas nessas vocações. Criar calendário de formação continuada com a integração dos operadores de segurança. Criar até 5.000 vagas anuais de emprego e aprendizagem profissional para jovens de territórios em situação de vulnerabilidade.

3.5.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência	Articular com GDF a aprovação do Plano Estratégico, apresentado pelo CODESE-DF 2026–2040.	Estabelecer uma matriz de responsabilidades por tema e território, com pactuação de metas entre GDF e sociedade civil. Promover a segurança integral como plataforma estratégica de longo prazo. Consolidar e aperfeiçoar a governança distrital das forças de segurança de forma integrada.	Ampliar a interlocução da sociedade civil, sistema de justiça e secretarias de estado, visando a coordenação e proposição de estratégias de ações de segurança. Criar conselho consultivo e deliberativo, composto por representantes das forças, representantes acadêmicos, órgãos de controle e membros da sociedade civil, com a missão de zelar pela política de Segurança Pública do DF.
Governar por metas, indicadores e evidências	Formalizar o Pacto Metropolitano de Segurança e Qualidade de Vida com os municípios de maior	Definir mecanismos de financiamento compartilhado para projetos conjuntos de infraestrutura e	Definir de forma conjunta os projetos de infraestrutura e segurança na RIDE; Mapear as atividades operacionais que envolvem

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	interdependência até 2030.	segurança na RIDE. Instituir protocolos permanentes de cooperação técnica e operacional entre o DF e os estados limítrofes. Estabelecer protocolos permanentes de cooperação operacional, investigativo referente à segurança viária.	entes responsáveis pela segurança do DF e os estados limítrofes. Definir ações preventivas e integradas voltadas à redução dos crimes.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Viabilizar ao cidadão o acesso aos dados públicos gerados pelos entes que integram o governo do DF até 2030.	Garantir a participação do CODESE-DF em conselhos distritais temáticos, nos quais haja representação da sociedade civil, tais como os conselhos de Segurança Pública, da Mulher, de Direitos Humanos, de Políticas sobre Drogas, dentre outros.	Com base nos resultados da análise de dados, avaliar as estratégias de segurança pública durante as reuniões de governança entre GDF e CODESE-DF.
Ampliar parcerias estratégicas	Publicar diagnósticos territoriais integrados de todas as Regiões Administrativas até 2030.	Instituir a Gestão por Resultados, com base na análise de dados criminais, sociais, territoriais e de saúde publicadas pelo Observatório Distrital de Segurança e Qualidade de Vida.	Avaliar as estratégias de governança, utilizando resultados gerados pelas análises de dados, com periodicidade de 90 dias.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Indicador: Cartilha do Bom Produtor Cultural aprovada e publicada; nº de eventos culturais orientados pelo protocolo; nº de	Aprovar e implantar a Cartilha do Bom Produtor Cultural e Eventos Responsáveis, como guia técnico, legal, ético, ambiental e	Constituir grupo técnico intersetorial com SECEC, SSP/DF, CBMDF, Defesa Civil, DF Legal, SLU, Brasília Ambiental, Vigilância Sanitária, Administrações Regionais e

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	relatórios pós-evento produzidos; nº de ocorrências operacionais, ambientais e de segurança registradas e tratadas; percentual de eventos com plano de sustentabilidade, segurança, acessibilidade e gestão de resíduos. Meta: aprovar e publicar a Cartilha até 2027; aplicar o protocolo em 100% dos eventos culturais apoiados, autorizados ou realizados em parceria com o poder público até 2028; exigir relatório pós-evento em 100% dos eventos estratégicos; reduzir em 30% as ocorrências operacionais recorrentes até 2030, com base na linha de base definida no primeiro ciclo de monitoramento. Fonte: SECEC, SSP/DF, CBMDF, Defesa Civil, DF Legal, SLU, Brasília Ambiental, Vigilância Sanitária, Administrações Regionais, relatórios de eventos, autorizações públicas e pesquisas de satisfação.	operacional para produtores, organizadores e realizadores de eventos culturais, orientando licenciamento, segurança, acessibilidade, sustentabilidade, gestão de resíduos, mobilidade, ruído, impacto no entorno, comunicação comunitária, responsabilidade social, integridade e relatório pós-evento.	representantes do setor cultural; mapear exigências legais e boas práticas; elaborar minuta da cartilha; testar o protocolo em eventos-piloto; definir modelo padrão de relatório pós-evento com ocorrências, aprendizados, indicadores, impactos e melhorias para futuras edições.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer integridade, controle, compliance e gestão	Alcançar interoperabilidade plena entre os sistemas das forças de segurança e sistemas sociais até 2030.	Desenvolver uma arquitetura de dados única que interconecte as forças de segurança com a rede de proteção social. Implementar uma estrutura de Compliance com corregedorias integradas e sistemas de monitoramento de riscos éticos, focada na prevenção de desvios e na promoção da conduta correta.	Integrar sistemas críticos entre Segurança e Assistência Social em um único local. Iniciar a unificação da nomenclatura e dos campos de registro das ocorrências entre as forças de segurança e Assistência Social.
Ampliar parcerias estratégicas	Formalizar parcerias para aperfeiçoar a inteligência estratégica e a gestão de dados existentes até 2030.	Consolidar a interlocução permanente do Executivo, por meio da SSP/DF, com o Sistema de Justiça para integração de fluxos e dados; Fortalecer o modelo de Financiamento de serviços Comunitários, por meio de incentivo fiscal, utilizando como modelo a Lei Rouanet, para Segurança Pública via termos de fomento ou fundos territoriais para projetos envolvendo a sociedade civil organizada.	Consolidar a interlocução permanente do Executivo com o Sistema de Justiça, incluindo MPDFT, TJDFT e Defensoria, para integração de fluxos e dados; Realizar o Financiamento de serviços Comunitários em prol da Segurança Pública, por meio de termos de fomento ou fundos territoriais para projetos da sociedade civil organizada.

3.5.4.5 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas	Reduzir 80% dos crimes contra o patrimônio e deixar a taxa de homicídios abaixo de 5 por 100 mil até 2040.	Instituir a Gestão por Resultados condicionando a alocação de recursos ao cumprimento de metas. Adotar o indicador de custo-benefício social como critério de priorização orçamentária. Pactuar metas de desempenho com prestação de contas públicas.	Definir os 10 microterritórios prioritários para investimentos intensivos com base em indicadores de vulnerabilidade social e violência. Publicar os resultados no Painel de monitoramento de metas, de forma acessível à população, vinculando entregas operacionais a desembolsos orçamentários.
Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas	Implementar até 2030 política permanente, financiada pelo FCDF, que proporcione ao operador de segurança estabilidade profissional e emocional, visando redução de adoecimento e absenteísmo.	Institucionalizar um arcabouço jurídico que blinde os recursos do FCDF destinados à saúde do operador e à modernização dos equipamentos, garantindo que o orçamento de custeio e investimento não sofra descontinuidade por trocas de gestão. Implementar um sistema de auditoria externa e Compliance contínuo para todos os projetos financiados, garantindo que a execução esteja estritamente alinhada à finalidade pública e à eficiência.	Executar um censo de saúde mental em toda a base operacional para identificar os principais gatilhos de adoecimento. Estabelecer uma política de "escuta qualificada" pós-evento crítico, garantindo que nenhum operador passe por situação de alta tensão sem suporte psicológico imediato e sigiloso.
Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas	Captar recursos junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e emendas parlamentares para	Formalizar acordo de cooperação para o financiamento compartilhado de operações de	Assinar acordos de cooperação técnica com universidades para suporte analítico, substituindo consultorias privadas de alto custo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	o financiamento compartilhado com a RIDE até 2030.	inteligência territorial e operações integradas na RIDE.	
Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas	Tornar a proposta de Segurança pelo Desenho Urbano como um dos critérios obrigatórios em todos os editais de concessão de equipamentos públicos até 2040.	Regulamentar Leis de Incentivo Fiscal para investimentos privados em tecnologias de segurança comunitária.	Realizar auditorias CPTED participativas em polos comerciais para orientar parcerias público-privadas de revitalização urbana. Executar intervenções de limpeza e iluminação rápida com apoio de empresas locais, medindo o impacto na redução do medo. Revitalizar espaços degradados. Instituir o indicador territorial de qualidade ambiental de segurança, integrando limpeza e manutenção urbana como vetores de prevenção ao crime.

3.5.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Segurança reconhece que os desafios relacionados ao desenvolvimento do Distrito Federal são complexos e interdependentes, exigindo soluções construídas de forma articulada entre diferentes áreas de conhecimento e atuação. Por essa razão, as propostas apresentadas anteriormente foram concebidas em alinhamento com o Mapa Estratégico do Plano O DF Que a Gente Quer 2026–2040, contribuindo simultaneamente para diversos Objetivos Estratégicos e estabelecendo conexões com outras Câmaras Técnicas do CODESE-DF.

Essa integração amplia o potencial transformador das iniciativas propostas, favorece a coordenação entre políticas públicas e fortalece uma visão sistêmica do desenvolvimento do Distrito Federal. Mais do que compartilhar temas de interesse comum, as Câmaras Técnicas atuam de forma complementar, potencializando resultados e promovendo soluções mais efetivas para os desafios do território.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Segurança são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Integrar inteligência, prevenção e atuação operacional no território metropolitano.	Pacto territorial; municípios prioritários; operações integradas; dados criminais e sociais; cooperação interfederativa.
Tecnologia	Desenvolver e proteger os sistemas utilizados na inteligência, na prevenção e na gestão da segurança.	Painel Territorial; interoperabilidade; auditoria; proteção de dados; portabilidade; tecnologias comunitárias.
Saúde	Incorporar informações de saúde aos diagnósticos territoriais e acompanhar a saúde ocupacional dos profissionais.	Dados de saúde; vulnerabilidades; Observatório Distrital; saúde ocupacional; bem-estar dos servidores.
Educação	Prevenir a violência por meio da permanência escolar, da qualificação e da ampliação de oportunidades para jovens.	Busca ativa; formação técnica; aprendizagem; cultura de paz; integração de dados; capacitação dos operadores.
Cidadania	Integrar segurança, direitos, prevenção de conflitos e participação social.	Cultura de paz; atendimento humanizado; Direitos Humanos; CONSEGs; formação cidadã; prevenção.
Esporte, Atividade Física e Lazer	Utilizar esporte e lazer para ocupação segura dos territórios, convivência e prevenção.	Ruas de Lazer; Esporte à Meia-Noite; Patrimônio em Movimento; jovens e famílias; percepção de segurança.
Habitação e Urbanismo	Incorporar prevenção da violência ao planejamento, ao desenho e à gestão dos espaços urbanos.	Desenho Urbano; iluminação; limpeza; ocupação social; equipamentos públicos; concessões; revitalização.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cultura e Economia Criativa	Garantir condições de segurança para atividades culturais, eventos e ocupação dos espaços.	Corredores culturais; circulação noturna; eventos; patrimônio; iluminação; programação dos espaços.
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Integrar segurança à experiência de moradores e visitantes nos destinos, eventos e equipamentos.	Destino Hospitaleiro; rotas; feiras; parques; praças; centros históricos; eventos.
Mobilidade	Incorporar segurança aos deslocamentos e integrar dados de transporte e trânsito.	Circulação segura; transporte público; rotas; eventos; dados do DETRAN-DF; sistemas integrados.
Comércio e Serviços	Qualificar a segurança dos polos comerciais e reduzir crimes de oportunidade.	Auditorias urbanas; segurança comunitária; tecnologias; revitalização; parcerias público-privadas.
Felicidade	Relacionar segurança percebida, convivência e bem-estar nos territórios.	Percepção de segurança; espaços públicos; convivência; esporte; lazer; qualidade de vida.
Sustentabilidade	Integrar qualidade ambiental, conservação urbana e prevenção da violência.	Iluminação; limpeza; qualidade ambiental; ocupação social; patrimônio; espaços públicos.
Inovação	Desenvolver e avaliar novas soluções tecnológicas e organizacionais para a segurança pública.	Inteligência; projetos inovadores; tecnologias comunitárias; sistemas integrados; reconhecimento profissional.
Logística e Distribuição	Apoiar os fluxos operacionais e territoriais das ações integradas.	Operações; microterritórios; deslocamento de equipes; distribuição de recursos; integração regional.

Considerações para implementação

A integração territorial com a RIDE exige governança permanente, compatibilização de informações e definição das responsabilidades das instituições participantes. As operações conjuntas e a unidade de inteligência devem preservar as competências legais de cada força e órgão envolvido.

O Painel Territorial Unificado e a interoperabilidade requerem cooperação com Tecnologia e com os órgãos responsáveis pelos dados sociais. O compartilhamento deve observar as trilhas de auditoria, os protocolos de acesso, a portabilidade e os mecanismos de avaliação ética previstos no Plano.

As ações de prevenção juvenil demandam articulação com Educação, Cidadania e Cultura da Paz e instituições de formação profissional, especialmente na busca ativa, na qualificação e na oferta de vagas de aprendizagem.

As iniciativas de esporte, cultura, turismo e convivência precisam incorporar a Segurança ao planejamento dos territórios, dos horários, da circulação e da ocupação dos equipamentos. A participação da Câmara nessas ações está vinculada à prevenção, à percepção de segurança, à organização dos espaços e não à responsabilidade principal pela programação esportiva, cultural ou turística.

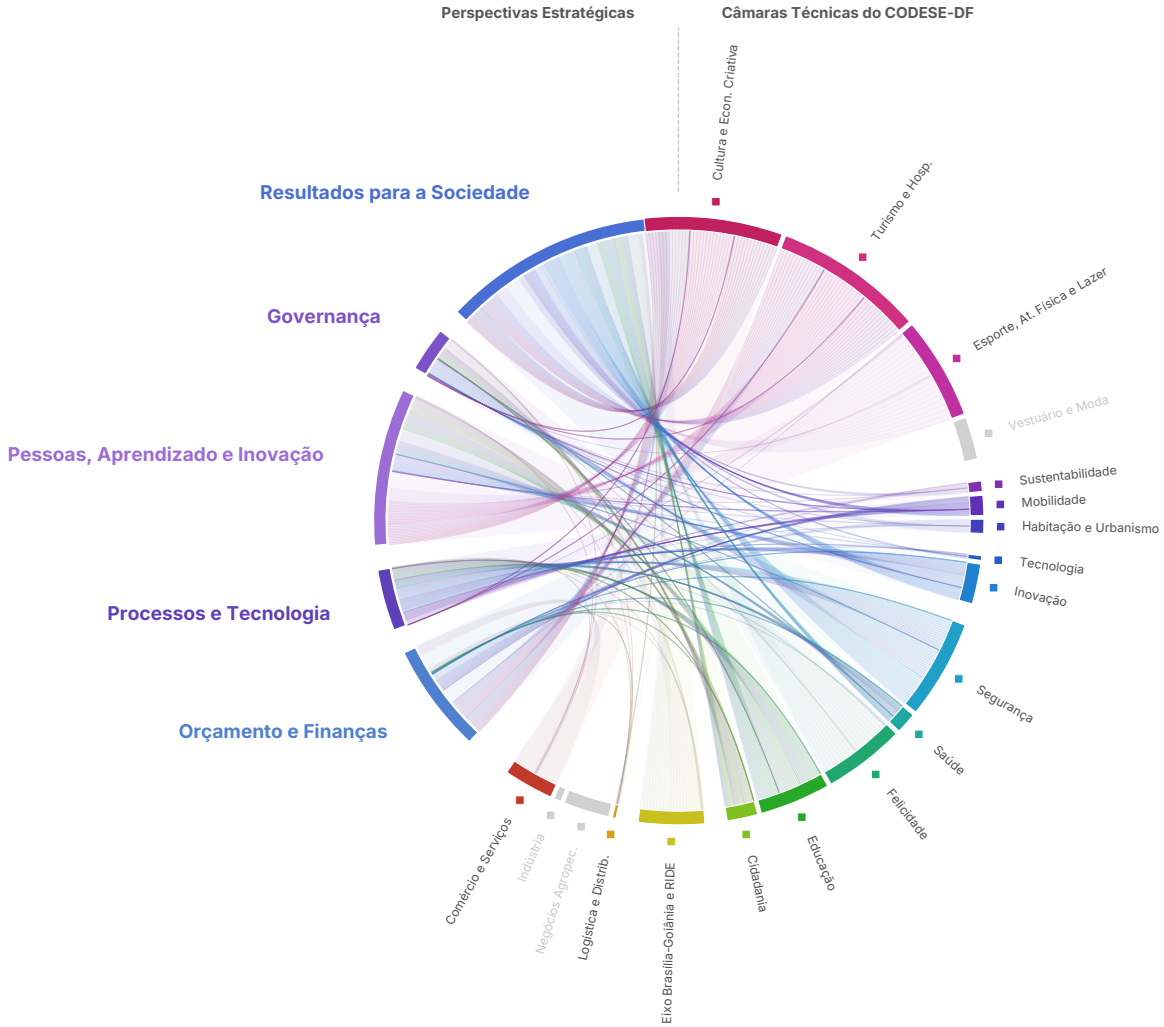
A aplicação da Segurança pelo Desenho Urbano depende de articulação com Habitação e Urbanismo, Sustentabilidade, Comércio e Serviços, Tecnologia, administrações regionais e sociedade civil. Os critérios preventivos devem integrar os projetos, auditorias, concessões e intervenções previstas.

A política de valorização dos profissionais deve articular formação, saúde ocupacional, atendimento humanizado, infraestrutura, equipamentos, reconhecimento e escuta ativa. O desenvolvimento profissional deve permanecer conectado às metas e condições de trabalho registradas no Plano.

A Câmara de Segurança permanece responsável pelas metas, diagnósticos, inteligência, prevenção e resultados que lhe são documentalmente atribuídos. As demais Câmaras contribuem com entregas específicas, respeitando os limites e as responsabilidades definidos em cada ação.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Segurança · 15 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: SEGURANÇA

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Cultura e Economia Criativa
	Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
	Esporte, Atividade Física e Lazer
	Sustentabilidade
	Mobilidade e Infraestrutura
	Habitação e Urbanismo
	Tecnologia
	Inovação
	Saúde
	Felicidade
	Educação
	Cidadania
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Logística e Distribuição
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

4. Desenvolvimento Econômico

4.1 Comércio e Serviços

4.1.1 Apresentação e Contexto

> O setor de comércio e serviços é o motor da economia do Distrito Federal, respondendo por mais de 80% do PIB distrital (IBGE, 2023). Com a maior renda per capita do país e uma população altamente escolarizada, o DF tem um mercado consumidor sofisticado e uma demanda crescente por serviços de alto valor agregado. No entanto, a concentração do comércio no Plano Piloto e em poucos centros comerciais limita o desenvolvimento econômico das RAs periféricas.

4.1.2 Panorama Atual do DF

4.1.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o setor de serviços responde por 82% do PIB do DF, com destaque para os serviços governamentais (35%), o comércio (18%) e os serviços financeiros (12%).

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Fomentar o desenvolvimento econômico equitativo, com criação de empregos e renda nas RAs de menor IDH, e posicionar o DF como hub regional de comércio e serviços de alto valor agregado.

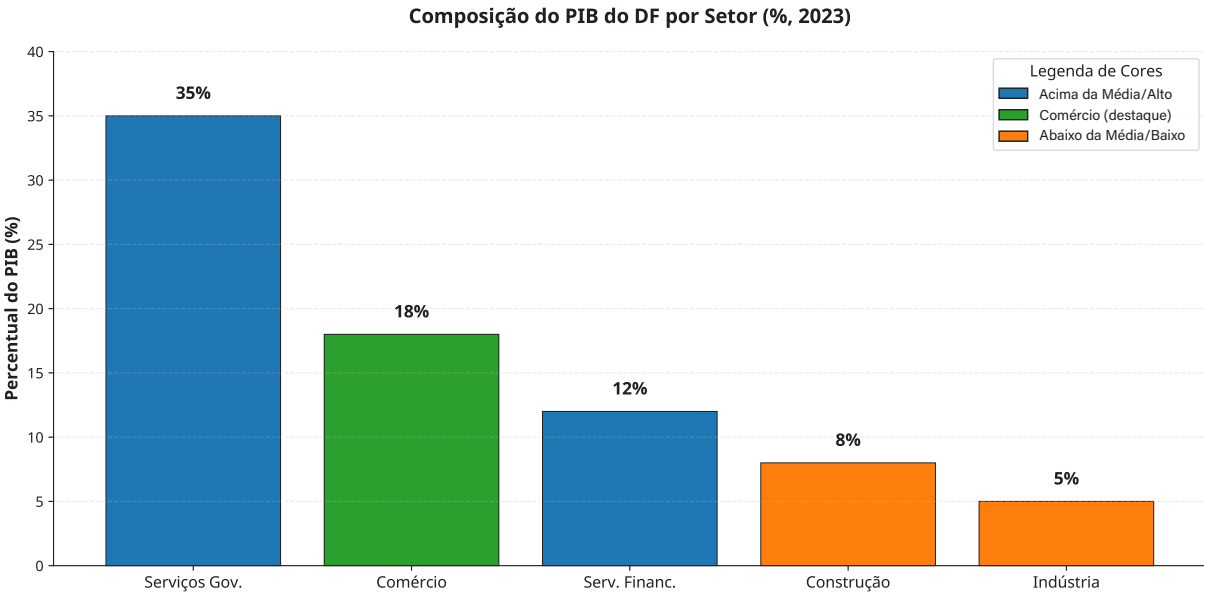


Gráfico 20: Composição do PIB do DF por setor (2023). A dependência dos serviços governamentais (35%) é um risco estrutural que exige diversificação.
Fonte: IBGE e Panorama do DF 2026.

4.1.2.2 Disparidades Territoriais

A concentração do comércio no Plano Piloto e em poucos centros comerciais (Park Shopping, Conjunto Nacional, Brasília Shopping) limita o desenvolvimento econômico das RAs periféricas. A taxa de desemprego nas RAs de menor IDH é até 3x superior à do Plano Piloto.

CDL Distrito Federal

Conheça nossas **Soluções Financeiras** para o seu negócio:

- Consulta Crédito
- CDL Acordo Rápido
- Negativação
- Cobrança e Recuperação
- Gestão de Carteira

Acesse o QR Code e saiba mais.

(61)3218-1400 www.cdldf.com.br

SPC BRASIL CDL Jovem FUNDAÇÃO cdl

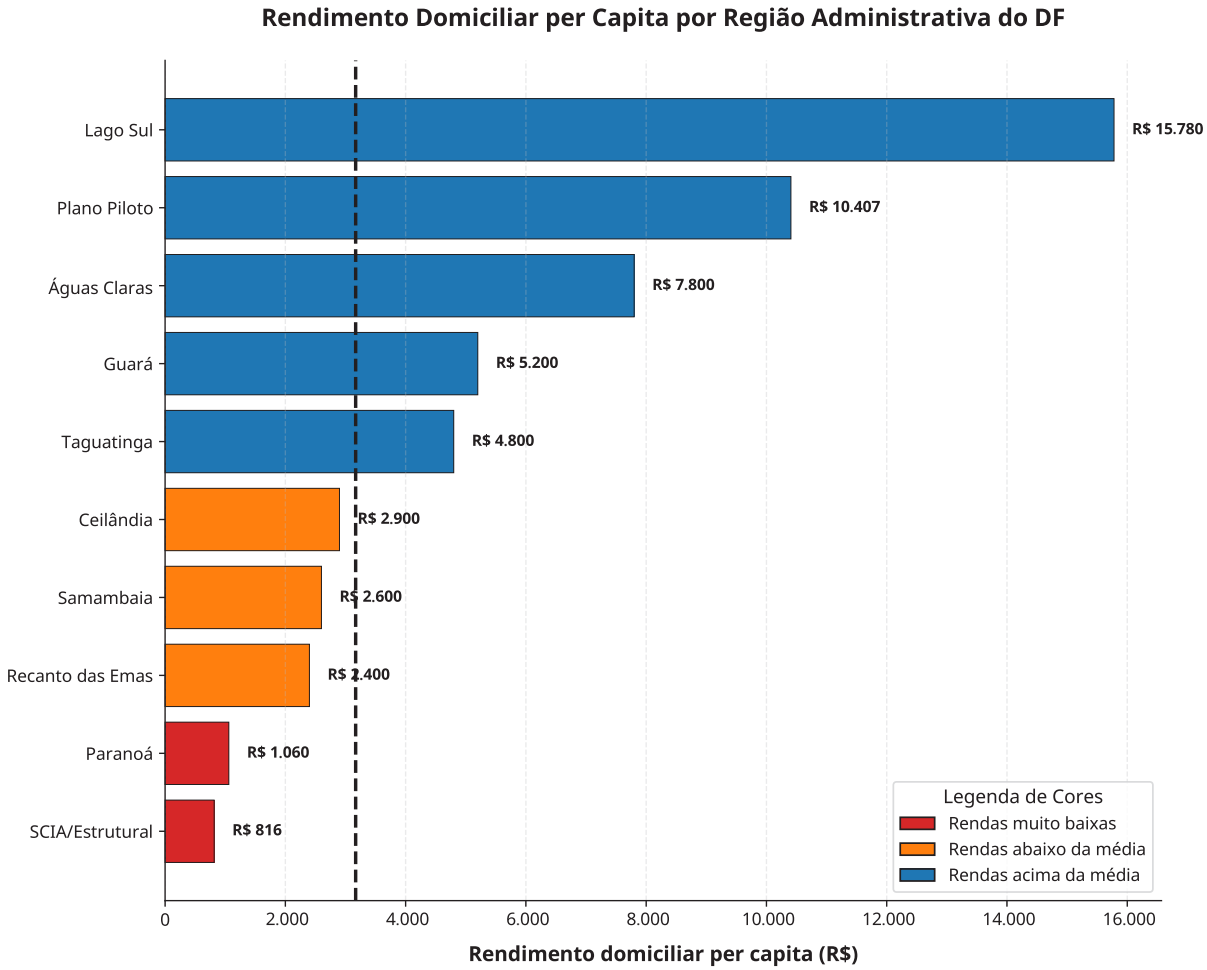


Gráfico 21: Rendimento domiciliar per capita por RA (R$). A desigualdade territorial condiciona o acesso ao comércio e serviços no DF.
Fonte: IPEDF/Codeplan - PDAD-A 2024.

CRECIDF
Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal
(61) 3321-1010
(61) 3051-6703
crecidf.gov.br
Juntos por um mercado imobiliário
MAIS ÉTICO, SEGURO E QUALIFICADO.

4.1.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Comércio e Serviços conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo o setor como motor do crescimento econômico, da geração de empregos e da redução das desigualdades regionais.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 1 — Erradicação da Pobreza**	A geração de empregos e o fomento ao empreendedorismo no setor de serviços contribuem para o aumento da renda e redução da pobreza.
	**ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico**	As metas de qualificação profissional e apoio a micro e pequenas empresas promovem o trabalho decente e o crescimento econômico.
	**ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura**	O incentivo à modernização do comércio e integração com polos logísticos fortalece a infraestrutura econômica do DF.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A descentralização das atividades comerciais para diferentes Regiões Administrativas ajuda a reduzir as desigualdades regionais de renda.

4.1.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Comércio e Serviços formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

4.1.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Ampliar escolarização, qualificação tecnológica e empreendedorismo, incluindo jovens e idosos como agentes ativos da economia.	Implantar centros de saber, escolarização e empreendedorismo por cluster, conectados à tecnologia, ao mercado e à inclusão produtiva de jovens, adultos, pessoas idosas, pretos e pardos, reconhecendo trajetórias, saberes, experiências e contribuições históricas e culturais para o desenvolvimento do Distrito Federal.	Incluir pessoas idosas, pretas e pardas em programas de capacitação, mentoria, renda, empreendedorismo e inclusão digital, valorizando sua experiência, dignidade e contribuição para a construção do DF.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Estruturar o DF como rede de clusters produtivos e de conhecimento, integrando vocações regionais, tecnologia e logística para gerar emprego e renda no DF e RIDE.	Estruturar o DF como rede de clusters produtivos e tecnológicos, organizada por vocações regionais e políticas públicas de Estado. Implantar corredores econômicos integrados, ligando produção, comércio, serviços, agro, moda, tecnologia e logística. Criar hubs logísticos e centros de distribuição nas entradas estratégicas do DF e da RIDE. Integrar rodovia, ferrovia e aeroporto como base da plataforma logística regional.	Mapear vocações econômicas por região e estruturar os primeiros clusters. Criar trilhas de escolarização, tecnologia e empreendedorismo, inspiradas em ecossistemas como o Vale do Silício. Incluir pessoas idosas em programas de capacitação, mentoria, renda e empreendedorismo. Implantar pilotos de hubs logísticos, polos regionais e corredores econômicos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Fortalecer o ambiente de negócios com simplificação, digitalização e competitividade tributária, estimulando a formalização e o crescimento empresarial.	Digitalizar e simplificar o ambiente de negócios, reduzindo tempo, custo e burocracia. Defender redução, simplificação e equalização tributária, ampliando competitividade e formalização. Ampliar crédito, empresas-âncora e economia circular, fortalecendo cadeias produtivas locais.	Simplificar abertura de empresas, licenças e processos digitais. Lançar crédito e incentivo para pequenos negócios e empreendedores locais. Atrair empresas-âncora para ativar os primeiros clusters produtivos.

4.1.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Modernizar infraestrutura logística, conectividade e Smart Cities	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo, formando talentos conectados à tecnologia e ao setor produtivo. Integrar governo, empresas, universidades, startups e parques tecnológicos em um ecossistema único. Acelerar inovação aplicada, conectando pesquisa, produção e mercado. Ampliar a produtividade e competitividade das empresas com tecnologia e dados.	Implantar centros de saber, escolarização e empreendedorismo conectados à tecnologia e às demandas do setor produtivo. Estruturar hubs de inovação integrados, unindo governo, empresas, universidades, startups e parques tecnológicos. Criar programas de inovação aplicada, conectando pesquisa, produção e mercado. Incentivar a transformação digital das empresas, com uso de dados, automação e novas tecnologias. Atrair e consolidar empresas de base tecnológica e startups, fortalecendo o ecossistema produtivo. Integrar cadeias produtivas estratégicas com tecnologia, inovação e geração de valor.	Iniciar programas de saber, escolarização e empreendedorismo focados em tecnologia aplicada aos negócios. Lançar editais e parcerias para conexão entre empresas, startups e universidades. Implantar projetos-piloto de inovação aplicada em cadeias produtivas estratégicas. Apoiar a digitalização de pequenas e médias empresas (dados, automação e e-commerce). Criar ambientes de networking e conexão entre governo, setor produtivo e inovação. Atrair startups e empresas tecnológicas para polos e hubs estratégicos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer economia circular e transformação digital	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo voltados à economia circular, tecnologia e novos negócios sustentáveis. Ampliar o uso de tecnologia na gestão de resíduos, reciclagem, logística reversa e reaproveitamento produtivo. Transformar resíduos e ativos ambientais em renda, inovação e cadeias produtivas verdes. Digitalizar processos produtivos e comerciais para aumentar eficiência, transparência e competitividade.	Implantar hubs de economia circular nas regiões administrativas, integrando cooperativas, startups, indústria e comércio. Criar um programa de digitalização de MPEs, com capacitação em e-commerce, gestão digital, marketing e automação. Desenvolver uma plataforma digital de resíduos e logística reversa, conectando geradores, recicladores e compradores. Estabelecer incentivos fiscais e linhas de crédito para negócios circulares e adoção de tecnologias digitais. Estruturar parcerias com universidades, SENAI, SEBRAE e centros de inovação para formação técnica e desenvolvimento de soluções. Implantar laboratórios vivos (living labs) para testar soluções de economia circular e transformação digital em territórios piloto. Promover a integração da cadeia produtiva (coleta, triagem, transformação e comercialização) com uso de tecnologia. Criar um programa de certificação e rastreabilidade digital para produtos circulares e sustentáveis.	Iniciar programas de saber, escolarização e empreendedorismo em economia circular, tecnologia e negócios digitais. Mapear cadeias de resíduos e implantar projetos-piloto de logística reversa. Lançar programas de digitalização para MPEs (e-commerce, gestão e automação). Criar pilotos de plataforma digital de resíduos conectando oferta e demanda. Ativar parcerias com setor produtivo, cooperativas e instituições de ensino. Testar soluções em territórios piloto (living labs).

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		Estimular a indústria 4.0 e tecnologias verdes (IoT, IA, blockchain) aplicadas à produção e gestão de recursos. Implementar campanhas de educação e cultura digital e ambiental, incentivando consumo consciente e inovação.	

4.1.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo, alinhando formação às vocações produtivas do território. Ampliar a qualificação técnica e tecnológica, conectada à demanda real do mercado. Integrar educação, setor produtivo e inovação, formando talentos para gerar emprego, renda e solução. Desenvolver competências em gestão, tecnologia e produtividade, orientadas à entrega de valor público.	Implantar centros de saber, escolarização e empreendedorismo por cluster, alinhados às vocações produtivas territoriais. Integrar educação, setor produtivo e tecnologia, com trilhas formativas conectadas à demanda real do mercado. Criar programas de qualificação técnica e tecnológica contínua, com foco em empregabilidade e produtividade. Estabelecer parcerias com empresas, universidades e instituições de ensino, para formação prática e aplicada. Implantar modelos de ensino dual (formação + prática profissional) nos setores estratégicos. Desenvolver competências em gestão, inovação, dados e empreendedorismo para trabalhadores e gestores.	Mapear vocações produtivas e demandas de mão de obra por região. Criar trilhas rápidas de qualificação em tecnologia, gestão e empreendedorismo. Conectar empresas, escolas técnicas, universidades e órgãos públicos. Implantar turmas-piloto por cluster produtivo territorial. Criar banco local de talentos, cursos e vagas. Incluir jovens, adultos e idosos em programas de requalificação produtiva. Monitorar empregabilidade, renda e produtividade por região.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		Incluir jovens, adultos e idosos em programas de requalificação e geração de renda. Monitorar resultados com indicadores de empregabilidade, renda e produtividade por região.	

4.1.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo, integrando formação e desenvolvimento econômico em escala regional. Implantar consórcios interfederativos e projetos integrados em logística, mobilidade e desenvolvimento. Integrar políticas públicas entre DF, RIDE e estados vizinhos, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades. Consolidar a RIDE como região econômica funcional, conectada e competitiva.	Implantar governança interfederativa permanente, com comitê executivo, metas e monitoramento. Estruturar consórcios públicos regionais para logística, mobilidade e desenvolvimento econômico. Integrar planejamento territorial, mobilidade e infraestrutura entre DF, RIDE e estados vizinhos. Criar agenda única de projetos estratégicos regionais, com priorização e execução coordenada. Implantar sistemas compartilhados de dados e indicadores, orientando decisões regionais.	Instalar comitê interfederativo com agenda, metas e responsáveis. Mapear e priorizar projetos regionais estratégicos (logística, mobilidade, economia). Iniciar acordos de cooperação entre DF, RIDE e estados vizinhos. Estruturar base inicial de dados compartilhados para decisões rápidas. Mapear o perfil socioeconômico e territorial dos trabalhadores e servidores que residem na RIDE e atuam no Distrito Federal, subsidiando políticas integradas de mobilidade, habitação e desenvolvimento regional. Mapear e revisar incentivos econômicos, fiscais e regulatórios, identificando oportunidades para ampliar a competitividade,

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
			atrair investimentos e fortalecer o ambiente de negócios no Distrito Federal e na RIDE.

4.1.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Comércio e Serviços reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Comércio e Serviços são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Indústria	Conectar produção industrial, serviços empresariais, comercialização, distribuição e mercados.	Clusters; cadeias produtivas; empresas-âncora; economia circular; transformação digital; corredores econômicos.
Logística e Distribuição	Assegurar circulação de bens e serviços, integração dos polos e acesso aos mercados do DF, da RIDE e do Brasil Central.	Hubs logísticos; centros de distribuição; rodovia; ferrovia; aeroporto; corredores; mercados regionais.
Educação	Alinhar formação e escolarização às vocações territoriais e às demandas do mercado e das empresas.	Centros de saber; trilhas; ensino dual; qualificação; empreendedorismo; empregabilidade.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Tecnologia	Disponibilizar ferramentas, plataformas, conectividade e sistemas para modernização empresarial.	Digitalização; e-commerce; automação; dados; plataformas; conectividade; rastreabilidade.
Inovação	Converter soluções, experimentação e pesquisa em empresas, produtos, serviços e novos mercados.	Startups; hubs; laboratórios vivos; inovação aplicada; novos negócios; serviços avançados.
Sustentabilidade	Organizar cadeias produtivas e mercados baseados em economia circular e aproveitamento sustentável de recursos.	Resíduos; logística reversa; hubs circulares; certificação; rastreabilidade; negócios verdes.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Integrar polos, clusters, mercados, logística, trabalho e investimentos em escala regional.	Corredores; hubs logísticos; centros de distribuição; Brasil Central; mercados; vocações territoriais.
Negócios Agropecuários	Conectar a produção rural aos serviços, à comercialização, à distribuição e aos mercados.	Cadeias agropecuárias; corredores; logística; comercialização; serviços; agregação de valor.
Vestuário e Moda	Integrar a cadeia de moda aos espaços comerciais, canais de distribuição e mercados.	Comercialização; e-commerce; corredores; eventos; polos; logística.
Cultura e Economia Criativa	Conectar empreendimentos criativos a serviços empresariais, eventos, comercialização e mercados.	Hubs criativos; empresas; feiras; eventos; serviços avançados; empreendedorismo.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Fortalecer o ambiente empresarial e os serviços vinculados a destinos, eventos, rotas e experiências.	Eventos; feiras; negócios; serviços; rotas; empresas; empregos.
Mobilidade e Infraestrutura	Garantir acesso e circulação necessários ao funcionamento dos polos, clusters e corredores econômicos.	Mobilidade; transporte; infraestrutura; conectividade; polos; corredores; logística.
Habitação e Urbanismo	Compatibilizar desenvolvimento econômico, localização territorial, revitalização urbana e funcionamento dos polos.	Polos comerciais; centros de serviços; revitalização; geointeligência; uso do território.
Cidadania e Cultura da Paz	Associar inclusão e equidade a formação, empreendedorismo, trabalho e geração de renda.	Inclusão produtiva; capacitação; mentoria; renda; inclusão digital; oportunidades.

Considerações para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Comércio e Serviços permanece responsável pelos componentes de desenvolvimento empresarial, comercialização, prestação de serviços, empreendedorismo, ambiente de negócios, acesso aos mercados e organização econômica territorial que lhe forem atribuídos. As alianças não devem ser ampliadas apenas porque determinado setor possui empresas ou contrata serviços.

As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do Distrito Federal e da RIDE.

Sindivarejista DF
Sindicato Empresarial do Sistema Comércio

Associe-se agora mesmo!
(61) 30129069

Conheça alguns de nossos serviços e benefícios para o empresário do DF:

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
São acordos extrajudiciais realizados entre o empregador e o colaborador quando há contestação de valores recebidos, mediante a presença de representantes legitimados pelos sindicatos e evitando processos na justiça trabalhista.

ESTRUTURA GRATUITA
O Sindivarejista conta com estrutura para uso gratuito do associado. Temos auditório para treinamento/palestras com espaço para até 80 pessoas. Sala de reunião para até 40 pessoas, e estúdio de podcast para gravação.

HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS
O Sindivarejista, por meio das clínicas conveniadas, realiza a homologação de Atestado Médico que consiste na avaliação técnica pelo médico do trabalho para efeito de validação ou não (total ou parcial) do atestado de afastamento.

ASSESSORIA TRABALHISTA
O Sindivarejista conta com advogados especializados na área trabalhista que orientam sua empresa em atendimentos exclusivos.

BALCÃO DE EMPREGOS
Serviço gratuito para acompanhar os prazos de renovação ou revisão de contratos de aluguéis, evitando que o empresário perca o seu ponto comercial.

EXAMES MÉDICOS
As empresas associadas contam com o Sindivarejista para emissão gratuita de exames médicos admissional, demissional, periódico, mudança de função, e retorno ao trabalho.

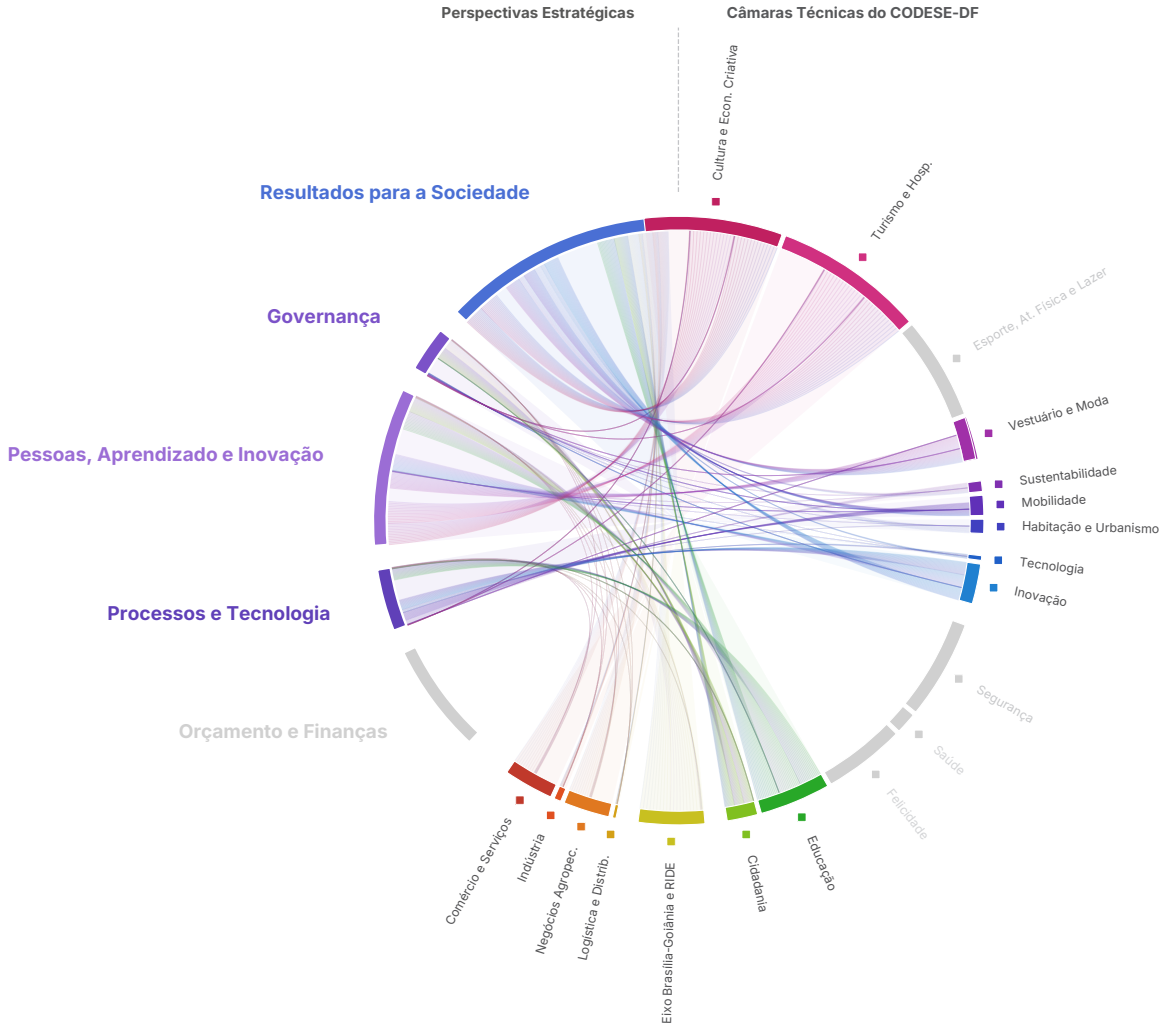
Temos muitas outras comodidades para você empresário!
Ligue e venha conhecer o sindicato do varejo!

(61)3012-9090
/Sindivarejista
@sindivarejista
@sindivarejistadf1970

SINDICATO FORTE PARA UM VAREJO VIVO.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Comércio e Serviços · 14 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: COMÉRCIO E SERVIÇOS

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
	Indústria
	Negócios Agropecuários
	Logística e Distribuição
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Cidadania
	Educação
	Inovação
	Tecnologia
	Habitação e Urbanismo
	Mobilidade e Infraestrutura
	Sustentabilidade
	Vestuário e Moda
	Cultura e Economia Criativa

PARTE III

Eixo Estratégico

4. Desenvolvimento Econômico

4.2 Indústria

4.2.1 Apresentação e Contexto

> A indústria representa 4,1% do PIB do Distrito Federal em 2023, segundo a CNI, com base nas Contas Regionais do Brasil/IBGE, dado corroborado pela FIBRA/IPEDF. Entre as UFs selecionadas, o DF apresenta a menor participação industrial. Essa estrutura produtiva reforça a elevada participação dos serviços na economia local. A Câmara Técnica de Indústria propõe um conjunto de incentivos fiscais estratégicos e a criação de uma agência de fomento para atrair investimentos industriais e ampliar a participação da indústria no PIB local.

4.2.2 Panorama Atual do DF

4.2.2.1 Diagnóstico Geral

Em 2023, a indústria respondeu por 4,1% do PIB do DF, segundo a CNI, com base nas Contas Regionais do Brasil/IBGE, dado corroborado pela FIBRA/IPEDF.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é fortalecer a expansão da indústria e da logística no Distrito Federal, elevando sua competitividade e ampliando sua participação na estrutura produtiva local.

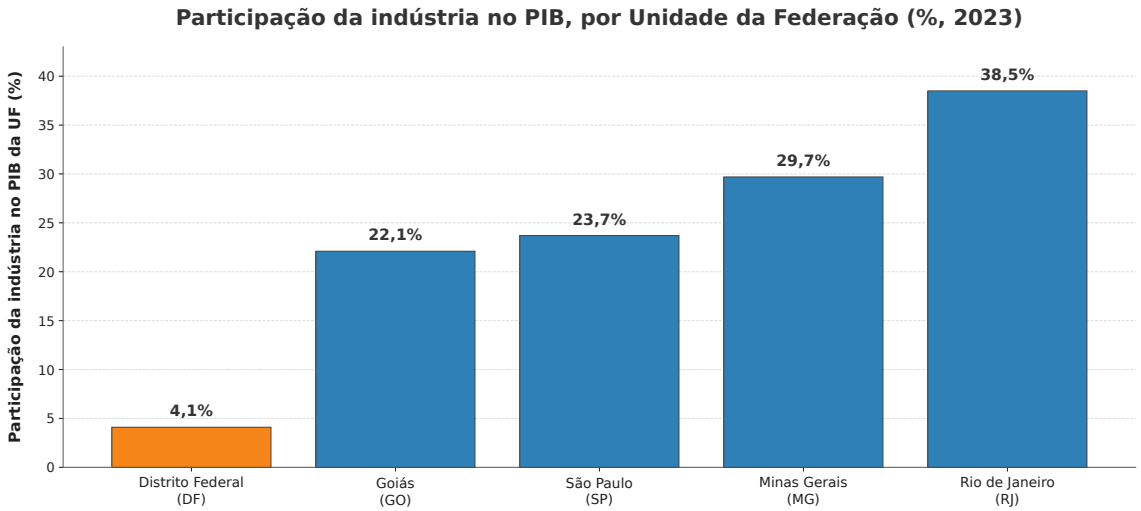


Gráfico 22: Fonte: CNI — Perfil da Indústria nos Estados, com base nas Contas Regionais do Brasil/IBGE, corroborado pela FIBRA, com base em IBGE/IPEDF , (PIB-DF 2023).

4.2.2.2 Disparidades Territoriais

A ausência de uma base industrial sólida no DF limita a criação de empregos de média qualificação nas RAs periféricas. A concentração do emprego industrial em poucas RAs (Taguatinga, Ceilândia, Gama) deixa a maioria das RAs sem acesso a empregos industriais.

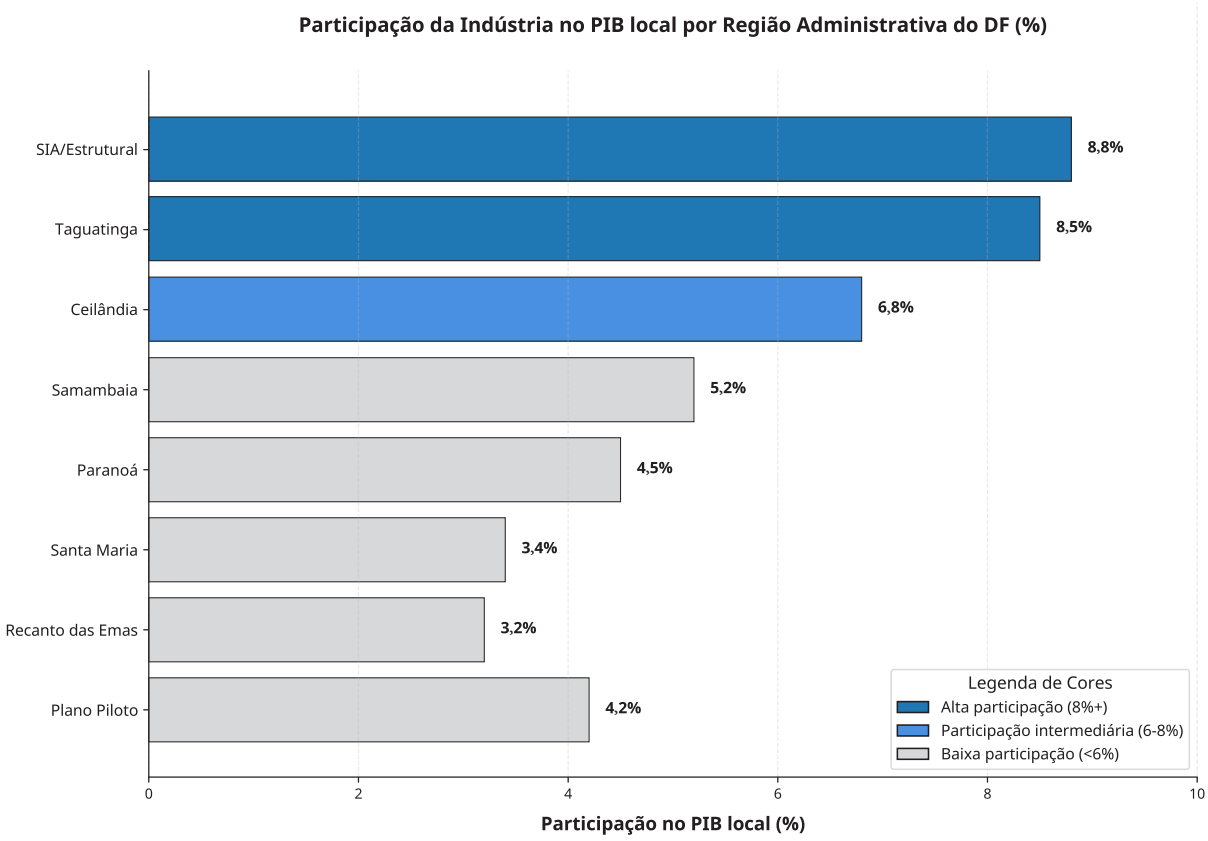


Gráfico 23: Participação da indústria no PIB local por RA (%). O SCIA/Estrutural concentra a maior atividade industrial do DF.
Fonte: IPEDF/Codeplan - Contas Regionais do DF 2022. Disponível em: ipe.df.gov.br



4.2.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

> A Câmara Técnica de Indústria conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a industrialização sustentável como vetor de geração de empregos, inovação e crescimento econômico inclusivo.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico**	O fomento à industrialização e a atração de novos investimentos geram empregos de qualidade e impulsionam o crescimento econômico.
	**ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura**	O desenvolvimento de polos industriais modernos e a integração com centros de inovação fortalecem a infraestrutura do setor.
	**ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis**	O incentivo à economia circular e à eficiência no uso de recursos na produção industrial promove o consumo e a produção responsáveis.

Somos o futuro Somos a indústria que move o DF

Os países mais desenvolvidos e com maior qualidade de vida do mundo têm indústria forte.

Acreditamos que impulsionar a indústria seja o caminho para tornar o Distrito Federal menos desigual, com mais empregos, renda e oportunidades para a população.

Fortalecer a indústria é transformar o futuro do DF

sistemafibra.org.br

@fibra_df

Sistema FIBRA
SESI / SENAI / IEL



4.2.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica da Indústria propõe as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo voltadas à implementação gradual e sustentável da política industrial do DF.

4.2.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Aumentar a participação da indústria de transformação no PIB do DF para 10% até 2040, com indicadores anuais baseados nos dados do IBGE/Codeplan.	Criar o Programa DF Industrial 2040 focado na atração de indústrias de base tecnológica, farmacêutica, alimentos, bebidas, vestuário, mobiliário e construção civil. Desenvolver polos industriais vocacionados nas Regiões Administrativas com infraestrutura adequada. Implementar política de adensamento das cadeias produtivas locais para reduzir a dependência de importações de outros estados.	Mapear cadeias produtivas prioritárias e gargalos logísticos. Simplificar licenciamento ambiental e alvarás para novas indústrias. Lançar edital de fomento à inovação industrial em parceria com FAPDF e Senai. Criar grupo de trabalho para revisão de incentivos fiscais (Pró-DF II) e creditícios voltados à atração de indústrias.

4.2.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Integrar tecnologia, inovação e setor produtivo	Atingir 60% das indústrias do DF operando com tecnologias da Indústria 4.0 até 2040, medido por pesquisa anual da FIBRA.	Implementar o Centro de Inovação e Manufatura Avançada do DF. Criar linhas de crédito subsidiadas para modernização tecnológica e digitalização de processos produtivos. Estabelecer parcerias com universidades	Realizar diagnóstico do nível de maturidade tecnológica das indústrias do DF. Lançar programa de consultoria gratuita (ex: Brasil Mais Produtivo) para digitalização de processos em micro e pequenas

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		e institutos de pesquisa para transferência de tecnologia às pequenas e médias indústrias locais.	indústrias. Ofertar cursos rápidos de introdução à Indústria 4.0, IoT e automação para empresários.

4.2.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Qualificar 50 mil trabalhadores para as novas demandas da indústria de transformação e de base tecnológica até 2040.	Estruturar o Programa de Qualificação Industrial do DF em parceria com Sistema S, IFB e UnB, alinhado às demandas futuras da Indústria 4.0. Criar centros de formação profissional integrados aos polos industriais. Fomentar o ensino técnico e tecnológico nas escolas de ensino médio da rede pública.	Mapear a demanda por mão de obra qualificada junto ao setor produtivo. Ampliar a oferta de vagas em cursos técnicos de automação, mecatrônica, biotecnologia e TI. Implementar programa de estágio e jovem aprendiz voltado exclusivamente para a indústria de transformação local.

4.2.4.4 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos	Ampliar os investimentos públicos, privados e por PPPs em infraestrutura logística, industrial e de mobilidade, consolidando o DF como plataforma produtiva e logística do Brasil Central até	Implantar plataforma logística integrada e hub de cargas do DF. Integrar polos produtivos ao anel rodoviário, à ferrovia, ao aeroporto e aos corredores nacionais. Modernizar polos industriais e logísticos com infraestrutura, segurança, mobilidade e conectividade. Estruturar zoneamento	Concluir estudos e contratação do projeto do hub de cargas e plataforma logística integrada. Mapear polos produtivos, empreendimentos instalados e vocações econômicas regionais. Realizar diagnóstico da infraestrutura existente nos pólos industriais e

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	2040, com indicadores definidos a partir de bases oficiais do GDF e órgãos setoriais.	econômico para ordenar atividades produtivas e reduzir conflitos de uso. Mobilizar PPPs, fundos, crédito e investimentos privados para financiar infraestrutura produtiva.	logísticos. Implantar melhorias emergenciais em iluminação, pavimentação, sinalização e segurança. Mapear origem dos trabalhadores para adequação das linhas de transporte coletivo. Definir zoneamento preliminar para reduzir conflitos entre atividades produtivas. Priorizar projetos logísticos e viários de maior impacto imediato. Articular parcerias entre GDF, CODESE e setor produtivo para acelerar investimentos.

4.2.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Indústria reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Indústria são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Comércio e Serviços	Conectar produção, serviços empresariais, comercialização e mercados.	Clusters; empresas-âncora; corredores; crédito; economia circular; ambiente de negócios.
Logística e Distribuição	Assegurar armazenagem, circulação, distribuição e escoamento da produção.	Plataforma logística; hub de cargas; centros de distribuição; modais; corredores; RIDE.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Tecnologia	Disponibilizar infraestrutura, sistemas e soluções para modernização produtiva.	Automação; IoT; IA; dados; conectividade; rastreabilidade; Indústria 4.0.
Inovação	Desenvolver e testar soluções para demandas produtivas e apoiar sua incorporação e escala.	Inovação aberta; startups; P&D; centros de pesquisa; laboratórios; novos modelos.
Educação	Alinhar formação técnica e tecnológica às demandas dos clusters e polos industriais.	Centros de saber; formação técnica; aprendizagem prática; competências digitais; Sistema S.
Sustentabilidade	Integrar produção, economia circular, reaproveitamento de resíduos e tecnologias verdes.	Logística reversa; transformação; produtos circulares; certificação; rastreabilidade.
Mobilidade e Infraestrutura	Garantir acesso, transporte, obras e integração modal para funcionamento dos polos.	Rodovias; ferrovia; aeroporto; transporte coletivo; pavimentação; corredores.
Habitação e Urbanismo	Compatibilizar expansão industrial, uso do solo, zoneamento e infraestrutura territorial.	Polos; zoneamento; ocupação produtiva; conflitos de uso; geointeligência.
Eixo Brasílila-Goiânia e RIDE	Integrar polos, cadeias, trabalhadores, logística, mercados e investimentos em escala regional.	Clusters; corredores; hubs; centros de distribuição; plataforma regional.
Negócios Agropecuários	Conectar produção rural, transformação agroindustrial, logística e agregação de valor.	Agroindústria; cadeias produtivas; polos; tecnologia; armazenamento; corredores.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Vestuário e Moda	Integrar a cadeia setorial aos processos de transformação, modernização e logística.	Produção; fornecedores; tecnologia; polos; corredores; distribuição.

Considerações para implementação

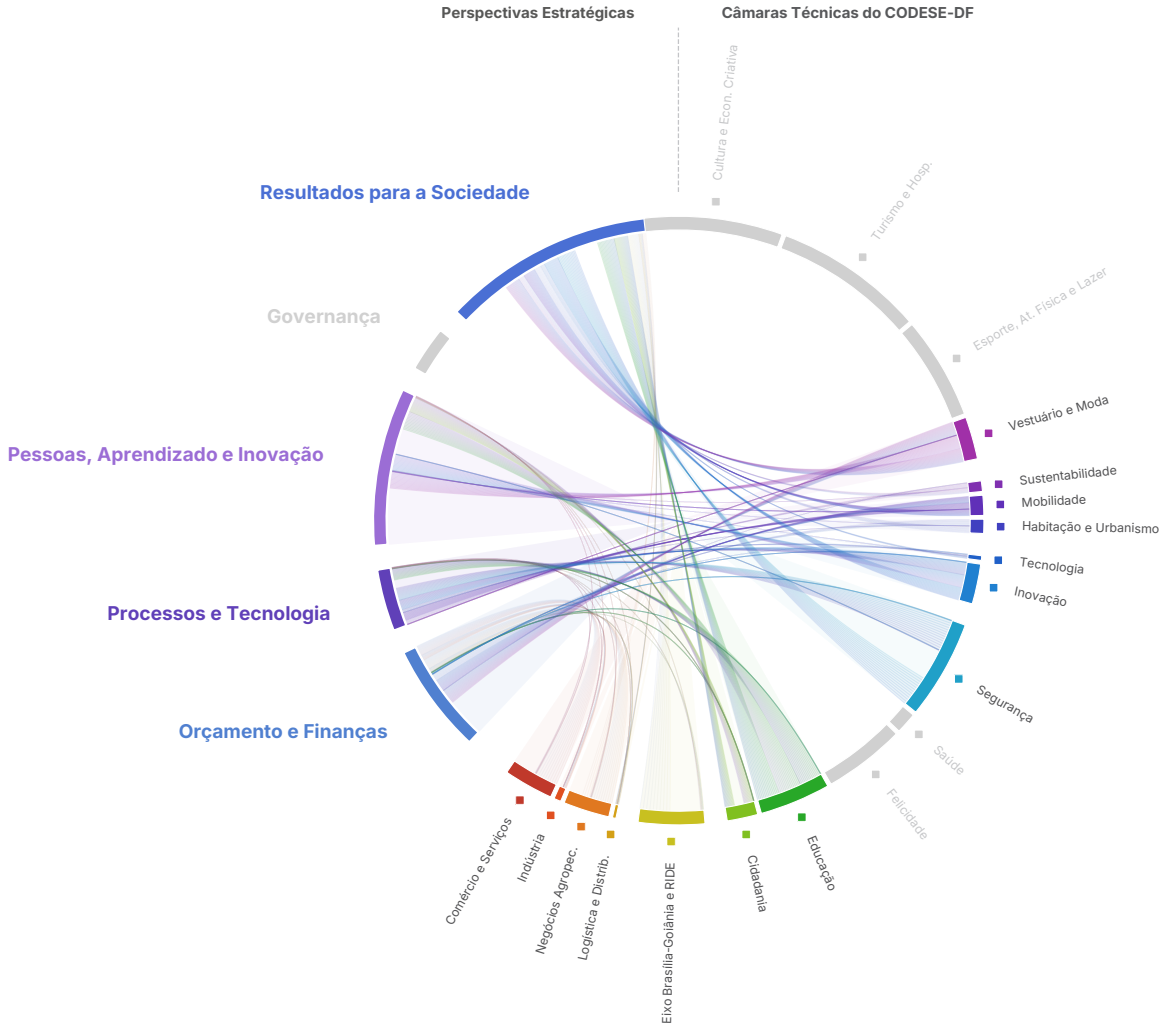
As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Indústria permanece responsável pelos componentes de produção, transformação, modernização industrial, organização das cadeias produtivas, empresas-âncora, demandas de infraestrutura e incorporação produtiva de tecnologias que lhe forem atribuídos. As alianças não transferem à Câmara competências tributárias, educacionais, ambientais, urbanísticas, logísticas, tecnológicas ou de segurança que o Plano atribui a outros campos.

As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do Distrito Federal e da RIDE.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Indústria · 13 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: INDÚSTRIA

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

- Vestuário e Moda
- Sustentabilidade
- Mobilidade e Infraestrutura
- Habitação e Urbanismo
- Tecnologia
- Inovação
- Segurança
- Cidadania
- Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
- Logística e Distribuição
- Negócios Agropecuários
- Indústria
- Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

4. Desenvolvimento Econômico

4.3 Logística e Distribuição

4.3.1 Apresentação e Contexto

> O Distrito Federal está no coração do Brasil, a menos de 1.000 km das principais capitais do país. Esta posição geográfica estratégica é um ativo logístico de primeira ordem que ainda não foi plenamente explorado. A Câmara Técnica de Logística propõe a integração do DF à malha ferroviária nacional e a implantação do anel viário como condições necessárias para transformar o DF em um hub logístico regional.

4.3.2 Panorama Atual do DF

4.3.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF é servido por 3 rodovias federais (BR-020, BR-040, BR-060/070) e não tem acesso à malha ferroviária nacional.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Conectar o Distrito Federal com as UFs limítrofes e demais estados por via ferroviária e implementar o anel rodoviário de forma conectada aos demais modais.

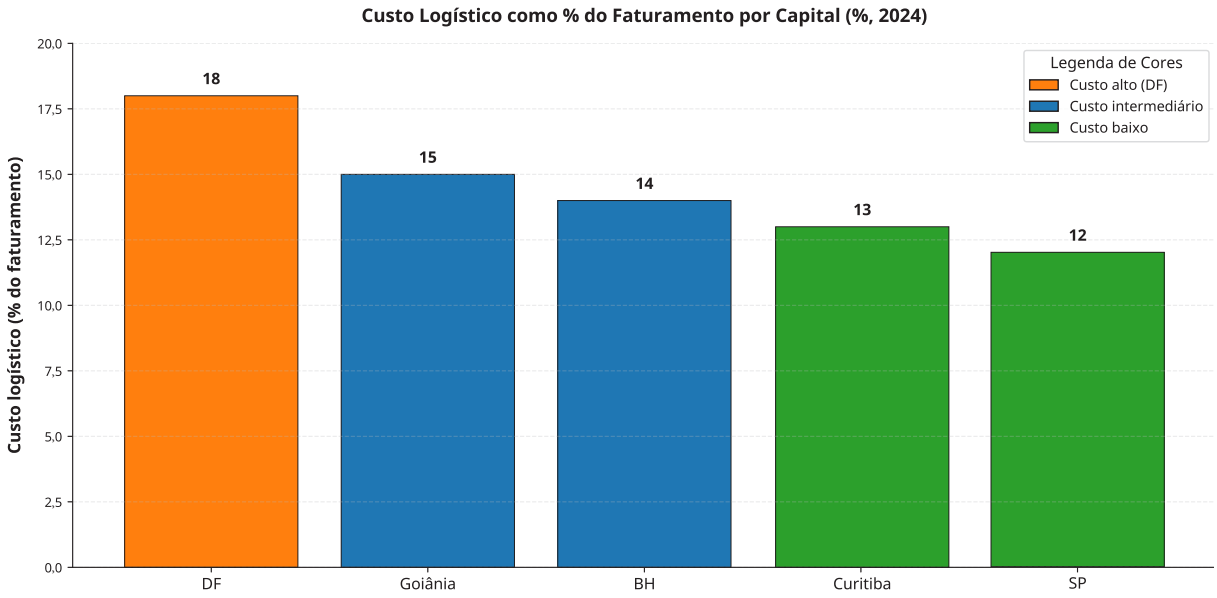


Gráfico 24: Custo logístico como % do faturamento por capital selecionada (2024). O DF (18%) tem o maior custo logístico entre as capitais selecionadas, evidenciando a necessidade de integração ferroviária. Fonte: CNT e Panorama do DF 2026.

4.3.2.2 Disparidades Territoriais

A ausência de conexão ferroviária e a dependência exclusiva do modal rodoviário aumentam o custo logístico do DF e limitam a competitividade das empresas locais. O custo logístico médio das empresas do DF é 15% superior ao de Goiânia, que tem acesso à malha ferroviária.

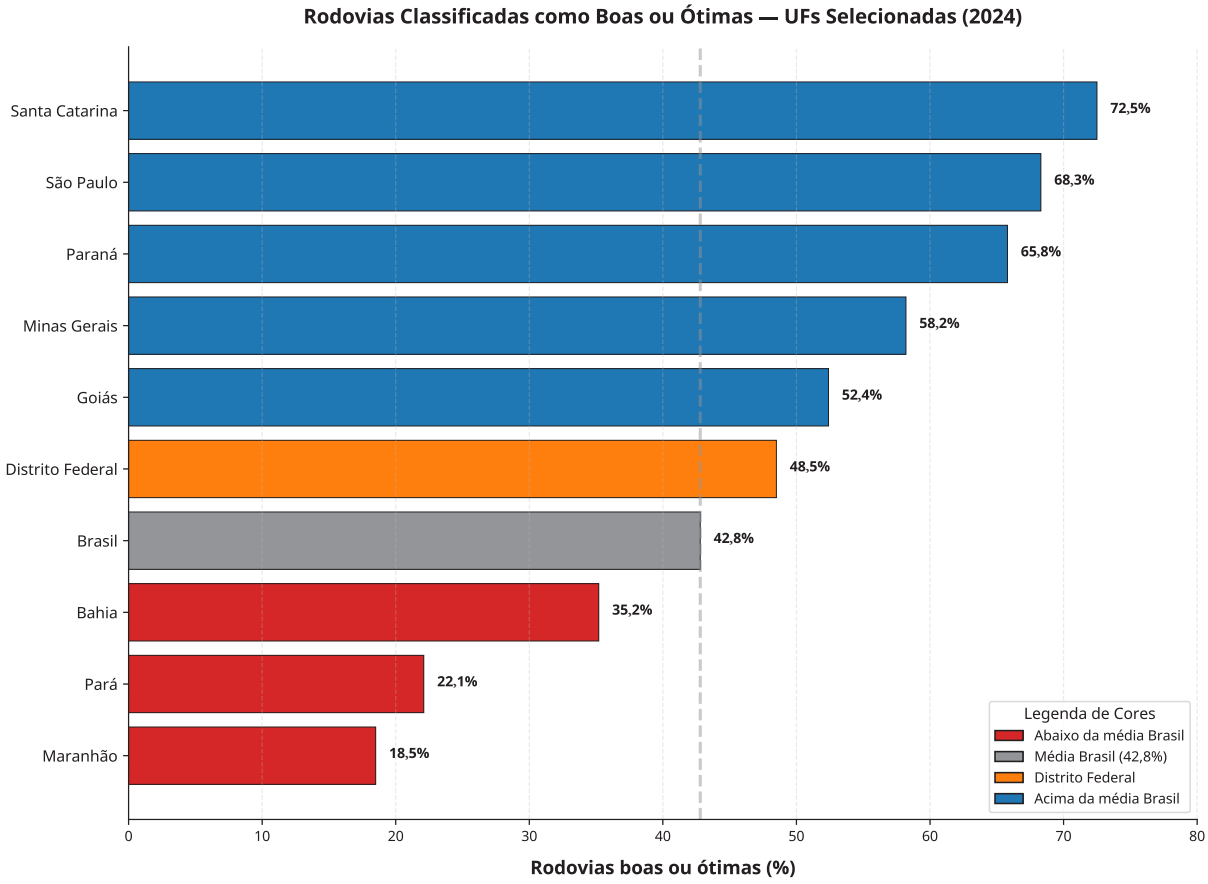


Gráfico 25: Percentual de rodovias boas ou ótimas por UF (%, 2024). O DF (48,5%) situa-se acima da média nacional (42,8%), mas abaixo dos líderes regionais. Fonte: CNT - Pesquisa Rodoviária 2024. Disponível em: cnt.org.br/pesquisa-rodoviaria

FENATAC – Federação Interestadual das Empresas de Transporte de Cargas & Logística

FENATAC & LOGÍSTICA
INTEGRANDO FORÇAS, GERANDO SOLUÇÕES

Acesse o site da FENATAC
aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse
www.fenatac.log.br

REPRESENTAÇÃO NACIONAL
Representamos as empresas e profissionais que impulsionam o transporte e a inovação em todo o Brasil.

DEFESA DE INTERESSES
Atuamos na defesa dos interesses do setor perante órgãos públicos e entidades privadas.

INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE
Promovemos iniciativas que incentivam a inovação, o desenvolvimento e a competitividade do setor.

TECNOLOGIA QUE MOVE O BRASIL
Conectamos pessoas, empresas e soluções para transformar o presente e construir o futuro.

www.fenatac.log.br | contato@fenatac.log.br | (61) 3361-8987 | Siga a FENATAC

FENATAC – Federação Interestadual das Empresas de Transporte de Cargas & Logística | SAUS Quadra 1, Bloco J, Torre A, Sala 513, Edifício Clésio Andrade, Brasília - DF, CEP: 70070-010

4.3.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

> A Câmara Técnica de Logística e Distribuição conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a infraestrutura logística eficiente como condição para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade urbana.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura**	A modernização da infraestrutura logística e a integração de modais de transporte são essenciais para a indústria e a inovação.
	**ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis**	O planejamento eficiente da distribuição de cargas nos centros urbanos contribui para a sustentabilidade e mobilidade das cidades.
	**ODS 13 — Ação Contra a Mudança Global do Clima**	A otimização de rotas e a transição para frotas de transporte mais limpas apoiam a redução de emissões e a ação climática.

4.3.4 Metas e Ações Estratégicas

No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Logística e Distribuição formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

4.3.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Ampliar escolarização, qualificação tecnológica e empreendedorismo, incluindo jovens e idosos como agentes ativos da economia.Estruturar o DF como rede de clusters produtivos e de conhecimento, integrando vocações regionais, tecnologia e logística para gerar emprego e renda no DF e RIDE. Descentralizar o desenvolvimento, transformando corredores econômicos em vetores de produção, serviços e oportunidades nas regiões administrativas. Fortalecer o ambiente de negócios com simplificação, digitalização e competitividade tributária, estimulando a formalização e o crescimento empresarial.	Implantar centros de saber, escolarização e empreendedorismo por cluster, conectados à tecnologia, ao mercado e à inclusão produtiva de jovens, adultos, pessoas idosas, pretos e pardos, reconhecendo trajetórias, saberes, experiências e contribuições históricas e culturais para o desenvolvimento do Distrito Federal. Estruturar o DF como rede de clusters produtivos e tecnológicos, organizada por vocações regionais e políticas públicas de Estado. Implantar corredores econômicos integrados, ligando produção, comércio, serviços, agro, moda, tecnologia e logística. Criar hubs logísticos e centros de distribuição nas entradas estratégicas do DF e da RIDE. Integrar rodovia, ferrovia e aeroporto como base da plataforma logística regional. Digitalizar e simplificar o ambiente de negócios, reduzindo tempo, custo e burocracia. Defender redução, simplificação e equalização tributária, ampliando competitividade e formalização. Ampliar crédito, empresas-âncora e economia circular, fortalecendo cadeias produtivas locais.	Incluir pessoas idosas, pretas e pardas em programas de capacitação, mentoria, renda, empreendedorismo e inclusão digital, valorizando sua experiência, dignidade e contribuição para a construção do DF. Mapear vocações econômicas por região e estruturar os primeiros clusters. Criar trilhas de escolarização, tecnologia e empreendedorismo, inspiradas em ecossistemas como o Vale do Silício. Incluir pessoas idosas em programas de capacitação, mentoria, renda e empreendedorismo. Implantar pilotos de hubs logísticos, polos regionais e corredores econômicos. Simplificar abertura de empresas, licenças e processos digitais. Lançar crédito e incentivo para pequenos negócios e empreendedores locais. Atrair empresas-âncora para ativar os primeiros clusters produtivos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana.	Atrair e ampliar investimentos produtivos no Distrito Federal. Fortalecer o DF como plataforma logística e econômica regional. Gerar empregos, renda e aumento da base produtiva local. Reduzir a dependência econômica do setor público por meio da diversificação produtiva.	Criar Fundo de Aval para Logística, Plantas Produtivas e Instalações Estratégicas.	Elaborar proposta de lei para criação do fundo pelo GDF com auxílio do BRB Identificar setores prioritários para atração, instalação e expansão de empresas no DF. Definir critérios para apoio a centros de distribuição, plantas produtivas, armazenagem, equipamentos e infraestrutura empresarial. Estruturar o fundo com recomposição anual vinculada à programação orçamentária do GDF, com teto e governança. Criar linhas de crédito no BRB com garantia parcial do fundo. Estabelecer contrapartidas de geração de emprego, arrecadação, inovação operacional e integração regional.

4.3.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Formar pessoas para atuar em logística, tecnologia e cidades inteligentes. Integrar mobilidade, logística urbana e conectividade	Implantar infraestrutura digital integrada para serviços públicos e econômicos. Modernizar a logística urbana, conectando transporte, distribuição e serviços. Ampliar conectividade nas	Iniciar programas de saber, escolarização e empreendedorismo em tecnologia, logística e cidades inteligentes. Mapear fluxos urbanos e implantar projetos-piloto de logística urbana inteligente. Digitalizar serviços

4.3.4.3 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	digital. Reduzir tempo, custo, filas e burocracia com serviços inteligentes. Usar dados e tecnologia para melhorar decisões públicas e econômicas.	RAs, com internet, dados e acesso digital. Integrar mobilidade, rodovias, ferrovia e aeroporto em uma plataforma inteligente. Usar geointeligência e dados para planejar território, fluxo e investimentos. Criar soluções de Smart Cities para reduzir filas, custos e burocracia.	prioritários para reduzir filas, tempo e burocracia. Ampliar conectividade em áreas estratégicas das RAs. Integrar bases de dados e iniciar uso de geointeligência para decisões rápidas. Testar soluções de mobilidade e serviços inteligentes em regiões piloto.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Conectar o Distrito Federal com as UFs limítrofes e demais estados respeitando a área de influência econômica do DF por via ferroviária; Implementar o anel rodoviário de forma conectada aos demais modais, respeitando os limites territoriais do DF.	Incluir o DF na malha ferroviária nacional. Integrar o DF às rotas ferroviária e rodoviária, em especial, a integração estratégica com a rota bioceânica de capricórnio (Santos - Antofagasta).	Fixar a escolha do trajeto de conexão à malha ferroviária, na ligação BSB - Goiânia no projeto de menor curso e maior impacto multiplicador. Implementar, em curto prazo, uma das propostas do Anel Viário já pautadas junto ao GDF, priorizando o traçado mais estratégico para mobilidade, logística, integração regional e implantação futura de clusters produtivos. Mapear para implantar restrições de circulação de caminhões; Propor zonas e horários inteligentes de entrega.

4.3.4.4 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Usar de forma eficiente o Fundo	Fomentar a expansão da indústria e da logística no Distrito	Implantar agência de fomento no Distrito Federal, que possa realizar operações	Identificar incentivos concedidos pelas Unidades da Federação do Centro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Constitucional e demais fontes públicas	Federal, elevando e equiparando sua representatividade para níveis nacionais com relação a participação no PIB local.	de captação, atraindo investimentos e linhas de créditos internacionais para empreendimentos no Distrito Federal. Equalização tributária constante com as UFs vizinhas.	Oeste que ainda não foram adotados pelo Distrito Federal. Realizar a "cola" dos incentivos que forem estrategicamente úteis. Impedir a inclusão do IBS e CBS na base de cálculo do ICMS. Com a implantação da agência promover a captação de recursos para financiar o desenvolvimento econômico.
Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos	Ampliar os investimentos públicos, privados e por PPPs em infraestrutura logística, industrial e de mobilidade, consolidando o DF como plataforma produtiva e logística do Brasil Central até 2040, com indicadores definidos a partir de bases oficiais do GDF e órgãos setoriais.	Implantar plataforma logística integrada e hub de cargas do DF. Integrar polos produtivos ao anel rodoviário, à ferrovia, ao aeroporto e aos corredores nacionais. Modernizar polos industriais e logísticos com infraestrutura, segurança, mobilidade e conectividade. Estruturar zoneamento econômico para ordenar atividades produtivas e reduzir conflitos de uso. Mobilizar PPPs, fundos, crédito e investimentos privados para financiar infraestrutura produtiva.	Concluir estudos e contratação do projeto do hub de cargas e plataforma logística integrada. Mapear polos produtivos, empreendimentos instalados e vocações econômicas regionais. Realizar diagnóstico da infraestrutura existente nos pólos industriais e logísticos. Implantar melhorias emergenciais em iluminação, pavimentação, sinalização e segurança. Mapear origem dos trabalhadores para adequação das linhas de transporte coletivo. Definir zoneamento preliminar para reduzir conflitos entre atividades produtivas. Priorizar projetos logísticos e viários de maior impacto imediato. Articular parcerias entre GDF, CODESE e setor produtivo para acelerar investimentos.

4.3.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Logística e Distribuição reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Logística e Distribuição são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Indústria	Conectar produção, armazenagem, escoamento e distribuição.	Plataforma logística; hub de cargas; polos; corredores; redução de custos; investimentos.
Comércio e Serviços	Integrar distribuição, comercialização, serviços empresariais e mercados.	Clusters; hubs; centros de distribuição; corredores; ambiente de negócios.
Mobilidade e Infraestrutura	Garantir redes, acessos e integração modal necessários à circulação de cargas e pessoas.	Rodovias; ferrovia; aeroporto; transporte coletivo; projetos viários; corredores.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Integrar polos, mercados, trabalhadores e infraestruturas em escala regional.	Hubs regionais; centros de distribuição; plataforma logística; corredores; banco de projetos.
Tecnologia	Disponibilizar conectividade, sistemas, dados e plataformas para gestão dos fluxos.	Geointeligência; bases integradas; rastreamento; Smart Cities; plataformas digitais.
Inovação	Desenvolver e testar soluções para desafios logísticos e distributivos.	Projetos-piloto; sandbox; logística autônoma; startups; automação.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Negócios Agropecuários	Integrar produção rural, armazenagem, transporte, centros de abastecimento e mercados.	Corredores rurais; armazenagem; rastreabilidade; escoamento; DF–RIDE.
Sustentabilidade	Organizar fluxos reversos e a circulação de materiais das cadeias circulares.	Logística reversa; resíduos; rastreabilidade; cooperativas; plataformas.
Habitação e Urbanismo	Compatibilizar hubs, polos e centros de distribuição com o uso e a ocupação do território.	Zoneamento; localização; acessos; expansão; conflitos de uso.
Educação	Formar pessoas para atuar nos polos, hubs, sistemas logísticos e cidades inteligentes.	Centros de saber; formação logística; competências digitais; empreendedorismo.
Cidadania	Ampliar o acesso de grupos diversos às oportunidades de capacitação e trabalho.	Inclusão produtiva; mentoria; renda; empreendedorismo; inclusão digital.
Segurança	Garantir condições de segurança para funcionamento dos polos e circulação de cargas.	Segurança dos polos; acessos; iluminação; proteção de instalações.
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Integrar acessos e fluxos entre aeroporto, hotéis, eventos, atrativos e rotas regionais.	Corredores turísticos; mobilidade do visitante; sinalização; RIDE.
Vestuário e Moda	Conectar a cadeia da moda aos sistemas de armazenagem, distribuição e mercados.	Corredores econômicos; polos; fornecedores; distribuição.

Delimitação das alianças para implementação

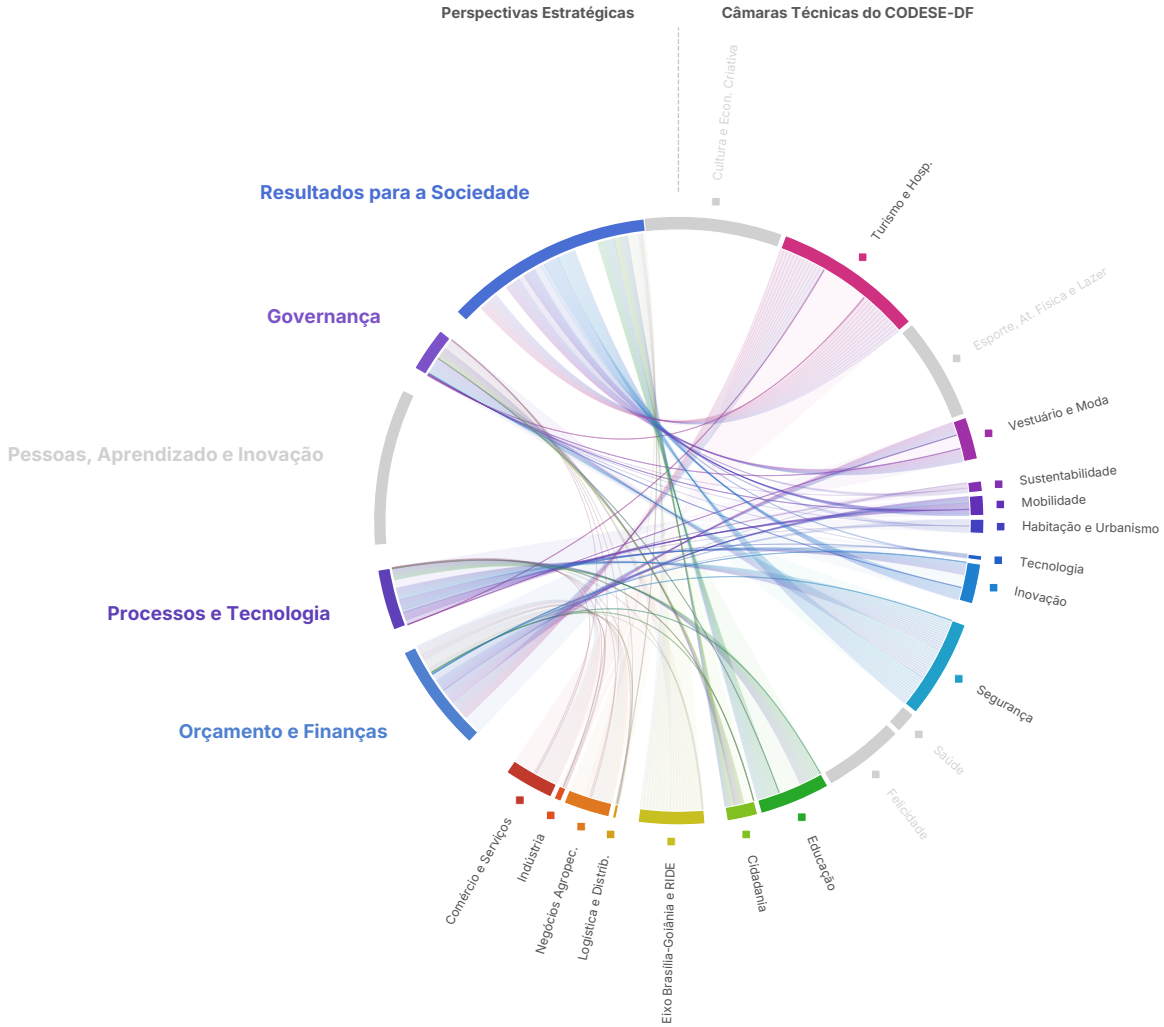
As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Logística e Distribuição permanece responsável pelos componentes de armazenagem, movimentação, consolidação de cargas, distribuição, planejamento dos fluxos, hubs, centros de distribuição, integração logística dos modais e conexão entre polos e mercados que lhe forem documentalmente atribuídos. As alianças não transferem à Câmara competências de produção, comercialização, infraestrutura, mobilidade, tecnologia, educação, sustentabilidade, urbanismo, segurança ou gestão financeira.

As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do Distrito Federal e da RIDE.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Logística e Distribuição · 14 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
	Vestuário e Moda
	Sustentabilidade
	Mobilidade e Infraestrutura
	Habitação e Urbanismo
	Tecnologia
	Inovação
	Segurança
	Educação
	Cidadania
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Negócios Agropecuários
	Indústria
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

4. Desenvolvimento Econômico

4.4 Negócios Agropecuários

4.4.1 Apresentação e Contexto

> O Distrito Federal possui 170.000 hectares de área rural, com vocação para a produção de hortifrutigranjeiros, flores, orgânicos e produtos de alto valor agregado. A regularização fundiária rural é a condição essencial para garantir segurança jurídica, promover investimentos produtivos e fortalecer o patrimônio dos ocupantes legítimos. A Câmara Técnica de Negócios Agropecuários propõe a implementação do PDOT e da Lei 5.803 para acelerar a regularização e venda das terras rurais do DF aos seus legítimos ocupantes.

4.4.2 Panorama Atual do DF

4.4.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF tem 170.000 hectares de área rural, com 4.500 propriedades rurais cadastradas. O agronegócio do DF gera R$ 2,1 bilhões em valor adicionado (CODEPLAN, 2024).

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Regularizar e vender aos seus legítimos ocupantes as terras rurais do Distrito Federal, garantindo segurança jurídica e promovendo investimentos produtivos.

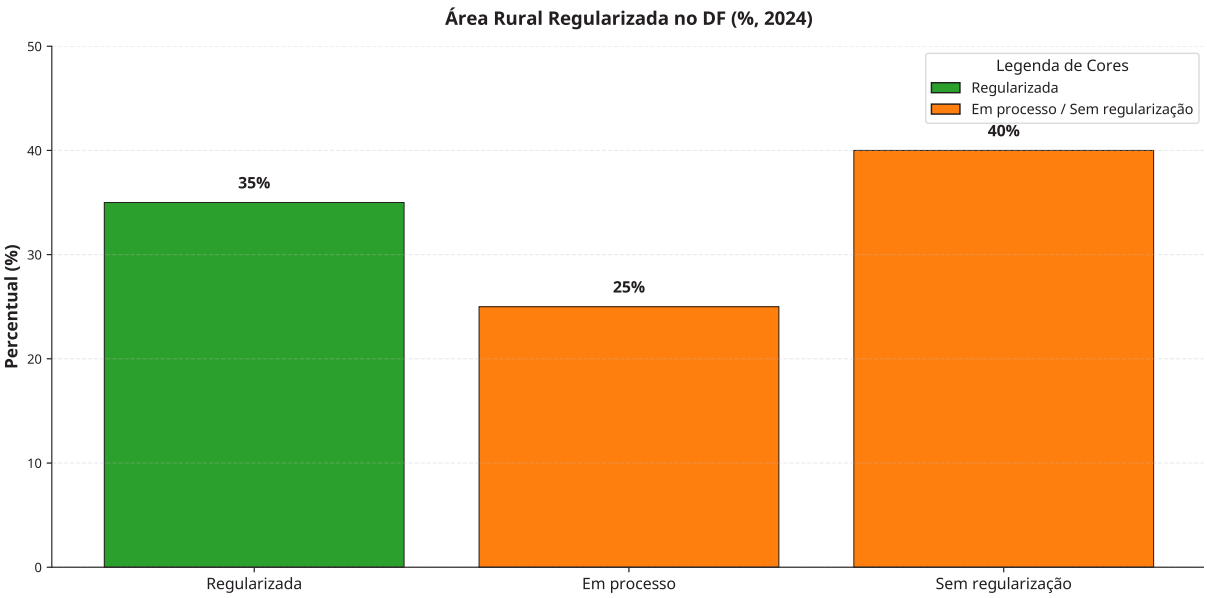


Gráfico 26: Situação da regularização fundiária rural no DF (2024). Apenas 35% das terras rurais estão regularizadas, evidenciando o passivo fundiário.
Fonte: SEAGRI/GDF e Panorama do DF 2026.

4.4.2.2 Disparidades Territoriais

A ausência de regularização fundiária rural limita o acesso ao crédito e aos investimentos produtivos. Produtores rurais sem título de propriedade não têm acesso a linhas de crédito do PRONAF e do BRB, limitando a modernização da produção.



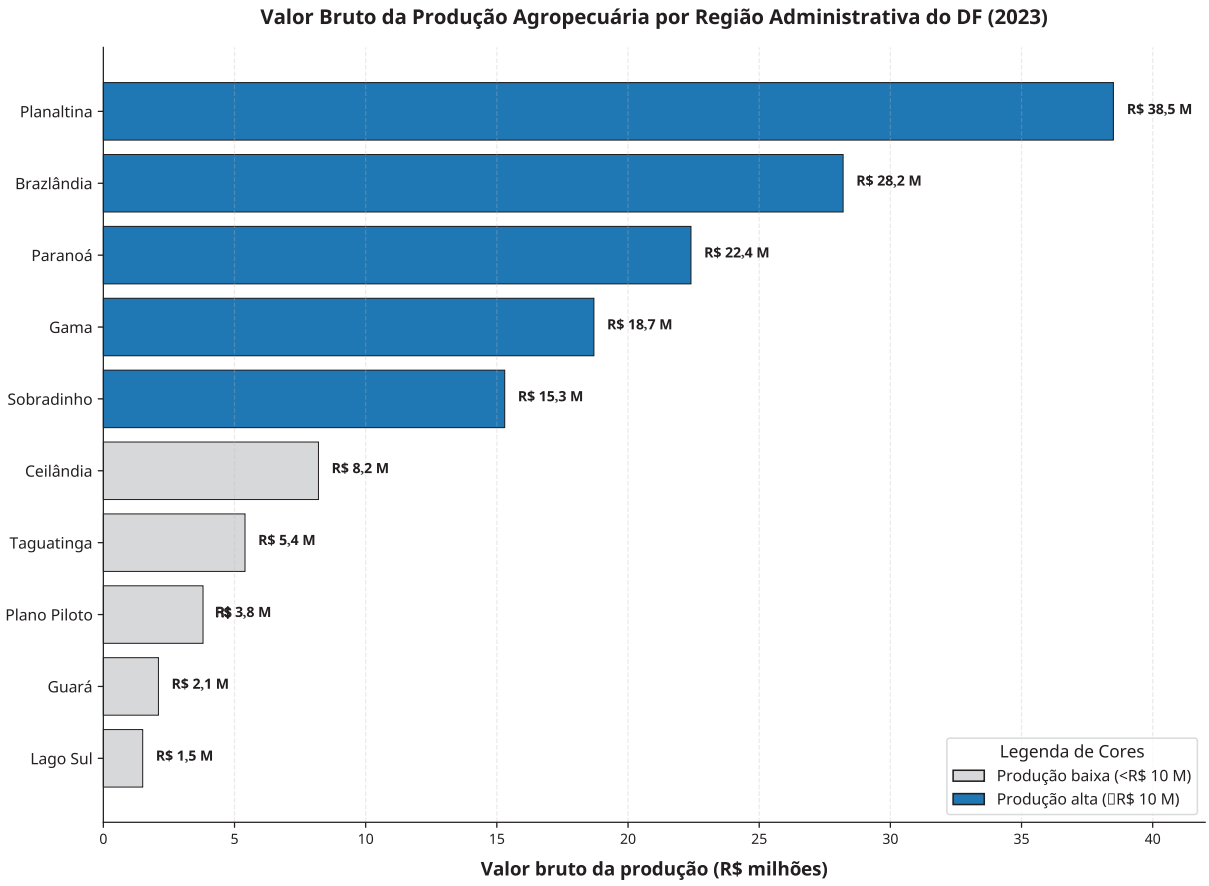


Gráfico 27: Valor bruto da produção agropecuária por RA (R$ milhões, 2023). Planaltina (R$ 38,5M) e Brazlândia (R$ 28,2M) concentram a produção rural do DF. Fonte: SEAGRI-DF - Relatório da Produção Agropecuária 2023. Disponível em: seagri.df.gov.br

4.4.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Negócios Agropecuários conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a agricultura sustentável e o agronegócio responsável como pilares da segurança alimentar e do desenvolvimento rural.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável**	O fomento à agricultura familiar, inovação no campo e segurança alimentar apoiam diretamente a meta de fome zero e agricultura sustentável.
	**ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico**	O desenvolvimento do agronegócio e a capacitação de produtores rurais geram trabalho decente e crescimento econômico no setor.
	**ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis**	A promoção de boas práticas agrícolas e o uso eficiente de insumos alinham-se aos objetivos de consumo e produção responsáveis.
	**ODS 15 — Vida Terrestre**	A integração entre produção agropecuária e preservação ambiental, como a proteção de nascentes, protege a vida terrestre.

4.4.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Negócios Agropecuários formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

4.4.4.1 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Consolidar o DF como referência nacional em genética vegetal, sementes de alto padrão e agrointeligência aplicada. Ampliar a produção, o beneficiamento, a certificação e a comercialização de sementes a partir do DF. Elevar o valor agregado do agro regional por meio de pesquisa genética, tecnologia, rastreabilidade e certificação. Fortalecer a integração entre EMBRAPA, universidades, produtores, cooperativas, agroindústrias e mercado. Atrair empresas de biotecnologia, genética, agricultura de precisão e startups agro para o DF e RIDE. Transformar o DF e a RIDE em ecossistema estratégico de inovação agropecuária do Cerrado. Posicionar Brasília	Consolidar o Distrito Federal como polo estratégico de genética vegetal, sementes e inovação agropecuária, fortalecendo PAD-DF, Planaltina, Brazlândia, fercal e a RIDE como corredores de produção, beneficiamento, certificação e distribuição de sementes de alto padrão. Integrar EMBRAPA, universidades, cooperativas, agroindústrias, produtores rurais e empresas de biotecnologia, criando ambiente colaborativo voltado ao desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo do agro regional. Implantar centros de pesquisa, beneficiamento, certificação, armazenamento e comercialização de sementes no DF, ampliando capacidade produtiva, competitividade e agregação de valor às cadeias agroindustriais. Estimular pesquisas aplicadas em marcadores genéticos, melhoramento vegetal, cultivares adaptadas	Mapear produtores, cooperativas, sementeiras, agroindústrias e unidades de beneficiamento existentes no Distrito Federal e na RIDE, identificando capacidades produtivas, gargalos logísticos e oportunidades de expansão. Identificar demandas prioritárias relacionadas à genética vegetal, irrigação, armazenamento, certificação, conectividade, logística e comercialização da produção agropecuária regional. Iniciar programas de capacitação em genética, sementes, rastreabilidade, agricultura de precisão, gestão rural e tecnologias aplicadas ao agro, conectando conhecimento técnico ao setor produtivo. Implantar projetos-piloto de agricultura inteligente, monitoramento digital e rastreabilidade da produção no PAD-DF, Planaltina e regiões estratégicas da RIDE. Conectar produtores

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	como hub nacional e internacional de negócios agropecuários, aproveitando sua liderança no IQM 2024 e posição geográfica.	ao Cerrado, agricultura inteligente e tecnologias voltadas à produtividade sustentável. Atrair empresas de genética, biotecnologia, rastreabilidade, agricultura de precisão e inovação agropecuária para o Distrito Federal e RIDE, consolidando ecossistema regional de agro inteligência. Integrar monitoramento digital, rastreabilidade, inteligência de dados, logística e comercialização à cadeia agropecuária, conectando produção, pesquisa, mercado e exportação em sistema agroindustrial moderno, competitivo e sustentável. Fortalecer infraestrutura logística, sanitária e tecnológica para ampliar a distribuição nacional e internacional de sementes produzidas e processadas no DF. Fomentar ambiente regulatório, tecnológico e tributário favorável à inovação agropecuária, estimulando investimentos, competitividade e expansão do setor produtivo agro regional.	rurais, cooperativas e agroindústrias à EMBRAPA, universidades, centros de pesquisa e empresas de biotecnologia, fortalecendo a integração entre ciência, inovação e produção. Apoiar a modernização das unidades de processamento, classificação, armazenamento e beneficiamento de sementes, ampliando competitividade e agregação de valor. Estruturar agenda institucional de atração de empresas de genética, biotecnologia, agricultura de precisão e inovação agropecuária para o Distrito Federal.

4.4.4.2 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Formar lideranças públicas e sociais para gestão de longo prazo	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo rural, conectando inovação às demandas do agro regional. Criar ambientes de experimentação para testar tecnologias, políticas públicas e soluções produtivas. Integrar governo, universidades, cooperativas, startups e setor produtivo em rede colaborativa. Acelerar inovação aplicada ao campo, ampliando produtividade, sustentabilidade e competitividade.	Implantar laboratórios de inovação agro e hubs tecnológicos territoriais. Integrar universidades, EMBRAPA, cooperativas, startups e produtores rurais. Criar programas de inovação e sustentabilidade aplicada em irrigação, logística, sementes e agroindústria. Estruturar ambientes de testes para agricultura inteligente e tecnologias sustentáveis. Implantar rede colaborativa de pesquisa, desenvolvimento e inovação agro.	Iniciar projetos-piloto de inovação agro em regiões estratégicas. Conectar produtores e cooperativas a universidades e centros de pesquisa. Realizar desafios, feiras e programas de soluções para o agro regional. Implantar espaços iniciais de experimentação e capacitação tecnológica rural. Revitalizar o Parque Granja do Torto e disponibilizar espaço para desenvolvimento econômico no agro.
Promover saúde mental, bem-estar e ambientes institucionais saudáveis	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo rural, alinhando formação às vocações produtivas do agro. Ampliar qualificação técnica em tecnologia, gestão, agroindústria e inovação no campo. Integrar educação, pesquisa e setor produtivo para geração de emprego, renda e sucessão rural. Desenvolver competências voltadas à produtividade,	Implantar centros de formação técnica e tecnológica voltados ao agro regional, destacadamente o Parque Granja do Torto em sintonia com o BIOTIC. Criar trilhas de qualificação em gestão rural, agro tecnologia, sustentabilidade e empreendedorismo. Integrar escolas técnicas, universidades, cooperativas e agroindústrias. Desenvolver programas de sucessão rural e formação de jovens lideranças do campo. Capacitar produtores em inovação, sustentabilidade,	Mapear demandas de qualificação do agro por território. Iniciar cursos rápidos em tecnologia, sustentabilidade, gestão e empreendedorismo rural. Implantar turmas-piloto ligadas às cadeias produtivas prioritárias. Apoiar jovens, mulheres e pequenos produtores na qualificação técnica e produtiva. Revitalizar os espaços do Parque Granja do Torto.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	sustentabilidade e transformação digital do agro.	rastreabilidade e comercialização digital.	

4.4.4.3 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo rural, integrando desenvolvimento produtivo regional. Integrar DF, RIDE e estados vizinhos em logística, infraestrutura e planejamento agro regional. Estruturar consórcios e projetos compartilhados para mobilidade, produção e segurança hídrica. Consolidar o agro regional como eixo estratégico de desenvolvimento econômico integrado.	Implantar governança interfederativa permanente para o agro regional. Estruturar consórcios para logística, irrigação, armazenagem e infraestrutura rural. Integrar planejamento territorial, mobilidade e corredores produtivos do agro. Implantar sistemas compartilhados de dados, monitoramento e inteligência agropecuária. Criar agenda regional integrada de desenvolvimento agroindustrial.	Instalar comitê regional do agro entre DF, RIDE e estados limítrofes. Mapear projetos prioritários de logística e infraestrutura rural. Iniciar acordos de cooperação técnica e produtiva regional. Integrar dados iniciais de produção, abastecimento e logística agropecuária.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo rural com apoio técnico e institucional. Ampliar cooperação com Governo Federal, universidades, EMBRAPA, bancos e organismos internacionais. Atrair investimentos, inovação	Formalizar parcerias entre GDF, universidades, EMBRAPA, cooperativas e setor produtivo. Estruturar PPPs e financiamentos para infraestrutura, sustentabilidade, clima e inovação agro. Captar recursos nacionais e internacionais para tecnologia, irrigação e	Formalizar acordos com instituições de pesquisa e fomento. Iniciar captação de recursos para projetos estratégicos do agro. Implantar projetos-piloto de inovação e tecnologia rural. Ativar rede inicial de cooperação entre

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	e tecnologia para o agro regional. Integrar setor produtivo, pesquisa e financiamento para ampliar competitividade e sustentabilidade.	logística rural. Implantar programas conjuntos de pesquisa, inovação, sustentabilidade e desenvolvimento agroindustrial. Criar rede integrada de cooperação técnica e produtiva do agro regional.	governo, pesquisa e setor produtivo.

4.4.4.4 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Criar incentivos fiscais estratégicos e responsáveis	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo rural, ampliando acesso a crédito, inovação e investimento produtivo. Captar recursos nacionais e internacionais para infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento agroindustrial. Integrar bancos de fomento, fundos e cooperação técnica ao desenvolvimento do agro regional. Diversificar mecanismos de financiamento para ampliar competitividade e sustentabilidade no campo.	Estruturar carteira de projetos estratégicos para captação de recursos. Integrar Governo Federal, bancos, fundos e organismos internacionais ao financiamento do agro. Implantar programas de crédito orientado para inovação, sustentabilidade, irrigação e agroindústria. Criar modelos híbridos de financiamento entre recursos públicos e privados. Estruturar assistência técnica para acesso a crédito e financiamentos.	Mapear linhas de crédito e financiamento disponíveis para a sustentabilidade o agro regional. Priorizar projetos para captação imediata de recursos. Iniciar articulação com bancos de fomento e organismos financiadores. Apoiar produtores e cooperativas no acesso ao crédito rural e inovação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo rural, preparando cadeias produtivas para novos investimentos. Atrair capital privado para logística, armazenagem, agroindústria e infraestrutura rural. Estruturar projetos com segurança jurídica, previsibilidade e retorno econômico. Ampliar investimentos em inovação, conectividade e modernização do agro regional.	Estruturar pipeline de PPPs e concessões voltadas ao agro. Implantar ambiente de segurança jurídica e atração de investidores. Integrar setor produtivo e investidores em projetos estruturantes. Desenvolver modelos de investimento para infraestrutura e logística rural. Promover agenda permanente de atração de investimentos para o agro regional.	Mapear projetos prioritários para PPPs agroindustriais. Iniciar rodadas de apresentação para investidores e cooperativas. Estruturar primeiros projetos de armazenagem, logística e conectividade rural. Ativar rede inicial de parceiros financeiros e produtivos.
Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo rural, ampliando competitividade e desenvolvimento regional. Garantir paridade tributária para produção, insumos, sementes e implementos agrícolas. Estimular inovação, sustentabilidade e agregação de valor no agro regional. Vincular incentivos à geração de emprego, produtividade e desenvolvimento territorial.	Estruturar política de equalização tributária com estados vizinhos. Implantar incentivos para inovação, agroindústria e tecnologia rural. Simplificar processos fiscais e reduzir burocracia para o produtor rural. Integrar incentivos a metas de produtividade, sustentabilidade e geração de renda. Monitorar impacto econômico e social dos incentivos aplicados ao agro. Implementar incentivos fiscais para polos agroindustriais.	Mapear distorções tributárias que impactam o agro regional. Priorizar propostas de equalização fiscal e competitividade regional. Iniciar simplificação de processos tributários ligados ao agro. Estruturar incentivos iniciais para inovação, sustentabilidade, e agroindústria. Implementar os polos agroindustriais do: Rio Preto; PAD-DF; e Parque Granja do Torto.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Ampliar investimentos públicos, privados e por instrumentos de fomento destinados à infraestrutura rural, logística, agroindustrial e de inovação, fortalecendo a competitividade, a agregação de valor e o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e da RIDE até 2040.	Priorizar investimentos em corredores logísticos, ferrovia, anel viário, estradas rurais, conectividade e infraestrutura de escoamento da produção agropecuária. Estruturar polos agroindustriais integrados, inteligentes e sustentáveis para ampliar a competitividade das cadeias produtivas. Promover a regularização fundiária das áreas rurais, assegurando segurança jurídica aos legítimos ocupantes e ampliando o acesso ao crédito, aos investimentos e às políticas públicas. Revitalizar a Granja do Torto como centro de referência em inovação, capacitação, tecnologia, feiras, negócios e desenvolvimento do agronegócio do Distrito Federal e da RIDE. Integrar recursos públicos, privados, instrumentos de fomento e financiamentos estratégicos para viabilizar projetos estruturantes do setor agropecuário. Implantar infraestrutura de conectividade, energia, armazenagem, irrigação e apoio à produção nas áreas rurais prioritárias. Instituir sistema de priorização de investimentos com base no impacto econômico, social, ambiental e territorial dos projetos.	Mapear gargalos de infraestrutura, mobilidade, armazenagem, conectividade e logística nas regiões rurais. Mapear áreas passíveis de regularização fundiária e priorizar aquelas com maior potencial produtivo e impacto socioeconômico. Elaborar plano de revitalização da Granja do Torto, definindo vocações, investimentos prioritários e modelo de gestão. Priorizar projetos imediatos de logística, conectividade, irrigação e infraestrutura rural. Iniciar a estruturação dos polos agroindustriais prioritários. Organizar carteira de projetos para captação de recursos e execução de investimentos estruturantes. Consolidar o Distrito Federal como referência nacional em agro sustentável, seguro juridicamente, tecnologicamente inovador e integrado às cadeias logísticas e aos mercados consumidores.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Fortalecer saber, escolarização e empreendedorismo rural, conectando sustentabilidade e geração de renda. Transformar ativos ambientais em oportunidades econômicas sustentáveis. Estimular reciclagem, bioeconomia e reaproveitamento produtivo no agro regional. Integrar economia circular às cadeias produtivas agroindustriais.	Implantar programas de bioeconomia e economia circular no agro. Criar mecanismos de valorização ambiental e pagamento por serviços ambientais. Incentivar reaproveitamento de resíduos agroindustriais e energia limpa. Estruturar mercados verdes e cadeias sustentáveis regionais. Integrar sustentabilidade, inovação e competitividade produtiva.	Mapear ativos ambientais e oportunidades da economia circular rural. Implantar projetos-piloto de reaproveitamento produtivo e resíduos agroindustriais. Iniciar programas de capacitação em bioeconomia e sustentabilidade. Estruturar agenda inicial de mercados verdes e inovação ambiental.

4.4.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Negócios Agropecuários reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Negócios Agropecuários são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Indústria	Integrar as políticas de fortalecimento das cadeias agroindustriais, agregação de valor à produção e desenvolvimento econômico do setor agropecuário.	Agroindustrialização; agregação de valor; competitividade econômica; fortalecimento das cadeias produtivas.
Logística e Distribuição	Assegurar a articulação entre a produção agropecuária e os sistemas de armazenagem, movimentação e escoamento da produção previstos no Plano.	Armazenagem; corredores logísticos; plataformas de distribuição; integração modal; escoamento da produção.
Tecnologia	Promover a incorporação de infraestrutura digital e soluções tecnológicas aplicadas às atividades agropecuárias.	Agricultura inteligente; conectividade rural; monitoramento digital; rastreabilidade; inteligência de dados.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Inovação	Integrar os ambientes de inovação, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico às cadeias produtivas do agronegócio.	Biotecnologia; agricultura de precisão; genética vegetal; Polo Tecnológico do Agro; pesquisa aplicada.
Comércio e Serviços	Articular ações voltadas ao fortalecimento da comercialização e ampliação do acesso aos mercados para os produtos agropecuários.	Comercialização; acesso a mercados; competitividade empresarial; exportações; desenvolvimento dos negócios agropecuários.
Mobilidade e Infraestrutura	Integrar os investimentos em infraestrutura física necessários ao desenvolvimento das atividades produtivas rurais.	Infraestrutura hídrica; energia; integração territorial; infraestrutura produtiva; apoio logístico.
Sustentabilidade	Incorporar práticas sustentáveis às políticas de desenvolvimento agropecuário previstas no Plano.	Agricultura sustentável; uso eficiente dos recursos naturais; inovação ambiental; produtividade sustentável.
Educação	Promover a formação de competências técnicas e empreendedoras necessárias ao fortalecimento do ecossistema de negócios agropecuários.	Escolarização; qualificação técnica; empreendedorismo rural; formação profissional; desenvolvimento de capital humano.

Delimitação das alianças para implementação

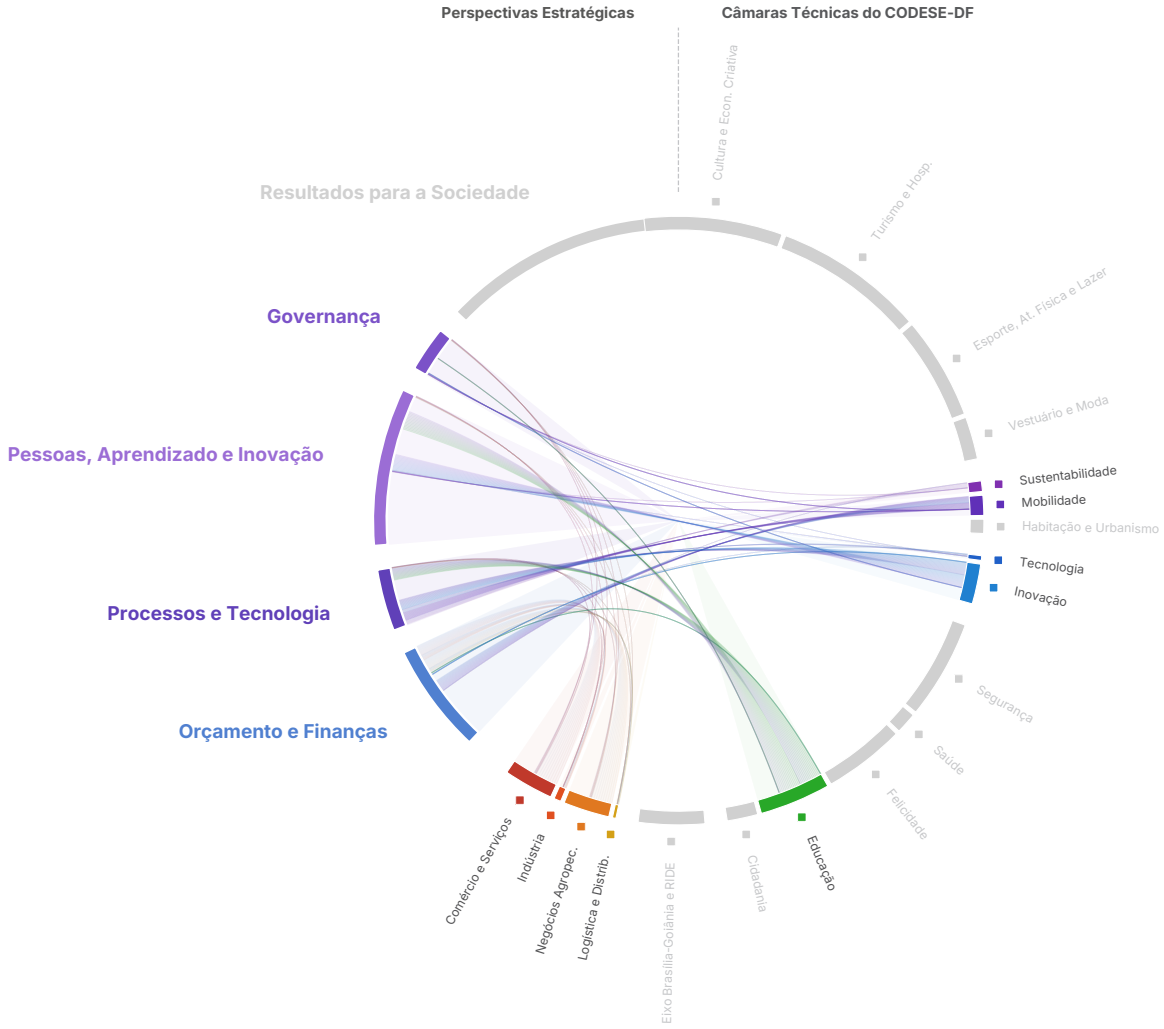
As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Negócios Agropecuários permanece responsável pela coordenação das agendas relacionadas ao fortalecimento do ecossistema de negócios agropecuários, compreendendo o desenvolvimento das cadeias produtivas, da agroindústria, da inovação aplicada ao campo, da infraestrutura produtiva, da comercialização e da inserção competitiva do setor.

As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas dentro de suas competências predominantes, sem sobreposição de atribuições. Essa delimitação preserva a coerência da governança proposta pelo Plano e fortalece a atuação integrada necessária para alcançar os objetivos estratégicos de desenvolvimento econômico do Distrito Federal e da RIDE.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Negócios Agropecuários · 8 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: NEGÓCIOS AGROPECUÁRIOS

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Sustentabilidade
	Mobilidade e Infraestrutura
	Tecnologia
	Inovação
	Educação
	Logística e Distribuição
	Indústria
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

4. Desenvolvimento Econômico

4.5 Vestuário e Moda

4.5.1 Apresentação e Contexto

> O setor de vestuário e moda do Distrito Federal emprega 45.000 pessoas e gera R$ 3,2 bilhões em valor adicionado (RAIS/MTE, 2024). Com uma população de alta renda e escolaridade, o DF tem um mercado consumidor sofisticado para a moda. No entanto, a produção local é limitada e concentrada em poucas RAs, com baixa integração entre os elos da cadeia produtiva. A Câmara Técnica de Vestuário e Moda propõe a criação de núcleos produtivos de moda em regiões vulneráveis e a integração da cadeia da moda com programas de capacitação pública.

4.5.2 Panorama Atual do DF

4.5.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o setor de vestuário e moda do DF emprega 45.000 pessoas e gera R$ 3,2 bilhões em valor adicionado.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Promover o crescimento mínimo de 3% na renda dos trabalhadores do segmento de moda e vestuário no DF e na RIDE, no período de 1 a 4 anos, por meio do aumento da produtividade, qualificação profissional e ampliação do acesso a mercados.

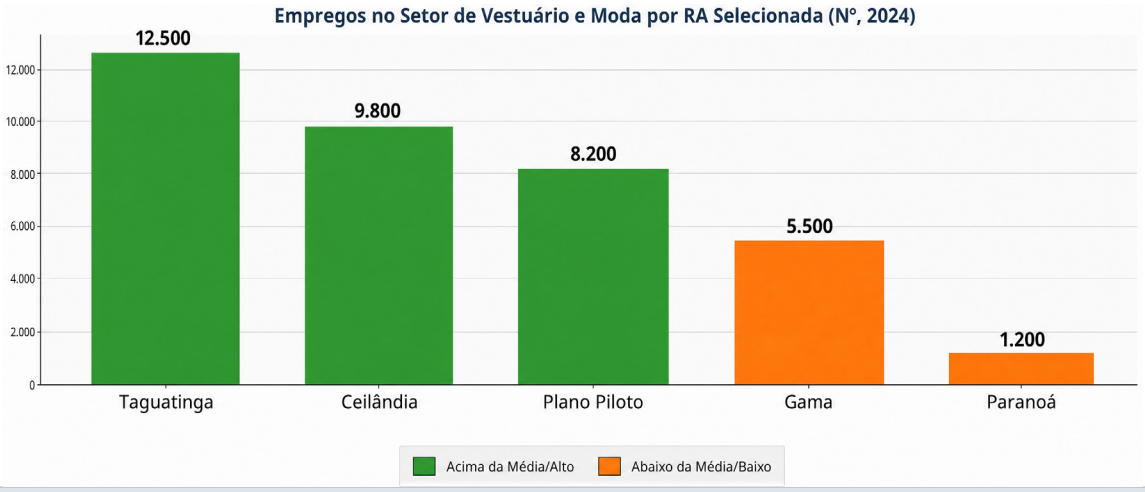


Gráfico 28: Empregos no setor de vestuário e moda por RA selecionada (2024). Taguatinga e Ceilândia concentram os maiores polos de confecção do DF. Fonte: RAIS/MTE e Panorama do DF 2026.

4.5.2.2 Disparidades Territoriais

A concentração da produção de moda no Plano Piloto e em poucos centros comerciais limita o desenvolvimento econômico das RAs periféricas. Costureiras, bordadeiras e artesãos das RAs de menor IDH têm dificuldade de acesso a mercados e capital.

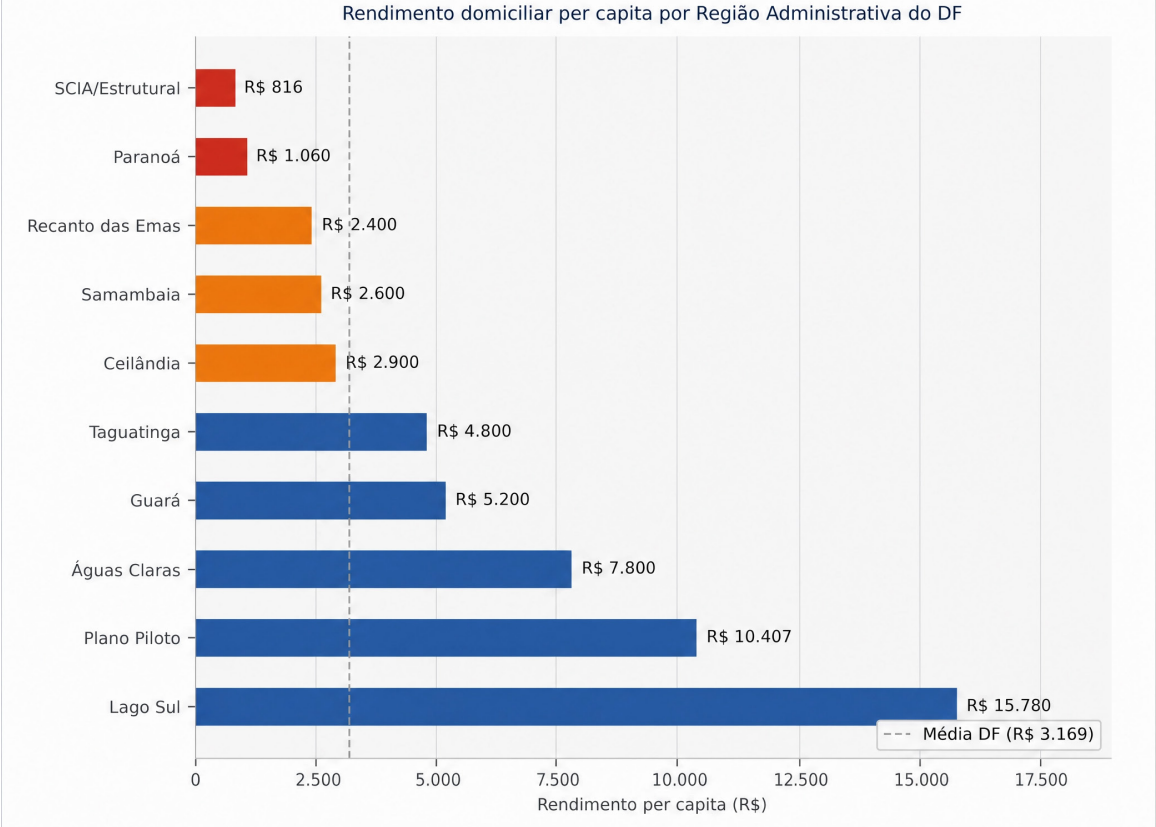


Gráfico 29: Rendimento domiciliar per capita por RA (R$). A desigualdade territorial impacta diretamente o consumo de vestuário e moda no DF. Fonte: IPEDF/Codeplan - PDAD-A 2024. Disponível em: ipe.df.gov.br

4.5.2.3 Comparativo Nacional e Regional

Comparado a São Paulo (polo nacional da moda) e Fortaleza (polo de confecções), o DF tem menor produção local de vestuário, mas maior poder aquisitivo dos consumidores. O desafio é conectar a produção local com o mercado consumidor do DF.

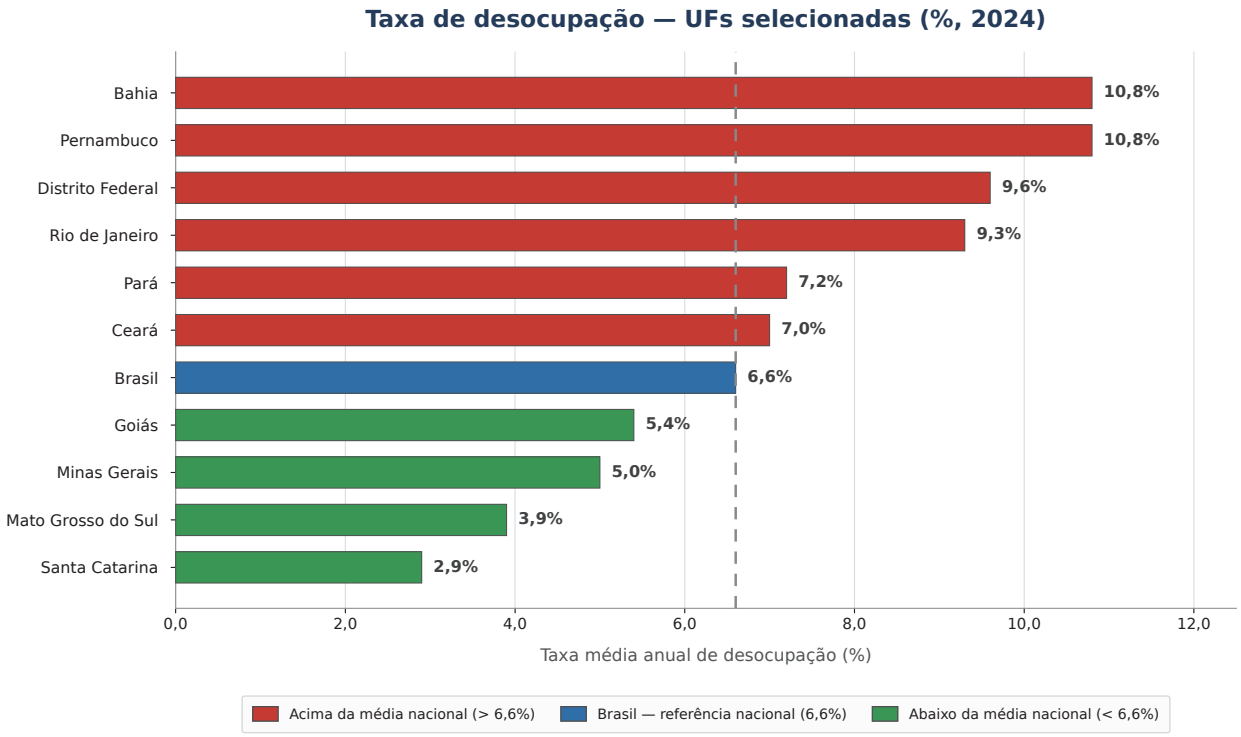


Gráfico 30: Fonte: IBGE — PNAD Contínua, taxas médias anuais de desocupação por UF, 2024.
Nota: as cores comparam cada UF à taxa média nacional de 6,6%; o Brasil é exibido como referência.

4.5.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

> A Câmara Técnica de Vestuário e Moda conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a cadeia produtiva da moda como espaço de geração de empregos, empoderamento feminino e produção sustentável.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 5 — Igualdade de Gênero**	O apoio ao empreendedorismo feminino e a qualificação de mulheres no setor têxtil promovem fortemente a igualdade de gênero.
	**ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico**	A formalização de pequenos negócios e o fomento a polos de moda geram empregos formais e impulsionam o crescimento econômico.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A capacitação e o apoio a costureiras e artesãos em regiões de maior vulnerabilidade ajudam a reduzir as desigualdades sociais.
	**ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis**	O incentivo à moda circular, ao reaproveitamento de tecidos e à produção sustentável alinha-se ao consumo e produção responsáveis.
	**ODS 17 — Parcerias e Meios de Implementação**	A integração de cadeias produtivas e a formação de cooperativas fortalecem as parcerias para a implementação de metas do setor.

4.5.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Vestuário e Moda formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

4.5.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Promover o crescimento mínimo de 3% na renda dos trabalhadores do segmento de moda e vestuário no DF e na RIDE do DF, no período de 1 a 4 anos, por meio do aumento da produtividade, qualificação profissional e ampliação do acesso a mercados, de forma sustentável e mensurável.	Integrar a cadeia da moda com programas de capacitação pública (ex: Fábrica Social). Criar núcleos produtivos de moda em regiões vulneráveis. Estruturar cooperativas e redes colaborativas de produção. Promover a formação em empreendedorismo, precificação e gestão para profissionais da moda. Desenvolver canais de comercialização (físicos e digitais).	Realizar feiras de moda com foco em geração de renda imediata. Mapear profissionais formados e ativos na cadeia do vestuário. Criar projeto piloto de produção em uma região vulnerável. Realizar oficinas práticas de vendas e posicionamento de produto.
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Aumentar em 5% o número de negócios de moda ativos nas regiões vulneráveis do DF e da RIDE. Ampliar em 5% a geração de renda proveniente da produção e comercialização de vestuário. Elevar em 5% a empregabilidade na cadeia têxtil e de confecção local.	Apoio à realização de eventos que possam promover a moda do DF. Estruturação da cadeia completa da moda (produção → distribuição → venda). Promover a conexão entre produtores locais e marcas/lojistas; Incentivo à produção sob demanda (uniformes, coleções, encomendas). Criação de centros de produção e distribuição regional. Parcerias com empresas para fornecimento local.	Apoiar promoção de eventos destacando a moda do DF. Promover rodadas de negócios entre costureiras, marcas e empresas. Promover parcerias para produção de uniformes e produtos institucionais. Incentivar a implantação de feiras e mercados de moda local. Apoiar a formalização de pequenos negócios da moda.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana	Implantar o anel rodoviário de forma conectada a ligação ferroviária — Reduzir deslocamentos para trabalho por meio da geração de renda local. Aumentar em 7% a produção e comercialização dentro das próprias regiões. Fortalecer polos regionais de moda.	Implantar polos produtivos de moda em regiões administrativas. Incentivar modelo de produção descentralizada. Criar hubs de moda (produção + venda). Fomentar a integração da produção local e consumo regional.	Apoiar eventos de moda regionais para ativação econômica. Identificar regiões com potencial produtivo. Criar ateliês coletivos e espaços compartilhados. Apoiar negócios locais de costura e ajustes.
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Aumentar em 12% os negócios de moda com atuação digital. Fortalecer a moda autoral e sustentável. Posicionar o DF como referência em moda com impacto social.	Incentivar a moda sustentável (reuso, upcycling, produção consciente). Promover programas de transformação digital para marcas locais. Desenvolver identidade territorial da moda do DF. Apoiar a economia criativa e autoral. Criar plataformas digitais de comercialização.	Criar vitrines digitais e catálogos online. Realizar oficinas de marketing digital e branding. Apoiar eventos e semanas de moda. Desenvolver coleções com identidade local e impacto social.

4.5.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Integrar tecnologia, inovação e setor produtivo	Ampliar em 15% o número de negócios de moda com atuação digital estruturada, por meio da expansão da conectividade e capacitação em ferramentas digitais. Indicador: aumento de 15% de negócios com operação digital ativa. Conectividade: Garantir internet de qualidade nos polos e ateliês. Indicador: aumento de 15% de empreendimentos conectados. Eventos digitais: Realizar feiras híbridas, lives e campanhas para gerar vendas. Indicador: aumento de 5% de volume de vendas e participação.	Realizar capacitação prática através de formações curtas com entrega obrigatória de canais digitais ativos (loja ou perfil). Garantir internet de qualidade nos polos e ateliês. Realizar feiras híbridas, lives e campanhas para gerar vendas.	Realizar capacitações com turmas rápidas (4–8 semanas) com entrega de loja ou perfil ativo + suporte prático. Realizar eventos digitais: Calendário mensal com feiras híbridas e lives para gerar vendas. Foco: negócios ativos, conectados e vendendo em até 90 dias.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer economia circular e transformação digital	Gerar 10% a 15% de novos produtos ou coleções com uso de tecnologia e design inovador. Ampliar em 15% as conexões entre empreendedores e mercado (eventos, rodadas de negócio, parcerias tecnológicas).	Apoiar a realização de eventos de inovação (feiras, desfiles tecnológicos, demonstrações). Implantar labs e coworkings tecnológicos com equipamentos e softwares compartilhados. Promover capacitação prática em tecnologias aplicadas (CAD, e-commerce, automação leve). Fomentar programas de conexão com mercado (rodadas de negócio, parcerias com varejo e plataformas). Apoiar o fomento e crédito orientado para aquisição e atualização de equipamentos.	Realizar eventos-piloto de inovação (feiras, demos, rodadas de negócio); Ofertar capacitações rápidas (4–8 semanas) em ferramentas digitais e produtivas. Selecionar e acompanhar negócios para adoção imediata de tecnologia. Firmar parcerias com plataformas, fornecedores e instituições de apoio.
Fortalecer economia circular e transformação digital	Ampliar em 15% o número de negócios que adotam práticas de economia circular (reuso, upcycling, produção sob demanda). Reduzir em 10% os resíduos gerados na produção de vestuário.	Apoiar e fomentar eventos e campanhas de conscientização: feiras, desfiles e ações educativas voltadas à moda sustentável, com criação de centros de reaproveitamento têxtil. Criar plataforma de troca e comercialização de insumos: conexão entre quem gera e quem reutiliza resíduos. Implantar processos produtivos eficientes: corte otimizado e redução de perdas. Incentivar e fomentar: editais e microcrédito para negócios circulares.	Realizar eventos-piloto (feiras e desfiles com peças reaproveitadas). Mapear resíduos têxteis e principais geradores nas regiões-alvo. Implantar pontos piloto de coleta e triagem em 1–2 polos. Ofertar oficinas rápidas de upcycling e aproveitamento de materiais. Criar rede local (grupo/plataforma simples) para troca de insumos. Selecionar negócios para mentoria prática focada em redução de desperdício.

4.5.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Estimular laboratórios de inovação no setor de moda exige reduzir custo, risco e complexidade — e garantir uso real. O caminho é começar leve, compartilhado e conectado ao mercado.	Criar Labs compartilhados em polos existentes, com equipamentos essenciais e agenda de uso aberta com fomento direcionado atrelado ao uso do lab e entrega de resultados. Fator crítico: o lab precisa gerar produto e venda, não apenas experimentação; Implantar modelo de governança colaborativa para gestão sustentável do espaço. Fomentar programas de inovação aplicada. Promover residências e mentorias para desenvolver produtos/ coleções com uso de tecnologia. Incentivar a integração com o mercado.	Selecionar 1–2 espaços piloto e equipar com kit básico (máquinas + softwares). Firmar parcerias com fornecedores e instituições de ensino. Lançar chamadas para negócios participarem dos primeiros ciclos. Rodar um ciclo rápido (8–12 semanas) com entregas concretas (protótipos/coleções). Realizar um evento de demonstração e conexão com compradores.
Conectar educação, tecnologia e setor produtivo	Ampliar em 15% a inserção de trabalhadores qualificados no mercado de moda e confecção. Aumentar em 15% os negócios que utilizam tecnologias aplicadas (digital e produtiva). Elevar em 12% a 15% a produtividade dos empreendimentos atendidos. Ampliar em 15% a integração entre formação, inovação e mercado (projetos, parcerias, contratos).	Apoiar a realização de eventos e vitrines de mercado: desfiles, feiras e rodadas conectando formação à venda. Criar Labs e coworkings educacionais: espaços onde alunos e empreendedores aprendem e produzem juntos. Firmar parcerias com setor produtivo: empresas, marcas e facções participando da formação. Incentivar trilhas tecnológicas aplicadas: CAD, e-commerce, automação leve e gestão digital. Promover programas de residência e mentoria: acompanhamento prático pós-formação.	Realizar eventos iniciais para exposição e venda dos produtos. Selecionar turmas e polos prioritários. Firmar parcerias com empresas e instituições de ensino. Iniciar cursos rápidos (4–8 semanas) com produção real. Implantar 1–2 labs/coworkings piloto.

4.5.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Ampliar em 15% o número de negócios de moda com atuação inter-regional (DF, RIDE e estados limítrofes). Aumentar em 15% o volume de produção e comercialização entre as regiões. Elevar em 12% a 15% a geração de renda a partir de cadeias produtivas integradas. Ampliar em 15% a participação em eventos, feiras e rodadas de negócio inter-regionais. Fortalecer polos regionais, com crescimento de 10% a 15% no número de iniciativas produtivas conectadas.	Instituir a Subsecretaria de Moda e Vestuário na SEDET. Consolidar Brasília como Hub de Moda, Economia Criativa e Inovação do Brasil Central. Integrar a cadeia produtiva do DF, RIDE e regiões vizinhas. Criar redes produtivas regionais. Fortalecer a Fábrica Social como polo de formação e produção. Integrar logística e mercados. Implantar calendário regional de eventos. Firmar parcerias institucionais inter-regionais. Capacitar e padronizar a produção para atuação em rede. Atrair investimentos, talentos e centros de pesquisa. Fortalecer a cadeia têxtil, agregando valor ao algodão por meio da produção de fios e insumos para a moda.	Instituir a Subsecretaria de Moda e Vestuário na SEDET para coordenar as políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva da moda, integrando formação, inovação, economia criativa, indústria têxtil, empreendedorismo e atração de investimentos no DF e RIDE. Mapear atores e polos produtivos nas regiões. Criar grupos/ redes de conexão entre empreendedores. Realizar 1–2 eventos inter-regionais piloto. Firmar parcerias iniciais entre instituições locais. Iniciar fluxo comercial piloto entre regiões.
Ampliar parcerias estratégicas	Ampliar em 20% o número de parcerias firmadas com governo, embaixadas, entidades de fomento e instituições de apoio. Aumentar em 15% o volume de recursos captados (financeiros e técnicos). Elevar em 15% o número de projetos executados em cooperação institucional. Ampliar em 15% a	Instituir a Subsecretaria de Moda e Vestuário na SEDET. Criar portfólio de projetos estratégicos (capacitação, labs, economia circular, digitalização). Firmar programa de parcerias institucionais com metas e governança definida. Fomentar rodadas de conexão e articulação institucional. Apoiar a	Instituir a Subsecretaria de Moda e Vestuário na SEDET para coordenar as políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva da moda, integrando formação, inovação, economia criativa, indústria têxtil, empreendedorismo e atração de investimentos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	participação do setor em editais e programas institucionais. Garantir que ao menos 70% das parcerias resultem em ações efetivamente implementadas.	realização de eventos estratégicos com participação institucional (feiras, missões, semanas de moda). Fomentar projetos cofinanciados e cooperação internacional. Criar sistema de monitoramento e indicadores para transparência e resultados.	no DF e RIDE. Realizar um evento com participação institucional. Mapear e priorizar 10–15 instituições-chave. Estruturar portfólio de projetos com metas e orçamento. Agendar reuniões e rodadas de apresentação. Firmar 2–3 parcerias piloto.

4.5.4.5 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Ampliar fontes de financiamento	Ampliar em 8% o número de fontes de financiamento acessadas (públicas, privadas e internacionais). Aumentar em 8% a 10% o volume total de recursos captados para o setor. Elevar em 8% o número de empreendimentos com acesso a crédito ou fomento. Ampliar em 8% a participação em editais e programas de financiamento. Garantir que ao menos 65% dos recursos captados sejam convertidos em projetos executados.	Instituir a Subsecretaria de Moda e Vestuário na SEDET. Apoiar a realização de eventos e rodadas com financiadores. Promover diversificação de fontes (públicas, privadas e internacionais). Criar portfólio de projetos financiáveis estruturados. Fomentar programa de acesso a crédito orientado. Apoiar e realizar capacitação em captação de recursos. Firmar parcerias com instituições financeiras e de fomento.	Instituir a Subsecretaria de Moda e Vestuário na SEDET para coordenar as políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva da moda, integrando formação, inovação, economia criativa, indústria têxtil, empreendedorismo e atração de investimentos no DF e RIDE. Mapear fontes prioritárias. Estruturar projetos para submissão. Capacitar empreendedores. Firmar 2–3 parcerias iniciais. Submeter propostas piloto.

4.5.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Vestuário e Moda reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Vestuário e Moda são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cultura e Economia Criativa	Inserir o vestuário e a moda nas estratégias de design, economia criativa, circularidade, mercado e internacionalização.	Moda autoral; identidade territorial; Cidade Criativa do Design; propriedade intelectual; exportação; eventos; economia circular.
Tecnologia	Modernizar a produção, a gestão e a comercialização dos negócios da cadeia.	CAD; comércio eletrônico; automação; softwares; equipamentos; plataformas; laboratórios; transformação digital.
Educação	Conectar qualificação, produção, inovação, empreendedorismo e inserção no mercado.	Formação profissional; Fábrica Social; cursos; laboratórios educacionais; residência; mentoria; produtividade; empregabilidade.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Integrar territorialmente a cadeia de produção, comercialização, formação e inovação.	Redes produtivas; polos regionais; eventos; fluxo comercial; investimentos; centros de pesquisa; cadeia têxtil.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Logística e Distribuição	Viabilizar a circulação regional de matérias-primas, insumos, produtos e equipamentos.	Distribuição; centros produtivos; mercados; redes regionais; insumos; fluxos comerciais.
Comércio e Serviços	Ampliar o acesso dos produtores, marcas e empreendimentos aos mercados físicos e digitais.	Feiras; mercados; varejo; lojistas; comércio eletrônico; rodadas de negócios; fornecimento; formalização.
Sustentabilidade	Incorporar práticas de circularidade e critérios ambientais à cadeia.	Reuso; upcycling; resíduos; design sustentável; produção consciente; logística reversa; indicadores ambientais.
Negócios Agropecuários	Conectar matérias-primas regionais à indústria têxtil e à produção de vestuário.	Algodão; fibras; fios; insumos; beneficiamento; cadeia têxtil; agregação de valor.
Habitação e Urbanismo	Viabilizar os espaços físicos destinados à produção, à formação, à inovação e à comercialização.	Polos; núcleos; hubs; ateliês; laboratórios; coworkings; centros de produção e distribuição.
Cidadania	Promover inclusão produtiva e oportunidades de trabalho e renda nos territórios vulneráveis.	Formação; cooperativas; redes colaborativas; empreendedorismo; formalização; renda; inclusão.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Participar das ações territoriais e de eventos em que Vestuário e Moda esteja expressamente incluída.	Eventos; promoção territorial; produtos locais; geração de renda; mercados; experiências econômicas.
Felicidade	Relacionar inclusão produtiva e impacto social aos resultados de bem-estar nas ações compartilhadas.	Trabalho; renda; oportunidades; impacto social; bem-estar; territórios vulneráveis.

Delimitação das alianças para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

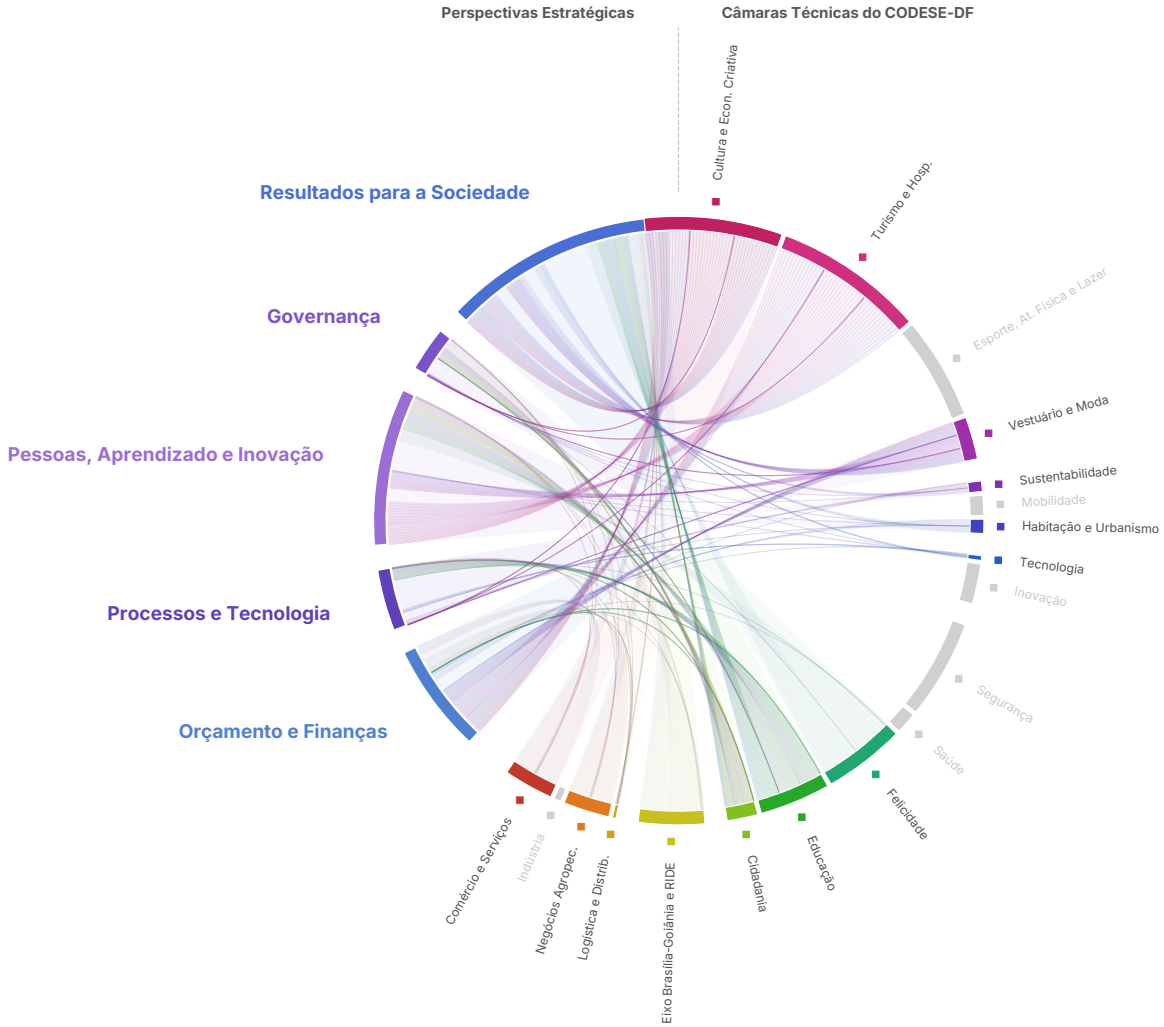
A Câmara Técnica de Vestuário e Moda permanece responsável pelas metas, ações, indicadores e entregas que lhe são atribuídos no Painel de Bordo. A participação das demais Câmaras deve restringir-se às ações e responsabilidades documentalmente identificadas, sem ampliação das alianças por mera proximidade temática.

A mobilização de instituições financeiras, entidades de fomento, embaixadas, governos, universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais decorre das agendas próprias de parcerias e financiamento da Câmara. O Plano estabelece a criação de portfólios, crédito orientado, capacitação em captação, participação em editais e projetos cofinanciados, sem detalhar os modelos contratuais ou os valores dos instrumentos financeiros.

As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do Distrito Federal e da RIDE.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Vestuário e Moda · 12 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: VESTUÁRIO E MODA

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Cultura e Economia Criativa
	Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
	Sustentabilidade
	Habitação e Urbanismo
	Tecnologia
	Felicidade
	Educação
	Cidadania
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Logística e Distribuição
	Negócios Agropecuários
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

5. Eixo Brasília-Goiânia e RIDE

5.1 Eixo Brasília-Goiânia e RIDE

5.1.1 Apresentação e Contexto

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) reúne aproximadamente 5 milhões de habitantes e constitui o principal espaço de integração econômica e funcional do Centro-Oeste brasileiro. Em 2023, seu Produto Interno Bruto (PIB) alcançou cerca de R$ 450 bilhões, com forte concentração da atividade econômica no Distrito Federal. Essa intensa integração regional faz da RIDE-DF, ao mesmo tempo, o principal desafio e a maior oportunidade para o desenvolvimento do Distrito Federal nas próximas décadas. De um lado, a elevada interdependência entre o DF e os municípios do Entorno amplia a demanda por mobilidade, infraestrutura e serviços públicos, exigindo mecanismos permanentes de cooperação interfederativa. De outro, cria condições para a descentralização de atividades econômicas, a integração logística, o fortalecimento das cadeias produtivas regionais e a coordenação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades territoriais e à promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

5.1.2 Panorama Atual do DF

5.1.2.1 Diagnóstico Geral

O diagnóstico atual da RIDE-DF evidencia uma acentuada disparidade socioeconômica e ter-

ritorial entre o Distrito Federal e os municípios que a circundam.

O Distrito Federal concentra a maior parte da atividade econômica e da oferta de serviços especializados da RIDE-DF, apresentando níveis de renda significativamente superiores aos municípios do Entorno. Em 2023, o PIB per capita do DF alcançou aproximadamente R$ 129,8 mil, enquanto nos principais municípios metropolitanos os valores variaram entre R$ 13 mil e R$ 34 mil, evidenciando a forte concentração da riqueza regional.

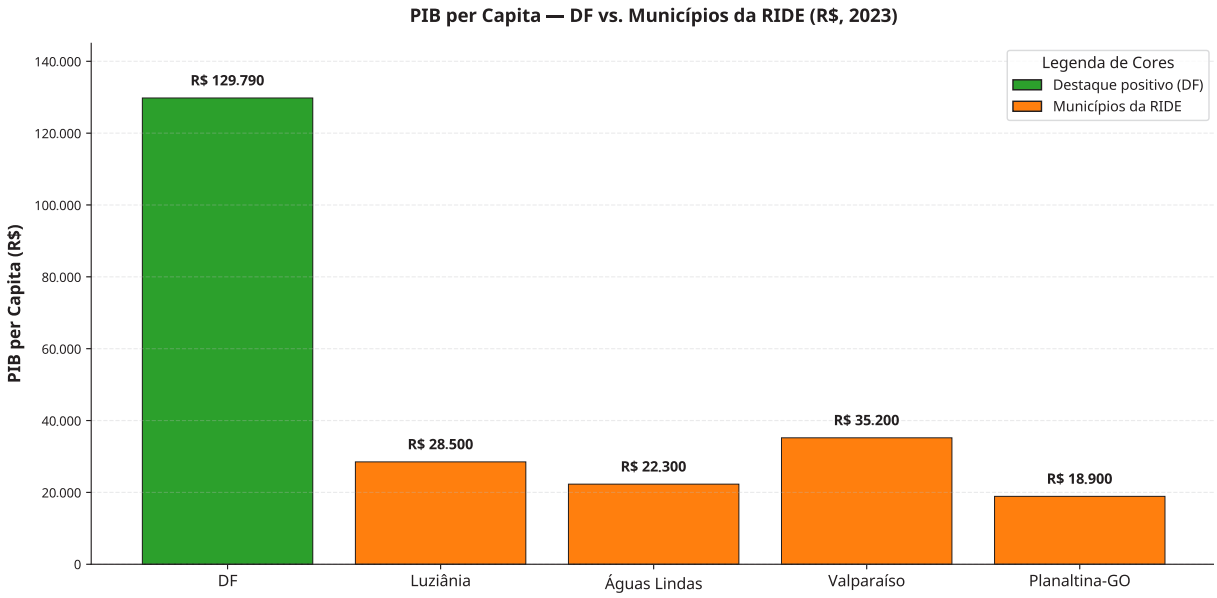


Grafico 31: PIB per capita do Distrito Federal e dos principais municípios da Área Metropolitana de Brasília (IBGE, 2023)



5.1.2.2 Disparidades Territoriais

Essa desigualdade também se manifesta nas condições sociais. Os resultados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A 2024) mostram que o Distrito Federal possui elevado padrão médio de renda, mas convive com expressivas desigualdades internas entre suas Regiões Administrativas. A pesquisa também evidencia diferenças importantes entre o DF e os municípios da Periferia Metropolitana de Brasília quanto aos níveis de renda, emprego, escolaridade e acesso a serviços públicos, indicando que o desenvolvimento regional permanece distribuído de forma desigual.

Esse cenário reforça que o desenvolvimento da RIDE depende da adoção de políticas integradas capazes de ampliar as oportunidades econômicas, fortalecer a inclusão produtiva, melhorar o acesso aos serviços públicos e reduzir as desigualdades territoriais. A construção de uma governança metropolitana mais articulada representa, portanto, condição essencial para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável em toda a região.

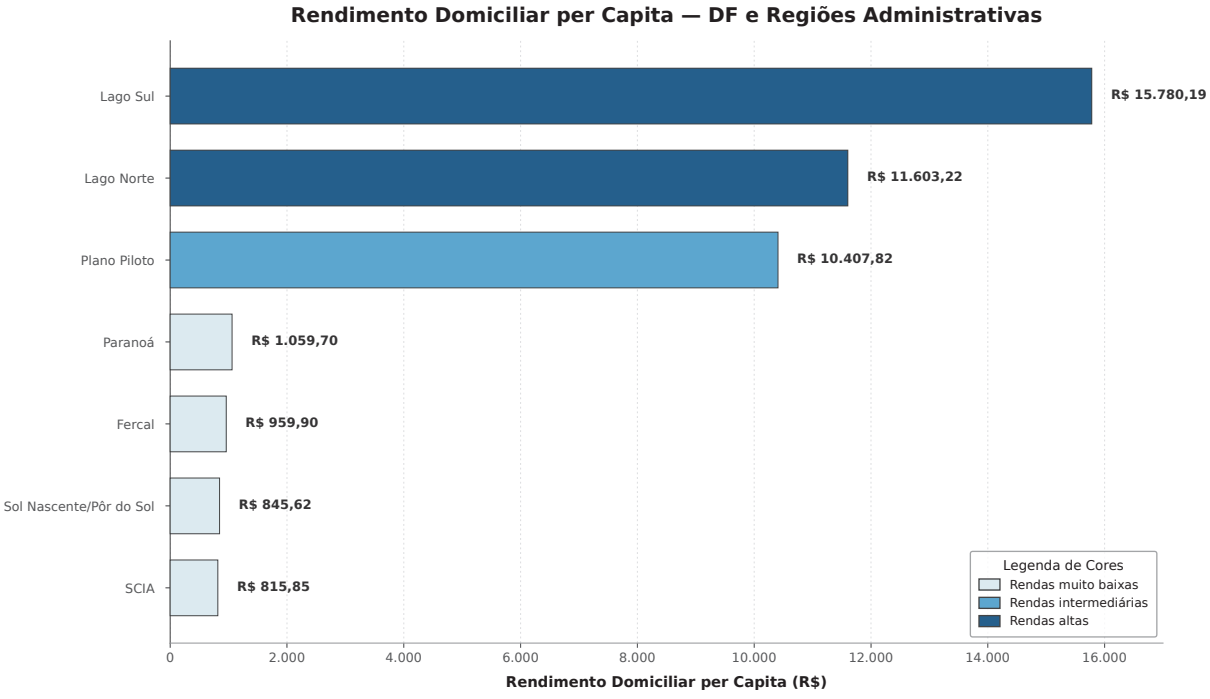


Grafico 32: Rendimento domiciliar per capita: Distrito Federal, Regiões Administrativas e municípios da Periferia Metropolitana (PDAD Ampliada2024/IPEDF).

5.1.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica do Eixo Brasília-Goiânia e RIDE alinha suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a governança metropolitana integrada como condição para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades na RIDE-DF.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 1 — Erradicação da Pobreza**	A integração de políticas públicas e investimentos na RIDE-DF é fundamental para combater a pobreza em áreas de alta vulnerabilidade.
	**ODS 5 — Igualdade de Gênero**	O desenvolvimento de ações conjuntas de proteção social e segurança na região metropolitana apoia a igualdade de gênero.
	**ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico**	A atração de empresas e a melhoria da infraestrutura nos municípios do Entorno impulsionam o trabalho e o crescimento econômico.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A governança metropolitana integrada visa reduzir as profundas desigualdades socioeconômicas entre o DF e os municípios da RIDE.
	**ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis**	O planejamento conjunto de mobilidade, saneamento e habitação é essencial para cidades e comunidades sustentáveis na região.

5.1.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica do Eixo Brasília-Goiânia e RIDE formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

5.1.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Até 2040, consolidar cadeias produtivas regionais capazes de ampliar em 30% a geração de empregos formais e fortalecer a circulação de bens e serviços entre os municípios da RIDE-DF.	Desenvolvimento Econômico Integrado e Inclusão Produtiva DF–RIDE - Implantar um Anel Viário Intermodal de Integração Econômica conectando rodovias, polos produtivos, plataformas logísticas, áreas industriais e futuros sistemas ferroviários do DF e da RIDE.	Realizar estudos de viabilidade técnica, logística e ambiental do anel viário intermodal. Mapear corredores estratégicos de carga, polos produtivos e áreas logísticas prioritárias. Integrar o planejamento do anel viário aos projetos ferroviários e de mobilidade regional. implantar plataformas econômicas regionais conectadas ao Anel Viário Intermodal.
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Até 2040, reduzir em 30% o tempo médio de deslocamento entre o DF, municípios da RIDE e os principais polos de emprego, educação e serviços.	Implantar o Sistema Intermodal de Mobilidade DF–Entorno - Estruturar e viabilizar o Trem Intercidades Brasília–Goiânia como eixo estratégico de integração econômica e logística regional.	Pactuar agenda prioritária junto à União, bancada federal e agências reguladoras para viabilizar a implantação do Trem Intercidades Brasília–Goiânia e do VLT Luziânia–Brasília. Atualizar o Plano Integrado de Mobilidade DF–RIDE com foco em soluções intermodais e ferroviárias. Elaborar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do Trem Brasília–Goiânia. Desenvolver projetos executivos e modelo de financiamento do VLT Luziânia–Brasília. Estruturar

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
			modelagens de Parceria Público-Privada (PPP) e concessões patrocinadas. Criar carteira regional de projetos prioritários aptos à captação de recursos federais e internacionais. Buscar apoio de bancos multilaterais, como BID, para financiamento dos estudos.
Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico	Integrar planejamento econômico, logístico e urbano entre DF, Entorno, Goiás, Minas e Tocantins.	Criar agenda DF-RIDE-Go-MG-TO de corredores logísticos,abastecimento e mobilidade de cargas.	Levantar gargalos de entrada e saída de mercadorias. Mapear polos atacadistas e varejistas da RIDE. Propor fórum DF-RIDE de logística e abastecimento.

5.1.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Integrar sistemas, dados e serviços públicos	Consolidar, até 2030, um modelo regional de governança e interoperabilidade entre o Distrito Federal e os municípios da RIDE, assegurando a integração gradual dos sistemas, dados e serviços públicos prioritários e garantindo que pelo menos 50% das áreas estratégicas de atendimento atuem de forma articulada e compartilhada.	Promover a Integração Regional – Estruturar Modelo Regional de Governança e Interoperabilidade entre os entes da RIDE/DF, com integração gradual de sistemas, dados e serviços públicos prioritários, harmonização de procedimentos e fortalecimento da cooperação institucional entre as áreas de atendimento.	Instituir grupo técnico interfederativo para definição de protocolos de interoperabilidade, compartilhamento de dados e integração de serviços públicos prioritários. Mapear fluxos, sistemas e gargalos operacionais das áreas de atendimento prioritárias entre DF e municípios da RIDE. Definir padrões regionais de integração de dados, atendimento e governança digital para os serviços públicos essenciais. Implantar projetos-piloto de integração

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
			regional em áreas estratégicas como saúde, mobilidade, assistência social e regulação urbana. Capacitar equipes técnicas e gestores dos entes federados para atuação integrada, gestão compartilhada de informações e transformação digital dos serviços públicos.
Reformular canais digitais com acessibilidade e desenho universal	Até 2030, consolidar a adoção de tecnologias digitais e soluções de inteligência artificial na administração pública, assegurando que pelo menos 60% dos órgãos estratégicos utilizem ferramentas de IA em processos de gestão e atendimento ao cidadão, e que 50% dos servidores públicos participem regularmente de programas de capacitação em competências digitais e inteligência artificial	Promover a Integração Regional – implantar a Transformação Digital e Inteligência Artificial na Gestão Pública por meio da ampliação de investimentos em infraestrutura de tecnologia da informação, da incorporação de soluções de inteligência artificial para apoio à gestão e à prestação de serviços públicos, e da implementação de programas permanentes de capacitação e atualização dos servidores em competências digitais e uso ético da IA.	Realizar diagnóstico de maturidade digital e necessidades de IA na administração pública. Implantar projetos-piloto de soluções de IA em órgãos estratégicos, com foco em atendimento ao cidadão, análise de dados, gestão documental e apoio à tomada de decisão. Implementar programa contínuo de capacitação em transformação digital e inteligência artificial.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Implantar, até 2030, mecanismos integrados de inteligência territorial DF–RIDE capazes de orientar ao menos 60% dos investimentos regionalizáveis e apoiar a priorização de políticas públicas e projetos estruturantes voltados à redução das desigualdades territoriais.	Promover a Integração Regional – Implantar Sistema Integrado de Planejamento Territorial, monitoramento e inteligência geoespacial da RIDE/DF, para orientar investimentos, priorizar iniciativas estratégicas, estruturar projetos regionais integrados e apoiar a tomada de decisão	Elaborar e implementar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da RMB, com foco em mobilidade, infraestrutura e desenvolvimento regional integrado. Criar sistema unificado de dados territoriais e georreferenciados da RIDE/DF para apoiar planejamento, priorização de investimentos e tomada de decisão. Definir indicadores regionais integrados Implantar plataforma de acompanhamento. Publicar relatórios periódicos de desempenho. Estruturar banco regional de projetos territorializados, classificados por impacto regional, viabilidade e redução de vulnerabilidades. Mapear vulnerabilidades territoriais e identificar áreas prioritárias para investimentos integrados em infraestrutura, serviços públicos e desenvolvimento econômico. Desenvolver projetos-piloto regionais e capacitar equipes técnicas para uso de inteligência geoespacial no planejamento e monitoramento territorial integrado.

5.1.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Formar lideranças públicas e sociais para gestão de longo prazo	Consolidar, até 2030, uma rede regional permanente de formação de lideranças públicas, sociais e territoriais no DF e na RIDE, capacitando gestores, lideranças comunitárias e agentes territoriais em governança colaborativa, planejamento regional e desenvolvimento integrado.	Promover a Integração Regional - Implantar a Escola Regional de Governança e Liderança DF–RIDE. Promover a integração Regional - Criar trilha de formação DF Produtivo e Integrado.	Estruturar rede de parceiros institucionais (universidades, CODESE, escolas de governo e Sistema S). Desenvolver trilhas formativas em governança regional, pactuação interfederativa e gestão territorial. Capacitar lideranças comunitárias e gestores municipais da RIDE. Criar programa de formação para conselhos, redes colaborativas e participação cidadã. Realizar fóruns e intercâmbios regionais de boas práticas. Formar gestores públicos em economia real. Promover capacitação de lideranças empresariais. Realizar encontros técnicos entre governo e setor produtivo.
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Capacitar, até 2030, equipes técnicas do DF e da RIDE em dados, IA e inteligência territorial, promovendo a utilização integrada de informações estratégicas em pelo menos metade das estruturas regionais de planejamento e monitoramento.	Promover a Integração Regional - Implantar Programa Regional de Capacitação em Dados, IA e Gestão Inteligente.	Criar trilhas formativas em IA, ciência de dados, inteligência geoespacial e análise preditiva. Capacitar equipes técnicas em monitoramento e avaliação de políticas públicas. Implantar laboratório de dados territoriais da RIDE/DF. Desenvolver plataforma regional de indicadores e painéis de monitoramento. Firmar parcerias com universidades e instituições de tecnologia.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Implantar, até 2030, pelo menos 3 laboratórios-piloto de inovação pública e territorial no DF e na RIDE, em parceria com universidades, startups e instituições públicas regionais.	Promover a Integração Regional - Estruturar Rede de Laboratórios de Inovação Pública e Territorial DF–RIDE como ambiente colaborativo de experimentação, cocriação e prototipagem de soluções inovadoras para os desafios regionais.	Implantar laboratórios-piloto de inovação em órgãos estratégicos. Realizar desafios públicos de inovação com startups e universidades. Desenvolver projetos-piloto em mobilidade, serviços públicos e inclusão produtiva. Estruturar metodologias ágeis e de inovação aberta no setor público. Criar rede regional de compartilhamento de soluções e boas práticas.
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Até 2030, ampliar em 30% a oferta regional de qualificação técnica e profissional alinhada às vocações econômicas territoriais do DF e da RIDE.	Promover a Integração Regional - Implantar Programa Regional de Formação Técnica e Inovação Produtiva DF–RIDE - para integrar educação profissional, empreendedorismo, tecnologia e cadeias produtivas regionais. Promover a Integração Regional - Criar Conselho de Qualificação Profissional com participação do setor produtivo.	Mapear demandas de mão de obra e competências estratégicas regionais. Estruturar trilhas formativas voltadas à economia criativa, logística, tecnologia, turismo, agro e economia verde. Integrar escolas técnicas, universidades, Sistema S e setor produtivo. Criar programas de empreendedorismo e inovação para jovens. Desenvolver programas de formação vinculados aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e polos logísticos regionais. Utilizar a ExpoRIDE como espaço permanente de articulação institucional, inovação, cooperação técnica, capacitação, formação de competências e atração de investimentos para o desenvolvimento regional integrado. Levantar vagas

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
			críticas no comércio. Ajustar cursos técnicos à demanda empresarial. Criar programa de jovens talentos para atuação nas empresas.

5.1.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Consolidar, até 2030, rede regional permanente de governança colaborativa entre DF, municípios da RIDE e estados limítrofes, com participação ativa de pelo menos 70% dos territórios da RIDE na formulação, pactuação e monitoramento de políticas integradas de desenvolvimento regional.	Promover a Integração Regional - Organizar Rede Regional de Participação e Colaboração da RIDE/DF.	Estimular a criação e institucionalização de redes colaborativas regionais. Qualificar a atuação de associações e conselhos. Integrar a sociedade civil ao processo decisório, fortalecendo a governança colaborativa.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Criar e estruturar a Região Metropolitana de Brasília (RMB) com marco legal delineado e instância de governança (conselho, agência executiva e fundo metropolitano) consolidada e operando com autonomia técnica e financeira em 2040. Garantir adesão formal	Promover a Integração Regional - Constituir Sistema de Governança Interfederativa da RIDE-DF.	Formalizar protocolo de intenções entre os entes para criação da Região Metropolitana. Articular e engajar governadores, prefeitos e lideranças legislativas e instâncias já existentes da RIDE nas negociações de pactuação. Criar e manter estruturas de gestão da RIDE no DF e estados e municípios da região. Definir instâncias,

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	de pelo menos 80% dos entes federativos elegíveis (DF, municípios do entorno e estados envolvidos) e assegurar a implementação efetiva das prioridades regionais pactuadas entre DF e municípios da RIDE.		ritos decisórios e agendas permanentes Elaborar a minuta do marco legal de criação da Região Metropolitana de Brasília. Iniciar tramitação legislativa em articulação federal.
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Consolidar, até 2030, uma rede regional permanente de parcerias estratégicas entre o DF, municípios da RIDE, Governo Federal, organismos internacionais, universidades, centros de pesquisa, bancos de fomento e setor produtivo, assegurando apoio técnico, institucional e financeiro para implementação de projetos integrados de desenvolvimento regional.	Promover a Integração Regional - Implantar Rede de Cooperação Estratégica e Captação de Parcerias DF–RIDE.	Mapear instituições estratégicas nacionais e internacionais e estruturar agenda regional de cooperação com Governo Federal, organismos multilaterais, universidades, bancos de fomento e setor produtivo. Firmar acordos de cooperação técnica entre DF, municípios da RIDE, universidades, centros de pesquisa e instituições de inovação. Implantar plataforma regional de oportunidades de cooperação, investimentos e financiamento para projetos integrados da RIDE/DF. Utilizar a ExpoRIDE como espaço permanente de articulação institucional, inovação, cooperação técnica e atração de investimentos para o desenvolvimento regional integrado.

5.1.4.5 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Vincular orçamento a metas, indicadores e impacto social	Alcançar, até 2030, 60% dos projetos estruturantes regionais com vinculação orçamentária baseada em metas, indicadores de desempenho, territorialidade, e critérios de impacto social e sustentabilidade.	Promover a Integração Regional - Implantar sistema regional de orçamento orientado a resultados da RIDE/DF, integrado ao planejamento e ao banco de projetos. Promover a Integração Regional - Criar metodologia de avaliação de impacto econômico, social e sustentabilidade dos investimentos públicos.	Definir metodologia comum de orçamento por resultados. Criar matriz de priorização de investimentos (impacto, território, urgência). Mapear e padronizar projetos existentes. Integrar projetos ao Banco de Projetos da RIDE. Desenvolver painel inicial de monitoramento de investimentos. Identificar e priorizar territórios mais vulneráveis. Relacionar investimentos a emprego e arrecadação. Priorizar obras que reduzam custo e promovam a sustentabilidade - DF. Medir retorno fiscal de projetos estruturantes.
Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas	Consolidar, até 2030, um sistema regional permanente de captação, estruturação e gestão estratégica de recursos para a RIDE/DF, integrado ao planejamento regional e à carteira de projetos prioritários, ampliando a capacidade dos entes federados de captar recursos junto ao Governo Federal, organismos internacionais, bancos de fomento, fundos de investimento, cooperação técnica e	Promover a Integração Regional – Implantar sistema regional de captação e estruturação de recursos da RIDE/DF, com apoio técnico aos entes federados para estruturação de PPPs, concessões e atração de investimentos nacionais e internacionais, integrado ao planejamento regional e às cadeias econômicas da RIDE/DF.	Estruturar Unidade de Captação Regional - com equipe técnica voltada para: Editais federais; Cooperação internacional; Bancos de desenvolvimento; PPPs e Consórcios Regionais; além de prestar apoio técnico aos municípios menores da RIDE/DF, ampliando sua capacidade de acessar recursos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	instrumentos financeiros inovadores, garantindo que pelo menos 50% dos projetos estruturantes regionais possuam fontes de financiamento viabilizadas ou em execução.		
Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas	Até 2040, fortalecer a competitividade econômica do Distrito Federal e da RIDE no contexto da Reforma Tributária, por meio da consolidação de um sistema permanente de monitoramento, análise e mitigação de impactos sobre os setores produtivos.	Criar Observatório da Reforma Tributária e Competitividade Regional.	Mapear o volume de crédito mercantil concedido pelo atacado ao varejo do DF e da RIDE. Desenvolver linhas de capital de giro específicas para distribuidores junto ao BRB, FCO e agências de fomento. Estruturar estudos para criação de mecanismos de garantia, securitização ou incentivo financeiro voltados às operações mercantis de abastecimento. Mapear impactos do IBS/CBS no comércio. Comparar carga tributária DF x GO x SP. Propor medidas de transição para preservar empresas locais.
Expandir PPPs e investimentos privados	Estruturar, até 2030, carteira de projetos logísticos prioritários para atrair investimento privado e PPPs.	Criar Fundo ou Programa metropolitano de Infraestrutura Logística.	Mapear áreas para centros de distribuição. Priorizar acessos viários a polos logísticos. Estruturar projetos para captação de recursos.

5.1.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica do Eixo Brasília–Goiânia e RIDE reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica são apresentadas na tabela a seguir.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Mobilidade e Infraestrutura	Promover a coordenação dos investimentos em infraestrutura e mobilidade necessários à integração territorial entre o Distrito Federal, a RIDE e o Eixo Brasília–Goiânia.	Infraestrutura regional; mobilidade integrada; conectividade territorial; projetos estruturantes.
Logística e Distribuição	Integrar os sistemas logísticos regionais para fortalecer a circulação de pessoas, mercadorias e serviços entre os territórios.	Corredores logísticos; integração regional; armazenagem; distribuição; competitividade regional.
Habitação e Urbanismo	Articular o planejamento urbano e territorial em escala regional, promovendo ocupação equilibrada e desenvolvimento integrado.	Planejamento territorial; expansão urbana; desenvolvimento metropolitano; integração regional.
Sustentabilidade	Incorporar princípios de sustentabilidade às estratégias de desenvolvimento regional compartilhado.	Desenvolvimento sustentável; gestão ambiental; resiliência territorial; proteção dos recursos naturais.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Indústria	Integrar estratégias de desenvolvimento econômico regional e fortalecimento da base produtiva.	Competitividade regional; investimentos produtivos; desenvolvimento industrial; integração econômica.
Comércio e Serviços	Fortalecer a integração dos mercados regionais e ampliar o ambiente de negócios.	Integração de mercados; desenvolvimento regional; comércio; serviços; competitividade.
Negócios Agropecuários	Promover a integração regional das cadeias produtivas agropecuárias e do desenvolvimento rural.	Cadeias produtivas; desenvolvimento rural; agronegócio; integração territorial.
Tecnologia e Inovação	Apoiar a transformação digital e a inovação como instrumentos de fortalecimento da governança regional.	Transformação digital; inovação regional; cidades inteligentes; conectividade; governança digital.
Educação	Integrar estratégias de formação de capital humano voltadas ao desenvolvimento regional.	Qualificação profissional; educação regional; desenvolvimento de competências; inclusão territorial.
Segurança	Fortalecer a cooperação institucional entre os entes federativos para ações integradas de segurança pública.	Cooperação operacional; segurança regional; governança interfederativa; integração institucional.

Delimitação das Alianças Estratégicas

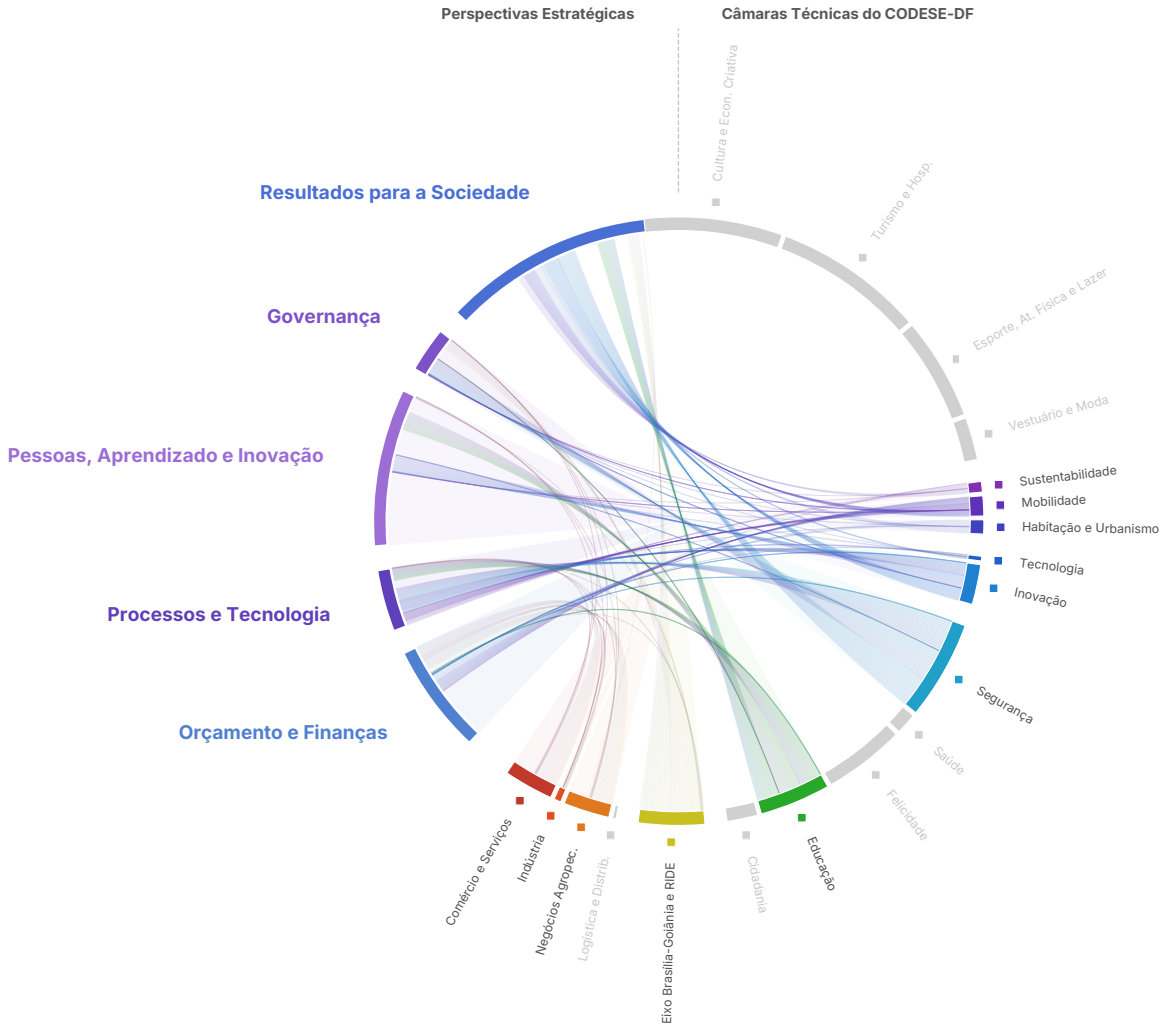
As alianças estratégicas identificadas possuem natureza eminentemente interfederativa e decorrem da necessidade de coordenação permanente entre políticas públicas implementadas em diferentes escalas territoriais.

A Câmara Técnica de Regiões Metropolitanas do Eixo Brasília–Goiânia e RIDE permanece responsável pela articulação institucional, pela coordenação das agendas regionais e pelo fortalecimento da governança compartilhada entre os entes participantes.

As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenada, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do Distrito Federal e de sua área de influência.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Eixo Brasília-Goiânia e RIDE · 10 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: EIXO BRA\SÍLIA-GOIÂNIA E RIDE

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Sustentabilidade
	Mobilidade e Infraestrutura
	Habitação e Urbanismo
	Tecnologia
	Inovação
	Segurança
	Educação
	Negócios Agropecuários
	Indústria
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

6. Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura

6.1 Cultura e Economia Criativa

6.1.1 Apresentação e Contexto

> Brasília é Patrimônio Cultural da Humanidade (Unesco, 1987), Cidade Criativa do Design e o maior centro cultural do Centro-Oeste. No entanto, a oferta cultural ainda é concentrada no Plano Piloto, com equipamentos culturais escassos nas RAs periféricas. A Câmara Técnica de Cultura e Economia Criativa propõe transformar a cultura em um vetor de desenvolvimento econômico e social para todas as regiões do DF.

6.1.2 Panorama Atual do DF

6.1.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o setor criativo do DF emprega 85.000 pessoas e gera R$ 8,2 bilhões em valor adicionado (CODEPLAN, 2024). No entanto, 78% dos equipamentos culturais estão concentrados no Plano Piloto.

A Cultura e a Economia Criativa ocupam papel estratégico na construção do “DF que a gente quer”, pois articulam identidade, pertencimento, inovação, geração de renda, ocupação dos espaços públicos e desenvolvimento territorial. Brasília reúne atributos singulares: é Capital da República, Patrimônio Cultural da Humanidade e Cidade Criativa do Design, condição que fortalece sua vocação para integrar cultura, urbanismo, criatividade, turismo, tecnologia e economia. Nesse contexto, a Câmara Técnica de Cultura e Economia Cria-

tiva propõe tratar a cultura não apenas como expressão simbólica, mas como vetor estruturante de desenvolvimento humano, econômico e social. O desafio é transformar a potência criativa do Distrito Federal em oportunidades concretas para todas as Regiões Administrativas, ampliando o acesso, fortalecendo agentes culturais, ativando territórios, preservando o patrimônio e impulsionando cadeias produtivas criativas.

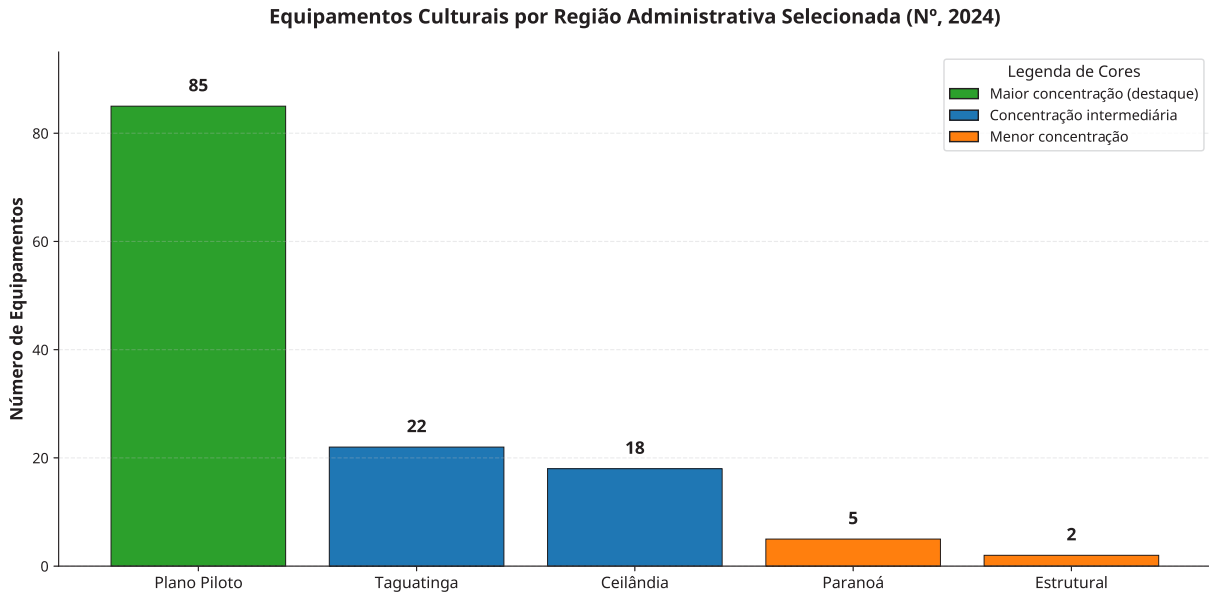


Gráfico 33: Equipamentos culturais por RA selecionada (2024). O Plano Piloto concentra 85 equipamentos, enquanto a Estrutural tem apenas 2.
Fonte: SECEC/GDF e Panorama do DF 2026.

6.1.2.2 Disparidades Territoriais

A concentração de equipamentos culturais no Plano Piloto é uma forma de exclusão cultural. RAs como Estrutural, Paranoá e Fercal carecem de teatros, bibliotecas, museus e centros culturais. A ausência de equipamentos culturais nas RAs limita o acesso à cultura e ao desenvolvimento da economia criativa local.

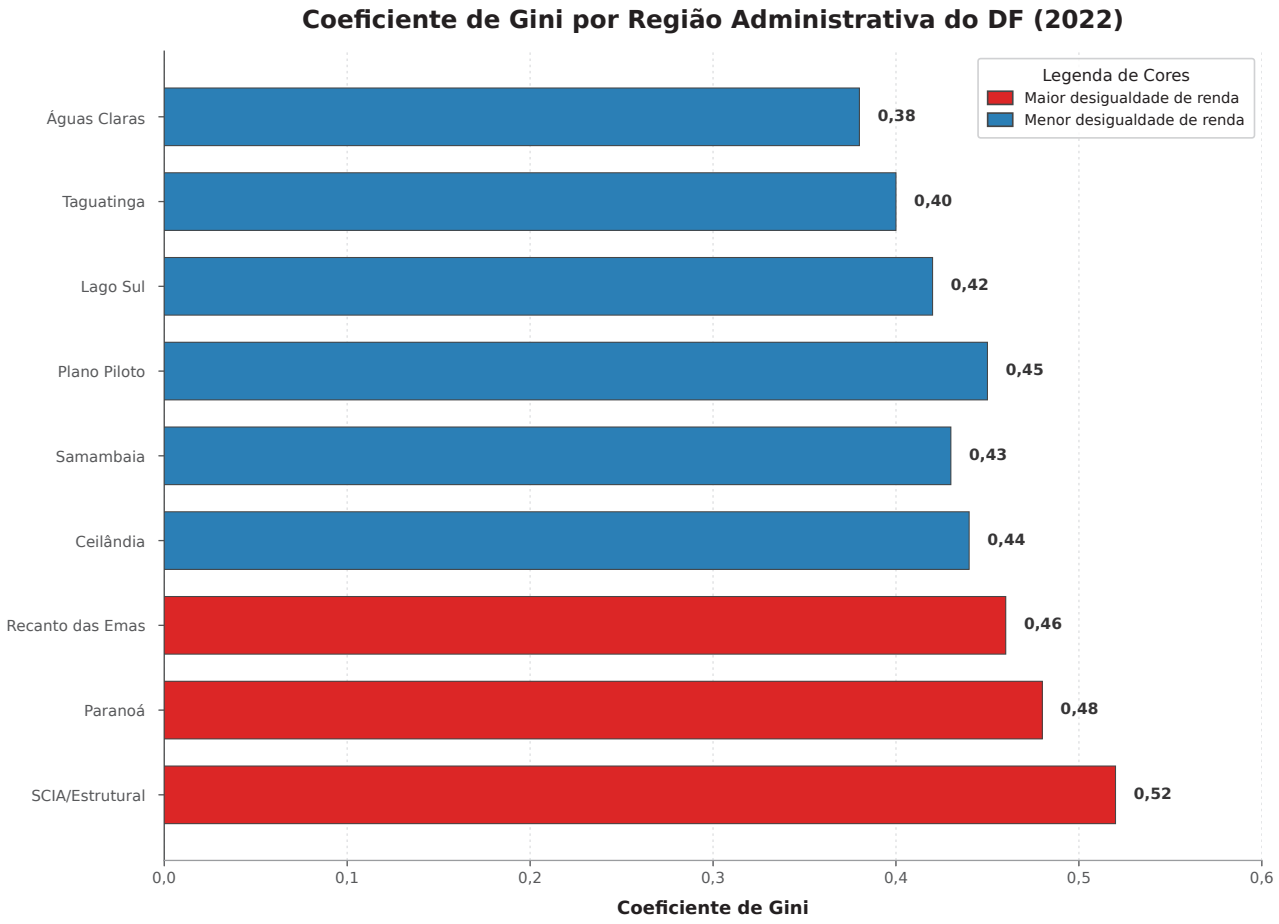


Gráfico 34: Coeficiente de Gini por RA (2022). A desigualdade de renda é mais severa nas RAs periféricas, impactando o acesso à cultura e economia criativa. Fonte: IBGE - Censo Demografico 2022 + IPEDF/Codeplan - PDAD 2021.

6.1.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Cultura e Economia Criativa alinha suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a cultura como vetor de desenvolvimento econômico, inclusão social e construção de cidades mais humanas e sustentáveis.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico**	O fomento à economia criativa e o apoio a produtores culturais geram novas oportunidades de trabalho e crescimento econômico.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A descentralização dos equipamentos culturais e o acesso democratizado à cultura reduzem as desigualdades sociais e regionais.
	**ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis**	A valorização do patrimônio histórico e a integração da cultura aos espaços urbanos tornam as cidades mais inclusivas e sustentáveis.
	**ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis**	O incentivo a práticas sustentáveis na produção cultural e eventos alinha-se ao consumo e produção responsáveis.

6.1.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Cultura e Economia Criativa formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

6.1.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Aprovar o plano de reabilitação do Setor de Diversões Sul até 2027; estruturar modelo de PPP, incentivos fiscais ou parcerias até 2028; ativar agenda permanente com, no mínimo, 100 atividades culturais, criativas, turísticas ou formativas por ano até 2030; ampliar o fluxo de visitantes e a ocupação qualificada dos espaços com base na linha de base definida no primeiro ciclo de monitoramento. Indicador: plano de reabilitação do Setor de Diversões Sul aprovado; nº de espaços requalificados e ativados; nº de eventos, atividades culturais, criativas, turísticas e de inovação realizados; fluxo de visitantes; taxa de ocupação de espaços;	Reabilitar o Setor de Diversões Sul — CONIC por meio de PPPs, incentivos fiscais, parcerias e governança colaborativa, consolidando-o como território de referência para cultura, economia criativa, inovação, patrimônio, turismo, convivência urbana e ativação do centro de Brasília, com segurança, transparência, sustentabilidade econômica e compliance urbano.	Mapear imóveis, espaços públicos, vazios urbanos, riscos, fluxos, entraves legais e oportunidades de ativação. Constituir grupo de governança com poder público, iniciativa privada, universidades, setor cultural e sociedade civil. Elaborar plano de ocupação cultural e criativa permanente. Definir modelo de PPP, incentivos ou parcerias. Criar agenda-piloto de ativação urbana; sustentabilidade. Integrar iluminação, segurança, limpeza, acessibilidade, sinalização, mobilidade, programação contínua cultural e artística e comunicação pública, atendendo aos requisitos estabelecidos na Cartilha do Bom Produtor Cultural.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	percepção de segurança; valor de investimentos públicos e privados mobilizados. Fonte: SECEC, SEDUH, SETUR, Secretaria de Economia, SSP/DF, Administrações Regionais, IPHAN, proprietários, entidades culturais, relatórios de visitação, contratos, termos de parceria e pesquisas de percepção.		
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Implantar pelo menos 8 pilotos territoriais de economia criativa circular até 2030, envolvendo 1.000 participantes diretos, reaproveitando resíduos em cadeias criativas e gerando novos produtos, serviços ou negócios sustentáveis em, no mínimo, 6 RAs prioritárias. Prazo: até dez/2030, com aferição anual. Indicador: nº de pilotos territoriais de economia criativa circular implantados; nº de cooperativas, catadores, artesãos, designers e empreendedores integrados; volume de resíduos reaproveitados; nº de	Desenvolver e Implantar um Programa Economia Criativa Circular Territorial conectando cadeia de reciclagem, design sustentável, moda autoral, artesanato, reaproveitamento de resíduos, tecnologia ambiental, cooperativas, catadores, empreendedores criativos e geração de renda em territórios vulneráveis.	Mapear RAs, cooperativas/associações, galpões, coletivos criativos e resíduos com potencial produtivo para implantação do Programa. Articular SLU, SECEC (e demais secretarias do GDF) Sebrae, Sistema S, universidades e setor privado. Vincular programa ao PPA, LOA, emendas, Leis de Incentivo, PPPs e patrocínios. Realizar oficinas, desenvolver protótipos, produtos, implementar canais de venda e indicadores de impacto ambiental e econômico.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	produtos ou negócios gerados.		

6.1.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Sistema de inteligência de dados implantado. Aplicar critérios de dados e territorialidade em 100% dos editais/programas estratégicos. Integrar 100% das bases prioritárias da cultura/ economia criativa e publicar painel com atualização semestral. Monitorar no mínimo 20 indicadores e atualizar painel trimestralmente. Prazo: até dez/2028. Indicador: um sistema de inteligência implantado; % de editais, programas e	Implantar o Sistema DF de Inteligência da Cultura e Economia Criativa, integrando cadastro de agentes, equipamentos, editais, projetos, eventos, empregos, empresas, agentes culturais/criativos, investimentos e indicadores territoriais, com metodologia oficial de mensuração da participação do setor na economia do DF (com sua medição registrada no PIB do DF e em pesquisas segmentadas	Mapear bases existentes. Definir taxonomia comum. Integrar SECEC, FAC, LIC, PNAB, RAIS/CAGED, Administrações Regionais e bases federais. Publicar painel inicial por RA. Produzir relatório.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	decisões de fomento orientados por dados territoriais, público, mercado e impacto. Nº de indicadores de cultura/economia criativa monitorados e periodicidade de atualização do painel. Fonte: SECEC, Setur e GDF, MinC/SNIC/ PNAB/OBEC, IBGE/ SIIC, FAC/LIC, RAIS/ CAGED, BNDES/Procult; Ancine; Iphan; Ibram; Ipea; Observatório Itaú Cultural; Sebrae DF e NA; FGV; UNESCO.	específicas realizadas pelo IPE-DF) e integração à Rede Brasileira de Observatórios da Economia Criativa.	
Reformular canais digitais com acessibilidade e desenho universal	Digitalizar/simplificar 90% dos serviços culturais prioritários e reduzir em 50% o tempo de resposta. Prazo: até 2028. Indicador: nº de serviços culturais digitais acessíveis (editais, inscrições, agenda, espaços, prestação de contas) e tempo médio de atendimento. Fonte: SECEC, Portal GDF, ouvidoria, analytics e protocolos de atendimento.	Criar o Portal Cultura DF Fácil: divulgação e acesso a editais, agenda, mapas, espaços, guias de acesso, linguagem simples, acessibilidade e atendimento orientado ao agente cultural e à população local e visitantes.	Revisar jornada de inscrição em editais. Criar guia simples de FAC/LIC/PNAB. Testar atendimento com produtores de RAs e capacitar mais agentes criativos e culturais para fomento do setor.

6.1.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Indicador: nº de agentes culturais capacitados em dados, IA, prestação de contas, gestão de público, mercado e impacto. Meta: capacitar 3.000 agentes e elevar para 80% a taxa de aprovação/ regularidade em prestações de contas dos participantes. Prazo: até 2030. Fonte: SECEC, FAC/LIC/PNAB, certificados, sistemas de prestação de contas e pesquisas.	Fomentar Trilha Dados e IA para Cultura e Economia Criativa: indicadores, painéis, editais, comunicação, gestão de projetos e avaliação de impacto.	Realizar oficinas práticas sobre leitura de dados, editais, precificação, comunicação digital, IA e prestação de contas.
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Capacitar 3.000 agentes e elevar para 80% a taxa de aprovação/regularidade em prestações de contas dos participantes. Prazo: até 2030. Indicador: nº de agentes culturais capacitados em dados, IA, prestação de contas, gestão de público, mercado e impacto. Fonte: SECEC, FAC/LIC/PNAB, certificados, sistemas de prestação de contas e pesquisas.	Fomentar Trilha Dados e IA para Cultura e Economia Criativa: indicadores, painéis, editais, comunicação, gestão de projetos e avaliação de impacto.	Realizar oficinas práticas sobre leitura de dados, editais, precificação, comunicação digital, IA e prestação de contas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Valorizar o servidor público e modernizar a cultura administrativa	Desenvolver 30 pilotos e escalar pelo menos 10 soluções com resultados comprovados. Prazo: até 2030. Indicador: nº de soluções/ pilotos para fomento, mercado, patrimônio, festivais, comunicação e internacionalização criativa. Fonte: SECEC, FAPDF, universidades, relatórios de laboratórios e indicadores de adoção.	Implementar Laboratórios de CulturaTech e Mercado Criativo: prototipagem de políticas, produtos, plataformas, festivais, exportação e economia digital criativa.	Realizar desafios com universidades, startups e coletivos.
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Formar pelo menos 2.000 pessoas. Incubar ou acelerar 50 projetos de economia criativa, cultura digital, tecnologias aplicadas à cultura, produção artística, gestão cultural e inovação urbana. Formalizar pelo menos 20 parcerias com universidades, setor cultural, empresas, organismos de fomento e poder público. Prazo: até dez/ 2028. Indicador: nº de incubadoras, laboratórios, cursos, pesquisas e projetos de economia criativa desenvolvidos; nº de pessoas formadas; nº de projetos incubados; nº de soluções	Implementar um Complexo Cultural no Setor de Diversões Sul, como centro de formação cultural, inovação urbana, pesquisa aplicada, incubação de projetos criativos e tecnologias aplicadas à cultura, fortalecendo a economia criativa, a reabilitação do centro de Brasília e a conexão entre arte, educação, mercado, patrimônio e inovação.	Mapear espaços disponíveis no Setor de Diversões Sul e necessidades de infraestrutura para estruturar complexo cultural e incubadora de projetos de cultura e economia criativa. Criar programa de formação em produção cultural, gestão, tecnologias aplicadas à cultura, audiovisual, artes cênicas, música, design e inovação urbana. Articular parcerias com universidades, FAPDF, Sebrae, APEX, Sistema S, MinC, SECEC, setor privado e coletivos culturais. Apoiar iniciativas e projetos que deem visibilidade à memória, documentação e patrimônio cultural sobre o DF (RAs) e RIDE.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	tecnológicas aplicadas à cultura. Nº de parcerias formalizadas. Fonte: SECEC, Faculdade Dulcina de Moraes, universidades, FAPDF, Sebrae, Sistema S, relatórios de incubação, certificados, termos de parceria e indicadores de projetos.		
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Qualificar 5.000 pessoas e alcançar 40% de inserção em trabalho, renda ou projetos criativos. Prazo: até dez/2028. Indicador: nº de trilhas formativas e pessoas qualificadas em vocações criativas territoriais. Inserção em mercado/ projetos.	Implantar programa integrado de qualificação para trabalhadores, empreendedores, gestores e lideranças da cultura e da economia criativa, com módulos de gestão, dados, inteligência artificial, tecnologias criativas, sustentabilidade, propriedade intelectual, comercialização, exportação e prestação de contas.	Integrar ofertas já existentes. Pactuar conteúdos com Escola Solano Trindade, universidades, MinC/ Escult, Sebrae e Sistema S. Criar trilhas por território e cadeia produtiva. Formar as primeiras mil pessoas. Implantar acompanhamento de resultados

6.1.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Realizar 10 ações metropolitanas/ano integradas e envolver 200 agentes criativos da DF/RIDE. Implantar metodologia de escuta	Fomentar uma Rede Cultural e Criativa Metropolitana: fomento, circulação, festivais, residências, memória, artes,	Mapear municípios parceiros. Selecionar e fomentar eventos e circuitos. Propor agenda metropolitana de cultura e economia criativa. Definir metodologia de escuta

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	e agenda territorial em pelo menos 15 RAs prioritárias até 2028 e alcançar todas as RAs até 2030, com plano local contendo vocações, projetos prioritários, indicadores, responsáveis e fontes de financiamento. Prazo: 2027 a 2030, com aferição anual. Indicador: nº de ações de circulação cultural/criativa na RIDE, redes ativas, festivais/intercâmbios e agentes participantes, percentual de recursos aplicado fora do Plano Piloto. Fonte: SECEC, municípios/ RIDE, CODESE-DF, relatórios de eventos e listas de participantes.	economia criativa e cooperação entre territórios. Criar as Agendas Territoriais Integradas das Regiões Administrativas, e RIDE, com escuta social, identificação de vocações locais, roteiros, equipamentos, eventos, espaços públicos, participação da juventude, fomento da cultura cidadã no turismo, economia criativa, esporte, lazer, mobilidade, segurança, sustentabilidade e oportunidades de renda.	territorial. Selecionar RAs-piloto e Ride DF. Mobilizar jovens, lideranças comunitárias, empresários, escolas, universidades, coletivos culturais, associações comerciais e representantes do turismo. Mapear vocações e ativos locais. Priorizar projetos de curto, médio e longo prazo. Criar indicadores por RA sobre fluxo de visitantes, geração de renda, empregos, uso de equipamentos, eventos, percepção de segurança, sustentabilidade, participação comunitária e satisfação dos moradores.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Aprovar e publicar a Cartilha até 2027. Aplicar o protocolo em 100% dos eventos culturais apoiados, autorizados ou realizados em parceria com o poder público até 2028. Exigir relatório pós-evento em 100% dos eventos estratégicos. Reduzir em 30% as ocorrências operacionais recorrentes até 2030,	Aprovar e implantar a Cartilha do Bom Produtor Cultural e Eventos Responsáveis, como guia técnico, legal, ético, ambiental e operacional para produtores, organizadores e realizadores de eventos culturais, orientando licenciamento, segurança, acessibilidade, sustentabilidade,	Constituir grupo técnico intersetorial com SECEC, SSP/DF, CBMDF, Defesa Civil, DF Legal, SLU, Brasília Ambiental, Vigilância Sanitária, Administrações Regionais e representantes do setor cultural. Mapear exigências legais e boas práticas. Elaborar minuta da cartilha. Testar o protocolo em eventos-piloto. Definir modelo padrão de relatório pós-evento com ocorrências, aprendizados, indicadores,

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	com base na linha de base definida no primeiro ciclo de monitoramento. Indicador: Cartilha do Bom Produtor Cultural aprovada e publicada, nº de eventos culturais orientados pelo protocolo, nº de relatórios pós evento produzidos, nº de ocorrências operacionais, ambientais e de segurança registradas e tratadas, percentual de eventos com plano de sustentabilidade, segurança, acessibilidade e gestão de resíduos. Fonte: SECEC, SSP/DF, CBMDF, Defesa Civil, DF Legal, SLU, Brasília Ambiental, Vigilância Sanitária, Administrações Regionais, relatórios de eventos, autorizações públicas e pesquisas de satisfação.	gestão de resíduos, mobilidade, ruído, impacto no entorno, comunicação comunitária, responsabilidade social, integridade e relatório pós-evento.	impactos e melhorias para futuras edições.
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Criar rede com pelo menos 300 embaixadores territoriais e formadores de opinião até 2028, realizando campanhas anuais de valorização da cultura, turismo, esporte e	Criar o Programa Embaixadores Territoriais do DF, mobilizando lideranças culturais, guias de turismo, produtores, comunicadores comunitários, influenciadores locais,	Mapear lideranças, coletivos, comunicadores, guias, produtores culturais, atletas, empreendedores e formadores de opinião por RA. Criar critérios de adesão e reconhecimento. Desenvolver kit de comunicação territorial. Lançar campanha-piloto de

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	lazer nas RAs e alcançando, no mínimo, 1 milhão de pessoas por ano em canais digitais, comunitários e institucionais. Prazo: até 2028, com aferição anual. Indicador: nº de formadores de opinião, embaixadores territoriais, comunicadores locais, lideranças culturais, guias, produtores, atletas e influenciadores comunitários mobilizados, Nº de campanhas e ações de comunicação territorial realizadas. Alcance das campanhas. Fonte: CODESE-DF, GDF, SECEC, SETUR, SELDF, Administrações Regionais, analytics de redes sociais, relatórios de campanha e registros de participação.	atletas, coletivos, empresários criativos e representantes das RAs para promover cultura, turismo, esporte, lazer, pertencimento e oportunidades nos territórios.	valorização das RAs. Integrar a rede aos calendários de eventos, turismo, cultura e esporte.

6.1.4.5 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Vincular orçamento a metas, indicadores e impacto social	Aplicar matriz de eficiência em 100% dos principais instrumentos de fomento/incentivos e reduzir pulverização	Estabelecer uma matriz de Eficiência e governança dos investimentos Culturais: definição de	Mapear fontes e execução com critérios transparentes e estruturados de leis de incentivo fiscal como: FAC, LIC, Lei Rouanet, Lei do

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	sem resultado mensurável em 30% Prazo: até 2028. Indicador: % do gasto cultural/criativo com critérios de impacto, territorialidade, público e resultados publicados. Fonte: SECEC, FAC/LIC/ PNAB, LOA, Portal da Transparência e relatórios de execução.	critérios para destinação de investimento, transparência e ampla divulgação para editais, avaliação continuada de impacto, territorialidade, continuidade de resultados, mercado, inclusão, dados abertos, orientação técnica e prestação de contas.	Audiovisual, PNAB e emendas, termos fomento e de parcerias. Propor priorização por impacto territorial e cadeia produtiva, com critérios embasados nos dados do setor. Orientação contínua de agentes culturais e criativos sobre MROSC, Leis de Incentivo, Editais Nacionais e Internacionais.
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Implantar metodologia de avaliação de impacto econômico e social até 2027 e aplicá-la a 100% dos projetos estratégicos financiados ou apoiados pelo GDF nas áreas de cultura, economia criativa, turismo, eventos, gastronomia, esporte e lazer até 2030. Prazo: metodologia até 2027 e aplicação plena até 2030, com aferição anual. Indicador: existência de metodologia padronizada de avaliação de impacto, nº de projetos avaliados, valor investido com mensuração de retorno, indicadores de público, fluxo, gasto	Criar a Metodologia Distrital de Avaliação de Impacto dos Investimentos em Cultura, Turismo, Eventos, Gastronomia, Esporte e Lazer, com parâmetros comuns para medir retorno econômico, social, territorial, ambiental, turístico, cultural e de bem-estar.	Definir metodologia-piloto. Selecionar projetos e eventos para teste. Padronizar indicadores mínimos de público, impacto cultural, fluxo turístico, gasto médio, empregos, renda, arrecadação, satisfação, inclusão, territorialidade e sustentabilidade. Integrar os resultados aos observatórios, painéis de bordo e processos de priorização orçamentária.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	médio, empregos, arrecadação, territorialidade, satisfação e impacto.		
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Aprovar/implementar pacote de incentivos com 100% de contrapartidas mensuráveis e beneficiar 300 iniciativas. Prazo: até 2030. Indicador: nº de incentivos com contrapartidas para empresas criativas, eventos culturais, audiovisual, design, games, arte, moda autoral e patrimônio.	Criar Política de Incentivos à Economia Criativa: redução de barreiras, crédito, compras públicas, incubação, mercado e contrapartidas territoriais.	Revisar incentivos existentes. Propor critérios de emprego, diversidade, sustentabilidade, inovação e descentralização.
Garantir equilíbrio fiscal, controle e qualidade do gasto público	Estruturar dez parcerias adequadas à natureza de cada equipamento, incluindo termos de colaboração, concessões, patrocínios, adoção, cessão de uso e PPPs quando houver viabilidade jurídica e econômico-financeira e ampliar em 40% o público atendido. Prazo: até 2030. Indicador: nº de equipamentos culturais/ criativos/ patrimoniais financiados, requalificados ou implantados, público atendido, valor	Desenvolver um Plano de Infraestrutura Cultural e Criativa para implantação de centros culturais, bibliotecas, teatros, museus, espaços multiuso, laboratórios e/ou distritos criativos no DF, para fins de planejar, requalificar e ampliar a rede de equipamentos e espaços de produção cultural do DF, adotando modelos sustentáveis de gestão, manutenção, acessibilidade, ocupação e financiamento,	Mapear espaços com potencial (equipamentos públicos, comunitários e privados). Priorizar equipamentos por RA. Classificar condições físicas, acessibilidade, uso e custos de manutenção. Selecionar dez projetos prioritários. Elaborar projetos técnicos e modelos de gestão. Estruturar carteira de financiamento. Integrar conectividade, acessibilidade, sustentabilidade, segurança e programação. Implementar PPP/ Parcerias para Equipamentos Culturais e Distritos Criativos. Propor contrapartidas de acesso, formação e programação gratuita.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	investido e contrapartidas públicas	com prioridade para territórios com menor oferta cultural.	
Garantir equilíbrio fiscal, controle e qualidade do gasto público	Apoiar 100 iniciativas e criar pelo menos 10 cadeias/produtos de economia criativa circular. Capacitar 1.000 agentes culturais/ criativos. Prazo: até dez/2029 Indicador: nº de projetos/negócios de cultura sustentável, design circular, moda autoral, cenografia, audiovisual e eventos verdes apoiados, nº de receita/empregos gerados a partir dessa perspectiva, nº de agentes culturais/ criativos capacitados.	Desenvolver e regulamentar o Plano de Economia Criativa Circular DF envolvendo capacitação dos agentes criativos e instituir normas para estimular o reaproveitamento, o design sustentável, as compras verdes, a cadeia de resíduos criativos e eventos com compensação de carbono.	Mapear fornecedores sustentáveis. Criar selo, guia ou protocolo de eventos culturais sustentáveis. Articular e integrar cooperativas, catadores, negócios criativos e produtores culturais. Integrar critérios de gestão de resíduos, logística reversa, compras verdes, acessibilidade, mobilidade, emissão de carbono e relatório pós-evento.

6.1.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Cultura e Economia Criativa reconhece que os desafios relacionados ao desenvolvimento do Distrito Federal são complexos e interdependentes, exigindo soluções construídas de forma articulada entre diferentes áreas de conhecimento e atuação. Por essa razão, as propostas apresentadas anteriormente foram concebidas em alinhamento com o Mapa Estratégico do Plano O DF Que a Gente Quer 2026–2040, contribuindo simultaneamente para diversos Objetivos Estratégicos e estabelecendo conexões com outras Câmaras Técnicas do CODESE-DF.

Essa integração amplia o potencial transformador das iniciativas propostas, favorece a coordenação entre políticas públicas e fortalece uma visão sistêmica do desenvolvimento do Distrito Federal. Mais do que compartilhar temas de interesse comum, as Câmaras Técnicas atuam de forma complementar, potencializando resultados e promovendo soluções mais efetivas para os desafios do território.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Cultura e Economia Criativa são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Integrar patrimônio, cultura, eventos, experiências territoriais e economia criativa à estruturação da oferta turística do DF e da RIDE.	Reabilitação do CONIC; Brasília Patrimônio Vivo; roteiros de memória; eventos; rotas territoriais; infraestrutura cultural e turística; circulação de visitantes.
Habitação e Urbanismo	Articular planejamento urbano, patrimônio e ocupação cultural na requalificação de áreas, equipamentos e espaços públicos.	CONIC; Distrito Cultural Central; Complexo Cultural do Setor de Diversões Sul; equipamentos culturais; distritos criativos; vazios urbanos e ativação do centro.
Tecnologia	Desenvolver sistemas, serviços digitais, bases integradas, conectividade, indicadores e painéis para apoiar a gestão e o acesso às políticas culturais.	Sistema DF de Inteligência da Cultura e Economia Criativa; Portal Cultura DF Fácil; integração de bases; painéis; conectividade de equipamentos; tecnologias aplicadas à cultura.
Inovação	Conectar agentes e projetos criativos a ambientes de incubação, pesquisa aplicada, experimentação, mercado e desenvolvimento de soluções.	Hub global de economia criativa; incubadora; cultura digital; inovação urbana; tecnologias culturais; laboratórios de prototipagem.
Educação	Integrar formação, pesquisa e educação patrimonial às ações de cultura e economia criativa.	Formação de agentes; Complexo Cultural do Setor de Diversões Sul; educação patrimonial; universidades; pesquisa aplicada; memória e patrimônio.
Mobilidade	Ampliar o acesso e a circulação entre equipamentos, áreas culturais, eventos e rotas criativas.	Corredores Culturais e Criativos Acessíveis; rotas por transporte público; CONIC; sinalização; acessibilidade; circulação noturna.
Segurança	Integrar segurança urbana, iluminação e gestão de riscos à ativação permanente dos espaços culturais.	CONIC; corredores culturais; Distrito Cultural Central; equipamentos culturais; eventos; percepção de segurança e circulação noturna.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Sustentabilidade	Incorporar critérios de sustentabilidade à infraestrutura, às intervenções urbanas e aos modelos de gestão dos equipamentos culturais.	CONIC; infraestrutura cultural; corredores culturais; gestão e manutenção de equipamentos; avaliação de impactos.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Promover circulação cultural e criativa, cooperação territorial e valorização das vocações do DF e dos municípios do entorno.	Rede Territorial de Cultura e Economia Criativa; Rede Cultural Metropolitana; circuitos e eventos; agendas territoriais; memória e patrimônio regional.
Cidadania	Incorporar participação social, escuta territorial, pertencimento e governança comunitária às iniciativas culturais.	Governança do CONIC; agendas territoriais integradas; cultura cidadã; participação comunitária; juventude, lideranças e coletivos culturais.
Comércio e Serviços	Conectar projetos e empreendimentos criativos a mercados, comercialização e oportunidades de negócios.	Carteira de projetos; acesso a mercados; internacionalização; preparação para exportação; economia local; associações comerciais e setor privado.

Considerações para implementação

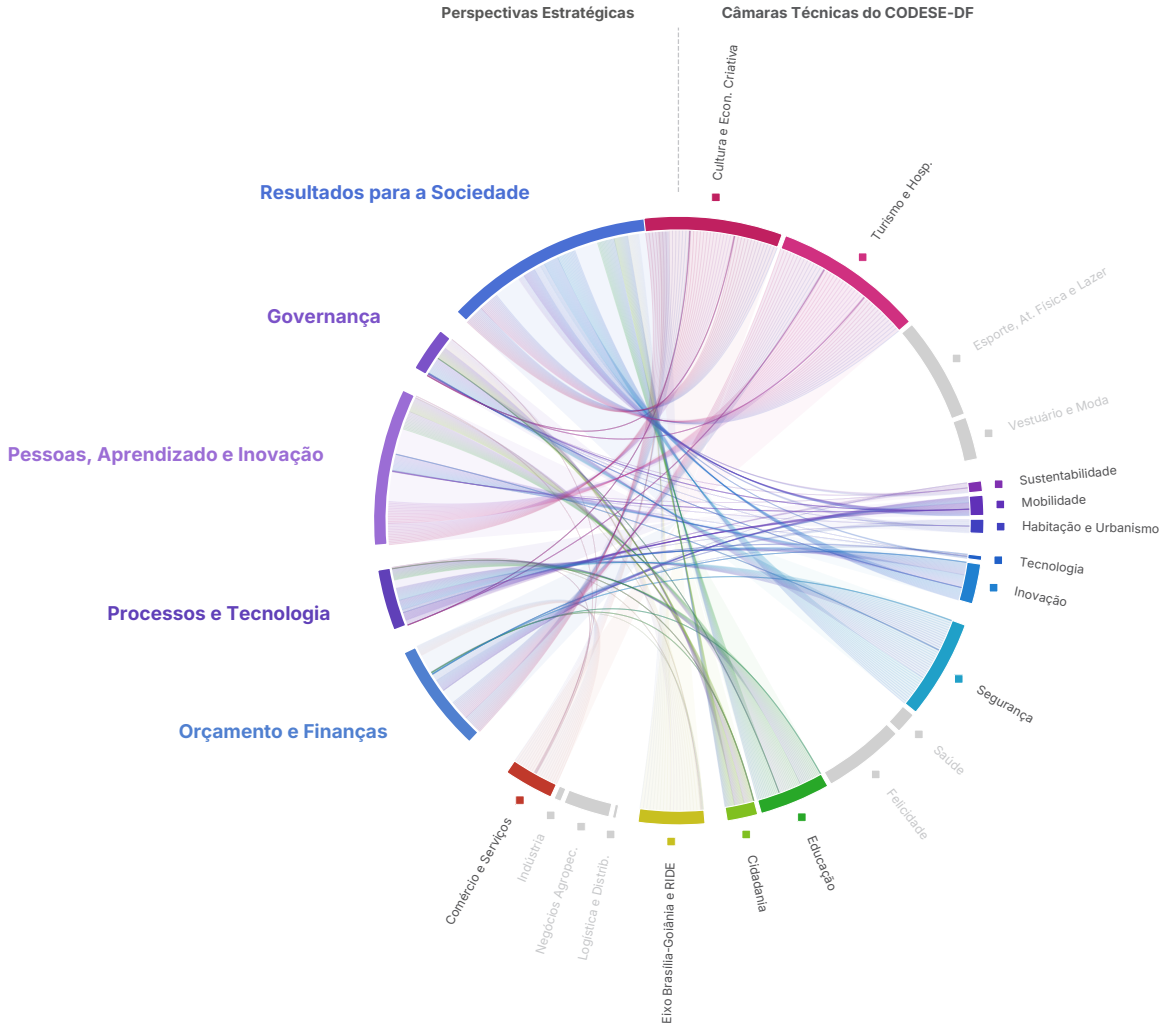
As alianças apresentadas não constituem uma estrutura única de governança para todas as ações. O Plano indica diferentes necessidades de cooperação conforme a natureza de cada iniciativa.

A reabilitação do CONIC requer articulação predominantemente urbana, turística, social e de segurança. O Sistema DF de Inteligência exige cooperação tecnológica. O Complexo Cultural do Setor de Diversões Sul demanda articulação com educação, inovação, tecnologia e urbanismo. Os corredores culturais dependem de mobilidade, segurança e acessibilidade. As redes territoriais e metropolitanas exigem cooperação com a RIDE, com o turismo e com atores comunitários.

A atuação integrada deve, portanto, ser estruturada em torno das agendas e projetos previstos no Plano, com definição de responsabilidades, entregas compartilhadas e mecanismos de acompanhamento compatíveis com cada iniciativa. Essa organização preserva a responsabilidade da Câmara de Cultura e Economia Criativa sobre as ações que lhe foram atribuídas, ao mesmo tempo que reconhece as cooperações necessárias para sua implementação.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Cultura e Economia Criativa · 11 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
	Sustentabilidade
	Mobilidade
	Habitação e Urbanismo
	Tecnologia
	Inovação
	Segurança
	Educação
	Cidadania
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

6. Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura

6.2 Esporte, Atividade Física e Lazer

6.2.1 Apresentação e Contexto

> O esporte e o lazer são direitos fundamentais e vetores de saúde, coesão social e prevenção da violência. No Distrito Federal, a concentração de equipamentos esportivos no Plano Piloto e em poucas RAs limita o acesso de milhares de brasilienses a atividades físicas e de lazer. A Câmara Técnica de Esporte propõe uma Rede DF de Esporte e Lazer Territorial que garanta pelo menos um equipamento ou programa regular em cada RA.

6.2.2 Panorama Atual do DF

6.2.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF tem 45 Centros Olímpicos e Paralímpicos, mas sua distribuição territorial é desigual.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Ativar ou requalificar pelo menos um equipamento ou programa regular em cada RA e ampliar em 40% os atendimentos até 2030.

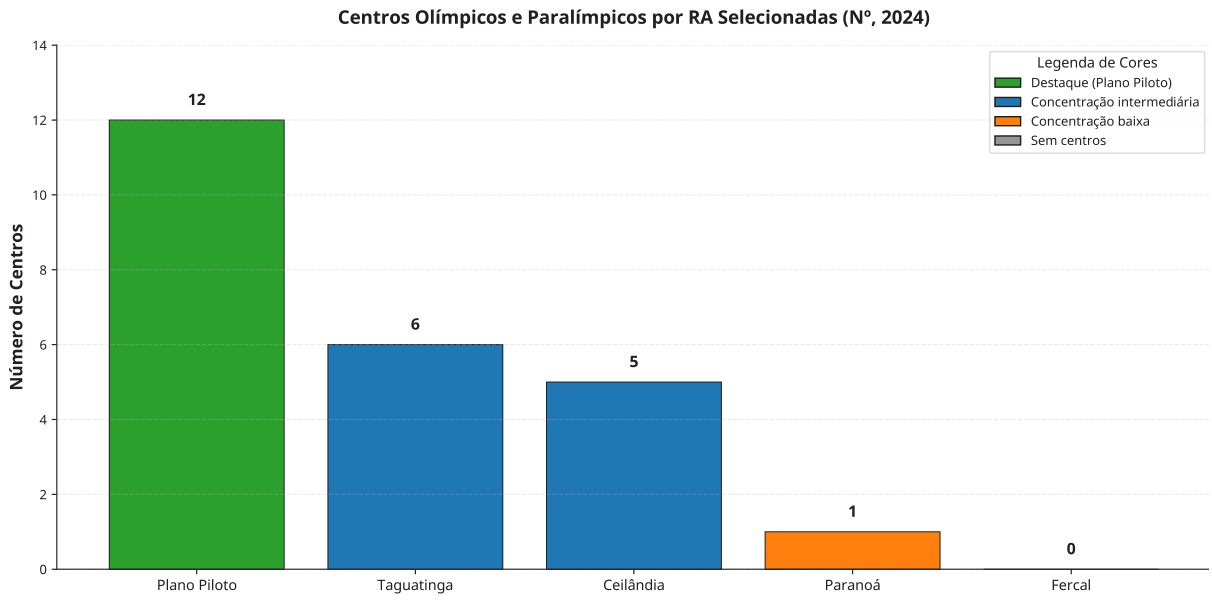


Gráfico 35: Centros Olímpicos e Paralímpicos por RA selecionada (2024). O Plano Piloto concentra 12 centros, enquanto Fercal não tem nenhum.
Fonte: SELDF/GDF e Panorama do DF 2026.

6.2.2.2 Disparidades Territoriais

A concentração de equipamentos esportivos no Plano Piloto e em poucas RAs limita o acesso de milhares de brasilienses a atividades físicas e de lazer. RAs como Fercal, Paranoá e Estrutural carecem de quadras, piscinas e centros esportivos.

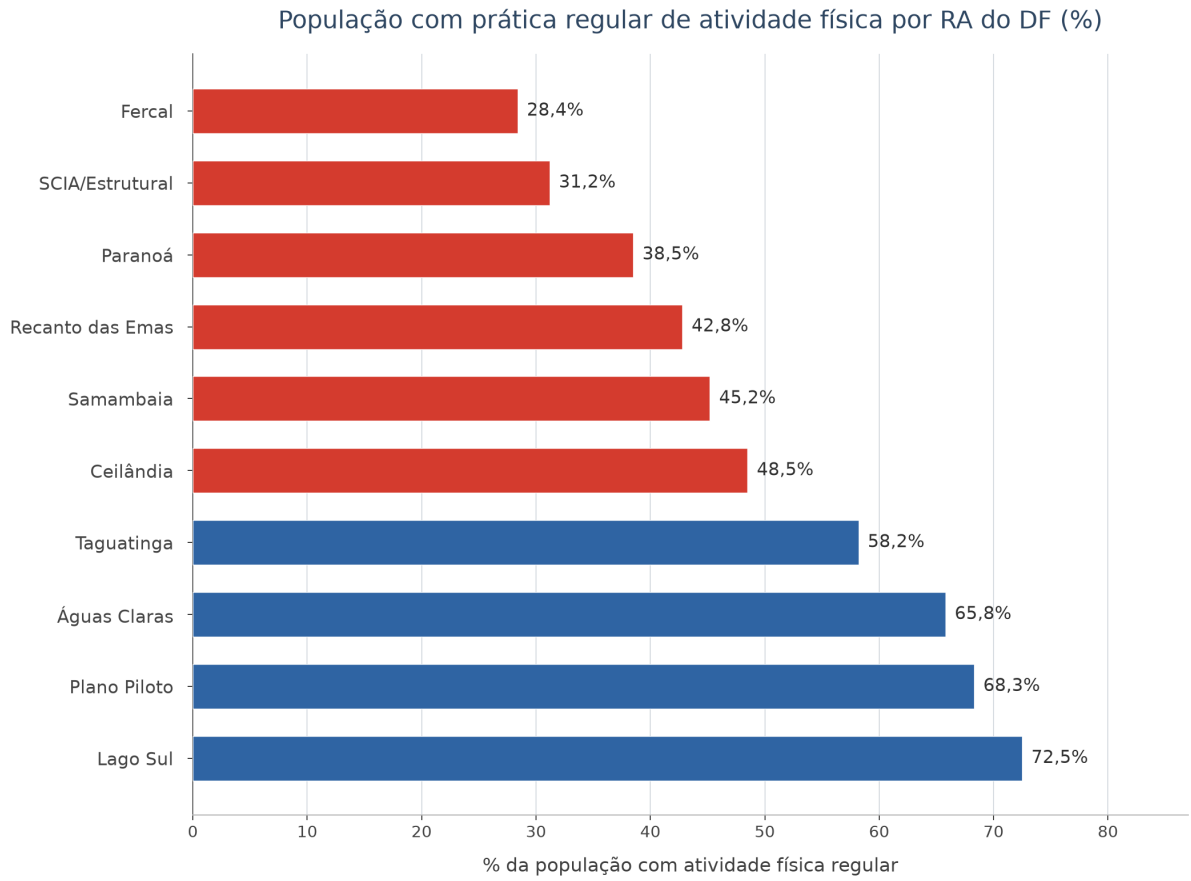


Gráfico 36: Percentual da população com atividade física regular por RA (%). RAs periféricas apresentam menores taxas, associadas à menor infraestrutura esportiva. Fonte: IPEDF/Codeplan - PDAD-A 2024. Disponível em: ipe.df.gov.br

6.2.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

> A Câmara Técnica de Esporte, Atividade Física e Lazer alinha suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo o esporte como instrumento de promoção da saúde, da inclusão social e da qualidade de vida.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 3 — Saúde e Bem-Estar**	A promoção da atividade física e a ampliação de espaços de lazer contribuem diretamente para a saúde preventiva e o bem-estar da população.
	**ODS 4 — Educação de Qualidade**	A integração do esporte com a educação em tempo integral fortalece o desenvolvimento infantojuvenil e a qualidade do ensino.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A democratização do acesso a equipamentos esportivos de qualidade em todas as RAs ajuda a reduzir as desigualdades sociais.

6.2.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Esporte, Atividade Física e Lazer formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

6.2.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva	Indicador: nº de eventos esportivos, negócios/serviços da cadeia do esporte, empregos e receita gerada. Meta: aumentar em 30% os eventos e serviços vinculados ao esporte/lazer e em 20% os empregos formais da cadeia. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, RAIS/ CAGED, federações, organizadores de eventos e Junta Comercial.	Fomentar a Economia do Esporte e Lazer DF: eventos esportivos, turismo esportivo, uso econômico de equipamentos, serviços de saúde e bem-estar, formação de profissionais e parcerias.	Mapear calendário esportivo existente. Identificar eventos com potencial turístico. Aproximar federações, academias, clubes, universidades, hotelaria, restaurantes e comércio local.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de parques, COPs, centros esportivos, rotas de lazer ativo e eventos com acesso seguro, iluminação e sinalização. Meta: qualificar pelo menos 60 equipamentos/rotas de esporte e lazer e ampliar em 40% sua frequência de uso. Prazo: até 2030.	Promover Rede de Mobilidade para Esporte e Lazer: conexão de equipamentos esportivos, ciclorrotas, parques, praças, escolas e eventos.	Mapear acessibilidade aos equipamentos. Propor rotas de lazer ativo. Integrar esporte com mobilidade ativa, segurança viária, ciclovias e caminhabilidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	Fonte: SELDF, Administrações Regionais, Novacap/ SEMOB/SSP e registros de frequência.		
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de equipamentos esportivos com gestão digital, dados de frequência, manutenção e saúde preventiva; população atendida. Meta: digitalizar 100% dos COPs/equipamentos prioritários e ampliar em 30% a participação em programas de esporte/lazer. Prazo: até 2028/2030. Fonte: SELDF, Secretaria de Saúde, sistemas de inscrição, frequência e manutenção.	Fomentar o Esporte Inteligente DF: gestão digital de equipamentos, inscrições, indicadores de uso, calendário integrado, inclusão, paradesporto e eventos sustentáveis.	Digitalizar informações dos equipamentos. Criar painel de vagas, modalidades e uso. Integrar dados de COPs, escolas, parques, eventos e programas sociais.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: valor captado e nº de projetos financiados para equipamentos, eventos, formação, inclusão, paradesporto e lazer comunitário. Meta: captar R$ 100 milhões e viabilizar 50 projetos estratégicos. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, Ministério do Esporte, Lei de Incentivo, emendas, patrocínios e relatórios financeiros.	Criar o Escritório de Captação Esporte e Lazer: Ministério do Esporte, leis de incentivo, patrocínios, empresas, federações, universidades e fundos.	Criar projetos padrão. Mapear patrocinadores. Preparar carteira de eventos e equipamentos prioritários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de espaços públicos simbólicos requalificados e ativados para esporte, lazer e convivência, frequência de uso e percepção de segurança. Meta: requalificar/ativar 30 espaços públicos prioritários e ampliar em 40% a frequência de uso comunitário. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, Administrações Regionais, SSP, pesquisas com usuários e relatórios de manutenção.	Implementar o Programa "Patrimônio em Movimento": esporte e lazer em praças, parques, eixos monumentais, espaços cívicos e equipamentos públicos requalificados.	Selecionar espaços-piloto. Promover caminhadas, corridas, aulas abertas, lazer de família e paradesporto. Articular segurança, limpeza, acessibilidade e programação.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de lideranças comunitárias/técnicas formadas para esporte e lazer, nº de projetos comunitários estruturados. Meta: formar 500 lideranças e estruturar 100 iniciativas esportivas/ comunitárias. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, escolas, federações, universidades, listas de presença e relatórios de projetos.	Criar uma Escola de Lideranças do Esporte e Lazer: gestão de equipamentos, eventos, paradesporto, esporte comunitário, segurança e saúde preventiva.	Selecionar monitores, professores, federações, lideranças de RAs e voluntários. Iniciar formação em gestão de programas e mobilização comunitária.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de equipes capacitadas em indicadores esportivos, gestão digital, avaliação de impacto e inovação social. Meta: capacitar 1.500 profissionais/ monitores/gestores e implantar indicadores em 100% dos equipamentos prioritários. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, certificados, sistemas de gestão, relatórios de equipamentos e pesquisas.	Fomentar Trilha Dados e IA para Esporte e Lazer: monitoramento de vagas, frequência, impacto social, manutenção e saúde preventiva.	Capacitar gestores de equipamentos e programas para registro de dados, análise de demanda e uso de painel de bordo.
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Indicador: % do orçamento de esporte/lazer vinculado a metas de atendimento, inclusão, saúde, uso dos espaços e segurança comunitária. Meta: vincular 100% dos programas prioritários a metas e ampliar em 40% os atendimentos comprovados. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, LOA, cadastros, frequência e relatórios de impacto.	Definir Orçamento Esporte e Lazer por Impacto: metas de vagas, frequência, modalidades, paradesporto, eventos e uso de equipamentos.	Criar matriz objetivo-meta-ação por RA. Priorizar equipamentos com alta demanda e maior vulnerabilidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva	Indicador: nº de técnicos, treinadores e profissionais do esporte beneficiados por programas de incentivo, capacitação e acompanhamento técnico. Meta: implantar a Bolsa Técnico-Esportivo e beneficiar, de forma progressiva, técnicos e treinadores vinculados a atletas, projetos comunitários, esporte de base, paradesporto e alto rendimento, alcançando pelo menos 500 profissionais apoiados ou capacitados até 2030. Fonte: SELDF, federações esportivas, clubes, projetos apoiados, cadastro de técnicos e relatórios de competições.	Criar o Programa Valoriza Técnicos e Profissionais do Esporte, incluindo Bolsa Técnico-Esportivo, formação continuada, apoio ao acompanhamento de atletas em competições, capacitação em gestão esportiva, paradesporto, saúde preventiva, alto rendimento e proteção de crianças e jovens.	Elaborar proposta normativa da Bolsa Técnico-Esportivo. Definir critérios de elegibilidade, contrapartidas e indicadores. Criar cadastro de técnicos e treinadores. Iniciar projeto-piloto com modalidades olímpicas, paralímpicas, esporte escolar e esporte comunitário.
Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico	Indicador: nº de programas/equipes com protocolo de inclusão e acolhimento, participação de crianças, idosos, PCDs e vulneráveis. Meta: implantar protocolo em 100% dos programas prioritários e ampliar em 40% a participação desses públicos. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, Secretaria	Criar o Programa Acolhe Esporte DF: formação em atendimento humanizado, inclusão, paradesporto, mediação de conflitos e segurança psicológica.	Capacitar monitores, professores e voluntário. Priorizar COPs, escolas e eventos comunitários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	da Pessoa com Deficiência, cadastros, frequência e pesquisas com usuários.		
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de programas de esporte/ lazer com foco em saúde mental, convivência e cultura de paz, frequência e percepção de bem-estar. Meta: implantar ações regulares em todas as RAs e alcançar 200 mil participações/ ano. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, Saúde, Cultura de Paz, cadastros, frequência e pesquisas de usuários.	Criar o Programa Movimento e Felicidade: esporte, lazer, convivência, práticas corporais, paradesporto, atividade física para idosos e prevenção ao adoecimento.	Integrar ações com saúde e assistência social. Criar programação em parques, COPs, escolas e praças. Monitorar adesão e bem-estar.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de soluções/pilotos para esporte comunitário, gestão de equipamentos, eventos, inclusão e lazer ativo. Meta: desenvolver 30 pilotos e escalar pelo menos 10 soluções em RAs/equipamentos prioritários. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, universidades, startups, relatórios de pilotos e indicadores de uso.	Implementar Laboratórios SportTech e Lazer Urbano: protótipos para inscrição, monitoramento, agenda, equipamentos e eventos.	Realizar oficinas com jovens, professores, federações e startups. Testar solução em um equipamento-piloto.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de escolas, estudantes, professores, monitores e lideranças comunitárias envolvidos em ações integradas de esporte, cultura, lazer e cultura de paz, nº de projetos educacionais territoriais implantados. Meta: implantar programas integrados de esporte educacional, cultura de paz e cidade educadora em pelo menos 30 escolas públicas e 10 territórios prioritários até 2030, beneficiando 50 mil estudantes e moradores por ano. Prazo: até 2030, com aferição anual. Fonte: Secretaria de Educação, SELDF, SECEC, Administrações Regionais, escolas, relatórios pedagógicos, frequência e pesquisas de impacto.	Desenvolver o Programa Cidade Educadora, Esporte Educacional e Cultura de Paz, integrando escolas, espaços culturais, parques, praças, equipamentos esportivos e comunidades em ações de formação cidadã, arte, memória territorial, esporte, lazer, prevenção à violência e convivência comunitária.	Implantar pilotos no Sol Nascente/ Pôr do Sol, Sobradinho II, Gama e Taguatinga. Mapear escolas e equipamentos próximos. Estruturar calendário de atividades. Mobilizar professores, artistas, técnicos, monitores, lideranças comunitárias e família. Criar indicadores de participação, permanência, convivência e percepção de segurança.
Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva	Indicador: nº de estudantes/jovens atendidos em ações integradas de educação, saúde e esporte, frequência e continuidade. Meta: atender 100 mil estudantes/jovens por ano e manter	Formar Trilhas Profissionais de Esporte e Lazer: monitores, recreadores, gestores de eventos, arbitragem, paradesporto, saúde preventiva e lazer comunitário.	Mapear demanda de profissionais. Criar formação de monitores e voluntários. Integrar escolas, universidades e programas esportivos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	frequência mínima de 70% nos programas. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, Educação, Saúde, escolas, cadastros e relatórios de frequência.		
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: Palácio dos Esportes implantado, nº de federações esportivas integradas, nº de ligas de futebol estruturadas e calendário esportivo anual publicado. Meta: implantar o Palácio dos Esportes como espaço de referência institucional do sistema esportivo do DF, estruturar sedes ou núcleos de apoio às ligas de futebol nas RAs prioritárias, integrar 100% das federações e ligas prioritárias ao calendário esportivo oficial. Prazo: até 2030, com etapas anuais de implantação. Fonte: SELDF, federações esportivas, ligas de futebol, Administrações Regionais e calendário oficial do esporte.	Estruturar o Sistema Distrital de Governança do Esporte e Lazer, com implantação do Palácio dos Esportes, fortalecimento das federações esportivas, estruturação das ligas de futebol nas Regiões Administrativas, calendário esportivo integrado e pactuação de responsabilidades entre GDF, federações, clubes, escolas, universidades, comunidades e setor privado.	Mapear federações, ligas, clubes, equipamentos e eventos existentes. Definir modelo jurídico e operacional do Palácio dos Esportes. Organizar calendário esportivo unificado. Priorizar ligas e RAs com maior demanda. Criar grupo executivo de governança do esporte.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de parcerias formalizadas para esporte/lazer e valor/benefícios mobilizados. Meta: formalizar 30 parcerias estratégicas e apoiar 100 projetos/eventos/ equipamentos prioritários. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, Ministério do Esporte, federações, clubes, empresas, escolas e termos de parceria.	Criar um Hub de Parcerias Esporte e Lazer: patrocínios, eventos, formação, equipamentos, inclusão, paradesporto e saúde preventiva.	Mapear potenciais patrocinadores. Criar projetos padrão. Aproximar federações, universidades, empresas e programas públicos.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: % do gasto em esporte/lazer vinculado a custo por beneficiário, uso contínuo, inclusão e impacto social. Meta: aplicar matriz de eficiência em 100% dos programas/ equipamentos prioritários e reduzir ociosidade em 30%. Prazo: até 2028. Fonte: SELDF, LOA, frequência, manutenção, contratos e relatórios de atendimento.	Estabelecer uma Matriz de Eficiência do Esporte e Lazer: custo por beneficiário, uso de equipamentos, manutenção, eventos, inclusão e prevenção.	Levantar custos de equipamentos e programas. Priorizar ações com maior alcance territorial e impacto social.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de PPPs, adoções, patrocínios e parcerias para praças, parques, quadras, COPs, eventos, tecnologia, manutenção e programação esportiva. Meta:	Implementar PPP/ Parcerias Esporte e Lazer: adoção de praças, parques, quadras, COPs, eventos, tecnologia e manutenção com contrapartida social.	Mapear ativos. Propor modelos de adoção/ patrocínio. Iniciar projetos-piloto em equipamentos prioritários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	estruturar 15 parcerias e mobilizar R$ 200 milhões em investimentos, patrocínios ou apoios até 2030, com contrapartidas sociais mensuráveis. Fonte: SELDF, Secretaria de Economia, contratos, termos de adoção, patrocínios e relatórios de execução.		
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Indicador: nº de incentivos para esporte, lazer, eventos esportivos, saúde preventiva, paradesporto e ocupação social, beneficiários atendidos. Meta: implementar pacote de incentivos com contrapartidas e apoiar 300 projetos/eventos/ programas. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, Secretaria de Economia, Ministério do Esporte, relatórios de projetos e beneficiários.	Criar Política de Incentivos ao Esporte e Lazer: patrocínio, adoção de espaços, eventos, projetos comunitários sustentáveis, paradesporto e contrapartidas sociais.	Mapear empresas e eventos. Propor incentivo com metas de atendimento, inclusão, sustentabilidade e uso de equipamentos.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Meta: aplicar protocolo sustentável em 70% dos eventos apoiados e alcançar 200 mil participações/ano em ações verdes. Prazo: até dez/2030 Indicador: nº de eventos esportivos sustentáveis, ações de lazer ativo, parques ativados e projetos de educação ambiental, público participante.	Desenvolver um Plano de Esporte Verde DF: criar protocolo de eventos sustentáveis, mobilidade ativa, educação ambiental, parques, reciclagem e saúde preventiva.	Aplicar protocolo de sustentabilidade em eventos esportivos. Priorizar corridas, ciclismo, caminhadas e ações em parques.

6.2.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Meta: implantar sistema digital unificado do esporte e lazer, com calendário esportivo anual, cadastro de equipamentos, modalidades, vagas, eventos, inscrições e indicadores de uso em 100% dos equipamentos e programas prioritários até 2027. Fonte: SELDF, federações, ligas, Administrações Regionais, escolas, sistemas de inscrição, calendário oficial e Painel de Bordo Esporte e Lazer. Indicador: calendário esportivo integrado publicado, nº de eventos cadastrados, nº de equipamentos monitorados, nº de modalidades ofertadas e nº de usuários registrados.	Consolidar o Sistema DF Esporte e Lazer, integrando calendário esportivo unificado, gestão digital de equipamentos, inscrições, vagas, modalidades, eventos, dados de frequência, manutenção, inclusão, alto rendimento e impacto comunitário.	Cadastrar eventos, federações, ligas, equipamentos, COPs, parques, escolas, quadras e programas. Definir padrão mínimo de dados. Publicar calendário esportivo anual. Criar painel de vagas, modalidades e uso por RA. Integrar informações ao Painel de Bordo Esporte e Lazer.
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Meta: implantar rotina mensal de gestão por dados em 100% dos equipamentos/ programas prioritários. Prazo: até 2028. Fonte: SELDF, sistemas de frequência, manutenção, inscrições e relatórios de	Criar o Painel de Inteligência do Esporte e Lazer: mapa de atendimento, demanda reprimida, vulnerabilidade, uso de equipamentos e indicadores de bem-estar.	Cruzar inicialmente dados entre equipamentos esportivos, vulnerabilidade social, escolas, UBS, parques e segurança.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	impacto. Indicador: nº de decisões sobre equipamentos, modalidades, eventos, manutenção e inclusão baseadas em dados de uso e impacto.		

6.2.4.3 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Indicador: nº de eventos/circuitos metropolitanos de esporte e lazer integrando DF/RIDE, público participante. Meta: realizar 12 eventos/circuitos integrados por ano e alcançar 100 mil participações/ano. Prazo: até 2030. Fonte: SELDF, municípios/ RIDE, federações, inscrições e relatórios de eventos.	Criar um Circuito Metropolitano de Esporte e Lazer: eventos, corridas, torneios, lazer em parques, paradesporto e juventude.	Mapear eventos existentes. Selecionar municípios/ RA prioritários. Articular segurança, mobilidade e saúde.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Indicador: nº de escutas com usuários, atletas, famílias, idosos, PCDs, professores, federações e comunidades, demandas priorizadas. Meta: realizar 12 escutas/ano e gerar plano de melhoria por RA/ equipamento	Promover a Escuta Ativa do Esporte e Lazer: fóruns comunitários, avaliação de equipamentos, demandas por modalidades e transparência de resultados.	Criar consulta por RA. Aplicar diagnóstico de equipamentos. Organizar prioridades de manutenção, programação e inclusão.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	prioritário. Prazo: anual. Fonte: SELDF, CODESE-DF, formulários, atas, pesquisas e relatórios de diagnóstico.		
Governar por metas, indicadores e evidências	Indicador: nº de indicadores de esporte/ lazer monitorados: equipamentos, vagas, frequência, inclusão, eventos, saúde e ocupação social. Meta: monitorar no mínimo 20 indicadores e atualizar painel trimestralmente. Prazo: até 2027 e manutenção contínua. Fonte: SELDF, Saúde, Educação, sistemas de inscrição/ frequência e painel de bordo.	Criar Painel de Bordo Esporte e Lazer: COPs, parques, modalidades, vagas, atendimento, PCDs, idosos, eventos, uso de espaços e impacto comunitário.	Definir indicadores. Coletar dados dos equipamentos. Criar rotina mensal de atualização.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Indicador: Cartilha do Bom Produtor Cultural aprovada e publicada, nº de eventos culturais orientados pelo protocolo, nº de relatórios pós-evento produzidos, nº de ocorrências operacionais, ambientais e de segurança registradas e tratadas, percentual de eventos com plano de sustentabilidade, segurança, acessibilidade e gestão de resíduos. Meta: aprovar e publicar	Aprovar e implantar a Cartilha do Bom Produtor Cultural e Eventos Responsáveis, como guia técnico, legal, ético, ambiental e operacional para produtores, organizadores e realizadores de eventos culturais, orientando licenciamento, segurança, acessibilidade, sustentabilidade, gestão de resíduos, mobilidade, ruído, impacto no entorno, comunicação	Constituir grupo técnico intersetorial com SECEC, SSP/DF, CBMDF, Defesa Civil, DF Legal, SLU, Brasília Ambiental, Vigilância Sanitária, Administrações Regionais e representantes do setor cultural. Mapear exigências legais e boas práticas. Elaborar minuta da cartilha. Testar o protocolo em eventos-piloto. Definir modelo padrão de relatório pós-evento com ocorrências, aprendizados, indicadores, impactos e melhorias para futuras edições.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	a Cartilha até 2027, aplicar o protocolo em 100% dos eventos culturais apoiados, autorizados ou realizados em parceria com o poder público até 2028, exigir relatório pós-evento em 100% dos eventos estratégicos, reduzir em 30% as ocorrências operacionais recorrentes até 2030, com base na linha de base definida no primeiro ciclo de monitoramento. Fonte: SECEC, SSP/DF, CBMDF, Defesa Civil, DF Legal, SLU, Brasília Ambiental, Vigilância Sanitária, Administrações Regionais, relatórios de eventos, autorizações públicas e pesquisas de satisfação.	comunitária, responsabilidade social, integridade e relatório pós-evento.	
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Indicador: % de equipamentos/eventos esportivos com regras de uso, manutenção, inscrições e prestação de contas registradas. Meta: padronizar 100% dos equipamentos/programas prioritários e publicar agenda/uso mensalmente. Prazo: até 2028. Fonte: SELDF, Administrações	Promover Governança Íntegra dos Equipamentos e Eventos Esportivos: critérios, agenda, manutenção, parcerias, transparência e controle social.	Criar matriz de riscos. Revisar uso de equipamentos. Padronizar autorizações, contrapartidas e prestação de contas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	Regionais, sistemas de inscrição, contratos e relatórios de manutenção.		
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Indicador: nº de formadores de opinião, embaixadores territoriais, comunicadores locais, lideranças culturais, guias, produtores, atletas e influenciadores comunitários mobilizados, nº de campanhas e ações de comunicação territorial realizadas, alcance das campanhas. Meta: criar rede com pelo menos 300 embaixadores territoriais e formadores de opinião até 2028, realizando campanhas anuais de valorização da cultura, turismo, esporte e lazer nas RAs e alcançando, no mínimo, 1 milhão de pessoas por ano em canais digitais, comunitários e institucionais. Prazo: até 2028, com aferição anual. Fonte: CODESE-DF, GDF, SECEC, SETUR, SELDF, Administrações Regionais, analytics de redes sociais, relatórios de campanha e registros de participação.	Criar o Programa Embaixadores Territoriais do DF, mobilizando lideranças culturais, guias de turismo, produtores, comunicadores comunitários, influenciadores locais, atletas, coletivos, empresários criativos e representantes das RAs para promover cultura, turismo, esporte, lazer, pertencimento e oportunidades nos territórios.	Mapear lideranças, coletivos, comunicadores, guias, produtores culturais, atletas, empreendedores e formadores de opinião por RA. Criar critérios de adesão e reconhecimento. Desenvolver kit de comunicação territorial. Lançar campanha-piloto de valorização das RAs. Integrar a rede aos calendários de eventos, turismo, cultura e esporte.

6.2.4.4 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Meta: implantar metodologia de avaliação de impacto econômico e social até 2027 e aplicá-la a 100% dos projetos estratégicos financiados ou apoiados pelo GDF nas áreas de cultura, economia criativa, turismo, eventos, gastronomia, esporte e lazer até 2030. Prazo: metodologia até 2027 e aplicação plena até 2030, com aferição anual. Indicador: existência de metodologia padronizada de avaliação de impacto, nº de projetos avaliados, valor investido com mensuração de retorno, indicadores de público, fluxo, gasto médio, empregos, arrecadação, territorialidade, satisfação e impacto social.	Criar a Metodologia Distrital de Avaliação de Impacto dos Investimentos em Cultura, Turismo, Eventos, Gastronomia, Esporte e Lazer, com parâmetros comuns para medir retorno econômico, social, territorial, ambiental, turístico, cultural e de bem-estar.	Definir metodologia-piloto. Selecionar projetos e eventos para teste. Padronizar indicadores mínimos de público, impacto cultural, fluxo turístico, gasto médio, empregos, renda, arrecadação, satisfação, inclusão, territorialidade e sustentabilidade. Integrar os resultados aos observatórios, painéis de bordo e processos de priorização orçamentária.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Indicador: CONFAE modernizado, nº de editais lançados, valor executado, nº de projetos apoiados, tempo médio de análise e percentual de execução orçamentária do esporte. Meta: modernizar e desburocratizar o CONFAE, garantir dotação específica e contínua para políticas esportivas e estruturar carteira com pelo menos 50 projetos estratégicos de esporte e lazer aptos a financiamento até 2028. Fonte: SELDF, CONFAE, LOA/PPA, Portal da Transparência, Ministério do Esporte, Lei de Incentivo ao Esporte, emendas, patrocínios e relatórios financeiros.	Modernizar o Fundo de Apoio ao Esporte — CONFAE — e Criar a Carteira Estratégica Esporte e Lazer DF 2040, integrando CONFAE, Lei de Incentivo ao Esporte, emendas, Ministério do Esporte, patrocínios, PPPs e projetos prioritários de infraestrutura, formação, inclusão, paradesporto e eventos.	Revisar normativos e fluxos do CONFAE. Simplificar procedimentos de inscrição, análise, execução e prestação de contas. Definir critérios por impacto social, territorialidade, inclusão e desempenho. Mapear fontes de financiamento. Organizar carteira de projetos prioritários por RA, modalidade, público e tipo de equipamento.
Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos	Meta: requalificar os estádios públicos prioritários como centros esportivos multifuncionais, modernizar o CIEF como referência de suporte ao alto rendimento, ampliar quadras esportivas cobertas nas escolas públicas, estruturar	Desenvolver o Programa Infraestrutura Esportiva Territorial 2030, com recuperação e modernização dos estádios públicos, transformação de estádios em centros esportivos multifuncionais/Vilas Olímpicas,	Realizar diagnóstico técnico dos estádios, CIEF, quadras escolares e sedes de ligas. Priorizar Planaltina, Sobradinho, Guará, Núcleo Bandeirante, Vila Planalto, Cruzeiro, Paranoá, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Brazlândia e Gama. Levantar custos, elaborar projetos básicos. Vincular carteira de obras ao PPA, LOA, emendas,

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	sedes ou núcleos das ligas de futebol nas RAs prioritárias. Financiar/ requalificar pelo menos 60 equipamentos ou rotas de esporte e lazer. Prazo: até dez/ 2030. Indicador: nº de estádios, quadras escolares, centros esportivos, sedes de ligas, equipamentos públicos e estruturas de alto rendimento requalificados ou implantados.	requalificação do CIEF, construção ou cobertura de quadras esportivas nas escolas públicas e estruturação das sedes das ligas de futebol nas Regiões Administrativas.	CONFAE, Lei de Incentivo ao Esporte, PPPs e patrocínios.

6.2.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Esporte, Atividade Física e Lazer reconhece que os desafios relacionados ao desenvolvimento do Distrito Federal são complexos e interdependentes, exigindo soluções construídas de forma articulada entre diferentes áreas de conhecimento e atuação. Por essa razão, as propostas apresentadas anteriormente foram concebidas em alinhamento com o Mapa Estratégico do Plano O DF Que a Gente Quer 2026–2040, contribuindo simultaneamente para diversos Objetivos Estratégicos e estabelecendo conexões com outras Câmaras Técnicas do CODESE-DF.

Essa integração amplia o potencial transformador das iniciativas propostas, favorece a coordenação entre políticas públicas e fortalece uma visão sistêmica do desenvolvimento do Distrito Federal. Mais do que compartilhar temas de interesse comum, as Câmaras Técnicas atuam de forma complementar, potencializando resultados e promovendo soluções mais efetivas para os desafios do território.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Esporte, Atividade Física e Lazer são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cultura e Economia Criativa	Integrar esporte, cultura, lazer, arte e memória na ocupação comunitária dos equipamentos e territórios.	Complexos Territoriais Integrados; Cidade Educadora; Embaixadores Territoriais; eventos; programação comunitária; avaliação de impacto.
Saúde	Integrar atividade física, prevenção, saúde mental e bem-estar às políticas e programas territoriais.	Movimento e Felicidade; saúde preventiva; paradesporto; Esporte à Meia-Noite; circuitos e eventos; Complexos Territoriais.
Educação	Articular esporte educacional, escolas abertas, formação profissional e desenvolvimento de estudantes.	Cidade Educadora; Trilhas Profissionais; escolas abertas; Acolhe Esporte DF; Ruas de Lazer; formação de professores e monitores.
Segurança	Garantir o uso seguro dos espaços e eventos e utilizar o esporte como instrumento de prevenção da violência.	Esporte à Meia-Noite; Ruas de Lazer; Circuito Metropolitano; Complexos Territoriais; eventos comunitários.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cidadania	Ampliar inclusão, pertencimento, participação comunitária e acesso aos programas esportivos e de lazer.	Rede Territorial; Embaixadores Territoriais; paradesporto; convivência; juventude; famílias; projetos comunitários.
Felicidade	Promover bem-estar, convivência e satisfação por meio da prática esportiva, da atividade física e do lazer.	Movimento e Felicidade; práticas corporais; idosos; prevenção ao adoecimento; indicadores de bem-estar.
Habitação e Urbanismo	Planejar, requalificar e ativar espaços públicos e equipamentos para atividades esportivas e comunitárias.	Complexos Territoriais; praças; parques; quadras; Ruas de Lazer; Centros Olímpicos e Paralímpicos; adoção de espaços.
Tecnologia	Desenvolver sistemas, painéis, inscrições, monitoramento e gestão digital dos programas e equipamentos.	Sistema DF Esporte e Lazer; calendário unificado; equipamentos; vagas; modalidades; frequência; SportTech.
Inovação	Criar, testar e escalar soluções para acesso, gestão, equipamentos e eventos.	Laboratórios SportTech; prototipagem; equipamentos-piloto; startups; universidades; monitoramento.
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Transformar eventos e circuitos esportivos em produtos turísticos e ampliar os serviços associados.	Turismo esportivo; eventos; circuitos; hotelaria; restaurantes; promoção regional; calendário esportivo.
Comércio e Serviços	Fortalecer os negócios, serviços, empregos e patrocínios vinculados à cadeia do esporte e do lazer.	Economia do Esporte; academias; clubes; comércio local; eventos; serviços de bem-estar; Hub de Parcerias.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Mobilidade	Organizar o acesso e o deslocamento dos participantes entre equipamentos, eventos e territórios.	Circuito Metropolitano; corridas; torneios; parques; eventos; integração DF–RIDE.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Estruturar uma agenda regional integrada de esporte, lazer, paradesporto e juventude.	Circuito Metropolitano; eventos; corridas; torneios; lazer em parques; participação dos municípios do entorno.
Sustentabilidade	Incorporar critérios ambientais e de sustentabilidade à gestão dos espaços, equipamentos e eventos.	Parques; praças; manutenção; PPPs; adoções; avaliação de impacto ambiental; gestão dos equipamentos.
Turismo, Cultura e Economia Criativa	Adotar critérios comuns para medir os resultados econômicos, sociais, territoriais e de bem-estar dos investimentos do Eixo.	Metodologia Distrital de Avaliação de Impacto; indicadores; projetos financiados; territorialidade; retorno social e econômico.

Considerações para implementação

As alianças apresentadas não pressupõem a criação de um único arranjo de governança para todas as ações. Cada programa exige uma combinação própria de Câmaras, instituições e atores.

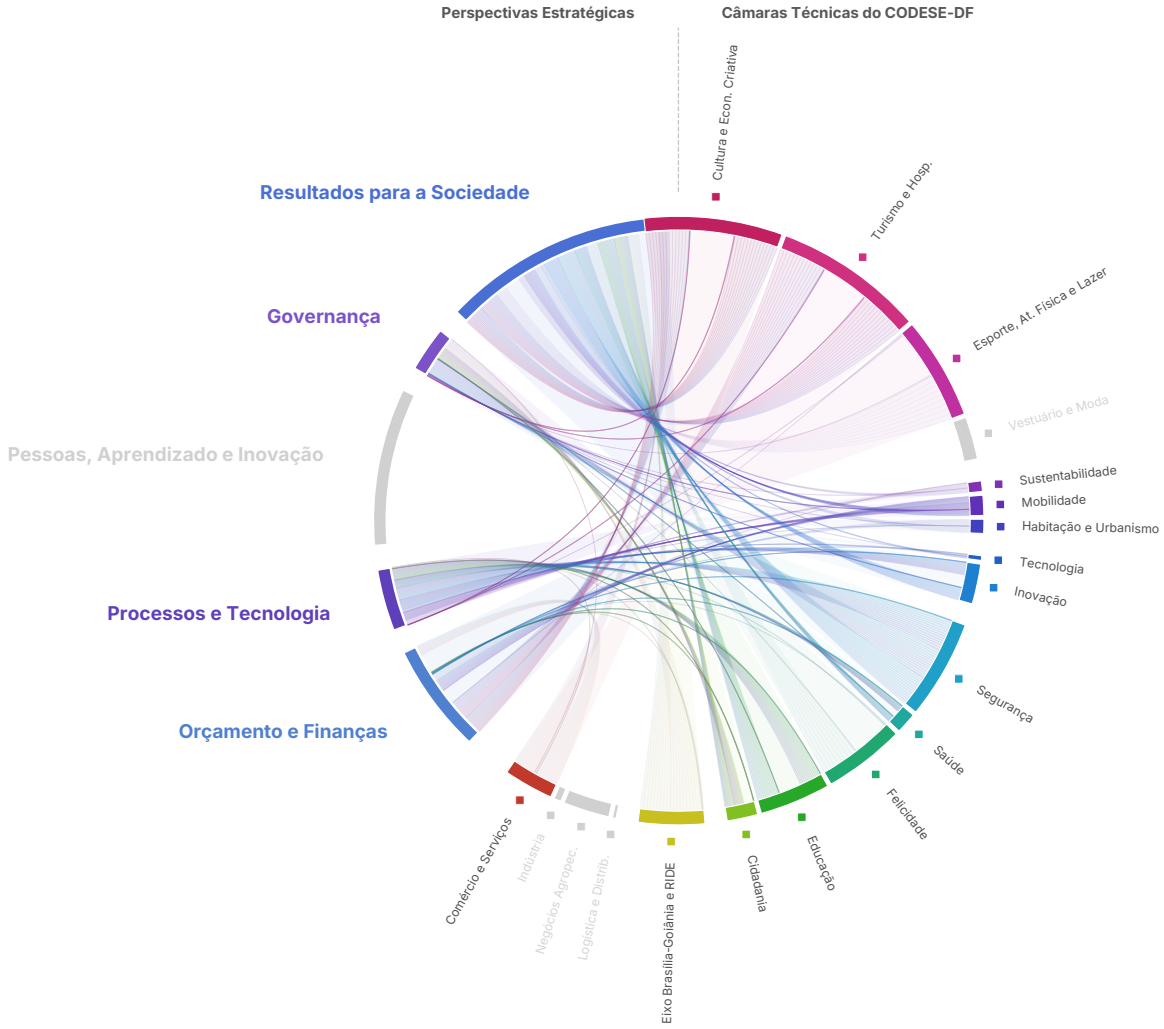
A Rede DF de Esporte e Lazer Territorial, as Ruas de Lazer e os Complexos Territoriais exigem maior integração com Habitação e Urbanismo, Saúde, Educação, Segurança, Cidadania e Cultura e Economia Criativa. O Programa Movimento e Felicidade depende principalmente da cooperação com Saúde e Felicidade. A Economia do Esporte exige articulação com Turismo, Hospitalidade e Gastronomia e Comércio e Serviços. O Sistema DF Esporte e Lazer e os Laboratórios SportTech requerem a participação de Tecnologia e Inovação.

O Circuito Metropolitano demanda integração com a RIDE, Mobilidade, Saúde e Segurança. O Hub de Parcerias, o CONFAE, as PPPs e a Política de Incentivos devem sustentar os programas, equipamentos e eventos previstos no Plano, com critérios de territorialidade, inclusão, desempenho, eficiência e impacto social.

A responsabilidade da Câmara de Esporte, Atividade Física e Lazer permanece preservada nas ações que lhe são atribuídas. A cooperação com as demais Câmaras deve ser estruturada em torno de entregas concretas, responsabilidades definidas e indicadores compatíveis com cada programa.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Esporte, Atividade Física e Lazer · 14 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: ESPORTE, ATIVIDADE FÍSICA E LAZER

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

Cultura e Economia Criativa
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
Sustentabilidade
Mobilidade e Infraestrutura
Habitação e Urbanismo
Tecnologia
Inovação
Segurança
Saúde
Felicidade
Educação
Cidadania
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

6. Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura

6.3 Turismo, Hospitalidade e Gastronomia

6.3.1 Apresentação e Contexto

> Brasília é Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO, 1987), sede do gove rno federal, Cidade Criativa do Design e um dos destinos turísticos mais visitados do Brasil. No entanto, o turismo do DF é concentrado no Plano Piloto e nos monumentos cívicos, com pouca diversificação da oferta turística local e, em especial, para as RAs periféricas e para a RIDE.
>
> Reconhecendo toda a riqueza em potencial de todo o DF e RIDE, a Câmara Técnica de Turismo propõe o Programa Brasília Experiências Territoriais para estruturar rotas turísticas fora do Plano Piloto e ampliar em 30% o fluxo turístico nas RAs e área rural.

6.3.2 Panorama Atual do DF

6.3.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF recebe 3,2 milhões de visitantes por ano, com gasto médio de R$ 1.800 por visitante.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Estruturar no mínimo 10 rotas territoriais e aumentar em 30% o fluxo turístico fora do Plano Piloto até 2028.

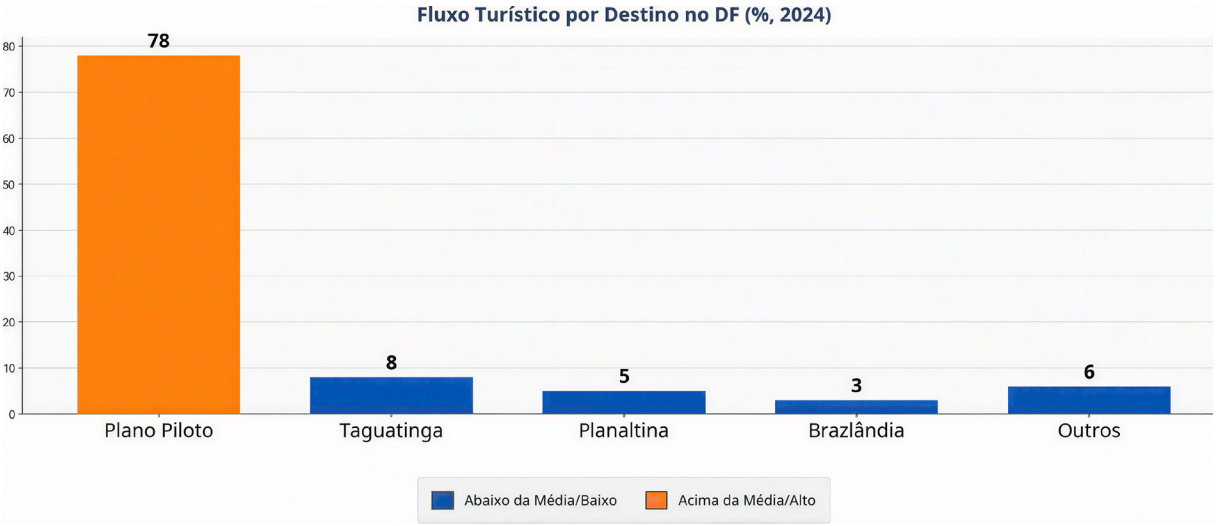


Gráfico 37: Fluxo turístico por destino no DF (2024). O Plano Piloto concentra 78% do fluxo turístico, evidenciando a necessidade de diversificação.
Fonte: SETUR e Panorama do DF 2026.

6.3.2.2 Disparidades Territoriais

A concentração do turismo no Plano Piloto e nos monumentos cívicos limita o desenvolvimento econômico das RAs periféricas. RAs como Planaltina (com o Vale do Amanhecer e a Cidade Eclética), Sobradinho (com o Parque Estadual dos Três Meninos) e Brazlândia (com a produção de morango, o Santuário Menino Jesus de Praga e turismo rural) têm vocações turísticas inexploradas.

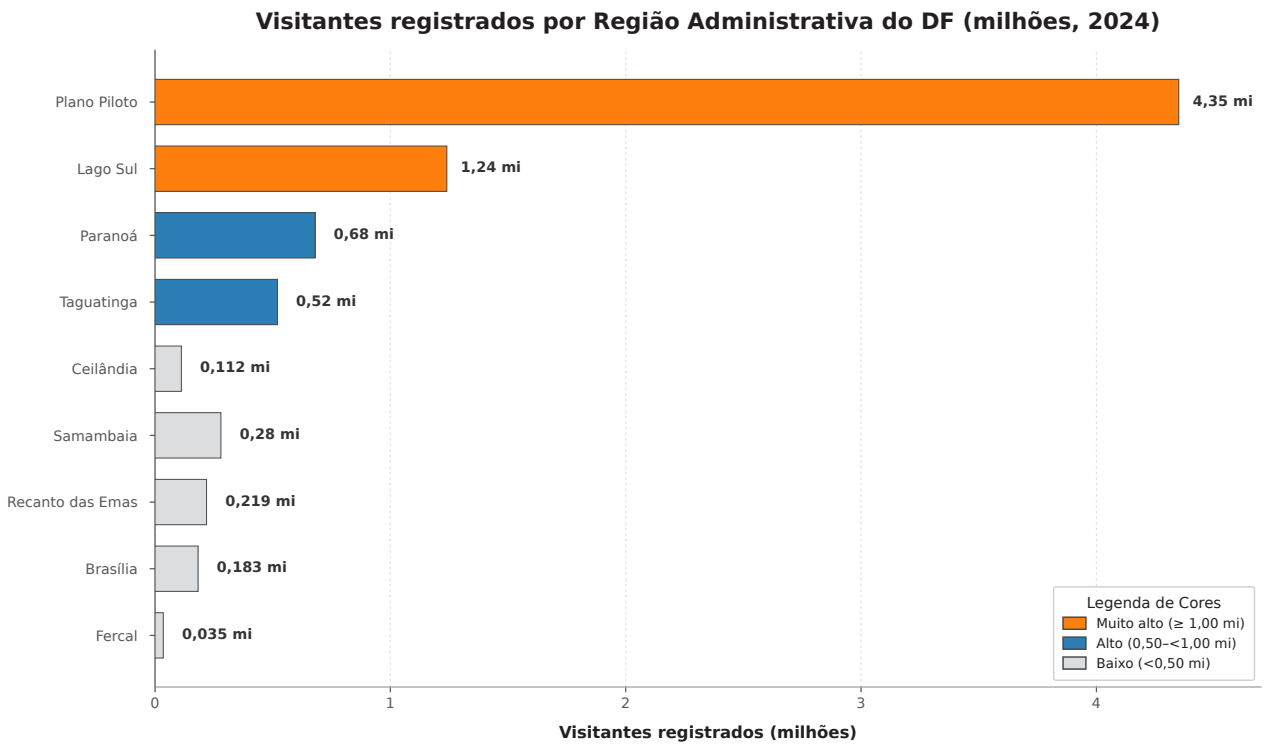


Gráfico 38: Fluxo de visitantes registrados por RA (milhões de visitantes/ano, 2024). O Plano Piloto apresenta o maior fluxo entre as RAs exibidas.
Nota: valores convertidos de milhares para milhões. Fonte: SETUR-DF — Relatório de Fluxo Turístico 2024. Disponível em: setur.df.gov.br

6.3.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

> A Câmara Técnica de Turismo, Hospitalidade e Gastronomia alinha suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo o turismo como vetor de desenvolvimento econômico, geração de empregos e valorização da identidade cultural do DF.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 1 — Erradicação da Pobreza**	O desenvolvimento do turismo como vetor econômico gera empregos rápidos e oportunidades de renda, ajudando a combater a pobreza.
	**ODS 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável**	A valorização da gastronomia local e o fomento a circuitos de produção de alimentos apoiam a agricultura sustentável e a segurança alimentar.
	**ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico**	A qualificação profissional no setor de hospitalidade e a atração de eventos impulsionam o trabalho decente e o crescimento econômico.

6.3.4 Metas e Ações Estratégicas

No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Turismo, Hospitalidade e Gastronomia formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata. É relevante destacar que a atividade turística e suas vertentes dependem necessariamente de políticas públicas e de realizações de Governo que deem suporte à experiência turística, que é essencialmente promovida pela iniciativa privada. Ao Governo cabe viabilizar estratégias de promoção e posicionamento do Destino como produto turístico e à cadeia produtiva do Setor promover a venda de serviços, desta forma permitindo a geração de empregos e distribuição de renda.

6.3.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Ampliar escolarização, qualificação tecnológica e empreendedorismo, incluindo jovens e idosos como agentes ativos da economia. Estruturar o DF como rede de clusters produtivos e de conhecimento, integrando vocações regionais, tecnologia e logística para gerar emprego e renda no DF e RIDE. Descentralizar o desenvolvimento, transformando corredores econômicos em vetores de produção, serviços e oportunidades nas regiões administrativas. Fortalecer o ambiente de negócios com	Implantar centros de saber, escolarização e empreendedorismo por cluster, conectados à tecnologia, ao mercado e à inclusão produtiva de jovens, adultos, pessoas idosas, pretos e pardos, reconhecendo trajetórias, saberes, experiências e contribuições históricas e culturais para o desenvolvimento do Distrito Federal. Estruturar o DF como rede de clusters produtivos e tecnológicos, organizada por vocações regionais e políticas públicas de Estado. Implantar corredores econômicos	Incluir pessoas idosas, pretas e pardas em programas de capacitação, mentoria, renda, empreendedorismo e inclusão digital, valorizando sua experiência, dignidade e contribuição para a construção do DF. Mapear vocações econômicas por região e estruturar os primeiros clusters. Criar trilhas de escolarização, tecnologia e empreendedorismo, inspiradas em ecossistemas como o Vale do Silício. Incluir pessoas idosas em programas de capacitação, mentoria, renda e empreendedorismo. Implantar pilotos de hubs logísticos, polos regionais e corredores econômicos. Simplificar abertura de empresas, licenças e processos digitais. Lançar crédito e incentivo para

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	simplificação, digitalização e competitividade tributária, estimulando a formalização e o crescimento empresarial.	integrados, ligando produção, comércio, serviços, agro, moda, tecnologia e logística. Criar hubs logísticos e centros de distribuição nas entradas estratégicas do DF e da RIDE. Integrar rodovia, ferrovia e aeroporto como base da plataforma logística regional. Digitalizar e simplificar o ambiente de negócios, reduzindo tempo, custo e burocracia. Defender redução, simplificação e equalização tributária, ampliando competitividade e formalização. Ampliar crédito, empresas-âncora e economia circular, fortalecendo cadeias produtivas locais.	pequenos negócios e empreendedores locais. Atrair empresas-âncora para ativar os primeiros clusters produtivos.
Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva	Meta: certificar 100 empreendimentos como DTI e alcançar o nível "Avançado" na certificação DTI nacional/internacional. Prazo: 2030 com aferição anual Indicador: nº de empresas certificadas, nível de certificação DTI de Brasília.	Implantar o Programa Brasília DTI (Destino Turístico Inteligente): digitalização, acessibilidade, sustentabilidade, inovação e uso de dados para melhorar a experiência do turista e a gestão do destino.	Realizar diagnóstico DTI do DF. Definir critérios e selo de certificação DTI para empresas. Lançar edital de apoio à inovação e digitalização de PMEs do turismo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Meta: realizar 5 campanhas promocionais por ano (nacional/internacional) e aumentar o fluxo turístico (lazer e negócios) em 20% até 2030. Prazo: 2030 com aferição semestral Indicador: nº de campanhas, alcance/engajamento das campanhas, % de aumento no fluxo turístico e no gasto médio.	Desenvolver e executar o Plano Estratégico de Promoção e Marketing de Brasília (nacional e internacional), focando em MICE, Turismo Cívico, Arquitetônico, Gastronômico, Religioso, Ecoturismo, Esportivo e de Experiência.	Definir posicionamento e marca turística de Brasília. Estruturar calendário de campanhas e participação em feiras. Mapear mercados emissores prioritários.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Meta: estruturar 15 parcerias e mobilizar R$ 100 milhões em investimentos/ apoios Prazo: até 2030 com aferição anual Indicador: nº de investimentos/ parcerias privadas em Projetos de fomento/ desenvolvimento e promoção do Turismo do DF.	Implementar PPP/ Parcerias Brasília Destino: pontos turísticos inteligentes, eventos, rotas, centros de atendimento, infraestrutura e promoção do destino.	Mapear projetos com potencial de PPP. Envolver de forma estratégica e estruturante a hotelaria, restaurantes, operadoras, companhias aéreas e setor de eventos.
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Meta: implementar pacote de incentivos com contrapartidas e beneficiar 300 empreendimentos/ eventos. Prazo: até 2030 com aferição semestral Indicador: nº de incentivos para eventos, turismo de experiência,	Criar a Política Distrital de Incentivos Estratégicos para Turismo, Eventos e Gastronomia, contemplando ISS, crédito presumido, desoneração de taxas, apoio à captação de eventos, contrapartidas	Definir pacote de incentivos para a captação e promoção de eventos de fluxo turístico, iniciativas e projetos acessíveis, sustentáveis e de fomento ao Turismo Pedagógico. Criar contrapartidas de empregos, permanência, gasto turístico e promoção das RAs. Realizar Estudo técnico de redução

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	gastronomia, hotelaria, qualificação de rotas e negócios turísticos, empregos/eventos gerados.	econômicas, geração de empregos, promoção das RAs e mensuração de retorno de ISS e crédito presumido.	de ISS e crédito presumido.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Meta: qualificar 50 pontos/rotas prioritárias e ampliar em 20% o fluxo turístico nessas áreas. Prazo: até 2030 com aferição anual Indicador: nº de pontos/rotas com infraestrutura turística e gastronômica financiada: sinalização, conectividade, mobilidade, atrativos e acessibilidade.	Desenvolver um Plano de Infraestrutura Turística e Gastronômica, incluindo Wi-Fi, sinalização, pontos de apoio ao visitante, rotas, acessibilidade, sustentabilidade, segurança, mobilidade turística, equipamentos de apoio ao turismo nômade, coworking turístico e integração entre aeroporto, hotéis, centros de eventos, RAs e atrativos.	Selecionar 50 pontos prioritários. Levantar custos de sinalização, QR Codes, Wi-Fi, acessibilidade e segurança. Avaliar área para implantação do Centro de Apoio ao Turismo Nômade e elaborar programa de necessidades do equipamento. Articular BRCVB, CODESE-DF, SETUR, trade turístico e potenciais parceiros.

6.3.4.2 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Meta: qualificar 5.000 profissionais/ano e alcançar 80% de satisfação do turista com o atendimento e serviços. Prazo: 2028 com aferição anual Indicador: nº de profissionais qualificados, índice de satisfação do turista (pesquisa do Observatório).	Implementar o Programa Excelência Brasília: qualificação contínua, inovação, hospitalidade, idiomas, acessibilidade e gestão, focado em profissionais de turismo, eventos, gastronomia e áreas de apoio (transporte, segurança, comércio).	Mapear gaps de qualificação. Desenvolver trilhas de aprendizagem e parcerias com Senac, Sebrae e universidades. Lançar os primeiros cursos e campanhas de hospitalidade.

6.3.4.3 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Meta: formalizar e iniciar a execução do Plano Diretor de Turismo de Brasília, alinhar 100% das ações e investimentos da SETUR-DF, trade e conselhos de turismo às diretrizes do PDT-DF. Prazo: dezembro de 2026. Indicador: Plano Diretor aprovado e % de metas/projetos do PDT-DF executados, nível de adesão do trade e conselhos.	Elaborar o Plano Diretor de Turismo do Distrito Federal com foco em longo prazo, engajando SETUR-DF, CODESE-DF, BRCVB, CEATUR, CONDEPRO, CDES, trade turístico, universidades, sociedade civil e Regiões Administrativas. Mapear, estruturar, integrar e promover o Distrito Federal como um Destino Turístico Inteligente, contemplando as áreas de vocação e potencial para o Turismo e a Gastronomia.	Criar comitê gestor do PDT-DF (CODESE-DF, SETUR-DF, BRCVB e entidades representativas). Realizar diagnóstico do turismo, eventos e gastronomia. Definir eixos estratégicos, metas, cronograma e KPIs.
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Meta: alcançar nota 8 (em 10) no índice de Governança Integrada e realizar 20 reuniões/ ações conjuntas por ano. Prazo: 2028, com aferição semestral. Indicador: índice de governança (avaliação dos participantes), nº de reuniões e ações conjuntas.	Instituir Governança Colaborativa e Integrada com atuação contínua, unindo Governo, Trade, Academia, Entidades de Fomento (Sebrae, Senac, Fecomércio, FAPDF, BRB, etc.) e BRCVB, para tomada de decisão conjunta e gestão de crises.	Mapear e definir entidades chave. Elaborar e aprovar regimento interno. Definir calendário de reuniões e pautas prioritárias.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Meta: lançar a plataforma com 100% dos dados essenciais (fluxo, impacto econômico, perfil, empregos,	Criar o Observatório de Turismo, Eventos e Gastronomia do DF com base de dados centralizada, inteligência de	Definir indicadores prioritários e fontes de dados. Estruturar a plataforma tecnológica e os painéis de BI. Assinar termos de cooperação

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	conectividade) atualizados trimestralmente. Produzir 4 relatórios de inteligência de mercado por ano. Prazo: 2027, com aferição trimestral. Indicador: plataforma em operação, taxa de atualização dos dados, nº de relatórios produzidos, nível de utilização pelo trade.	mercado, painéis em tempo real (BI) e estudos preditivos, integrando fontes do GDF, BRCVB, Fecomércio, Sebrae e academia.	para compartilhamento de dados.

6.3.4.4 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Garantir equilíbrio fiscal, controle e qualidade do gasto público	Meta: ter um montante de R$ 5 milhões no Fitur para execução de Projetos Estratégicos no 2º ano da sua reestruturação e dobrar o valor captado no 4º ano de operação do Fitur. Prazo: 2028 e 2030 - aferição anual Indicador: valor captado e nº de projetos financiados para promoção turística, captação e promoção de eventos, apoio à conectividade, qualificação da infraestrutura, qualificação e promoção da gastronomia e do turismo rural.	Reestruturar o FITUR-DF com modelo orientado por editais, chamamento público e resultados.	Revisar Governança e critérios técnicos do Fundo (Ref.: Consevitis e Irga no RS).

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Meta: estruturar, qualificar e promover 50 empreendimentos/ experiências/produtos sustentáveis e qualificar/ apoiar 200 iniciativas que favoreçam a imagem positiva de Brasília como capital sustentável. Prazo: até dez/2030, com aferição semestral. Indicador: nº de experiências/produtos de turismo sustentável, cerrado, produção local, gastronomia circular, turismo rural e eventos responsáveis, receita gerada.	Desenvolver um Plano de Turismo Regenerativo e Gastronomia Sustentável com iniciativas efetivas de economia circular: experiências do Cerrado, produtores locais, resíduos zero, compras locais e rotas sustentáveis.	Selecionar e incentivar iniciativas piloto de turismo rural/ enoturismo e gastronomia sustentável. Integrar produtores, restaurantes e cooperativas.

6.3.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Turismo, Hospitalidade e Gastronomia reconhece que os desafios relacionados ao desenvolvimento do Distrito Federal são complexos e interdependentes, exigindo soluções construídas de forma articulada entre diferentes áreas de conhecimento e atuação. Por essa razão, as propostas apresentadas anteriormente foram concebidas em alinhamento com o Mapa Estratégico do Plano O DF Que a Gente Quer 2026–2040, contribuindo simultaneamente para diversos Objetivos Estratégicos e estabelecendo conexões com outras Câmaras Técnicas do CODESE-DF.

Essa integração amplia o potencial transformador das iniciativas propostas, favorece a coordenação entre políticas públicas e fortalece uma visão sistêmica do desenvolvimento do Distrito Federal. Mais do que compartilhar temas de interesse comum, as Câmaras Técnicas atuam de forma complementar, potencializando resultados e promovendo soluções mais efetivas para os desafios do território.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Turismo, Hospitalidade e Gastronomia são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cultura e Economia Criativa	Integrar patrimônio, programação cultural, eventos, economia criativa e experiências turísticas.	Brasília Nômade; turismo cívico e cultural; eventos; gastronomia identitária; centros históricos; equipamentos culturais.
Comércio e Serviços	Qualificar o trade e conectar hotelaria, gastronomia, operadores e prestadores de serviços aos produtos e mercados turísticos.	Hospitalidade; atendimento; vendas; hotelaria; gastronomia; Convention Bureau 4.0; comercialização de experiências.
Tecnologia	Desenvolver plataformas, agenda digital, dados, conectividade e instrumentos tecnológicos de promoção e gestão do destino.	Convention Bureau 4.0; agenda digital unificada; campanhas; Brasília Nômade; indicadores; plataformas e conectividade.
Inovação	Criar e testar novos produtos, modelos de operação e soluções para a experiência turística.	Brasília Nômade; coworking turístico; novos produtos; plataformas; eventos e promoção inovadora.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Integrar rotas, experiências, eventos e governança turística entre o DF e os municípios do entorno.	Rotas territoriais; turismo rural; experiências regionais; Brasília Destino Integrado; carteira de projetos.
Sustentabilidade	Incorporar práticas sustentáveis aos produtos, eventos, destinos e cadeias gastronômicas.	Turismo regenerativo; gastronomia circular; Cerrado; resíduos zero; compras locais; turismo de natureza e bem-estar.
Negócios Agropecuários	Articular produção rural, gastronomia, cooperativas e vocações territoriais às rotas e experiências turísticas.	Turismo rural; enoturismo; produtos locais; restaurantes; cooperativas; rotas gastronômicas.
Educação	Formar lideranças e profissionais para qualificar a gestão do destino, os serviços e o atendimento.	Academia Brasília Hospitalidade e Turismo; gestão de destinos; vendas; atendimento; turismo pedagógico.
Esporte, Atividade Física e Lazer	Desenvolver eventos e experiências de turismo esportivo, lazer, natureza e bem-estar.	Turismo esportivo; caminhadas; parques; eventos; lazer urbano; Rota Brasília Bem-Estar.
Habitação e Urbanismo	Qualificar os espaços urbanos, centros históricos e infraestruturas que sustentam as experiências turísticas.	Turismo cívico e arquitetônico; praças; parques; centros históricos; infraestrutura turística; Brasília Nômade.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Mobilidade	Ampliar o acesso e a circulação entre atrativos, eventos, equipamentos e territórios turísticos.	Rotas turísticas; Brasília Nômade; acesso aos atrativos; circulação regional; eventos.
Segurança	Integrar segurança e percepção de segurança à hospitalidade, aos eventos e às experiências urbanas.	Brasília Destino Hospitaleiro; centros históricos; praças; parques; eventos; experiências noturnas.
Felicidade	Incorporar acolhimento, bem-estar e satisfação do visitante ao desenvolvimento dos produtos turísticos.	Rota Brasília Bem-Estar; NPS do destino; hospitalidade; experiências de qualidade de vida.
Saúde	Integrar alimentação saudável, natureza, atividade física e bem-estar às experiências turísticas.	Gastronomia saudável; caminhadas; turismo de bem-estar; natureza; qualidade de vida.
Cidadania	Incorporar identidade, pertencimento e participação territorial ao desenho das experiências e rotas.	Regiões Administrativas; gastronomia identitária; experiências locais; convivência; governança territorial.

Considerações para implementação

As alianças não precisam compor um único arranjo permanente. O Plano indica configurações diferentes para cada agenda.

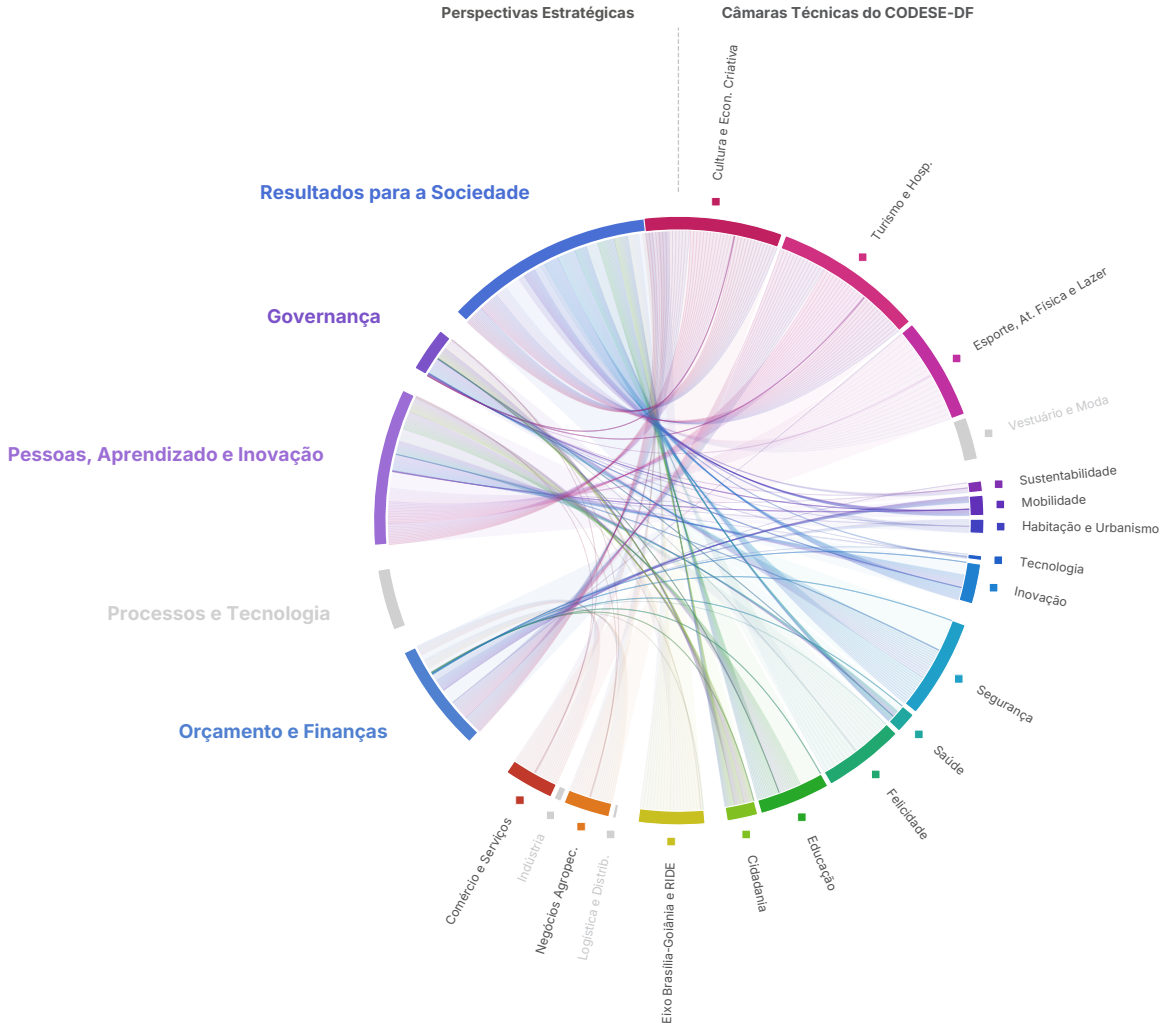
A promoção de eventos e o Convention Bureau 4.0 exigem maior articulação com Tecnologia, Comércio e Serviços, Cultura e Economia Criativa e RIDE. O turismo regenerativo e a gastronomia circular exigem cooperação com Sustentabilidade, Agro e Comércio e Serviços. A formação do trade depende de Educação. As rotas e experiências demandam integração com Mobilidade, Segurança, Habitação e Urbanismo e as Câmaras associadas às modalidades específicas.

As estruturas de captação e financiamento devem sustentar as prioridades definidas no Plano, incluindo eventos, promoção, conectividade, infraestrutura, gastronomia e turismo rural. A carteira de projetos, o Fundo Distrital, o FITUR-DF e o Escritório de Captação devem funcionar de forma articulada com os mecanismos de governança e monitoramento previstos.

Assim, a Câmara de Turismo, Hospitalidade e Gastronomia preserva a responsabilidade sobre suas ações, mas sua implementação depende de arranjos de cooperação estruturados por projeto, produto, território e resultado esperado.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Turismo, Hospitalidade e Gastronomia · 15 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: TURISMO, HOSPITALIDADE E GASTRONOMIA

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Cultura e Economia Criativa
	Esporte, Atividade Física e Lazer
	Sustentabilidade
	Mobilidade e Infraestrutura
	Habitação e Urbanismo
	Tecnologia
	Inovação
	Segurança
	Saúde
	Felicidade
	Educação
	Cidadania
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Negócios Agropecuários
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

7. Desenvolvimento Urbano

7.1 Habitação e Urbanismo

7.1.1 Apresentação e Contexto

O desenvolvimento urbano do Distrito Federal exige políticas integradas de urbanismo e habitação capazes de enfrentar, simultaneamente, o déficit habitacional, a requalificação de áreas urbanas, o ordenamento territorial e a redução das desigualdades socioespaciais.

Embora apresente o maior PIB per capita do país, o Distrito Federal ainda convive com um déficit habitacional persistente. O principal componente do déficit é o ônus excessivo com aluguel, seguido do componente de domicilios improvisados, o que indica que o problema está mais relacionado ao acesso e a melhoria à moradia.

Segundo o Panorama do Distrito Federal 2026, o DF ocupa a 19ª posição entre as unidades da Federação em proporção de moradias inadequadas, evidenciando que o desenvolvimento econômico não se traduz, por si só, em acesso universal à habitação digna.

Enfrentar esse quadro requer uma atuação integrada, articulando a política habitacional às políticas de urbanismo e ordenamento territorial. Isso pressupõe ampliar a oferta de moradias regulares e de qualidade, promover a requalificação urbana, utilizar de forma eficiente os instrumentos de gestão do solo e fortalecer a participação da sociedade na construção de um Distrito Federal mais inclusivo, sustentável e socialmente justo.

7.1.2 Panorama Atual do DF

7.1.2.1 Diagnóstico Geral

Os dados do Censo Demográfico indicam que 7,06% da população do Distrito Federal reside em favelas e comunidades urbanas, colocando o DF na 13ª posição entre as unidades da Federação. Embora esse percentual seja inferior à média nacional (8,03%), ele é significativamente superior ao de estados vizinhos utilizados para comparação, como Minas Gerais (3,6%) e Goiás (1,34%).

Na comparação entre capitais, Brasília apresenta uma proporção menor que Belo Horizonte (13,29%), mas ainda registra um percentual quase três vezes superior ao observado nos municípios do entorno da RIDE-DF, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades socioespaciais e à melhoria das condições de moradia.

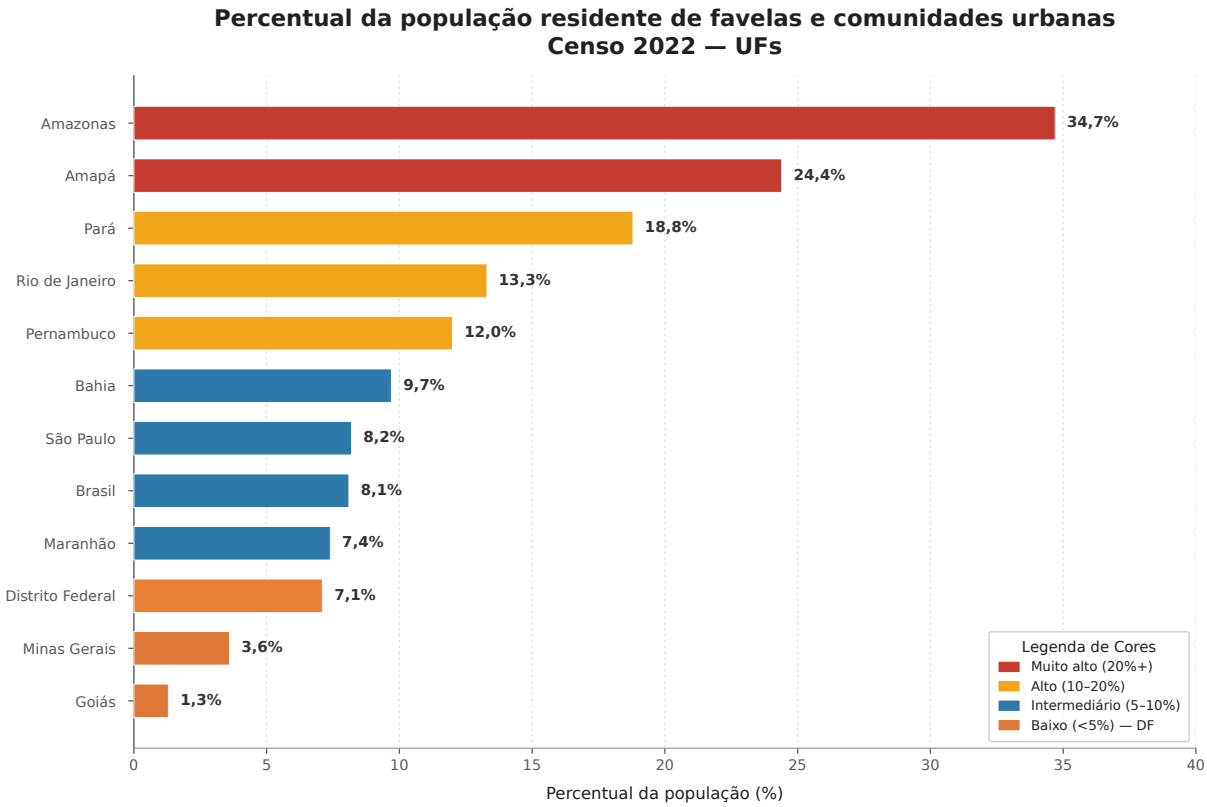


Gráfico 39: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 — Favelas e Comunidades Urbanas.
Nota: O Distrito Federal (7,06%) é destacado em laranja para diferenciação visual, embora pertença à faixa Intermediário (5–10%).

Enquanto o Plano Piloto apresenta IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano) de 0,946, RAs como Sol Nascente/Pôr do Sol e Estrutural têm IBEU inferior a 0,50, refletindo a ausência de saneamento, mobilidade local e espaços de lazer. A regularização fundiária de 130 condomínios irregulares ainda pendente é um dos maiores passivos urbanísticos do DF.

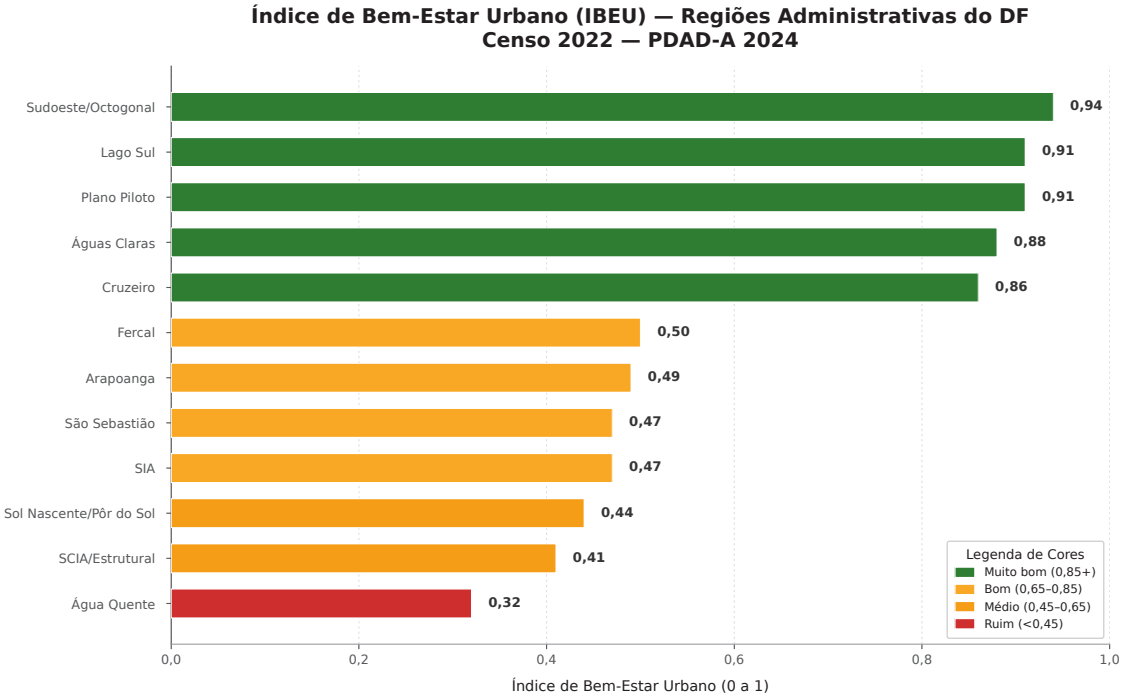


Gráfico 40: Fonte: IPEDF, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A) 2024, divulgado em 23 de junho de 2026.
Nota: O Índice de Bem-Estar Urbano (IBU) avalia as condições de vida urbana em cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais, condições habitacionais, serviços coletivos e infraestrutura urbana. A escala varia de 0 a 1, sendo 1 o melhor desempenho possível.

IMÓVEL LEGAL
ADEMI DF

ADEMI DF
Há mais de **40 anos** construindo o DF



Fortalecimento e expansão do mercado imobiliário, pela oferta de moradia regular com alta qualidade construtiva. Essa é a missão da **Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal** e suas associadas: concretizar sonhos e gerar segurança e qualidade de vida para a população do DF.
A ADEMI DF está com o Codese para construir o DF que a gente quer.

7.1.2.2 Comparativo Nacional e Regional

Comparado a Goiânia e Belo Horizonte, o Distrito Federal apresenta maior déficit habitacional relativo e maior proporção de domicílios em áreas irregulares. Contudo, o DF lidera em investimento per capita em habitação social, indicando que o problema é de gestão territorial e não apenas de recursos.

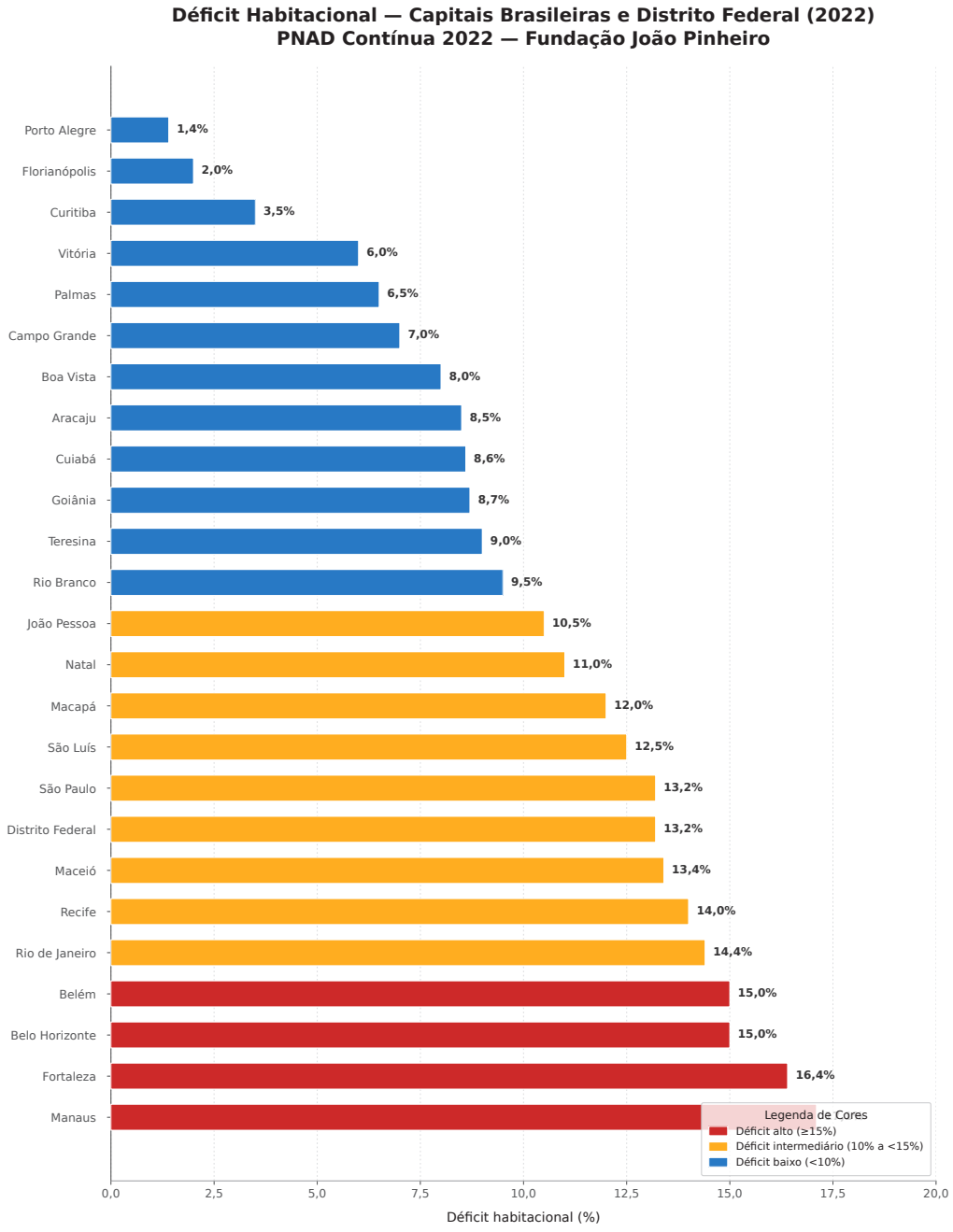


Gráfico 41: Déficit habitacional em capitais selecionadas (2022). Fonte: Fundação João Pinheiro, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2022. Nota: O déficit habitacional representa a proporção de domicílios que necessitam de novas moradias em relação ao total de domicílios ocupados. O Distrito Federal registrou déficit habitacional de 13,2%, classificando-se na faixa de déficit intermediário (10% a <15%). Esse percentual é superior ao de Goiânia (8,7%) e inferior ao de Belo Horizonte (15,0%), sendo igual ao de São Paulo (13,2%). Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas de habitação adequadas às diferentes realidades urbanas.

7.1.2.3 Dimensão Metropolitana (RIDE-DF)

A expansão urbana desordenada nos municípios da RIDE — especialmente em Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás — pressiona o DF com demanda por serviços públicos e gera ocupações irregulares nas bordas do território. A harmonização do PDOT com os planos diretores municipais da RIDE é urgente.

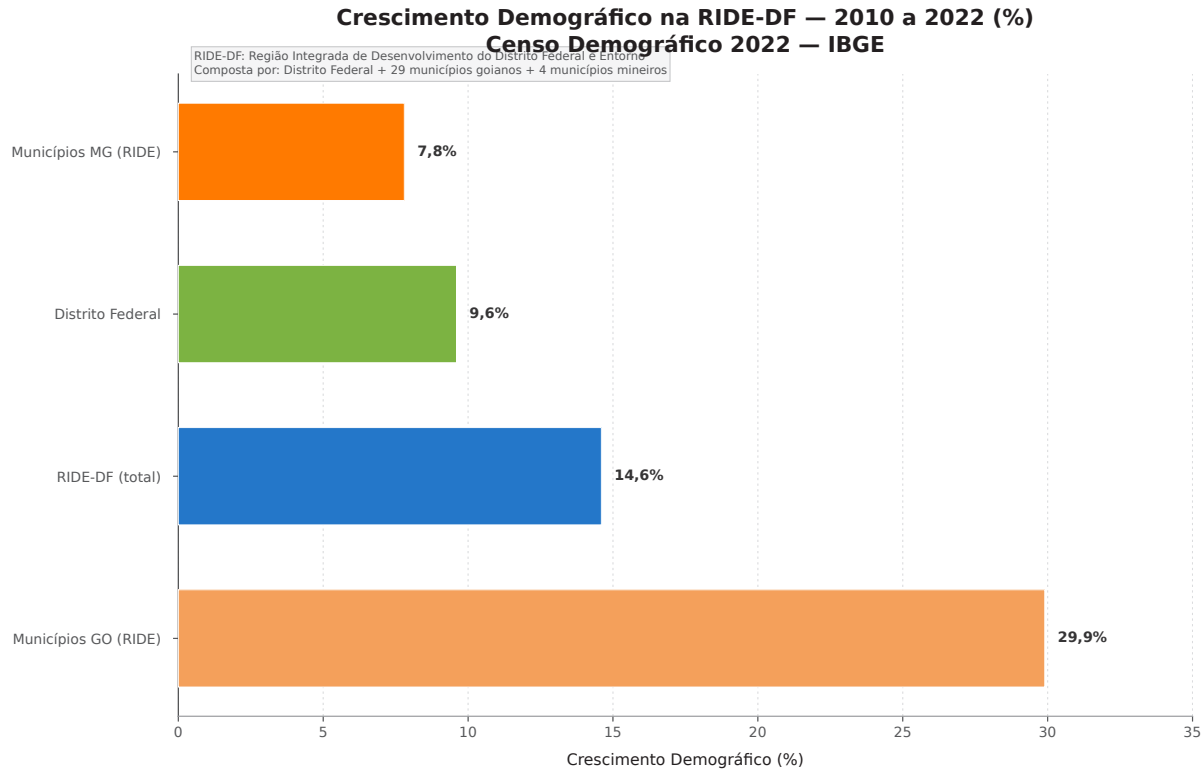


Gráfico 42: Fonte: IPEDF (Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal), Informe Demográfico nº 02 — 12 anos de RIDE: Primeiros Resultados Populacionais – Censo 2022. Nota: A expansão urbana desordenada nos municípios da RIDE — especialmente em Águas Lindas de Goiás (41,6% de crescimento), Valparaíso de Goiás (49,5%) e Luziânia (19,6%) — pressiona o Distrito Federal com demanda por serviços públicos e gera ocupações irregulares nas bordas do território. A harmonização do PDOT com os planos diretores municipais da RIDE é urgente.

DESDE 1968
60 ANOS em Brasília
Entregando **lares**, realizando **sonhos**
e construindo sempre **além do alto padrão**.
CONSTRUTORA Villela e Carvalho
www.construtoravillela.com.br

7.1.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

> A Câmara Técnica de Habitação e Urbanismo alinha suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo o direito à moradia digna e ao planejamento urbano sustentável como condições essenciais para o desenvolvimento humano.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 1 — Erradicação da Pobreza**	A regularização fundiária e a provisão de moradias de interesse social são fundamentais para a erradicação da pobreza e vulnerabilidade. Assim como a criação de áreas para geração de emprego e renda.
	**ODS 6 — Água Potável e Saneamento**	A garantia de infraestrutura básica, incluindo água e saneamento, em novos empreendimentos habitacionais promove a saúde pública.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	O combate ao déficit habitacional focado nas populações de menor renda contribui significativamente para a redução das desigualdades.
	**ODS 11 – Cidades e Comunidades sustentáveis**	O planejamento urbano, por meio dos planos diretores, dos planos de desenvolvimento e dos demais instrumentos urbanísticos, orienta a ocupação do território, promove o uso racional do solo e contribui para a construção de cidades mais justas, organizadas e com espaços públicos qualificados.
	**ODS 13 — Ação Contra a Mudança Global do Clima**	A adoção de diretrizes sustentáveis no planejamento urbano e na construção civil apoia a ação contra a mudança global do clima.

7.1.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Habitação e Urbanismo formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

7.1.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Manter 100% de conformidade das intervenções com as diretrizes de preservação. Implementar o Sistema de indicadores de preservação até 2030. Reduzir de forma contínua o passivo de ocupações irregulares identificado até 2040.	Consolidar as diretrizes de preservação. Requalificar as áreas públicas do Centro Urbano de Brasília (CUB). Estabelecer um sistema de governança e de fiscalização integrada.	Desenvolver os Planos, Programas e Projetos previstos no PPCUB. Identificar e priorizar áreas para adensamento fora do Plano Piloto. Desenvolver novas centralidades fora do Plano Piloto. Incentivar o uso diversificado e o adensamento qualificado em áreas aptas. Implementar os incentivos urbanísticos previstos no PDOT para ocupação dessas áreas. Promover a melhoria de calçadas, espaços públicos e paisagem. Estruturar o monitoramento contínuo das intervenções urbanas. Fortalecer a fiscalização e o controle urbano. Intensificar a fiscalização em áreas tombadas e entorno. Combater ocupações irregulares. Retirar a rede aérea de distribuição e transmissão de energia e de dados da área tombada. Fortalecer a Câmara temática do CUB (PPCUB). Implementar um sistema de indicadores de preservação. Promover a integração entre os órgãos de planejamento e patrimônio. Incrementar a participação social e a transparência nas ações de preservação. Promover a integração das bases de dados dos diversos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural do CUB.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural.	Ampliar a oferta de moradias no Distrito Federal. Estimular a produção habitacional planejada e a requalificação urbana. Fortalecer a cadeia da construção civil e gerar empregos. Consolidar o BRB como agente prioritário de financiamento habitacional estratégico do DF.	Criar Fundo Garantidor para Incorporações e Produção Habitacional Estratégica.	Elaborar proposta de lei para criação do fundo pelo GDF com auxílio do BRB. Mapear áreas, segmentos e projetos habitacionais estratégicos para o DF. Definir critérios de elegibilidade para empreendimentos com impacto urbano, habitacional, social e econômico. Estruturar minuta normativa para criação do fundo e indicação do BRB como agente financeiro prioritário. Estabelecer modelo de garantia parcial para operações de financiamento à produção imobiliária. Definir indicadores de geração de empregos, unidades produzidas e impacto urbano.

7.1.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Implantar o Cadastro Territorial Multifinalitário e integrar 90% das bases de dados territoriais dos órgãos distritais ao GEOPORTAL/DF até 2040.	Fortalecer a inteligência territorial do Distrito Federal por meio da integração, atualização e compartilhamento de informações geoespaciais para apoiar o planejamento, a gestão e	Modernizar e ampliar as funcionalidades do GEOPORTAL/DF, incorporando novas bases cartográficas e temáticas. Integrar o GEOPORTAL aos sistemas de informação dos órgãos distritais, assegurando interoperabilidade e

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		o monitoramento do território.	atualização automática dos dados territoriais. Implantar o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), integrando informações fundiárias, urbanísticas, ambientais, fiscais e de infraestrutura. Atualizar a infraestrutura tecnológica do GEOPORTAL, ampliando sua capacidade de processamento, armazenamento e segurança da informação. Disponibilizar painéis e indicadores georreferenciados para monitoramento da implementação do PDOT e do PPCUB, com acesso público e atualização periódica. Ampliar o acesso e a utilização do GEOPORTAL por órgãos públicos, setor produtivo, universidades e sociedade civil, promovendo capacitação e transparência dos dados.

7.1.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Capacitar 90% dos gestores estratégicos e lideranças envolvidas na implementação do PDOT até 2040. Implantar modelo de gestão orientada	Fortalecer a capacidade institucional e a governança territorial por meio da formação continuada de lideranças públicas e sociais,	Programa permanente de formação de lideranças Instituir o Programa Distrital de Formação de Lideranças para o Desenvolvimento Urbano. Elaborar a matriz de competências para gestores públicos e lideranças comunitárias. Implantar trilhas formativas em

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	por resultados em 100% dos órgãos estratégicos responsáveis pela implementação do PDOT até 2040.	da participação cidadã e da gestão orientada por dados.	planejamento urbano, habitação, mobilidade, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Formação orientada a resultados territoriais Capacitar gestores estratégicos em planejamento territorial, gestão por resultados e monitoramento de indicadores. Implantar programa de formação em inteligência territorial, geoprocessamento e uso do GEOPORTAL. Desenvolver metodologia de avaliação dos impactos das políticas territoriais. Fortalecimento da governança e da participação social. Implantar e fortalecer os Conselhos Locais de Planejamento. Capacitar conselheiros e lideranças comunitárias para participação nos processos de planejamento urbano. Elaborar manual de governança e participação para os Planos de Desenvolvimento Local. Cultura de planejamento de longo prazo. Instituir programa permanente de atualização técnica para servidores das áreas de planejamento territorial. Integrar o planejamento estratégico aos instrumentos do PDOT aos Planos de Desenvolvimento Local. Implantar rotina anual de monitoramento das metas estratégicas do PDOT. Integração com inteligência de dados Integrar os sistemas de informações territoriais utilizados pelos órgãos distritais. Implantar painéis de indicadores para acompanhamento das metas do PDOT. Capacitar equipes técnicas na utilização do Cadastro Territorial Multifinalitário e do GEOPORTAL.

7.1.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Habitação e Urbanismo reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Habitação e Urbanismo são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Mobilidade	Compatibilizar expansão urbana, habitação, centralidades e transporte coletivo.	Desenvolvimento orientado ao transporte; corredores; uso misto; adensamento; fluxos pendulares; planos setoriais.
Sustentabilidade	Incorporar critérios ambientais e de infraestrutura sustentável à urbanização e à regularização.	Saneamento; drenagem; uso do solo; áreas sensíveis; economia circular; dados ambientais; infraestrutura.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Integrar habitação, mobilidade, desenvolvimento econômico e planejamento territorial em escala regional.	Diagnóstico territorial; habitação; fluxos pendulares; corredores; centralidades; descentralização produtiva.
Tecnologia	Implantar e integrar os sistemas, bases e painéis necessários à inteligência territorial.	GEOPORTAL; Cadastro Territorial Multifinalitário; interoperabilidade; dados georreferenciados; indicadores; transparência.
Segurança	Integrar fiscalização, controle urbano e qualificação territorial às condições de segurança.	Ocupações irregulares; fiscalização; espaços públicos; áreas vulneráveis; controle urbano; preservação.
Cidadania	Assegurar participação social e inclusão nos processos de planejamento, regularização e requalificação.	Participação; transparência; assentamentos; serviços; equipamentos; áreas vulneráveis; direito à cidade.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Saúde	Compatibilizar habitação e urbanização com saneamento, habitabilidade e equipamentos de saúde.	Saneamento; drenagem; infraestrutura; habitabilidade; equipamentos; bem-estar urbano.
Educação	Compatibilizar crescimento urbano e localização da moradia com a oferta de equipamentos educacionais.	Escolas; centralidades; áreas habitacionais; urbanização; adensamento; acesso a serviços.
Desenvolvimento Econômico	Integrar ordenamento territorial, polos econômicos, empregos e uso misto.	Zonas econômicas; polos; descentralização; indústria leve; serviços; investimentos; PDOT.
Logística	Compatibilizar áreas e eixos logísticos com o uso do solo e o planejamento territorial.	Zonas logísticas; eixos regionais; polos; infraestrutura; circulação de mercadorias.
Cultura e Economia Criativa	Integrar requalificação urbana e preservação do patrimônio cultural e urbanístico.	PPCUB; áreas tombadas; paisagem; Centro Urbano; espaços públicos; fiscalização; indicadores.
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Qualificar territorialmente áreas urbanas e patrimoniais utilizadas nas atividades turísticas.	Patrimônio; paisagem; calçadas; espaços públicos; centralidades; Centro Urbano.
Esporte, Atividade Física e Lazer	Viabilizar e qualificar os espaços e equipamentos destinados ao esporte, lazer e convivência.	Praças; parques; equipamentos; espaços públicos; urbanização; acessibilidade; infraestrutura.
Felicidade	Relacionar habitabilidade e qualidade urbana aos indicadores de bem-estar nas ações compartilhadas.	Bem-estar urbano; serviços; equipamentos; centralidades; habitabilidade; desigualdades territoriais.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Negócios Agropecuários	Compatibilizar o ordenamento territorial com a localização e a preservação das áreas produtivas.	Uso do solo; áreas produtivas; RIDE; zonas econômicas; expansão urbana; planejamento territorial.

Delimitação das alianças para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Habitação e Urbanismo permanece responsável pelas metas, ações, indicadores e entregas habitacionais, fundiárias, urbanísticas e territoriais que lhe são atribuídas no Painel de Bordo. A participação das demais Câmaras deve restringir-se às ações e responsabilidades documentalmente identificadas, sem ampliação das alianças por mera afinidade temática. As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do Distrito Federal e da RIDE.

HÁ 50 ANOS CONSTRUINDO UMA GRANDE BRASÍLIA.

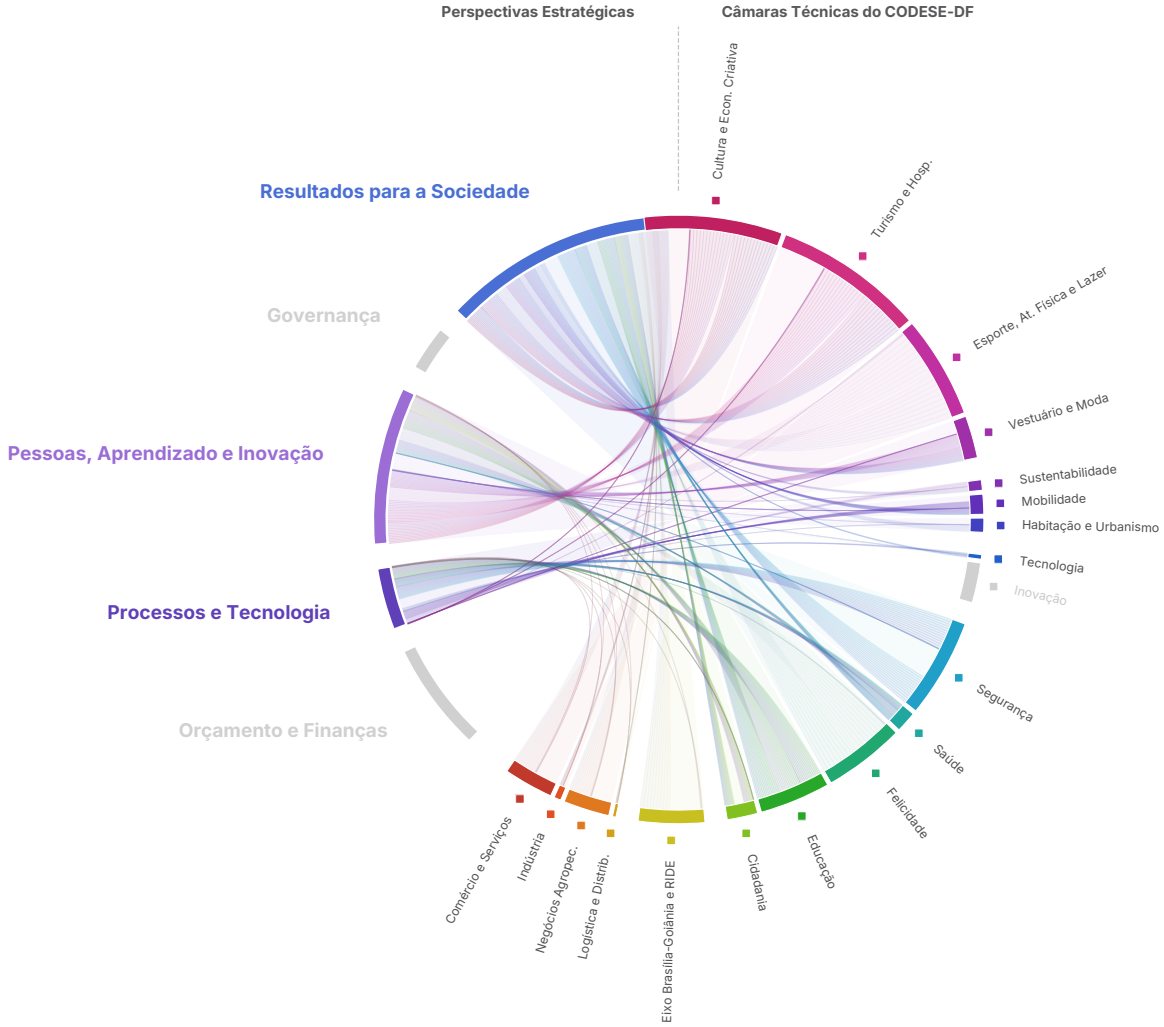


PaulOOctavio®

CJ1700

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Habitação e Urbanismo · 17 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: HABITAÇÃO E URBANISMO

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Cultura e Economia Criativa
	Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
	Esporte, Atividade Física e Lazer
	Vestuário e Moda
	Sustentabilidade
	Mobilidade e Infraestrutura
	Tecnologia
	Segurança
	Saúde
	Felicidade
	Educação
	Cidadania
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Logística e Distribuição
	Negócios Agropecuários
	Indústria
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

7. Desenvolvimento Urbano

7.2 Mobilidade e Infraestrutura

7.2.1 Apresentação e Contexto

> A mobilidade urbana é um dos principais gargalos ao desenvolvimento equitativo do Distrito Federal. Com 2,4 milhões de veículos registrados (DETRAN-DF, 2024) para uma população de 3 milhões de habitantes, o DF apresenta uma das maiores taxas de motorização do país, enquanto o transporte coletivo sofre com baixa qualidade, longos tempos de deslocamento e ausência de integração com as cidades da RIDE.

7.2.2 Panorama Atual do DF

7.2.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o tempo médio de deslocamento casa-trabalho no DF é de 52 minutos, chegando a 90 minutos nas RAs periféricas.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Reduzir em 30% o tempo médio de deslocamento casa-trabalho das populações de baixa renda e garantir que 90% da população esteja a até 800m de transporte coletivo de alta/média capacidade até 2040.

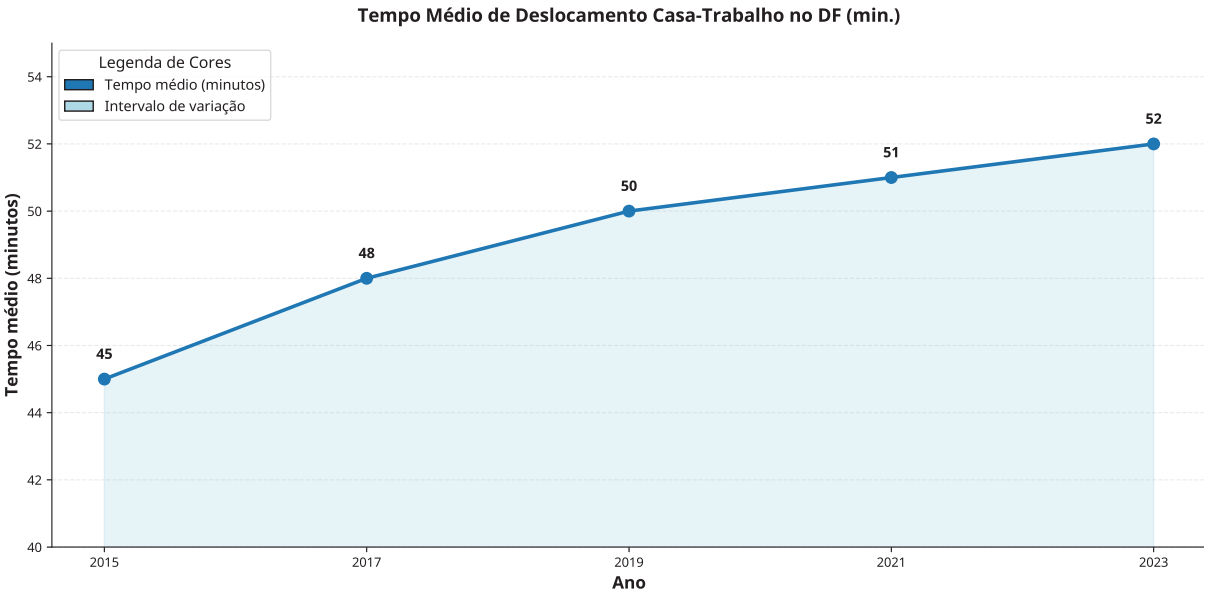


Gráfico 42: Evolução do tempo médio de deslocamento casa-trabalho no DF (2015-2023). O tempo cresceu de 45 para 52 minutos, refletindo o aumento da frota e a insuficiência do transporte coletivo. Fonte: IPEDF/PDTM e Panorama do DF 2026.

7.2.2.2 Disparidades Territoriais

Enquanto moradores do Plano Piloto têm acesso ao metrô e múltiplas linhas de ônibus, mas preferem utilizar automóveis, residentes de RAs como Fercal e Paranoá dependem de linhas únicas com intervalos superiores a 60 minutos. Esta assimetria de mobilidade é um multiplicador de desigualdade, limitando o acesso ao emprego, à saúde e à educação.

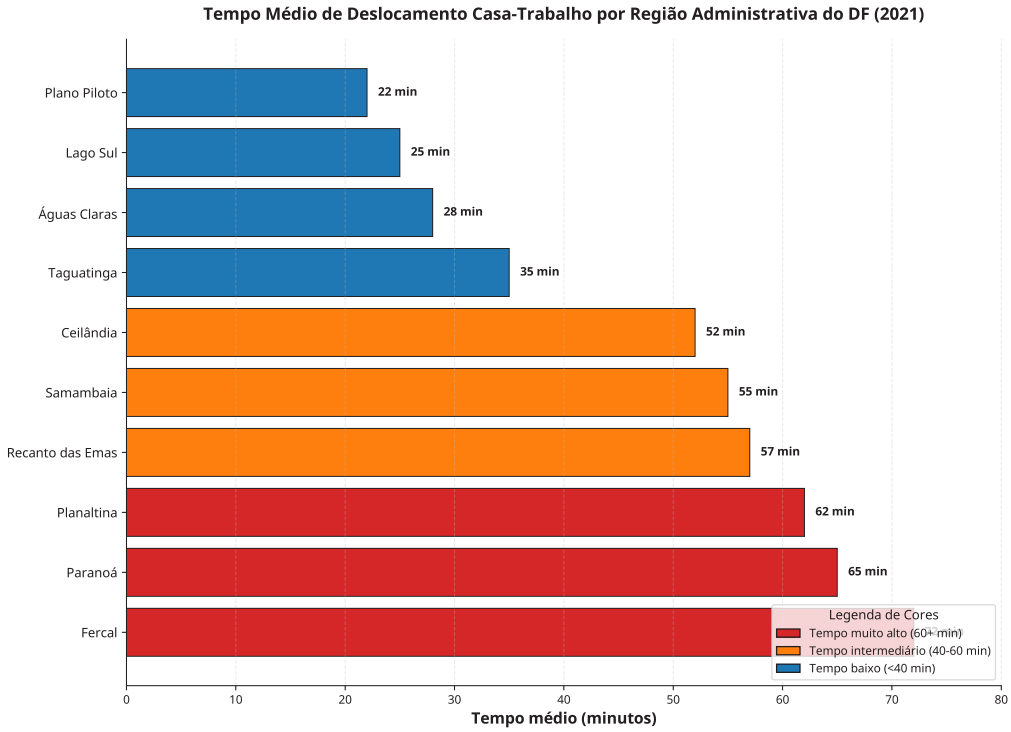


Gráfico 43: Tempo médio de deslocamento casa-trabalho por RA (minutos, 2021). RAs periféricas como Fercal (72 min) e Paranoá (65 min) registram tempos mais que três vezes superiores ao Plano Piloto (22 min). Fonte: IPEDF/Codeplan - PDAD 2021. Disponível em: codeplan.df.gov.br/pdad-2021

SINDUSCONDF

CONSTRUIR O DF
É O NOSSO PAPEL.
FORTALECÊ-LO É
A NOSSA MARCA.

www.sinduscondf.org.br @sinduscon_df (61) 99988-2134

7.2.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Mobilidade alinha suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo o transporte público de qualidade e a mobilidade ativa como pilares de cidades mais inclusivas, sustentáveis e conectadas.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura**	A expansão e integração da rede de transporte público, incluindo metrô e BRT, fortalecem a infraestrutura urbana do DF.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A melhoria da mobilidade entre as RAs periféricas, a RIDE e o Plano Piloto reduz as desigualdades de acesso a oportunidades e promove o bem-estar e o desenvolvimento econômico sustentável.
	**ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis**	O incentivo ao transporte ativo (ciclovias) e a modernização do transporte público tornam as cidades mais inclusivas e sustentáveis.

7.2.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Mobilidade formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

7.2.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Reduzir o índice de Gini do DF para < 0,5 até 2035. 100% das ADEs prioritárias dotadas de infraestrutura urbana e digital adequada até 2040.	Fortalecer a infraestrutura logística e a competitividade das Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADES), integrando mobilidade de cargas, qualificação profissional e infraestrutura urbana e digital. Desenvolver cursos de aperfeiçoamento em logística de transportes e em serviços de transporte.	Elaborar e implementar o Plano Distrital de Logística e Mobilidade de Cargas, integrado ao PDOT, ao PDTU e aos principais corredores logísticos. Mapear e priorizar as intervenções de infraestrutura nas ADEs, com cronograma de execução para drenagem, pavimentação, saneamento, energia, iluminação pública e conectividade digital. Executar obras de infraestrutura nas ADEs prioritárias, assegurando condições adequadas para instalação e expansão de atividades produtivas. Implantar programa de conectividade de alta velocidade nas ADEs, ampliando a cobertura de internet e infraestrutura de telecomunicações. Instituir programa permanente de qualificação profissional em logística, transporte e operação industrial, em parceria com o SEST/ SENAT, SENAI, SENAC, universidades e demais instituições de ensino. Implantar instância permanente de governança da logística e do transporte de cargas, integrando governo, setor produtivo, operadores logísticos e concessionárias de infraestrutura.
Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana	Reduzir em 30% o tempo médio de deslocamento casa–trabalho das populações de baixa renda até 2035.	Integrar os sistemas de bilhetagem distrital e metropolitana. Implantar Modelo de governança interfederativa. Rever contratos e regulação	Aprovar e implementar o plano diretor de mobilidade do DF. Buscar recursos financeiros junto a e instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, para implementar o plano. Reestruturar as linhas de

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	Garantir que 90% da população esteja a até 800m de transporte coletivo de alta/média capacidade. Implantar 100% integração tarifária plena e bilhetagem unificada DFxRIDE (região metropolitana).	integrados. implantar sistema de trens urbanos regionais. Implantar o anel viário e equipar o corredor de logística - áreas de abastecimento, descanso, entrepostos. Promover a integração intermodal com tarifa única, inclusive com os ônibus do entorno.	ônibus com foco no atendimento à ligação entre as RAs e as cidades do entorno; promover Integração tarifária ampliada (inclusive com municípios da RIDE). Instituir requisitos obrigatórios de reciclabilidade veicular para novos veículos (2035 80% de material reciclável 2040 85%).
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Implantar sistema de gestão inteligente integrada de mobilidade urbana até 2035. Substituir parte da frota de transporte público por veiculos eletrificados em, no minimo, 30% dos ônibus e veículos oficiais até 2035).	Promover a Gestão inteligente da mobilidade (Smart Mobility) e da infraestrutura, pelo uso de dados, sensores e IA para gestão do tráfego. Implantar sistema de gestão da circulação de cargas. Instituir plataformas logísticas inteligentes e zonas de distribuição. Fomentar a eletrificação e descarbonização dos meios de transporte.	Otimizar os sistemas de monitoramento de tráfego. Instalar protocolos de resposta rápida para acidentes ou sinistros de trânsito. Intensificar o uso de avisos eletrônicos ao longo das rodovias. Retirar da jurisdição do DER as vias com características comprovadamente urbanas (EPDB, Eixo Rodoviário, EPSP, etc). Regulamentar a instalação de carregadores veiculares elétricos. Implantar sistemas robóticos de detecção de avarias nas redes de esgotos, de drenagem e de energia elétrica.

7.2.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Instituir sistema de controle de tráfego e Mobilidade Urbana Inteligente integrado até 2035.	Implantar sistemas de uso de dados para gestão do tráfego. Instituir a gestão do planejamento da circulação de cargas. Implantar sistemas robóticos de detecção	Implantar sensores e IA para coleta de dados nas vias e rodovias do DF. Buscar financiamento para aquisição de robôs e sistemas inteligentes de gestão de infraestrutura. Instalar núcleos digitais para consultas públicas e reclamações em

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		de avarias nas redes de esgotos, de drenagem e de energia elétrica. Integrar os sistemas de bilhetagem de transporte distrital e metropolitano. Tornar eficiente e universal o sistema de participação cidadã.	todas as RAs. Formar agentes públicos para recepcionar cidadãos e direcionar com eficiencia as reclamações.

7.2.4.3 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Expandir PPPs e investimentos privados	Elaborar, até 2028, estudo de viabilidade de modelo de financiamento permanente para expansão, manutenção e modernização do Metrô-DF, baseado na captura da valorização imobiliária gerada pelas estações, com participação integrada da Companhia do Metropolitano do DF e da Terracap, e instituição de fundo dedicado ao sistema metroviário.	Coordenar atuação integrada entre Metrô-DF e Terracap para mapeamento e avaliação da valorização imobiliária nas áreas de influência das estaçõe.; Desenvolver marco regulatório e jurídico para captura e destinação da valorização imobiliária ao fundo metroviário. Constituir fundo permanente de financiamento do sistema metroviário, com governança transparente e vinculação de receitas. Articular com o Governo Federal a incorporação do modelo ao planejamento ferroviário nacional, alinhando-se às diretrizes do ONTL/Infra S.A.	Contratar estudo técnico de viabilidade do modelo de captura de valorização imobiliária adaptado às instituições do DF. Mapear as áreas de influência das estações existentes e projetadas com maior potencial de valorização. Realizar seminário técnico com especialistas, Metrô-DF, Terracap, GDF e sociedade civil para debater o modelo; Identificar e sistematizar experiências nacionais e internacionais comparáveis (Hong Kong, São Paulo, Curitiba).

7.2.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Mobilidade e Infraestrutura reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico “O DF Que a Gente Quer 2026–2040”. As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Pai-

nel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Cwâmara Técnica de Mobilidade e Infraestrutura são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Habitação e Urbanismo	Compatibilizar ordenamento territorial, expansão urbana e localização da moradia com as redes de transporte e infraestrutura.	PDOT; centralidades; uso misto; adensamento; corredores; infraestrutura urbana; desenvolvimento orientado ao transporte.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Estruturar a integração física, tarifária, operacional e institucional dos sistemas metropolitanos e regionais.	Bilhetagem; transporte semiurbano; terminais; VLT; trens regionais; fluxos pendulares; governança interfederativa.
Tecnologia	Implantar os sistemas digitais necessários à gestão inteligente da mobilidade e da infraestrutura.	Sensores; IA; dados; controle de tráfego; bilhetagem; monitoramento; detecção de avarias; participação digital.
Segurança	Integrar a segurança viária e o monitoramento ao desenho e à operação das redes de circulação.	Travessias; iluminação; rodovias; pedestres; monitoramento; resposta a ocorrências.
Sustentabilidade	Incorporar critérios ambientais, de eficiência e de resiliência às redes e aos serviços.	Saneamento; drenagem; mobilidade ativa; transporte coletivo; eletrificação; descarbonização; infraestrutura.
Desenvolvimento Econômico	Dotar as áreas econômicas da infraestrutura e das conexões necessárias ao seu funcionamento.	ADEs; obras; conectividade; corredores; mobilidade de cargas; investimentos; competitividade.
Logística	Planejar e organizar a circulação de cargas e a infraestrutura logística do Distrito Federal.	Plano de Logística; corredores; ADEs; operadores; centros de distribuição; PDOT; PDTU.
Educação	Formar profissionais para os serviços de transporte, logística, infraestrutura e operação tecnológica.	Qualificação; logística; transportes; operação industrial; tecnologias; instituições de ensino.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Cidadania	Ampliar a participação social e a inclusão dos cidadãos no planejamento e acompanhamento dos serviços urbanos.	Consultas; reclamações; núcleos digitais; acessibilidade; Regiões Administrativas; agentes públicos.
Saúde	Integrar infraestrutura básica e mobilidade ao acesso territorial aos serviços de saúde.	Saneamento; acessibilidade; transporte coletivo; equipamentos; deslocamentos; infraestrutura.
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Qualificar a infraestrutura de acesso aos destinos, eventos e equipamentos turísticos.	Terminais; transporte coletivo; informação; mobilidade ativa; acessibilidade; pontos de interesse.
Esporte, Atividade Física e Lazer	Viabilizar deslocamentos ativos seguros e acessíveis para parques e equipamentos esportivos.	Ciclovias; calçadas; iluminação; acessibilidade; parques; equipamentos; mobilidade ativa.
Felicidade	Relacionar os resultados de mobilidade e infraestrutura ao bem-estar nas ações compartilhadas.	Tempo de deslocamento; acesso; conforto; serviços; qualidade urbana; bem-estar.

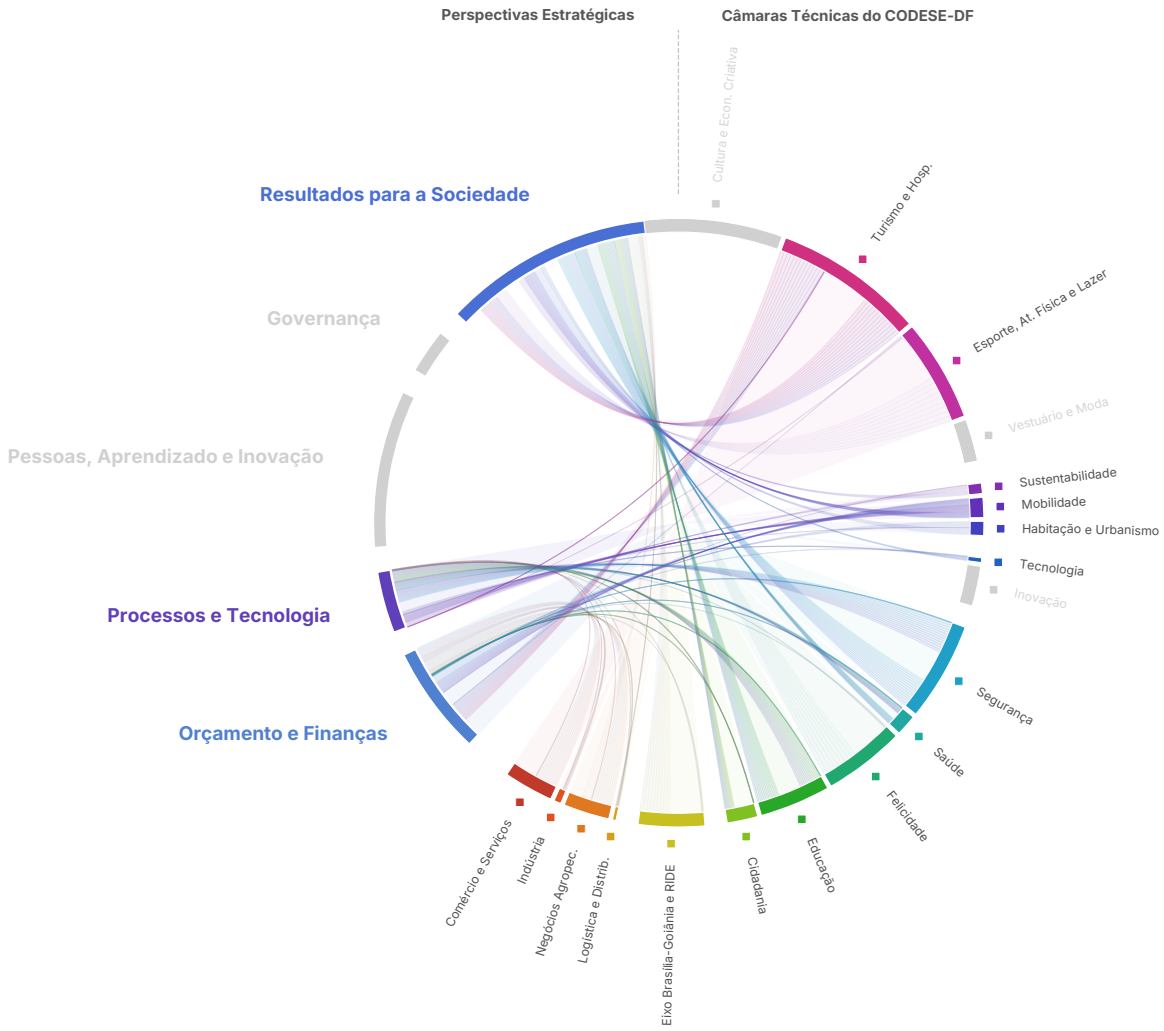
Delimitação das alianças para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Mobilidade e Infraestrutura permanece responsável pelas metas, ações, indicadores e entregas que lhe são atribuídos no Painel de Bordo. A participação das demais Câmaras deve restringir-se às responsabilidades documentalmente identificadas, sem ampliação das alianças por mera afinidade temática. As demais Câmaras Técnicas contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do Distrito Federal e da RIDE.

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Mobilidade e Infraestrutura · 15 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
	Esporte, Atividade Física e Lazer
	Sustentabilidade
	Habitação e Urbanismo
	Tecnologia
	Segurança
	Saúde
	Felicidade
	Educação
	Cidadania
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Logística e Distribuição
	Negócios Agropecuários
	Indústria
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

7. Desenvolvimento Urbano

7.3 Meio Ambiente e Sustentabilidade

7.3.1 Apresentação e Contexto

O Distrito Federal está inserido no bioma Cerrado, considerado um dos hotspots de biodiversidade mais ameaçados do planeta. Com apenas cerca de 20% de sua cobertura original preservada no Brasil, o Cerrado abriga nascentes que abastecem três das maiores bacias hidrográficas do país. O DF tem a responsabilidade histórica de ser guardião desse patrimônio natural enquanto promove desenvolvimento econômico e social.

Este capítulo consolida o diagnóstico, as metas e as ações estratégicas da Câmara Técnica de Sustentabilidade para o horizonte 2026–2040, em alinhamento com a missão do Plano — promover o bem-estar e a integração regional, afirmando o DF como metrópole inteligente, inovadora e sustentável — e com a visão de consolidar Brasília como capital da felicidade. O princípio orientador é colocar a prosperidade sustentável do cidadão no centro do futuro da capital: cada meta e cada ação devem se traduzir em mais saúde, renda, segurança, conforto ambiental, segurança hídrica e energética e qualidade de vida em todas as Regiões Administrativas (RAs) e na RIDE, com prioridade explícita às áreas de maior vulnerabilidade socioambiental.

7.3.2 Panorama Atual do DF

7.3.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF apresenta 42% de seu território coberto por unidades de conservação e APPs. No entanto, a expansão urbana desordenada e as queimadas ameaçam este patrimônio.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Elevar o IBEU de todas as cidades do DF para 0,7 até 2035, universalizar a infraestrutura urbana e tornar o DF referência em Capital Lixo Zero.

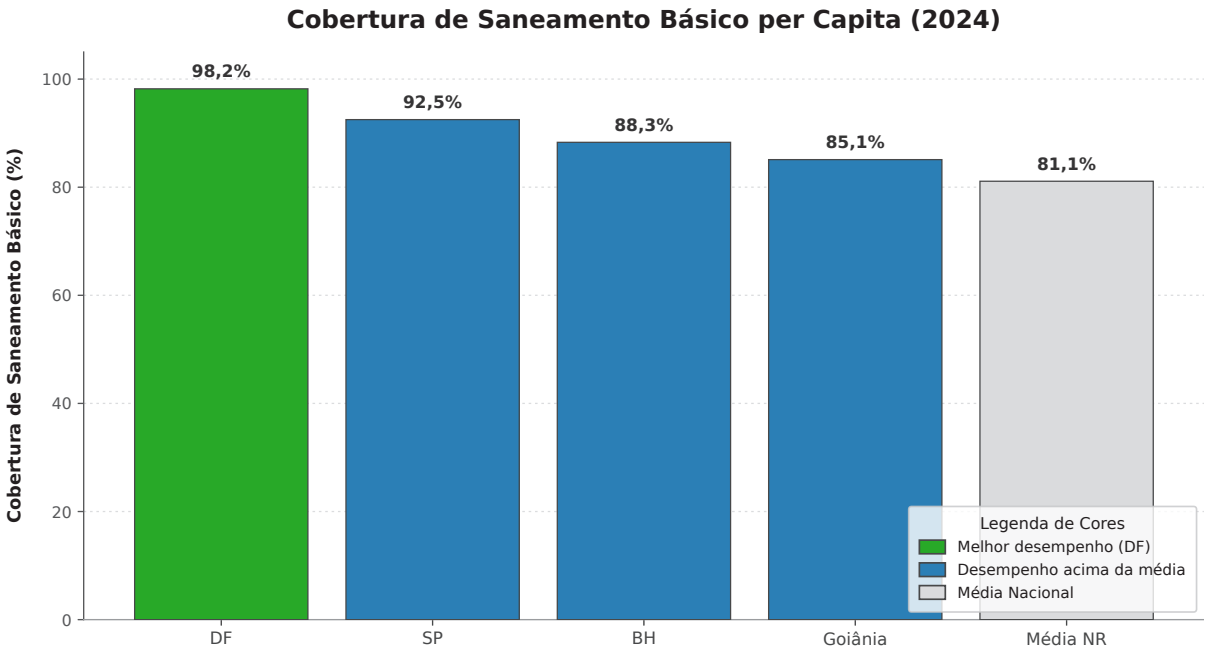


Gráfico 44: Cobertura de saneamento básico (água tratada) por capital selecionada (2024). O DF (95,8%) lidera entre as capitais do Centro-Oeste.
Fonte: SNIS e Panorama do DF 2026.

7.3.2.2 Disparidades Territoriais

As disparidades ambientais no DF são marcantes: enquanto RAs como Lago Sul e Park Way têm ampla cobertura vegetal e saneamento universal, RAs como Estrutural e Sol Nascente convivem com lixões, esgoto a céu aberto e ausência de áreas verdes. A Estrutural abrigou até 2018 o maior lixão da América Latina.

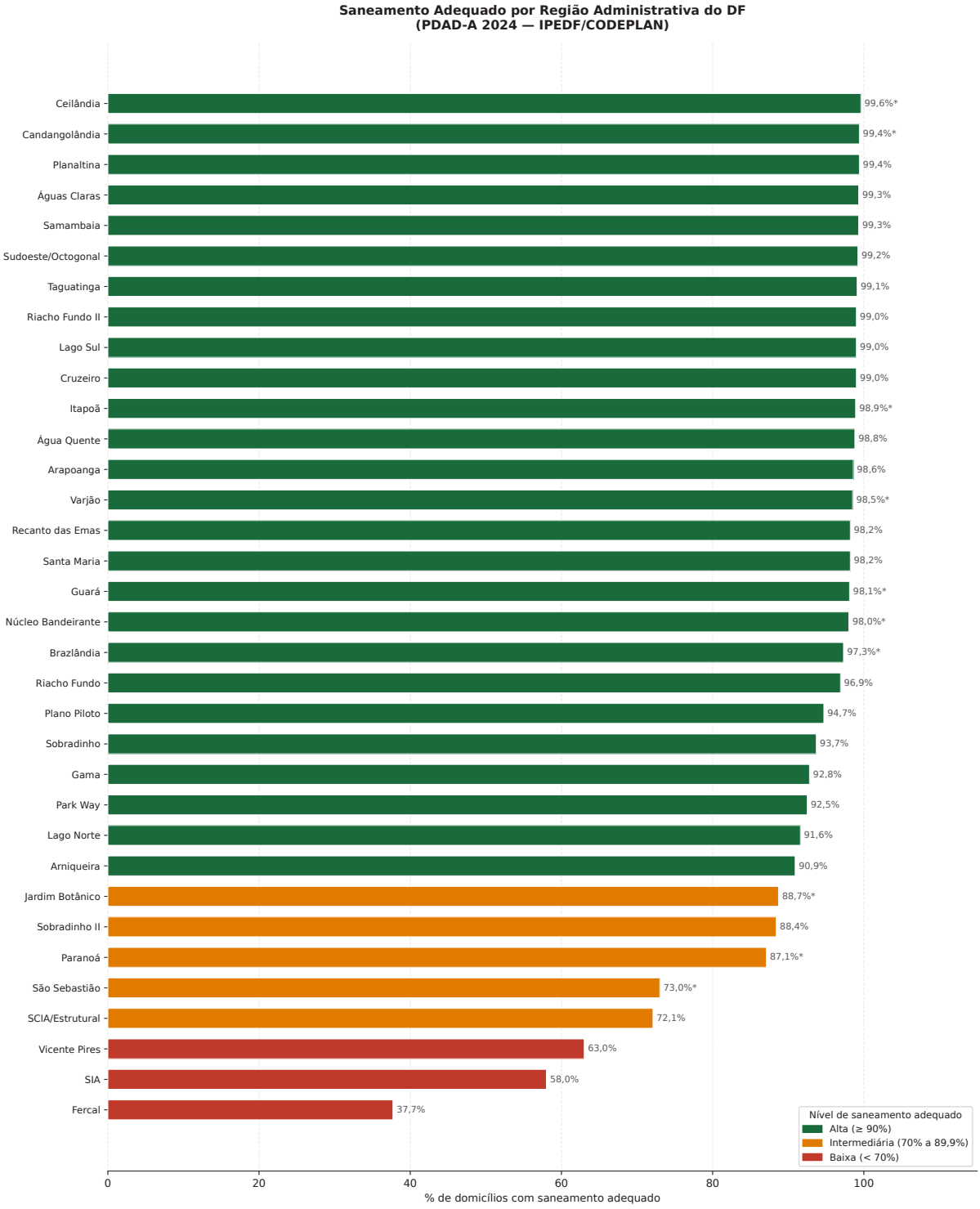


Gráfico 45: Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF/CODEPLAN) — Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Anual (PDAD-A 2024), relatórios individuais por Região Administrativa. * Dados do PDAD-A 2021 (relatórios de 2024 não disponíveis no portal para estas RAs). Nota metodológica: o indicador de saneamento adequado é calculado como o mínimo entre: (i) % de domicílios abastecidos por rede geral da CAESB; (ii) % de domicílios com esgotamento sanitário por rede geral da CAESB ou fossa séptica; e (iii) % de domicílios com coleta direta de lixo. Sol Nascente/Pôr do Sol (RA XXXIII) não está incluída por indisponibilidade do relatório no portal PDAD-A.

7.3.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Sustentabilidade alinha suas metas e ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, reconhecendo a proteção ambiental, a gestão sustentável dos recursos naturais e a ação climática como pilares para o futuro do DF.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 1 e 10 — Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades**	A geração de empregos verdes, a inclusão produtiva de catadores e a priorização das RAs vulneráveis colocam a transição ecológica a serviço da redução das desigualdades.
	**ODS 3 — Saúde e Bem-Estar**	A redução de ilhas de calor, da poluição do ar e sonora e a ampliação de áreas verdes e da mobilidade ativa protegem a saúde física e mental da população.
	**ODS 6 — Água Potável e Saneamento**	A gestão eficiente dos recursos hídricos, a proteção de mananciais e a expansão do saneamento garantem água limpa para a população.
	**ODS 7 — Energia Limpa e Acessível**	O incentivo à transição energética, com fontes renováveis como a energia solar e o biogás, promove energia limpa e acessível — inclusive mais barata para as RAs de baixa renda.
	**ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico**	Os empregos verdes, a economia circular e a neoindústria sustentável geram renda e oportunidades com trabalho digno.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis**	A gestão adequada de resíduos sólidos, o planejamento urbano ecológico e o desenvolvimento orientado ao transporte (DOTS) são pilares de cidades sustentáveis, seguras e inclusivas.
	**ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis**	O fomento à economia circular, à reciclagem e à educação ambiental impulsiona o consumo e a produção responsáveis.
	**ODS 13 — Ação Contra a Mudança Global do Clima**	A implementação de políticas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas — incluindo prevenção de desastres — é central para a sustentabilidade do DF.
	**ODS 14 — Vida na Água**	A proteção da qualidade da água nos rios e no Lago Paranoá contribui para a preservação dos ecossistemas aquáticos.
	**ODS 15 — Vida Terrestre**	A conservação da biodiversidade do Cerrado, o combate ao desmatamento e a criação de parques protegem a vida terrestre.
 	**ODS 16 e 17 — Paz, Justiça, Instituições Eficazes e Parcerias**	A governança colaborativa DF–RIDE, a transparência dos painéis públicos e as parcerias com sociedade civil, academia e setor produtivo sustentam a implementação do plano.

7.3.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Sustentabilidade propõe as metas e ações a seguir, organizadas no formato de tabela do Painel de Bordo — meta, ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata. As ações foram priorizadas segundo três critérios: **(1) impacto nas RAs de maior vulnerabilidade socioambiental; (2) viabilidade técnica e financeira; e (3) alinhamento com os ODS prioritários (6, 11, 13 e 15)**. Cada bloco explicita o benefício direto para o cidadão.

7.3.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Elevar o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) de todas as cidades do DF para o patamar "Bom" (0,7) até 2035. Universalizar a infraestrutura urbana (saneamento, drenagem, iluminação e pavimentação), com 100% de domicílios com saneamento adequado — coleta e tratamento de esgoto — até 2035, priorizando as RAs de menor cobertura.	Promover a requalificação sustentável de áreas urbanas. Aderir aos programas nacional e mundial de Lixo Zero e instituir o programa específico do DF. Integrar conservação ambiental, ecoturismo, educação ambiental e geração de renda por serviços ambientais, com foco nas nascentes e no bioma Cerrado. Implantar o Parque Solar e de Biogás Rural-Urbano, com energia até 30% mais barata para as RAs. Incrementar usinas de valorização de resíduos e compostagem,	Instituir o Programa DF-RIDE Lixo Zero — adesão formal do GDF ao movimento Zero Waste, alinhado à Lei nº 12.305/2010 e ao Planares —, com metas graduais de desvio de resíduos de aterro (30% até 2030, 50% até 2035 e 70% até 2040), por meio de coleta seletiva universalizada, compostagem, logística reversa e inclusão produtiva de catadores, em governança compartilhada com a RIDE. Implementar o Conselho Integrado de Parques, UCs e APPs do DF, otimizando a governança e a valoração dos ecossistemas do Cerrado. Revitalizar jardins de chuva e bacias de detenção com espécies nativas e nascentes em APPs — cisternas, jardins de chuva e bacias de detenção com espécies nativas —, garantindo segurança hídrica na estação seca. Modernizar BRT/VLT elétricos e implantar Ciclovias Climáticas,

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		ampliando a vida útil do aterro em mais de 25 anos e gerando renda para catadores.	com piso drenante e arborização nativa (−40% no tempo de trânsito e −50% nas ilhas de calor).
Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva	Qualidade ambiental e conforto urbano: ampliar em 40% a área de espaços públicos qualificados por habitante e atingir o mínimo de 15–20 m² de área verde urbana qualificada por habitante, com 100% da população a até 15 minutos a pé de área verde qualificada até 2035. Segurança e vitalidade urbana: reduzir os índices de violência em áreas prioritárias e ampliar o uso e a permanência nos espaços públicos. Saúde e bem-estar: ampliar a mobilidade ativa (caminhada e bicicleta). Percepção de qualidade de vida: instituir a pesquisa anual do IBEU como instrumento permanente de política pública (meta consolidada com a do Bloco 1).	Rede integrada de espaços públicos: gestão contínua de parques, praças e eixos verdes; Programa de Proteção Ambiental e Recuperação das Áreas de Preservação, com fiscalização, recuperação de áreas degradadas e proteção dos recursos hídricos e do Cerrado. Governança e participação: monitoramento contínuo de indicadores de bem-estar, participação social no planejamento e integração DF–RIDE. Ambiente urbano saudável e resiliente: Plano Distrital de Arborização Urbana; soluções baseadas na natureza (drenagem e conforto térmico); redução da poluição sonora e do ar; plataforma Score Climático; Inventário Anual de Serviços Ambientais; semáforos inteligentes; biocombustíveis regionais na mobilidade; e Observatório de Governança de UCs e APPs.	Programas de ativação urbana: implantar o Parque Linear Cerrado Vivo — APPs conectadas, iluminação LED solar, esporte, cultura, lazer e renda local. Qualidade ambiental imediata: plantio de árvores e mapeamento de zonas de calor em áreas críticas; valoração de serviços ambientais e monetização dos estoques de carbono de APPs, UCs e parques; industrialização de RSU e RCD e tratamento adequado dos resíduos de saúde (Resíduo Zero DF); controle de ruídos e fiscalização, com multa, da disposição irregular de resíduos; e educação ambiental e climática para toda a sociedade, incluindo as Olimpíadas Nacionais do Conhecimento em Brasília. Infraestrutura viária sustentável: rodovias com pavimento asfalto-borracha, sinalização fotovoltaica e barreiras acústicas verdes (−15% de acidentes e −3 °C no entorno). Monitoramento e gestão: sistema de indicadores IBEU/DF, pesquisas periódicas de percepção e painel público de acompanhamento.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		Segurança urbana integrada ao desenho da cidade: iluminação eficiente, ativação de fachadas e planejamento orientado à segurança (CPTED), com avaliação de impacto sobre a violência de gênero nos espaços públicos e no transporte.	
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Reduzir o Índice de Gini do DF para menos de 0,5 até 2035. Gerar 20 mil empregos verdes no DF e na RIDE até 2040, com marcos intermediários de 5 mil até 2030 e 12 mil até 2035, vinculados ao PSA, à economia circular e à Neoindústria Sustentável.	Promover a educação e a governança ambiental e climática e o empreendedorismo formalizado da economia circular e criativa. Implementar a Neoindústria Sustentável no DF e fomentar a inovação em produtos reciclados e recuperação de áreas degradadas, com prêmio anual de inovação competitiva em sustentabilidade. Instituir o Programa Distrital Empregos Verdes e Empreendedorismo Circular — trilhas de qualificação em economia circular, restauração ecológica, energias renováveis e economia criativa —, priorizando jovens e mulheres das RAs vulneráveis e	Implantar o Programa Águas do Cerrado — conservação de nascentes, restauração de APPs, ecoturismo comunitário e remuneração por serviços ambientais —, iniciando pela Serrinha do Paranoá e expandindo às bacias do Descoberto, São Bartolomeu e Corumbá. Mapear as cadeias produtivas verdes por RA e lançar as primeiras turmas de qualificação (meta: 2 mil pessoas formadas). Regulamentar o PSA distrital e consolidar o piloto da Serrinha do Paranoá, com projetos protocolados no Fundo Clima e no FUNAM/DF. Lançar o piloto da plataforma DF Sustentável em 5 RAs e a primeira edição do prêmio de inovação em sustentabilidade. Implantar o Polo de Neoindústria Sustentável em

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		formalizando cooperativas da cadeia de resíduos. Implementar a plataforma georreferenciada "DF Sustentável", integrada ao GeoPortal, para comunicação direta entre cidadãos e gestores nas demandas ambientais, com painel público de resolução de ocorrências.	Áreas de Desenvolvimento Econômico, com incentivos condicionados a emprego local e circularidade, e editais FAP-DF/BIOTIC com compra pública das soluções vencedoras.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Reduzir em 30% o tempo médio de deslocamento casa–trabalho das populações de baixa renda até 2035. Garantir que 90% da população esteja a até 800 m de transporte coletivo de alta ou média capacidade. Implantar 100% de integração tarifária plena e bilhetagem unificada DF–RIDE.	Integrar a bilhetagem distrital e metropolitana, com governança interfederativa e revisão integrada de contratos e regulação. Implantar trens urbanos regionais, anel viário e corredor de logística equipado, com integração intermodal e tarifa única, inclusive com os ônibus do Entorno. Reconhecer a reciclagem com logística reversa, segurança viária, eficiência energética e modernização industrial. Implementar o Observatório de Proteção Ambiental, Climática e de Sustentabilidade do DF e a Lei de Incentivo à Sustentabilidade, por meio de soluções tecnológicas competitivas.	Aprovar e implementar o Plano Diretor de Mobilidade do DF, captando recursos junto a instituições nacionais e internacionais. Reestruturar as linhas de ônibus com foco na ligação RAs–Entorno e na integração tarifária ampliada com a RIDE. Instituir requisitos de reciclabilidade veicular (80% até 2035; 85% até 2040) e a reciclagem rastreada como condição de benefício tributário, via Unidade de Reciclagem Veicular (URV). Redesenhar a sinalização viária com semáforos inteligentes e pavimentação sustentável, reduzindo consumo de combustíveis, ruídos e emissões de GEE. Implantar a governança do balanço energético e da infraestrutura de comunicação no DF.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		Viabilizar a valoração dos serviços ambientais via Cadastro Ambiental Rural (CAR), com rastreabilidade e transparência, e promover o aproveitamento integral dos subprodutos do saneamento e o reúso das águas recicladas.	
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Aumentar a densidade populacional nos eixos de transporte (+20% a +40%) e ampliar em 30% o uso misto nas áreas centrais. Garantir que 100% dos novos projetos urbanos atendam a critérios de sustentabilidade. Aumentar a densidade populacional nos eixos de transporte (+20% a +40%) e ampliar em 30% o uso misto nas áreas centrais. Garantir que 100% dos novos projetos urbanos atendam a critérios de sustentabilidade. Aumentar a participação de renováveis na matriz	Promover o aproveitamento energético de resíduos e renováveis (hídrico, solar, biocombustíveis) e a descarbonização das atividades econômicas no novo mercado de carbono. Executar o Plano Distrital de Transição Energética 2040 (30% de geração limpa até 2035; 50% até 2040), com usinas solares, geração distribuída, comunidades de energia e biogás/ biometano. Instituir o padrão distrital de eficiência energética para edifícios públicos, com retrofit financiado por contratos de desempenho (ESCOs) e Fundo Clima. Implantar o Programa de Eletrificação da Frota Pública DF-RIDE (30% até 2035), com infraestrutura de recarga e cláusulas	Elaborar e publicar o primeiro Balanço Energético Distrital (BED) — pré-requisito das metas do bloco — e criar o sistema permanente de monitoramento energético com concessionárias e reguladores. Implementar a governança energética distrital por comitê intersetorial e inventariar o potencial de geração local (solar, biogás de aterros e ETEs). Mapear os raios de 800 m das estações de metrô e corredores de BRT (linha de base das metas de densidade) e lançar o piloto DOTS em 2 estações, com chamamento para retrofit de imóveis subutilizados. Testar os critérios do Código Sustentável em 10 projetos reais, aprovar o código com selo distrital de adesão voluntária incentivada e elaborar o estudo de viabilidade da primeira operação urbana.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	local, atingindo de 30% a 50% da demanda com geração limpa — reduzindo custos de energia para famílias de baixa renda e atraindo investimentos verdes. Reduzir as emissões do setor energético em 30% até 2035 (ano-base: primeiro inventário distrital de GEE). Assegurar padrão de eficiência energética em 100% dos novos edifícios públicos. Eletrificar 30% dos ônibus e veículos oficiais até 2035.	de frota limpa nas concessões. Instituir o sistema distrital de monitoramento de emissões — inventário bienal de GEE e painel público —, vinculado à meta de −30% até 2035 e ao relato do SBCE. Instituir o Programa DOTS-DF (Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável), elevando o potencial construtivo e habitacional no raio de 800m das estações, com contrapartidas de habitação social, fachadas ativas e uso misto. Aprovar o Código Distrital de Urbanismo e Edificações Sustentáveis (critérios auditáveis para 100% dos novos projetos) e implantar Operações Urbanas Sustentáveis nos eixos prioritários, com outorga onerosa financiando a requalificação urbana.	Licitar 20 MWp em usinas fotovoltaicas em telhados e estacionamentos do GDF; implantar piloto de comunidade de energia solar em 2 RAs de baixa renda (Lei nº 14.300/2022); e estudar o biometano de aterro e ETEs com SLU e Caesb. Tornar obrigatória a etiquetagem PBE Edifica nível A nos novos projetos do GDF; auditar os 20 prédios de maior consumo e contratar os 2 primeiros pilotos ESCO; e publicar o primeiro inventário de GEE do setor energético (metodologia GPC).

7.3.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Reformular canais digitais com acessibilidade e desenho universal	Substituir 100% dos processos administrativos físicos por fluxos digitais auditáveis na SSP-DF até 2028. Atingir 100% de compras públicas com critérios de sustentabilidade até 2030. Aplicar a tecnologia à gestão de ativos ambientais e de resíduos em unidades prisionais e áreas de segurança.	Instituir o indicador territorial de qualidade ambiental de segurança, monitorando o ciclo de manutenção urbana (limpeza e iluminação) por sensores e dados georreferenciados. Inventariar o passivo de tecnologias obsoletas e planejar o descarte ecológico ou a atualização tecnológica, em conformidade com a LGPD.	Implementar intervenções rápidas de "urbanismo tático" em 5 áreas auditadas, medindo o impacto da revitalização física na segurança.

7.3.4.3 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Aprovar e publicar a Cartilha do Bom Produtor Cultural até 2027 e aplicá-la em 100% dos eventos apoiados pelo poder público até 2028, com relatório pós-evento nos eventos estratégicos. Reduzir em 30% as ocorrências operacionais recorrentes até 2030. Indicadores e fontes: protocolo aplicado, relatórios pós-evento e ocorrências tratadas (SECEC, SSP/DF, CBMDF, Defesa Civil, SLU, Brasília Ambiental e órgãos parceiros).	Aprovar e implantar a Cartilha do Bom Produtor Cultural e Eventos Responsáveis — guia técnico, legal, ambiental e operacional para licenciamento, segurança, acessibilidade, gestão de resíduos, mobilidade, ruído e relatório pós-evento.	Constituir grupo técnico intersetorial (SECEC, SSP/DF, CBMDF, Defesa Civil, DF Legal, SLU, Brasília Ambiental e setor cultural) para elaborar a minuta, testar o protocolo em eventos-piloto e definir o modelo padrão de relatório pós-evento.

7.3.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Sustentabilidade reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Sustentabilidade são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Mobilidade e Infraestrutura	Incorporar critérios ambientais, climáticos, energéticos e de circularidade às redes de mobilidade e infraestrutura.	Pavimentação sustentável; sinaleiras inteligentes; emissões; eficiência energética; reciclagem veicular; logística reversa; saneamento; reuso.
Habitação e Urbanismo	Integrar proteção ambiental, resiliência e qualidade ecológica ao planejamento e à requalificação territorial.	Bem-estar urbano; uso do solo; saneamento; drenagem; arborização; APPs; áreas degradadas; áreas verdes.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Ampliar regionalmente as iniciativas de empregos verdes, conservação, mobilidade sustentável, energia e economia circular.	Empregos verdes; integração regional; bioeconomia; cadeias sustentáveis; mercados verdes; mobilidade metropolitana.
Educação	Inserir conteúdos ambientais, climáticos e de sustentabilidade aplicada nas ações educacionais previstas.	Educação ambiental; currículos; resíduos; energia limpa; Cerrado; economia circular; qualificação profissional.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Turismo, Hospitalidade e Gastronomia	Aplicar conservação, circularidade e valorização territorial aos produtos e empreendimentos turísticos.	Turismo regenerativo; ecoturismo; experiências do Cerrado; gastronomia circular; resíduos zero; compras locais.
Esporte, Atividade Física e Lazer	Aplicar protocolos e práticas ambientais aos eventos, espaços e atividades esportivas abrangidos pelo Plano.	Esporte Verde DF; eventos sustentáveis; parques; reciclagem; educação ambiental; mobilidade ativa.
Negócios Agropecuários	Integrar circularidade, conservação, energia limpa e serviços ambientais às cadeias agropecuárias.	Bioeconomia; resíduos agroindustriais; serviços ambientais; mercados verdes; sustentabilidade rural; energia limpa.

Delimitação das alianças para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Sustentabilidade permanece responsável pelas metas, ações, indicadores e entregas ambientais, climáticas, energéticas e de economia circular que lhe são atribuídas no Painel de Bordo. A participação das demais Câmaras deve restringir-se às responsabilidades expressamente documentadas, sem ampliação das alianças por mera afinidade temática. As demais Câmaras contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do DF e da RIDE.

Mais energia para o DF que a gente quer



Uma capital inovadora, sustentável e competitiva depende de uma infraestrutura forte e preparada para crescer.

+R$ 3 bilhões em investimentos no Distrito Federal **até 2030.**



+Tecnologia



+Confiabilidade

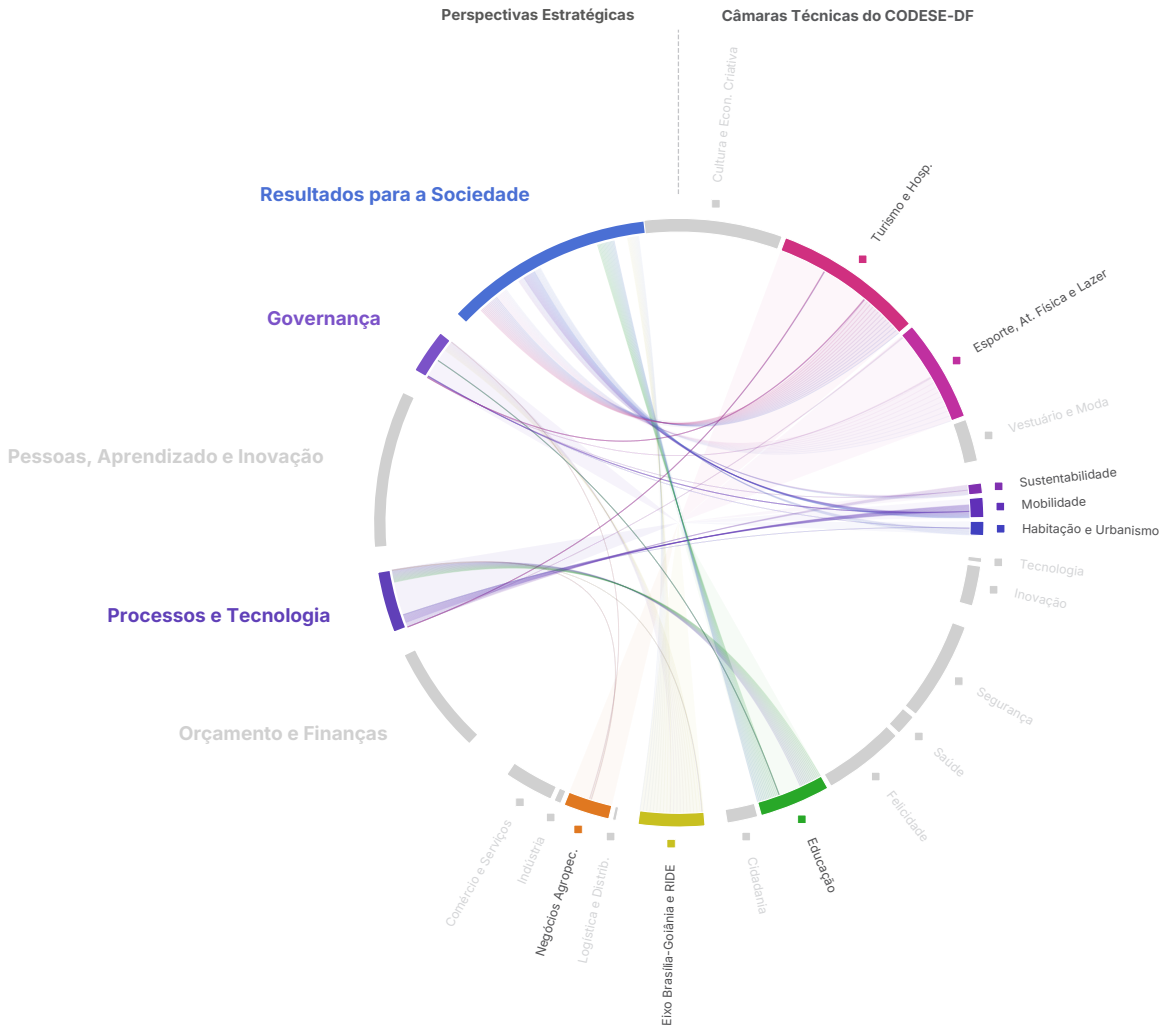


+Crescimento

Neoenergia Brasília **Mais por você**

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Meio Ambiente e Sustentabilidade · 7 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

- Turismo, Hospitalidade e Gastronomia
- Esporte, Atividade Física e Lazer
- Mobilidade e Infraestrutura
- Habitação e Urbanismo
- Educação
- Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
- Negócios Agropecuários

PARTE III

Eixo Estratégico

8. Tecnologia e Inovação

8.1 Tecnologia

8.1.1 Apresentação e Contexto

> O Distrito Federal tem a oportunidade única de se tornar a capital da GovTech brasileira — um ecossistema onde governo, academia e setor privado co-desenvolvem soluções tecnológicas para os desafios da gestão pública. Com a maior concentração de servidores públicos do país e universidades de excelência, o DF tem os ativos necessários para liderar a transformação digital do Estado brasileiro.

8.1.2 Panorama Atual do DF

8.1.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF tem 98% dos serviços públicos disponíveis digitalmente no portal e-GDF. No entanto, a integração entre sistemas de diferentes secretarias ainda é incipiente, com apenas 30% dos dados governamentais disponíveis em formato aberto.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Submeter 100% das novas tecnologias (como reconhecimento facial e IA preditiva) a avaliações prévias obrigatórias de impacto e ética, e promover o acesso a ferramentas tecnológicas por grupos da sociedade civil organizada (CONSEGs-DF) até 2030.

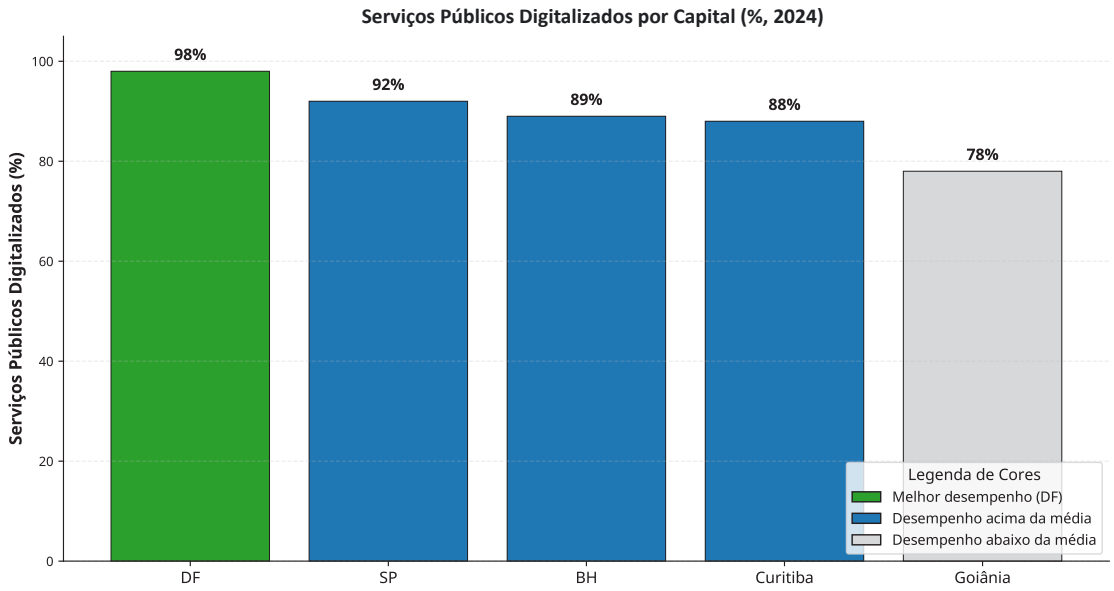


Gráfico 46: Serviços públicos disponíveis digitalmente por capital selecionada (2024). O DF (98%) lidera o ranking nacional.
Fonte: Ministério da Gestão e Panorama do DF 2026.

8.1.2.2 Disparidades Territoriais

A desigualdade digital entre RAs é um obstáculo crítico à inclusão tecnológica. RAs como Estrutural, Paranoá e Fercal têm cobertura de internet inferior a 40%, limitando o acesso aos serviços digitais do GDF. A criação de pontos de acesso público à internet nessas RAs é urgente.

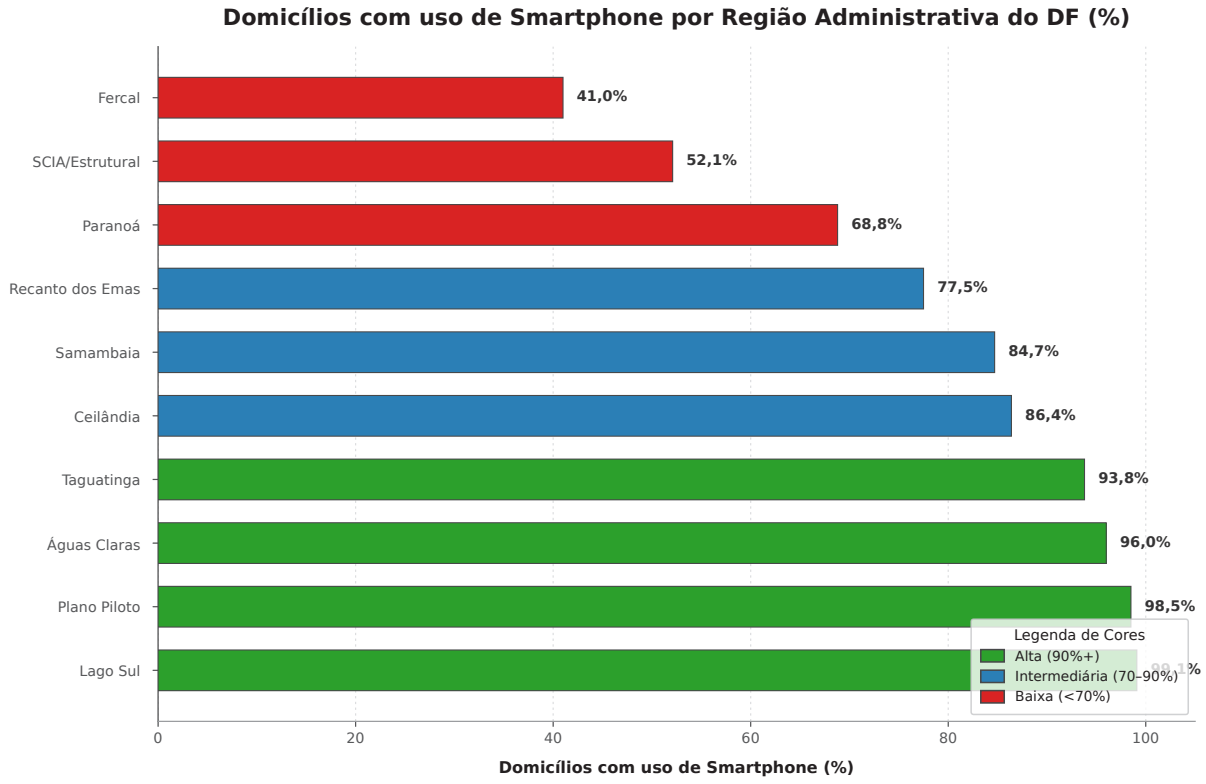


Gráfico 47: Uso de smartphone por RA (%, 2024). A desigualdade no acesso a dispositivos tecnológicos reflete a disparidade socioeconômica entre as RAs. Fonte: IPEDF/Codeplan - PDAD-A 2024.

8.1.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Tecnologia conecta suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a transformação digital e a inclusão tecnológica como vetores de desenvolvimento econômico, social e institucional.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 4 — Educação de Qualidade**	A inclusão digital, a conectividade nas escolas e a capacitação tecnológica preparam os jovens para uma educação de qualidade no século XXI.
	**ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura**	O desenvolvimento de infraestrutura de conectividade (5G) e a transformação digital do governo impulsionam a inovação.
	**ODS 10 — Redução das Desigualdades**	A expansão do acesso à internet e a serviços digitais em áreas vulneráveis atua diretamente na redução das desigualdades.
	**ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes**	A digitalização de serviços públicos aumenta a transparência, a eficiência e a acessibilidade, fortalecendo as instituições.

8.1.4 Metas e Ações Estratégicas

> No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Tecnologia formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

8.1.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Reduzir desigualdades territoriais e sociais no DF e na RIDE	Reduzir em 30% a desigualdade digital entre RAs do DF até 2028, ampliando conectividade nas regiões de menor IDH.	Expansão de conectividade 5G e Wi-Fi público nas RAs de menor IDH. Hub de IA e Data Centers REDATA. inclusão digital nas áreas vulneráveis. Realizar projetos de letramento digital.	Mapear na Secretário de Estado de Governança Digital e Integração do Distrito Federal as 10 RAs com menor cobertura digital e publicar diagnóstico até jan/2027. Instalar 20 pontos Wi-Fi em RAs prioritárias até junho/2027.
Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva	Aprovar legislação de incentivos fiscais específicos para empresas de TI até 2026. Aumentar em 30% a atração de empresas de tecnologia para o DF até 2028.	Política de incentivos fiscais (IPTU, ISS, ICMS) para empresas de TI e startups. Zona de livre comércio digital no Distrito de Inovação. Deduções para investimento em P&D. Indicar no Nota Legal novas alternativas de destino dos benefícios para investimento em empresas locais via ferramentas de financiamento coletivo e fundos endowments. Construção de veículos de investimentos que se beneficiem de multas de origem judiciais para financiar negócios e a inovação do DF e RIDE. Fomentar um veículo de investimento via SCP constituído pelo SEBRAE-DF vocacionado a investir em empresas e startups.	Elaborar projeto de lei de incentivos fiscais para TI até jun/2027. Mapear benefícios fiscais possíveis junto à SEEC e à SEDET até Out/2027. Incluir mudanças no Nota legal até out/27. Constituir veículo de investimento do SEBRAE-DF até abril de 2027.
Melhorar a mobilidade e a integração metropolitana	Fornecer 100% dos serviços públicos digitalizados nos setores essenciais do DF e Ride até 2030, Reduzir em 40% o tempo médio de atendimento	Implantar ações para o desenvolvimento efetivo da transformação digital do DF, por exemplo, na área de saúde, com Saúde Digital Integrada: Prontuário Eletrônico Único do DF, expansão da telemedicina, IA para triagem inteligente e diagnóstico	Na secretaria de saude Implantar Prontuário Eletrônico Único nas UBSs das 5 RAs mais populosas até 2027. Implantar 5 polos de telemedicina (Planaltina, São Sebastião, Brazlândia, Paranoá,

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	ao cidadão via plataformas digitais até 2028.	nas UBSs.	Sobradinho até dez/2027. Contratar plataforma de agendamento digital para todas as UBSs até dez/2026.
Ampliar qualidade de vida, bem-estar e felicidade coletiva	Inserir dez mil profissionais qualificados em tecnologia até 2030, e 20 mil até 2040. Apoiar mil startups via CPSI, Encomenda tecnológica, diálogo competitivo. Direcionar 1% do PIB do DF em P&D até 2030.	Alavancar Distrito de Inovação e IA de Brasília, Programa GovTech DF com editais contínuos. CPSI para soluções inovadoras. AgroTech DF para área rural da RIDE. Integrar todas secretarias do GDF a terem no seu PPA ações via instrumentos inovadores de contratação pública.	Realizar cem contratações públicas de soluções digitais e inovadoras no primeiro ano de governo. Fomentar projetos de incentivo à inserção de tecnologia da informação. Inserir dez mil profissionais na RIDE até jun/2030.
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa	Reduzir em 25% o tempo médio de deslocamento urbano até 2028 com tecnologias de tráfego inteligente. Ampliar serviços de mobilidade urbana inovadores. Smart DF em cinco corredores viários até 2030.	Criar Centro Integrado de Operações Smart DF, semáforos inteligentes, IoT de trânsito, Sandbox de logística autônoma, drones e veículos autônomos, bicicletas elétricas e patinetes elétricos e E-VETOL	Implantar piloto de semáforos inteligentes no corredor Eixão Sul até 2027. Contratar plataforma de mobilidade integrada para o DFTRANS até dez/2027.
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa.	Fortalecer o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do DF. Ampliar o acesso ao crédito para empresas inovadoras com baixa disponibilidade de garantias reais. Estimular empregos qualificados, retenção de talentos e diversificação econômica.	Criar Fundo Garantidor para Ciência, Tecnologia e Inovação.	Elaborar proposta de lei para criação do fundo pelo GDF com auxílio do BRB. Definir segmentos prioritários de inovação, tecnologia, pesquisa aplicada e transformação digital. Estruturar fundo específico com o BRB como agente financeiro prioritário. Criar linhas de crédito para startups, empresas de base tecnológica e projetos inovadores.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	Posicionar o BRB como banco priotitário de fomento à inovação no Distrito Federal.		Integrar o fundo a parceiros institucionais, como, BIOTIC, GDF, FAPDF, universidades, parques tecnológicos e entidades empresariais. Estabelecer critérios de acompanhamento de resultados, geração de empregos qualificados e desenvolvimento de soluções para o DF.
Gerar emprego, renda e oportunidades em todas as regiões administrativas e na área rural	Ranquear o DF entre as dez cidades mais inovadoras da América Latina até 2030 (ranking IESE). Atrair 50 empresas globais de TI ao Distrito de Inovação Brasilia Tech Hub.	Criar Distrito de Inovação Brasília Tech Hub e IA de Brasília. Criar Hub CETRAD para Economia criativa e Startups. Fundo Soberano de Inovação do DF. Incentivar de forma fiscal as empresas de tecnologia do DF.	Publicar legislação do Distrito de Inovação até jun/2027. Realizar missão internacional para atração de investimentos em TI. Promover captação de fundos privados para investir na infra estruturas dos parques tecnológicos.
Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico	Digitalizar 100% do patrimônio cultural e urbanístico em plataforma 3D/ realidade aumentada até 2028. Implementar Sistema IoT de monitoramento de áreas tombadas.	Implementar Plataforma digital 3D de preservação histórica de Brasília (Patrimônio UNESCO). Instalar sensores IoT em áreas tombadas. Implementar tecnologia com IA para detecção de irregularidades construtivas.	Digitalizar o acervo urbanístico de Brasília até dez/2027. Implantar sistema de alerta IA para obras irregulares em áreas tombada até jun/2028. Promover plataformas de financiamento coletivo para promover o financiamento restauração de patrimônio histórico.

8.1.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Implementar 100% dos serviços públicos integrados em plataforma única interoperável até 2028. Eliminar 80% dos silos de dados nos órgãos do GDF até 2030.	Implementar Plataforma Única de Serviços do DF, política de dados abertos e interoperabilidade total, governo paperless, Sandbox de Dados Públicos para ecossistema de inovação.	Publicar política de dados abertos do GDF e criar comitê de governança de dados até 2027. Contratar API gateway para integração de sistemas (Saúde, Educação, Segurança) até 2028. Publicar política de dados abertos do GDF até mar/2026.
Integrar sistemas, dados e serviços públicos	Reduzir em 35% o tempo de resposta governamental a demandas cidadãs até 2027. Implantar sistema de IA processando 60% das escutas e análises de dados públicos até 2029.	implementar Plataforma de IA para escuta ativa e gestão pública.	Implantar chatbot inteligente em serviços de alta demanda (DETRAN, SES, SGDI e SECTI) até 2027. Lançar painel de IA para monitoramento de gasto público em tempo real em cinco secretarias até 2028. Implementar painel de IA para monitoramento de gastos público em tempo real até dez/2026.
Reformular canais digitais com acessibilidade e desenho universal	100% dos serviços públicos digitalizados até 2030. Nível A de acessibilidade (WCAG 2.1) em todos os portais do GDF até 2028.	Implementar Identidade digital única do cidadão DF. Implementar portais digitais acessíveis (WCAG 2.1), governo paperless, serviços multicanais.	Redesenhar dez serviços públicos prioritários com UX acessível e linguagem simples até 2027. iniciar piloto de identidade digital única com 100 mil usuários até dez/2026.
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Consolidar 100% das secretarias usando GIS integrado até 2028. Criar geoportal único do DF com dados territoriais atualizados em tempo real.	Implementar Plataforma GIS Integrado do DF (geoportal único). Sandbox de Dados Territoriais. Planejamento urbanístico baseado em dados. Sistema de alertas de irregularidades fundiárias.	Contratar plataforma GIS para as cinco secretarias de maior impacto territorial até 2027. Integrar cadastros imobiliários de todas as RAs e lançar geoportal público até 2030. Integrar cadastros imobiliários de todas as RAs ao sistema até dez/2026.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Implementar Conectividade 5G em 100% das regiões administrativas até 2028. Implantar Smart DF em cinco corredores urbanos críticos até 2030.	Criar Centro Integrado Smart DF. IoT urbano em escala. Expandir 5G e fibra ótica. Sandbox de Logística Autônoma (drones e veículos autônomos). iluminação pública inteligente.	Implantar 30 pontos de monitoramento IoT em Brasília (Plano Piloto e Taguatinga) até 2027. iniciar piloto de iluminação pública inteligente em duas RAs com redução de 20% no consumo até 2028. iniciar piloto de iluminação pública inteligente em três RAs até dez/2026.
Implantar inteligência de dados e IA para escuta ativa e gestão pública	Formalizar parcerias com universidades e centros de pesquisa para avaliação independente anual de 100% dos programas estratégicos dez/2027.	Estabelecer acordos de cooperação técnica com universidades e empresas estatais para suporte analítico e desenvolvimento de inovações.	Articular com o Sistema S a criação de vagas de aprendizagem vinculadas a programas de prevenção tecnológica para jovens e publicar o primeiro Relatório Anual de Tecnologia e Segurança com inventário de sistemas e custos.
Modernizar infraestrutura logística, conectividade e Smart Cities	Integrar 100% do Ecossistema de Inovação ou Modelo de Hélice Quádrupla, onde atuam de forma sincrônica Governo, Academia, Indústria e Sociedade. Desburocratizar em 100% as iniciativas de inovação educacional no DF, para remover as amarras jurídicas que impedem a entrada de novas tecnologias e parcerias com setor produtivo, até jan/2028. Levar 100% de internet e infraestrutura tecnológica às escolas rurais do DF, combatendo a	Fortalecer a integração entre educação, formação técnica e mercado de trabalho. Consolidar um ecossistema de inovação e empreendedorismo. Promover a retenção e o desenvolvimento de talentos no DF.	Incrementar parcerias normativas com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI-DF), até 2027. Transformar o “Parque Tecnológico “ em uma "Zona Franca de Testes" (Sandbox Regulatório), onde startups possam ampliar e experimentar tecnologias de Cidades Inteligentes até 2027. Aumentar subsídios diretos e simplificados para que microempresas contratem serviços de consultoria, com foco em tecnologia digital, e-commerce e gestão em nuvem, primeiro semestre de 2027. Expandir uma linha de fomento da FAPDF exclusiva para projetos que já possuam patente ou prova de conceito

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	desigualdade digital e permitindo inovação tecnológica, até jan/2028.		nos NITs da UnB/IFB/ Católica, BIOTIC visando a criação de novas empresas até dez/2026.
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Aumentar em 40% a participação do setor de TI no PIB do DF até 2030. Fomentar a emissão de 200 patentes locais registradas via BioTIC/ CETRAD até 2028.	Promover Ecossistema Startups e DeepTechs: BioTIC e CETRAD como polos de transferência tecnológica; CPSI como mecanismo de aquisição. Tríplice hélice Empresa-academia. Fomentar observatórios que consolidar informações do ecossistema inovador do DF e da Ride com mapeamentos e consolidação do P&D do DF.	Firmar convênio BioTIC-CETRAD para transferência de tecnologia com meta de dez contratos/ano até 2027. Realizar primeiro Hackathon DF Inova com 300 participantes e cinco soluções contratadas até 2027. Realizar primeiro Hackathon DF Inova até out/2027.
Reformular canais digitais com acessibilidade e desenho universal	Substituir 100% dos processos administrativos físicos por fluxos digitais auditáveis na SSP-DF até 2028.	Aplicar a tecnologia para gestão de ativos ambientais e resíduos em unidades prisionais e áreas de segurança, promovendo a sustentabilidade institucional e Instituir o indicador territorial de qualidade ambiental de segurança, monitorando o ciclo de manutenção urbana (limpeza e iluminação) via sensores ou dados georreferenciados.	Inventariar o passivo de tecnologias obsoletas e planejar o descarte ecológico ou atualização tecnológica conforme a LGPD e Implementar intervenções rápidas de “urbanismo tático” em 5 áreas auditadas, medindo o impacto da revitalização física na segurança.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Integrar tecnologia, inovação e setor produtivo	Aplicar 100% de tecnologia à gestão de resíduos, ativos ambientais, cadeias sustentáveis e novos modelos econômicos até 2030.	Preparar os alunos para conhecerem Tecnologias Emergentes e saberem operar as ferramentas da transformação digital aplicadas à sustentabilidade. Implementar sistemas de gestão de resíduos em escolas públicas, usando os dados gerados como material didático para os alunos. Reorganizar o currículo das escolas técnicas e Centros de Tecnologia pensando "Sustentabilidade e Digital". O objetivo é usar ferramentas digitais para acelerar o alcance de uma economia global mais sustentável e de baixo carbono. Promover, nas escolas rurais, o uso de dados para o aprendizado do cultivo de alimentos de forma mais eficiente, economizando água e solo.	Incluir no currículo das 11 escolas técnicas do DF módulos de TI Verde e IA para Sustentabilidade, aproveitando os editais de atualização de cursos da Secretaria de Educação. Incentivar, nas escolas públicas, o sistema de gestão de resíduos inteligentes, impulsionado por parcerias entre o governo, cooperativas e empresas privadas.

8.1.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Valorizar o servidor público e modernizar a cultura administrativa	Capacitar 50.000 servidores públicos em dados e IA até 2028. Tornar o DF o maior pólo formador de talentos digitais do Brasil até 2030. Inserir 50.000 profissionais em tecnologia e inovação até 2040.	Promover Programa DF Digital Skills: formação massiva em tecnologia, dados e IA: bootcamps com empresas. Adicionar à grade curricular do ensino fundamental e escolas técnicas de TI. Fomentar instruções normativas nas Secretarias do DF para priorizar projeto de formação tecnologia e residência em empresas e startups. Viabilizar LLMs open Sourcing para o processo educativo fundamental e técnico.	Lançar Programa DF Digital Skills com primeira turma de 500 servidores em parceria com EAPE e UnB até 2027. Firmar cinco parcerias com empresas de TI para bootcamps públicos gratuitos até dez/2027. Promover instruções normativas que priorizem a execução de emendas e projetos de formação de mão de obra técnica que reservem recurso para bolsa de residência em empresas e startups.
Promover saúde mental, bem-estar e ambientes institucionais saudáveis	Reduzir em 30% o turnover de servidores de TI até 2028. Aumentar em 50% a satisfação do servidor com o ambiente de trabalho digital até 2027.	Criar carreira de gestor de inovação pública. Desenvolver cultura de gestão por resultados e dados. Criar universidades corporativas públicas digitais. Criar programa de reconhecimento por inovação.	Elaborar e publicar Plano de Carreira de Gestor de Inovação Pública do GDF até 2027. Implantar programa de indução digital obrigatória para novos servidores (mínimo 40h) até 2028. Implantar programa de indução digital para novos servidores até nov/2027.
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Aumentar em 30% o número de formandos em cursos de TI e inovação até 2028. Fomentar cem parcerias empresa-escola ativas até 2027. Aderir ao programa de juros pela educação e acessar recurso que	Inserir programação e IA no currículo do ensino fundamental, escolas técnicas públicas de tecnologia. Parcerias EAPE-empresas para formação acelerada (bootcamps). Promover concurso que reconheça jovens destaques no desenvolvimento de IA, empresas destaques em	Inserir disciplina de programação e pensamento computacional em vinte escolas piloto da rede pública até 2027. Firmar dez parcerias empresa-escola para bootcamps acelerados até 2028. Firmar vinte parcerias empresa-escola para bootcamps até set/2027.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	deverão ser aplicados na formação técnica exclusiva para tecnologia e inteligência artificial.	soluções inovadoras no uso da IA e Cybersecurity.	

8.1.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Criar Conselho Estratégico de Tecnologia e Inovação do DF até 2027. Elevar o índice de maturidade digital do GDF acima de 70% até 2030.	Criar Conselho Estratégico de TI do DF com participação multissetorial. Criar Observatório de Inovação do DF, CODESE como articulador. Criar o NDEI-IA é o Núcleo Distrital de Ética e Inovação em Inteligência Artificial.	Elaborar e publicar decreto de criação do Conselho Estratégico de TI com composição multissetorial até 2027. Lançar Observatório de Inovação do DF com primeiro Índice de Maturidade Digital até 2028. Lançar Observatório de Inovação do DF até dez/2026.
Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência	Aumentar em 50% o engajamento cidadão em plataformas digitais de participação até 2027. Dar transparência radical: 100% dos dados públicos acessíveis online até 2027.	Implementar Plataforma digital de participação cidadã (e-democracy). IA para escuta ativa e análise de demandas. Painel de transparência CODESE.	Lançar plataforma digital de participação cidadã (e-democracia) com 10 mil usuários ativos até 2027. Atualizar portal de dados abertos do GDF com publicação mensal e linguagem acessível até 2028. Atualizar portal de dados abertos do GDF em tempo real até dez/2027.
Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência	Apresentar 100% das metas do plano de governo monitoradas em painel digital público até 2026. Tomar decisões baseadas em dados em 80% dos processos	Implantar Painel de Bordo Digital do GDF (Business Intelligence governamental). BI para todas as secretarias. Criar cultura de gestão baseada em dados. Criar índices públicos de desempenho urbano.	Implantar painel BI integrado nas cinco secretarias de maior impacto orçamentário até 2027. Publicar relatório semestral de desempenho das metas do plano estratégico a partir de 2028. Publicar relatório trimestral de desempenho de

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
	estratégicos até 2028.		metas do plano estratégico até 2027.
Fortalecer integridade, controle, compliance e gestão	Reduzir em 40% as fraudes detectadas via IA até 2028. Criar índice de maturidade de cibersegurança do GDF acima de nível 3 (NIST) até 2027.	Implantar Sandbox de Cibersegurança do GDF. Promover política de proteção de dados (LGPD).	Publicar política de cibersegurança e adequação à LGPD para os órgãos do GDF até 2027. Implantar auditoria semiautomática de contratos nas três maiores secretarias até 2028; implantar sistema de auditoria automática de contratos públicos até dez/2027.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Firmar 50 parcerias ativas com empresas globais de TI e instituições de pesquisa até 2028. Realizar cinco programas de cooperação técnica internacional em tecnologia até 2027.	Reunir a Tríplice hélice (governo-empresa-academia). Parcerias PPP em tecnologia. Realizar cooperação internacional em GovTech. Atrair empresas globais de TI ao DF. Viabilizar novos Centros EMBRAPII no DF e uma agência de fomento vocacionada.	Assinar cinco parcerias estratégicas com empresas de TI e universidades até 2027. Realizar missão de cooperação técnica internacional em GovTech até 2028.

8.1.4.5 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Criar Fundo Soberano de Inovação do DF com R$ 500 M até 2027. Destinar 1% do orçamento anual do GDF destinado a P&D e inovação.	Criar Fundo Soberano de Inovação e Startups do DF. Tornar os Editais da FAP mais abrangentes, extrapolando o foco acadêmico. CPSI para investimento em soluções inovadoras. Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional para TI, adotar o uso de novas alternativas de financiamento coletivo na perspectiva de atrair	Elaborar e enviar projeto de lei do Fundo de Inovação do DF à CLDF (início com R$ 50 M) até 2027. Identificar rubricas do Fundo Constitucional e FAP-DF reorientados para TI no PPA 2026-2029. Identificar rubricas orçamentárias do Fundo Constitucional para TI até mar/2027.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		mais investimento para negócios locais.	
Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas	Captar R$ 1 bilhão em PPPs de tecnologia e infraestrutura digital até 2028. Atrair vinte grandes empresas globais de TI para instalar operações no DF.	Criar Modelagem de PPPs para infraestrutura de conectividade (5G, fibra óptica). Criar parceria público-privada para Distrito de Inovação. Incentivos de IPTU/ISS para empresas de TI. Credenciar plataformas de financiamento coletivo no DF e RIDE que possam contribuir com o fomento ao crédito e fomento empresarial.	Modelar e publicar um chamamento público para PPP de conectividade (Wi-Fi e fibra óptica) até 2027. Realizar road show de investimentos em TI junto à SEDET com cinco empresas prospectadas até 2028. Realizar road show de investimentos em TI junto à SEDET até dez/2027. Viabilizar editais de credenciamento de plataformas de financiamento coletivo até jul/27.
Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos	Investir R$ 2 bilhões em infraestrutura digital até 2030. Implantar três polos produtivos de TI nas regiões do DF até 2028.	Investir em infraestrutura de conectividade, data centers REDATA. Criar polos produtivos de TI nas regiões do DF. Mobilidade inteligente financiada. Estimular o ingresso de instituições qualificadoras no fluxo do FCO.	Incluir no PPA 2026-2029 dotação de R$ 80 M para infraestrutura digital. contratar expansão de fibra óptica em cinco RAs prioritárias até 2028. Incluir agentes qualificadores do terceiro setor que possam contribuir com a qualificação de projetos do FCO vocacionado para TIC até jul 2027.

8.1.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Tecnologia reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Tecnologia são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Inovação	Assegurar continuidade entre o desenvolvimento e a experimentação das soluções e sua implantação nos sistemas e serviços.	IA; GovTech; Distrito de Inovação; Smart Cities; sandboxes; contratação pública; PPPs; empresas tecnológicas.
Educação	Disponibilizar infraestrutura, conectividade e ferramentas para gestão, ensino, formação e inclusão digital.	Escolas rurais; internet; equipamentos; formação docente; competências digitais; TI Verde; IA para sustentabilidade.
Comércio e Serviços	Ampliar a produtividade e a competitividade empresarial por meio da adoção de tecnologias digitais.	E-commerce; nuvem; automação; dados; microempresas; empresas de TI; transformação digital.
Sustentabilidade	Aplicar tecnologia à gestão ambiental e incorporar critérios ambientais ao ciclo dos ativos tecnológicos.	Resíduos inteligentes; ativos ambientais; sensores; georreferenciamento; TI Verde; descarte ecológico.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Segurança	Implantar sistemas, dados e infraestrutura tecnológica para processos e operações de segurança expressamente previstos.	Processos digitais; sensores; sistemas; georreferenciamento; monitoramento; IA; inventário tecnológico.
Cultura e Economia Criativa	Aplicar tecnologia à circulação, ao acesso, à produção cultural e à preservação do patrimônio.	Corredores culturais; sinalização; iluminação; plataformas; patrimônio digital; acessibilidade.
Habitação e Urbanismo	Apoiar tecnologicamente o planejamento territorial e a preservação do patrimônio urbanístico.	Acervo 3D; realidade aumentada; áreas tombadas; sensores; alertas de IA; geointeligência.
Mobilidade e Infraestrutura	Integrar conectividade, sensores e sistemas inteligentes às redes e aos corredores urbanos.	Smart DF; 5G; IoT; iluminação; logística autônoma; corredores inteligentes; infraestrutura digital.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Estender sistemas, dados e soluções tecnológicas às iniciativas regionais expressamente previstas.	AgroTech; observatórios; conectividade; cadeias regionais; plataformas e integração territorial.

Delimitação das alianças para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A Câmara Técnica de Tecnologia permanece responsável pelos componentes de infraestrutura digital, sistemas, dados, conectividade, interoperabilidade, automação e aplicação tecnológica que lhe forem atribuídos. A participação das demais Câmaras deve respeitar os limites documentais de cada ação, sem ampliação das alianças apenas pela possibilidade genérica de utilização de tecnologia.

As demais Câmaras contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do DF e da RIDE.

TECNOLOGIA
CONEXÃO
E FUTURO

O Sindesei DF é o sindicato que apoia iniciativas que impulsionam o conhecimento, fortalecem o setor de TI e transformam o futuro.

Juntos por um Distrito Federal mais inovador e competitivo.

REPRESENTAÇÃO DO SETOR
DEFESA DOS INTERESSES
INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

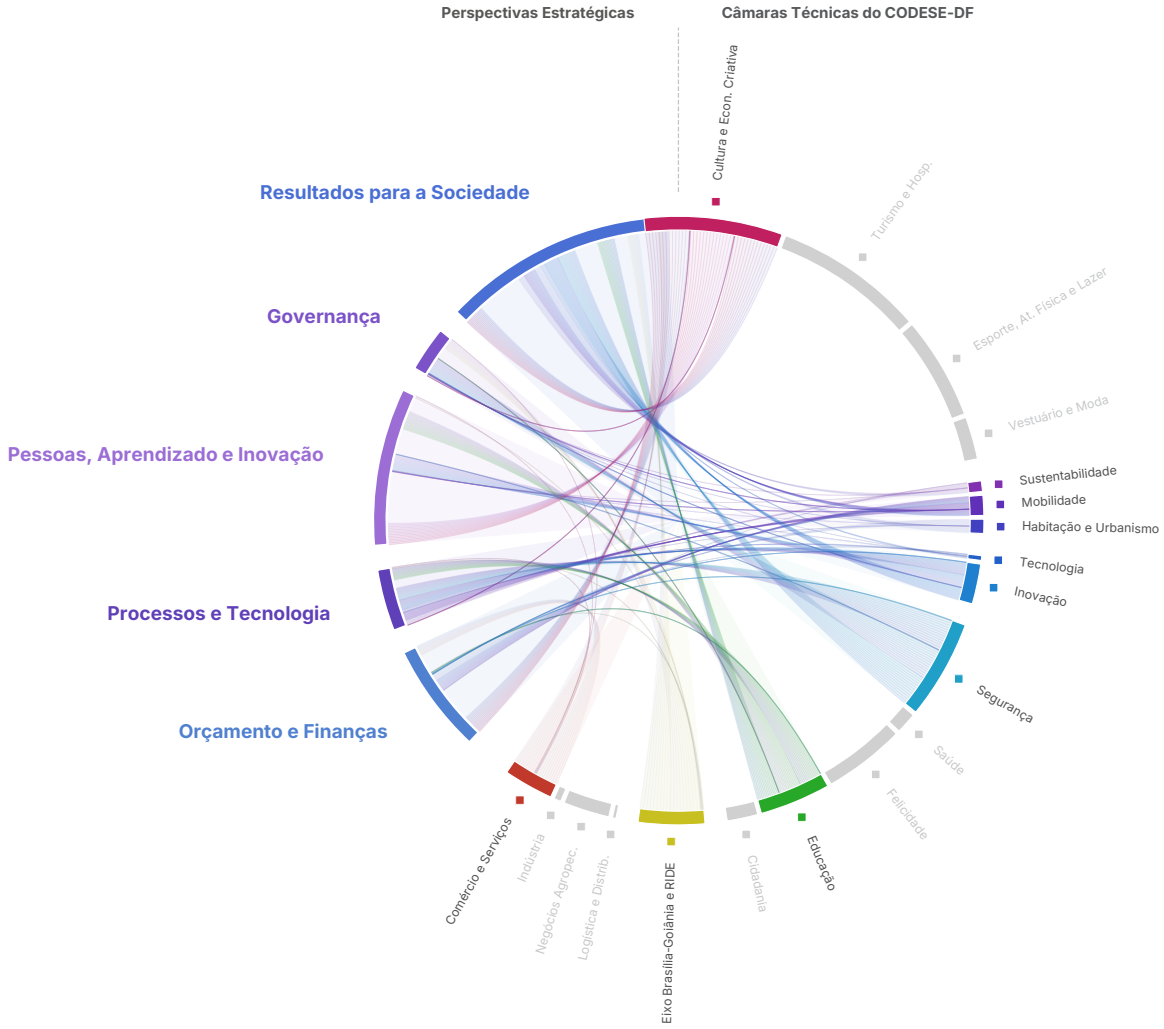
Sindesei DF
Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal

Saiba mais sobre o Sindesei DF e associe-se.

sindeseidf.com.br (61) 98344-7449

TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Tecnologia · 9 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: TECNOLOGIA

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

	Cultura e Economia Criativa
	Sustentabilidade
	Mobilidade e Infraestrutura
	Habitação e Urbanismo
	Inovação
	Segurança
	Educação
	Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
	Comércio e Serviços

PARTE III

Eixo Estratégico

8. Tecnologia e Inovação

8.2 Inovação

8.2.1 Apresentação e Contexto

> O Distrito Federal possui um dos maiores potenciais de inovação do país, com a maior concentração de doutores e mestres entre as UFs, presença de universidades federais de excelência (UnB, IFB) e um ecossistema de startups em crescimento. No entanto, a inovação ainda é concentrada no Plano Piloto e desconectada das demandas das RAs periféricas e da RIDE.

8.2.2 Panorama Atual do DF

8.2.2.1 Diagnóstico Geral

Segundo o Panorama do DF 2026, o DF tem a maior taxa de mestres e doutores do país e a maior escolaridade média dos adultos entre as UFs. O ecossistema de startups do DF cresceu 40% entre 2020 e 2024.

O objetivo estratégico do CODESE-DF é: Reduzir em 30% a desigualdade digital entre RAs do DF até 2028, ampliando conectividade nas regiões de menor IDH, e implantar um laboratório de inovação em cada secretaria do GDF até 2027.

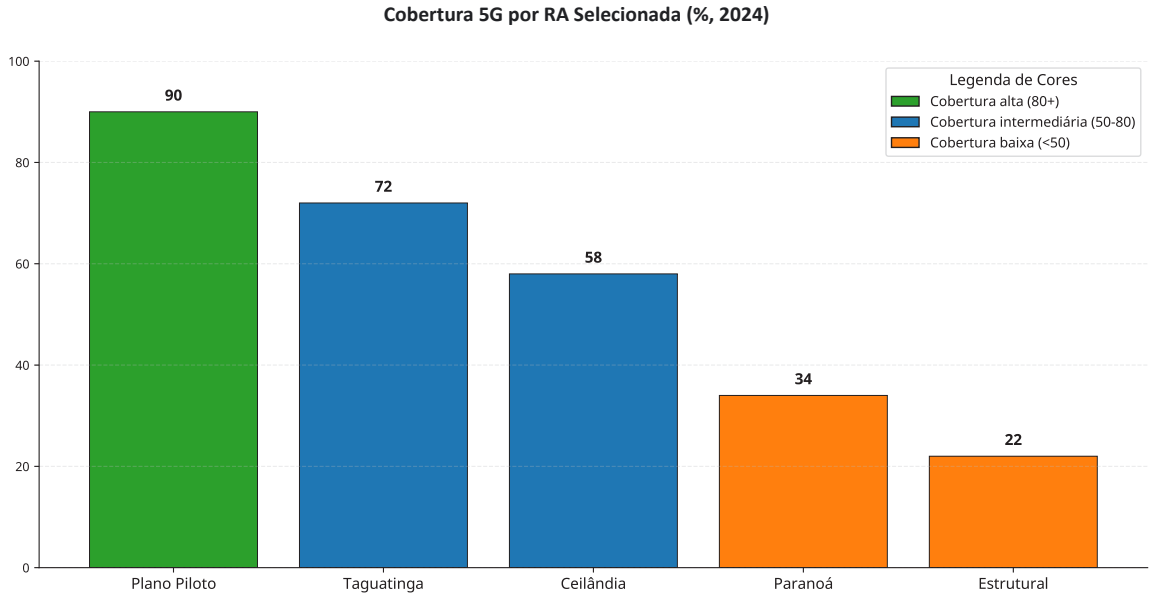


Gráfico 48: Cobertura 5G por RA selecionada (2024). A desigualdade digital entre o Plano Piloto (95%) e a Estrutural (22%) evidencia a necessidade de expansão da conectividade. Fonte: ANATEL e Panorama do DF 2026.

8.2.2.2 Disparidades Territoriais

A desigualdade digital entre RAs é um obstáculo crítico à inovação inclusiva. Enquanto o Plano Piloto tem cobertura 5G em 95% de sua área, RAs como Estrutural, Paranoá e Fercal têm cobertura inferior a 40%. Esta brecha digital reproduz e amplifica as desigualdades socioeconômicas.

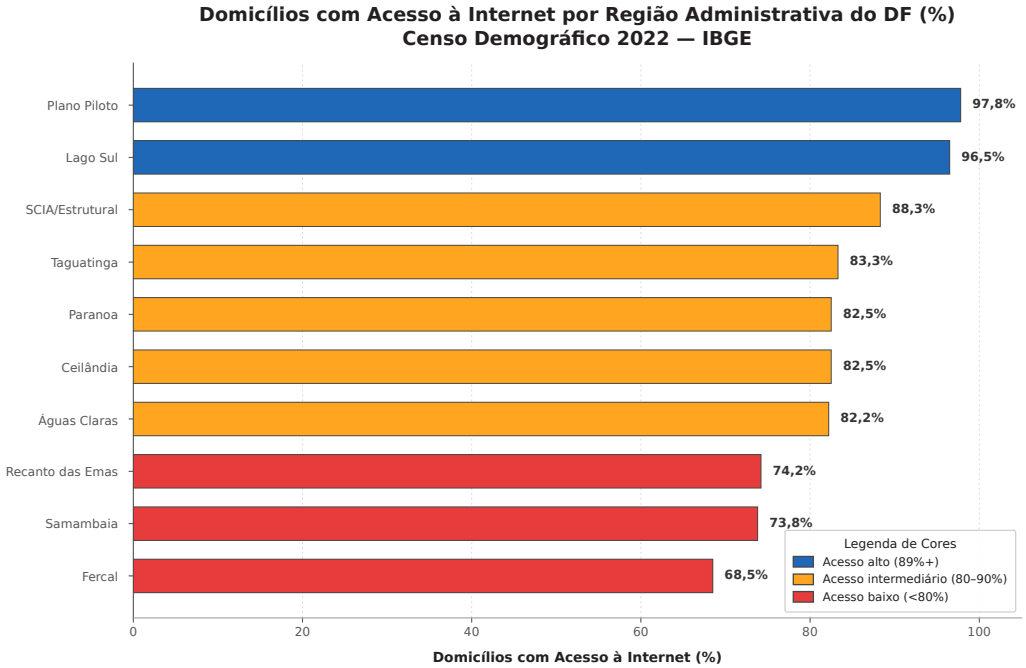


Gráfico 49: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022. Dados de acesso à internet em domicílios particulares ocupados.
Nota: O gráfico apresenta as Regiões Administrativas do DF em ordem crescente de acesso à internet. Observa-se disparidade significativa entre as regiões, com Plano Piloto e Lago Sul apresentando os maiores percentuais (97,8% e 96,5%), enquanto Fercal apresenta o menor acesso (68,5%), evidenciando a necessidade de políticas de inclusão digital nas regiões periféricas.

8.2.3 Conexão com a Agenda 2030 da ONU

A Câmara Técnica de Inovação alinha suas metas e ações aos ODS da Agenda 2030, reconhecendo a inovação tecnológica e o ecossistema empreendedor como motores do desenvolvimento sustentável e da modernização do setor público.

ODS	OBJETIVO	CONEXÃO COM AS METAS E AÇÕES DA CÂMARA
	**ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura**	O apoio a startups, parques tecnológicos e a integração entre academia e setor produtivo impulsionam a inovação e a infraestrutura.
	**ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes**	A modernização da gestão pública por meio de soluções inovadoras torna as instituições mais eficazes, transparentes e acessíveis.
	**ODS 17 — Parcerias e Meios de Implementação**	A criação de um ecossistema de inovação colaborativo depende do fortalecimento de parcerias entre governo, empresas e universidades.

8.2.4 Metas e Ações Estratégicas

No âmbito de suas perspectivas e objetivos estratégicos, a Câmara Técnica de Inovação formulou e propôs as seguintes metas e ações para o Plano Estratégico O DF Que a Gente Quer em 2040, organizadas por perspectiva estratégica e objetivo, com ações estruturantes de longo prazo e ações de curto prazo para implementação imediata.

8.2.4.1 Perspectiva: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Consolidar o DF como metrópole inteligente, inovadora, sustentável e criativa.	Fortalecer o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do DF. Ampliar o acesso ao crédito para empresas inovadoras com baixa disponibilidade de garantias reais. Estimular empregos qualificados, retenção de talentos e diversificação econômica. Posicionar o BRB como banco priotitário de fomento à inovação no Distrito Federal.	Criar Fundo Garantidor para Ciência, Tecnologia e Inovação.	Elaborar proposta de lei para criação do fundo pelo GDF com auxílio do BRB. Definir segmentos prioritários de inovação, tecnologia, pesquisa aplicada e transformação digital. Estruturar fundo específico com o BRB como agente financeiro prioritário. Criar linhas de crédito para startups, empresas de base tecnológica e projetos inovadores. Integrar o fundo a parceiros institucionais, como, BIOTIC, GDF, FAPDF, universidades, parques tecnológicos e entidades empresariais. Estabelecer critérios de acompanhamento de resultados, geração de empregos qualificados e desenvolvimento de soluções para o DF.

8.2.4.2 Perspectiva: PROCESSOS E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Implementar Conectividade 5G em 100% das regiões administrativas até 2028. Implantar Smart DF em cinco corredores urbanos críticos até 2030.	Criar Centro Integrado Smart DF, IoT urbano em escala. Expandir 5G e fibra óptica. Sandbox de Logística Autônoma (drones e veículos autônomos). Iluminação pública inteligente.	Implantar trinta pontos de monitoramento IoT em Brasília (Plano Piloto e Taguatinga) até 2027. Iniciar piloto de iluminação pública inteligente em duas RAs com redução de 20% no consumo até 2028. Iniciar piloto de iluminação pública inteligente em três RAs até dez/2026.
Implantar inteligência de dados e IA para	Formalizar parcerias com universidades e centros de pesquisa	Estabelecer acordos de cooperação técnica com universidades e	Articular com o Sistema S a criação de vagas de aprendizagem vinculadas a

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
escuta ativa e gestão pública	para avaliação independente anual de 100% dos programas estratégicos dez/2026.	empresas estatais para suporte analítico e desenvolvimento de inovações.	programas de prevenção tecnológica para jovens e publicar o primeiro Relatório Anual de Tecnologia e Segurança com inventário de sistemas e custos.
Modernizar infraestrutura logística, conectividade e Smart Cities	Integrar 100% do Ecossistema de Inovação ou Modelo de Hélice Quádrupla, onde atuam de forma sincrônica Governo, Academia, Indústria e Sociedade. Desburocratizar em 100% as iniciativas de inovação educacional no DF para remover as amarras jurídicas que impedem a entrada de novas tecnologias e parcerias com setor produtivo até jan/2028. Levar 100% de internet e infraestrutura tecnológica às escolas rurais do DF, combatendo a desigualdade digital e permitindo inovação tecnológica, até jan/2028.	Fortalecer a integração entre educação, formação técnica e mercado de trabalho. Consolidar um ecossistema de inovação e empreendedorismo. Promover a retenção e o desenvolvimento de talentos no Distrito Federal.	Incrementar parcerias normativas com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI-DF), até 2027. Transformar o "Parque Tecnológico " em uma "Zona Franca de Testes" (Sandbox Regulatório), onde startups possam ampliar e experimentar tecnologias de Cidades Inteligentes até 2027. Aumentar subsídios diretos e simplificados para que microempresas contratem serviços de consultoria com foco em tecnologia digital, e-commerce e gestão em nuvem, primeiro semestre de 2027. Expandir uma linha de fomento da FAPDF exclusiva para projetos que já possuam patentes ou prova de conceito nos NITs da UnB/ IFB/ Católica, BIOTIC visando a criação de novas empresas até dez/2027.
Implantar gestão georreferenciada e planejamento territorial integrado	Aumentar em 40% a participação do setor de TI no PIB do DF até 2030. Fomentar a emissão de duzentas patentes locais registradas via BioTIC/ CETRAD até 2028.	Promover Ecossistema Startups e DeepTechs: BioTIC e CETRAD como polos de transferência tecnológica. CPSI como mecanismo de aquisição. Tríplice hélice Empresa-academia. Fomentar observatórios que consolidem informações do ecossistema inovador do DF e da RIDE com mapeamentos e consolidação do P&D.	Firmar convênio BioTIC-CETRAD para transferência de tecnologia com meta de dez contratos/ano até 2027. Realizar primeiro Hackathon DF Inova com trezentos participantes e cinco soluções contratadas até 2027 através de CPSI. Realizar primeiro Hackathon DF Inova até out/2027.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Reformular canais digitais com acessibilidade e desenho universal	Substituir 100% dos processos administrativos físicos por fluxos digitais auditáveis na SSP-DF até 2028.	Aplicar a tecnologia para gestão de ativos ambientais e resíduos em unidades prisionais e áreas de segurança, promovendo a sustentabilidade institucional e Instituir o indicador territorial de qualidade ambiental de segurança, monitorando o ciclo de manutenção urbana (limpeza e iluminação) via sensores ou dados georreferenciados.	Inventariar o passivo de tecnologias obsoletas e planejar o descarte ecológico ou atualização tecnológica conforme a LGPD e implementar intervenções rápidas de "urbanismo tático" em cinco áreas auditadas, medindo o impacto da revitalização física na segurança.

8.2.4.3 Perspectiva: PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Valorizar o servidor público e modernizar a cultura administrativa	Capacitar 50 mil servidores públicos em dados e IA até 2028. Tornar o DF o maior pólo formador de talentos digitais do Brasil até 2030. Inserir 50 mil profissionais em tecnologia e inovação até 2040.	Promover Programa DF Digital Skills: formação massiva em tecnologia, dados e IA. Bootcamps com empresas. Adicionar a grade curricular do ensino fundamental. Escolas técnicas de TI. Fomentar instruções normativas nas Secretarias do DF para priorizar projeto de formação tecnologia e residência em empresas e startups. Viabilizar LLMs open Sourcing para o processo educativo fundamental e técnico.	Lançar Programa DF Digital Skills com primeira turma de quinhentos servidores em parceria com EAPE e UnB até 2027. Firmar cinco parcerias com empresas de TI para bootcamps públicos gratuitos até 2027. Firmar parcerias com empresas de TI para bootcamps públicos até dez/2027. Promover Instruções normativas que priorizem a execução de emendas e projetos de formação de mão de obra técnica que reservem recurso para bolsa de residência em empresas e startups.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Promover saúde mental, bem-estar e ambientes institucionais saudáveis	Reduzir em 30% o turnover de servidores de TI até 2028. Aumentar em 50% a satisfação do servidor com o ambiente de trabalho digital até 2027.	Criar carreira de gestor de inovação pública. Desenvolver cultura de gestão por resultados e dados. Criar universidades corporativas públicas digitais. Criar programa de reconhecimento por inovação.	Elaborar e publicar Plano de Carreira de Gestor de Inovação Pública do GDF até 2027. Implantar programa de indução digital obrigatória para novos servidores (mínimo 40h) até 2028. Implantar programa de indução digital para novos servidores até nov/2027.
Estimular laboratórios de inovação e soluções colaborativas	Um laboratório de inovação em cada secretaria do GDF até 2027. Cem soluções inovadoras desenvolvidas colaborativamente até 2028.		Implantar três GovLabs piloto (Saúde, Educação, Mobilidade) com metodologia ágil até 2027. Realizar hackathon público com trezentos participantes e soluções pilotadas em três secretarias até 2028. Realizar hackathon público com quinhentos participantes até out/2027.
Desenvolver competências em dados, IA, inovação e gestão por resultados	Aumetar em 30% o número de formandos em cursos de TI e inovação até 2028. Fomentar cem parcerias empresa-escola ativas até 2027. Aderir ao programa de juros pela educação e acessar recurso que deverão ser aplicados na formação técnica exclusiva para tecnologia e inteligência artificial.	Inserir programação e IA no currículo do ensino fundamental. Escolas técnicas públicas de tecnologia. Parcerias EAPE-empresas para formação acelerada (bootcamps). Promover concurso que reconheça jovens destaques no desenvolvimento de IA, empresas destaques em soluções inovadoras no uso da IA e Cybersecurity.	Inserir disciplina de programação e pensamento computacional em vinte escolas piloto da rede pública até 2027. Firmar dez parcerias empresa-escola para bootcamps acelerados até 2028. Firmar vinte parcerias empresa-escola para bootcamps até set/2027.

8.2.4.4 Perspectiva: GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer a integração regional com a RIDE e estados limítrofes	Criar Conselho Estratégico de Tecnologia e Inovação do DF até 2027. Elevar o índice de maturidade digital do GDF acima de 70% até 2030.	Criar Conselho Estratégico de TI do DF com participação multissetorial. Criar Observatório de Inovação do DF, CODESE como articulador. Criar o NDEI-IA, Núcleo Distrital de Ética e Inovação em Inteligência Artificial.	Elaborar e publicar decreto de criação do Conselho Estratégico de TI com composição multissetorial até 2027. Lançar Observatório de Inovação do DF com primeiro índice de Maturidade Digital até 2028. Lançar Observatório de Inovação do DF até dez/2027.
Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência	Aumentar em 50% o engajamento cidadão em plataformas digitais de participação até 2027. Dar transparência radical: 100% dos dados públicos acessíveis online até 2027.	Implementar Plataforma digital de participação cidadã (e-democracy). IA para escuta ativa e análise de demandas. Painel de transparência CODESE.	Lançar plataforma digital de participação cidadã (e-democracia) com 10 mil usuários ativos até 2027. Atualizar portal de dados abertos do GDF com publicação mensal e linguagem acessível até 2028. Atualizar portal de dados abertos do GDF em tempo real até dez/2027.
Ampliar participação cidadã, escuta ativa e transparência	Apresentar 100% das metas do plano de governo monitoradas em painel digital público até 2027. Tomar decisões baseadas em dados em 80% dos processos estratégicos até 2028.	Iimplantar Painel de Bordo Digital do GDF (Business Intelligence governamental). BI para todas as secretarias. Criar cultura de gestão baseada em dados. Criar índices públicos de desempenho urbano.	Implantar painel BI integrado nas cinco secretarias de maior impacto orçamentário até 2027. Publicar relatório semestral de desempenho das metas do plano estratégico a partir de 2028. Publicar relatório trimestral de desempenho de metas do plano estratégico até 2027.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Fortalecer integridade, controle, compliance e gestão	Reduzir em 40% as fraudes detectadas via IA até 2028. Criar índice de maturidade de cibersegurança do GDF acima de nível 3 (NIST) até 2027.	Implantar Sandbox de Cibersegurança do GDF. Promover política de proteção de dados (LGPD).	Publicar política de cibersegurança e adequação à LGPD para os órgãos do GDF até 2027. Implantar auditoria semiautomática de contratos nas três maiores secretarias até 2028. implantar sistema de auditoria automática de contratos públicos até dez/2027.
Institucionalizar uma governança de longo prazo para o DF que a gente quer	Firmar cinquenta parcerias ativas com empresas globais de TI e instituições de pesquisa até 2028. Realizar cinco programas de cooperação técnica internacional em tecnologia até 2027.	Reunir a Tríplice hélice (governo-empresa-academia). Parcerias PPP em tecnologia. Realizar cooperação internacional em GovTech. Atrair empresas globais de TI ao DF. Viabilizar novos Centros EMBRAPII no DF e uma agência de fomento vocacionada.	Assinar cinco parcerias estratégicas com empresas de TI e universidades até 2027. Realizar missão de cooperação técnica internacional em GovTech até 2028.

8.2.4.5 Perspectiva: ORÇAMENTO E FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
Estimular monetização de ativos ambientais e economia circular	Criar Fundo Soberano de Inovação do DF com R$ 500 M até 2027. Destinar 1% do orçamento anual do GDF destinado a P&D e inovação.	Criar Fundo Soberano de Inovação e Startups do DF. Tornar os Editais da FAP mais abrangentes, extrapolando o foco acadêmico. CPSI para investimento em soluções inovadoras. Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional para	Elaborar e enviar projeto de lei do Fundo de Inovação do DF à CLDF (início com R$ 50 M) até 2027. Identificar rubricas do Fundo Constitucional e FAP-DF reorientados para TI no PPA 2026-2029. Identificar rubricas orçamentárias do Fundo Constitucional para TI até mar/2027.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	AÇÕES ESTRUTURANTES	AÇÕES DE CURTO PRAZO
		TI. Adotar o uso de novas alternativas de financiamento coletivo na perspectiva de atrair mais investimento para negócios locais.	
Usar de forma eficiente o Fundo Constitucional e demais fontes públicas	Captar R$ 1 bilhão em PPPs de tecnologia e infraestrutura digital até 2028. Atrair vinte grandes empresas globais de TI para instalar operações no DF.	Criar Modelagem de PPPs para infraestrutura de conectividade (5G, fibra óptica). Criar parceria público-privada para Distrito de Inovação. incentivos de IPTU/ ISS para empresas de TI. Credenciar plataformas de financiamento coletivo no DF e RIDE que possam contribuir com o fomento ao crédito e fomento empresarial no DF e RIDE.	Modelar e publicar um chamamento público para PPP de conectividade (Wi-Fi e fibra óptica) até 2027. Realizar road show de investimentos em TI junto à SEDET com cinco empresas prospectadas até 2028. Realizar road show de investimentos em TI junto à SEDET até dez/2027. Viabilizar editais de credenciamento de plataformas de financiamento coletivo até jul/27.
Financiar infraestrutura, mobilidade e polos produtivos	Investir R$ 2 bilhões em infraestrutura digital até 2030. implantar três polos produtivos de TI nas regiões do DF até 2028.	Investir em infraestrutura de conectividade, data centers REDATA. Criar polos produtivos de TI nas regiões do DF. Mobilidade inteligente financiada. Estimular o ingresso de instituições qualificadoras no fluxo do FCO.	Incluir no PPA 2026-2029 dotação de R$ 80 M para infraestrutura digital. Contratar expansão de fibra óptica em cinco RAs prioritárias até 2028. Incluir agentes qualificadores do terceiro setor que possam contribuir com a qualificação de projetos do FCO vocacionado para TIC até jul 2027.

8.2.5 Transversalidade

Alianças estratégicas para implementação do Plano

A Câmara Técnica de Inovação reconhece que o alcance pleno de seus objetivos estratégicos depende da atuação articulada com outras Câmaras Técnicas previstas no Plano Estratégico "O DF Que a Gente Quer 2026–2040". As interfaces identificadas decorrem exclusivamente das evidências documentais constantes no Painel de Bordo, considerando objetivos compartilhados, ações estruturantes convergentes, responsabilidades complementares ou implementação conjunta prevista no Plano.

As principais conexões e alianças estratégicas da Câmara Técnica de Inovação são apresentadas na tabela a seguir:

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Tecnologia	Assegurar continuidade entre pesquisa, desenvolvimento e experimentação e a implantação das soluções em sistemas, redes e serviços.	Distrito de Inovação; GovTech; IA; CPSI; Smart Cities; sandboxes; formação; PPPs; empresas tecnológicas.
Educação	Conectar formação, pesquisa e competências à criação de soluções, empreendedorismo e transferência de conhecimento.	Formação técnica; bolsas; residências; universidades; NITs; laboratórios; propriedade intelectual.
Comércio e Serviços	Transformar conhecimento e soluções em empresas, produtos, empregos, investimentos e mercados.	Startups; DeepTechs; incentivos; atração de empresas; novos negócios; Distrito de Inovação.

CÂMARA TÉCNICA	FINALIDADE DA ARTICULAÇÃO	PRINCIPAIS AGENDAS COMPARTILHADAS
Negócios Agropecuários	Desenvolver e testar soluções aplicadas à produção rural e agroindustrial.	AgroTech; biotecnologia; agricultura de precisão; P&D; EMBRAPA; projetos-piloto; transferência.
Cultura e Economia Criativa	Conectar empreendimentos e cadeias criativas a hubs, novos modelos de negócio, propriedade intelectual e mercados.	Hub CETRAD; startups criativas; produtos; propriedade intelectual; empreendedorismo.
Eixo Brasília-Goiânia e RIDE	Compartilhar laboratórios, capacidades, soluções, observatórios, financiamento e cooperação regional.	AgroTech; laboratórios regionais; observatórios; projetos-piloto; financiamento; rede de soluções.
Mobilidade e Infraestrutura	Desenvolver, testar e validar soluções inovadoras para mobilidade, logística, Smart Cities e infraestrutura.	Projetos-piloto; sandboxes; logística autônoma; Smart Cities; PPPs.

Delimitação das alianças para implementação

As alianças estratégicas identificadas possuem natureza colaborativa e decorrem da complementaridade entre as diferentes políticas públicas previstas no Plano Estratégico.

A aliança com Tecnologia é a mais transversal, pois diversas metas e ações aparecem formalmente reunidas sob a denominação conjunta "Tecnologia e Inovação". Inovação não assume a operação de redes, sistemas ou plataformas. Tecnologia não assume, por essa interface, a responsabilidade predominante por pesquisa, patentes, transferência, experimentação ou contratação inovadora.

A Câmara Técnica de Inovação permanece responsável pelos componentes de pesquisa, criação, desenvolvimento, experimentação, propriedade intelectual, transferência tecnológica, contratação inovadora, formação de empresas, financiamento e escalabilidade que lhe forem atribuídos. As alianças devem permanecer limitadas às evidências documentais do Plano, sem ampliação baseada apenas em afinidade temática.

As demais Câmaras contribuem para essas agendas a partir de suas competências temáticas específicas, assegurando que as políticas públicas previstas no Plano Estratégico sejam implementadas de forma integrada, complementar e territorialmente coordenadas, sem sobreposição de atribuições. Essa configuração fortalece a governança regional e amplia a capacidade de execução das estratégias de desenvolvimento do DF e da RIDE.

ISG - Participações S.A.

A ISG Participações investe na inovação para oferecer soluções aos principais segmentos de mercado como Soluções para Educação, Assistência ao Desenvolvimento Social e Emocional, Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Tecnologia da Informação, Infraestrutura e Serviços, Gestão e Terceirização de mão de obra de T.I.

BRISK truly. Estudologia DROS HERO

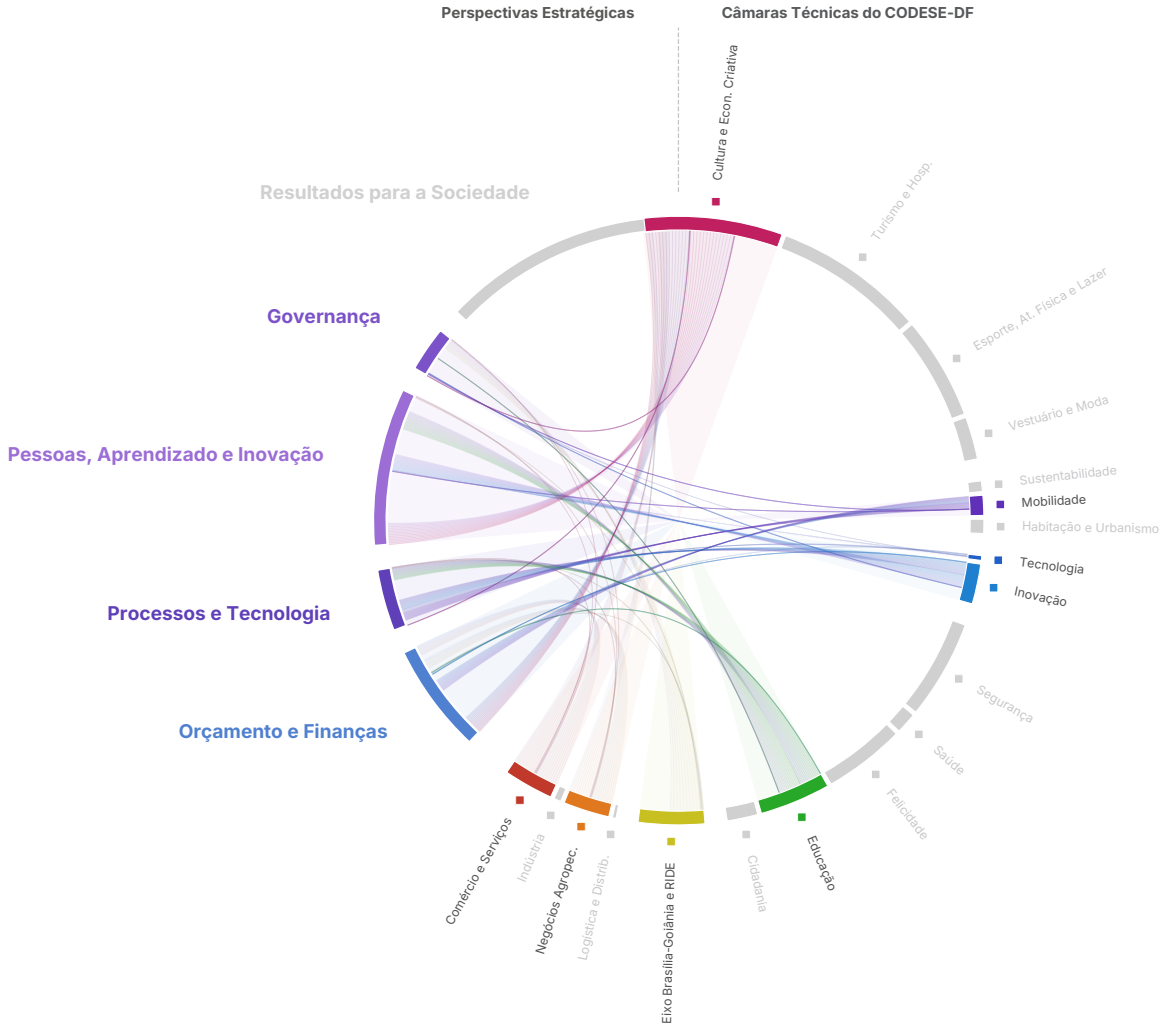
Great Place To Work. Certificada JAN 2026-JAN 2027 Brasil

LUGAR INCRÍVEL PARA TRABALHAR 2026 FIR CERTIFICADO DE CLIMA ORGANIZACIONAL



TRANSVERSALIDADE DE AÇÕES ENTRE CÂMARAS

Câmara Técnica: Inovação · 7 câmara(s) com ações transversais



CÂMARA TÉCNICA: INOVAÇÃO

CÂMARAS COM AÇÕES TRANSVERSAIS:

- Cultura e Economia Criativa
- Mobilidade e Infraestrutura
- Tecnologia
- Educação
- Eixo Brasília-Goiânia e RIDE
- Negócios Agropecuários
- Comércio e Serviços

PARTE IV

9. Hackatown das Regiões Administrativas

O que os Territórios Propõem: Catálogo de Projetos das Regiões Administrativas do DF

Magda Fernanda M. Fernandes - TechTerritorial
Jorge Henrique Cabral Fernandes - UnB

O sucesso de uma agenda de desenvolvimento de longo prazo que oriente políticas públicas e investimentos depende da transformação de demandas sociais em propostas estruturadas. Este texto introduz o Catálogo de Projetos das Regiões Administrativas do DF, elaborado a partir da escuta ativa qualificada da sua população. É o produto mais concreto do HackATown das Regiões Administrativas, uma jornada participativa institucionalizada pelo CODESE-DF, que reuniu 173 representantes de 30 das 35 Regiões Administrativas em 30 de maio de 2026, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília - DF.

As setenta e seis (76) propostas de projeto que compõem este catálogo foram desenvolvidas ao longo de horas de discussão territorializada, baseadas em uma compreensão sistêmica dos desafios de desenvolvimento do DF, comparação entre percepção da população e indicadores oficiais e debates mesa a mesa, buscando transformações prioritárias para os territórios. Mais do que uma demanda espontânea, as propostas de projetos carregam diagnósticos, justificativas e visões de futuro.

Projetos por Eixo Estratégico

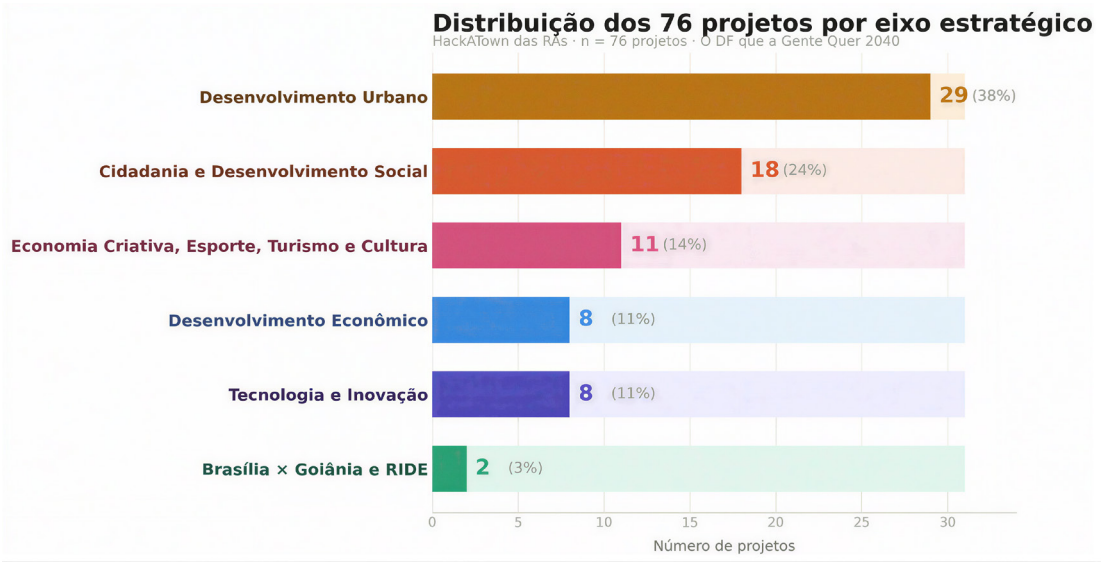


Figura 1 - Distribuição dos projetos por eixo do CODESE-DF. Fonte: HackATown das RAs.

Os projetos foram numerados de 1 a 76, e organizados em torno dos seis eixos estratégicos do CODESE-DF conforme a Figura 1: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Social e Cidadania; Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura; Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Econômico; e Integração Territorial e Regional (Brasília × Goiânia e RIDE).

O eixo **Desenvolvimento Urbano** concentra 29 projetos (números 01 a 29), o maior número, evidenciando a centralidade da regularização fundiária, da infraestrutura urbana e da mobilidade como bases para o desenvolvimento dos territórios. A regularização fundiária é demanda recorrente em sete (7) Regiões Administrativas, frequentemente associada ao acesso a serviços públicos e à viabilização de investimentos. Também se destacam iniciativas voltadas à pavimentação, drenagem, preservação ambiental, gestão de resíduos sólidos e planejamento de desenvolvimento local baseado em evidências.

Na sequência, o eixo de **Cidadania e Desenvolvimento Social** reúne dezoito (18) projetos (números 30 a 47), concentrados no fortalecimento da atenção primária à saúde, com ênfase na ampliação das equipes de Saúde da Família. O eixo também contempla iniciativas relacionadas à proteção social, saúde mental, cultura de paz, participação cidadã e promoção da equidade.

O eixo **Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura** agrega onze (11) projetos (números 48 a 58) que demandam descentralização das oportunidades culturais e esportivas. Entre as principais iniciativas estão a criação de distritos criativos, a implantação e recuperação de equipamentos públicos e a utilização da cultura e do esporte como instrumentos de inclusão social, formação cidadã e fortalecimento da identidade territorial.

O eixo **Tecnologia e Inovação** reúne oito (8) projetos (números 59 a 66) que focam na aplicação de soluções tecnológicas para

enfrentar desafios públicos, incluindo plataformas digitais de serviços, gestão inteligente da saúde, monitoramento territorial, tecnologias sociais voltadas à sustentabilidade e assistência técnica urbana. Parte significativa dessas iniciativas foi apresentada por regiões com maiores desafios socioeconômicos, indicando a inovação como estratégia para ampliar oportunidades e reduzir desigualdades.

O eixo **Desenvolvimento Econômico** também reúne oito (8) projetos (números 67 a 74), que priorizam ações voltadas à geração de emprego e renda por meio da criação de áreas produtivas, qualificação profissional, fortalecimento das economias locais, estímulo à economia circular e planejamento das vocações econômicas de cada território.

Por fim, o eixo **Brasília × Goiânia e RIDE** reúne dois (2) projetos (números 75 e 76). Embora numericamente reduzidos, ambos possuem caráter estratégico ao abordar a articulação entre o Distrito Federal e sua região de influência, propondo novos modelos de organização territorial e soluções de mobilidade em escala metropolitana, reforçando uma visão integrada do desenvolvimento regional de longo prazo.

Projetos por grupo de renda

A natureza dos projetos também varia ao longo do gradiente socioeconômico do DF, considerando a renda per capita. A distribuição dos projetos por faixa de renda da RA proponente, ilustrada na Figura 2, revela que, embora a intensidade das iniciativas seja relativamente semelhante entre os territórios, sua natureza varia significativamente.

Nas Regiões Administrativas de menor renda, predominam reivindicações pela oferta de serviços e infraestruturas básicas: a unidade de saúde que ainda não foi construída, a pavimentação que ainda não chegou, e a regularização fundiária que ainda não foi concluída. Esse grupo concentra 45% dos projetos e tem como foco principal o acesso a serviços essenciais, como saúde, infraestrutura urbana, regularização fundiária e equipamentos culturais.

Nas Regiões Administrativas de renda média, responsáveis por 37% dos projetos, as reivindicações se deslocam da simples oferta para a qualificação dos serviços já ofertados. Nesse grupo, destacam-se iniciativas voltadas à melhoria dos serviços públicos existentes, ao fortalecimento da participação social, à cultura de paz e à qualificação dos espaços de convivência comunitária.

Por sua vez, nas Regiões Administrativas de renda alta, que concentram 18% dos projetos, predominam reivindicações relacionadas ao planejamento e governança. As iniciativas priorizam mobilidade, preservação e políticas distritais, refletindo uma preocupação maior com eficiência e sustentabilidade do desenvolvimento.

Apesar dessas diferenças, algumas iniciativas demonstram capacidade de atravessar todo o espectro socioeconômico. O caso mais evidente é a ampliação da atenção primária à saúde, presente em projetos oriundos de regiões com níveis de renda bastante distintos, como Fercal, SIA, Arniqueira, Guará e Park Way. Essa convergência sugere que determinadas reivindicações não decorrem apenas de desigualdades territoriais, mas refletem desafios estruturais compartilhados por diferentes segmentos da população, indicando a necessidade de soluções de alcance sistêmico.

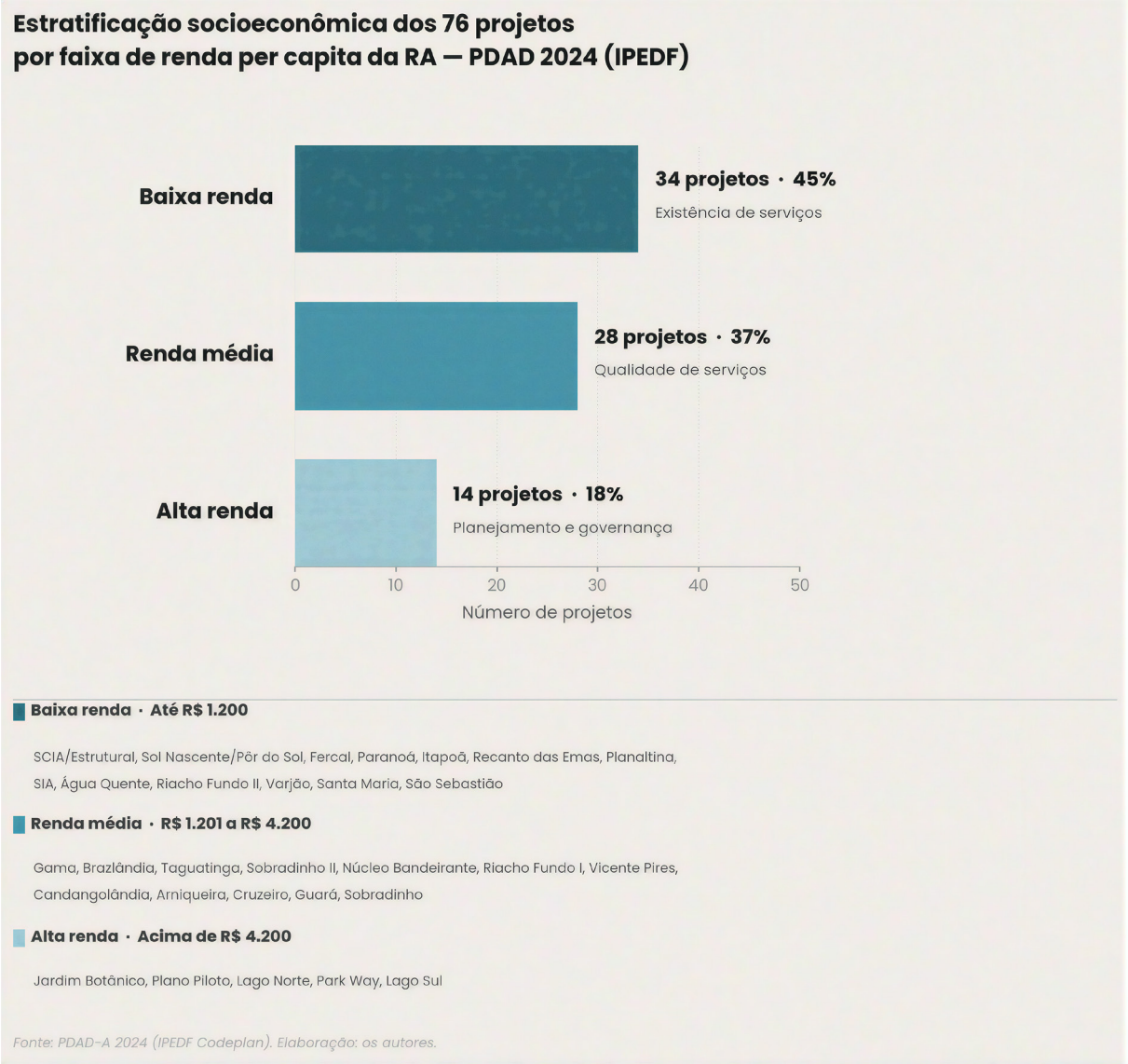


Figura 2 - Estratificação socioeconômica dos projetos por RA. Elaboração: os autores.

Outro aspecto relevante é que parte dos projetos formulados por regiões de maior renda apresenta uma visão que ultrapassa seus próprios limites territoriais, abordando questões que afetam populações de outras regiões ou do Entorno. Projetos relacionados à mobilidade metropolitana, à integração regional e à ampliação do acesso à moradia evidenciam uma percepção de interdependência entre os territórios do Distrito Federal e da RIDE. Esse padrão reforça a importância de mecanismos de governança capazes de articular interesses diversos e promover soluções construídas a partir de uma perspectiva territorial integrada.

Recomendações Decorrentes da Análise dos Projetos

A análise das propostas de projetos deste catálogo, que reflete as percepções, experiên-

cias e soluções propostas coletivamente pela população, gera cinco (5) recomendações que podem orientar ações dos próximos governos do Distrito Federal.

Recomendação 1: **Atenção imediata às propostas tidas como amadurecidas.** Na percepção da população, muitas das iniciativas apresentadas (números 2, 08, 22, 27, 30, 32, 36, 42, 49, 60, 67, 68, 70) já possuem condições suficientes para avançar para a implementação, sem necessidade de novos ciclos extensos de formulação.

Recomendação 2: **Reconhecer e fortalecer a inovação produzida nos territórios, especialmente nas regiões periféricas.** Soluções criativas para desafios sociais, urbanos e ambientais surgem em diferentes contextos do Distrito Federal. Cinco dos oito projetos de tecnologia e inovação vêm de RAs de baixa renda (números 67, 68, 69, 72, 74) revelando o potencial dos territórios como espaços de produção de conhecimento e inovação. Isso desautoriza qualquer desenho de política de inovação que trate a periferia como receptora, e não como produtora de tecnologia.

Recomendação 3: **Fortalecer coalizões interterritoriais.** A recorrência de projetos semelhantes em diferentes Regiões Administrativas indica a existência de agendas compartilhadas que podem ser desenvolvidas de forma articulada, ampliando a escala dos resultados e fortalecendo a cooperação entre territórios que enfrentam desafios comuns. Regiões Administrativas distintas que pedem a mesma coisa já formam sete coalizões naturais apresentadas no catálogo: atenção primária (6), regularização (7), plataforma territorial (6), lazer e cultura (5 territórios), ambiental (5), cultura de paz (3) e economia circular (5). Pactuar por coalizão, em vez de negociar itens atomizados, dá escala política às demandas e dialoga diretamente com os anseios da população.

Recomendação 4: **Ampliar a inteligência territorial e o uso estratégico de dados.** Diversas propostas evidenciam a necessidade de sistemas integrados de informação capazes de subsidiar decisões, monitorar resultados e oferecer maior precisão ao planejamento e à gestão pública (números 01, 04, 08, 45, 63, 67, 68, 69, 71, 73 e 75).

Recomendação 5: **Institucionalizar mecanismos permanentes de escuta e participação social.** Oito projetos propostos (números 01, 05, 07, 30, 32, 63, 64 e 68) trataram de forma transversal da incorporação de mecanismos de escuta ou instâncias de controle social na sua formulação. Esses projetos foram propostos a partir de sete RAs com perfis socioeconômicos distintos, levando à formulação de uma recomendação para que o conhecimento produzido nos territórios seja incorporado de forma contínua aos processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas, garantindo que as decisões permaneçam conectadas às necessidades e expectativas da população.

Lidos em conjunto, os setenta e seis (76) projetos não são pedidos isolados. Representam orientações estratégicas produzidas a partir da experiência dos territórios e da inteligência coletiva mobilizada ao longo de um processo participativo, expressando a territorialização de uma agenda compartilhada, produzida por cidadãos que chegaram ao evento representando seus territórios e saíram com projetos assinados por eles.

PAINEL DE DECISÃO

76 projetos

30 regiões administrativas · 6 eixos estratégicos · o que entra agora e o que é visão de 2040

30	37	9
curto prazo · entregável no mandato	médio prazo · 4 a 8 anos	longo prazo · visão 2040

	curto	médio	longo	total
Desenvolvimento Urbano	13	11	5	29
Cidadania e Desenvolvimento Social	6	11	1	18
Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura	5	6	·	11
Desenvolvimento Econômico	1	5	2	8
Tecnologia e Inovação	5	3	·	8
Brasília × Goiânia e RIDE	·	1	1	2

Atalho de impacto. Regularização fundiária e planos locais são agenda compartilhada por 7 e 6 regiões - projetos habilitadores: financiá-los destrava boa parte das demais entregas dos territórios.

ESTRUTURA DAS COALIZÕES

Sete agendas compartilhadas

Demandas que se repetem em várias regiões. Pactuar por coalizão dá escala política ao que, isolado, seria um pedido pulverizado.

Atenção primária à saúde 6 RAs

Nº 39 · Cruzeiro · Nº 40 · Guará · Nº 41 · SIA · Nº 42 · Fercal · Nº 43 · Arniqueira · Nº 44 · Park Way

Regularização fundiária 7 RAs

Nº 03 · Jardim Botânico · Nº 05 · Água Quente · Nº 07 · Vicente Pires · Nº 10 · Sobradinho · Nº 12 · Arniqueira · Nº 13 · Varjão · Nº 24 · São Sebastião

Planejamento e inteligência territorial 6 RAs

Nº 01 · Candangolândia · Nº 04 · Jardim Botânico · Nº 08 · Guará · Nº 63 · SIA · Nº 67 · Estrutural · Nº 75 · Planaltina

Cultura, lazer e esporte 5 RAs

Nº 50 · Água Quente · Nº 51 · Brazlândia · Nº 54 · Riacho Fundo II · Nº 56 · Riacho Fundo II · Nº 58 · Paranoá

Proteção ambiental 5 RAs

Nº 22 · Lago Norte · Nº 23 · Itapoã · Nº 27 · Sobradinho II · Nº 29 · Park Way · Nº 69 · Recanto das Emas

Cultura de paz 3 RAs

Nº 33 · Taguatinga · Nº 34 · Gama · Nº 46 · Vicente Pires

Economia circular e resíduos 5 RAs

Nº 25 · Riacho Fundo I · Nº 26 · Estrutural · Nº 28 · Núcleo Bandeirante · Nº 62 · Varjão · Nº 74 · Recanto das Emas

9.1 Eixo de Desenvolvimento Urbano

9.1.1 Plano de desenvolvimento local - Candangolândia - longo prazo

Candangolândia · Habitação e Urbanismo · Plano local para cada RA

OBJETO Programa de Planos de Desenvolvimento Local das Regiões Administrativas, com participação social e planejamento integrado para orientar o desenvolvimento urbano, social, econômico, cultural e ambiental dos territórios.

POR QUÊ A ausência de um plano de desenvolvimento por RA dificulta identificar necessidades locais, organizar prioridades e dar eficiência às políticas públicas. Beneficia a comunidade de cada RA e o desenvolvimento sustentável do conjunto do DF.
COMO Realizar diagnósticos participativos das demandas e potencialidades de cada RA, promover fóruns e oficinas de planejamento com comunidade, instituições parceiras, administrações regionais e órgãos públicos, e elaborar e instituir o Plano de Desenvolvimento Local com metas e acompanhamento.

RESULTADOS Políticas públicas mais alinhadas às necessidades locais, melhoria da qualidade de vida, maior participação da comunidade nas decisões e desenvolvimento sustentável de cada RA. Proposta concebida para realização em todas as RAs.

9.1.2 Execução integrada do memorial descritivo original do bairro do Jardim Botânico 3 - curto prazo

Jardim Botânico · Habitação e Urbanismo · Áreas comerciais e institucionais públicas

OBJETO Programa de Execução Integrada do Memorial Descritivo do Jardim Botânico III, garantindo a conclusão da infraestrutura urbana, dos equipamentos públicos e das áreas comerciais previstos no projeto original do bairro.

POR QUÊ O Jardim Botânico III, bairro planejado com memorial descritivo definido, enfrenta problemas de iluminação, segurança, água e esgoto, estacionamento e trânsito, além de praças e equipamentos públicos prometidos pela Terracap e não construídos.

COMO Concluir as obras de infraestrutura urbana pendentes (iluminação, sinalização, mobilidade), finalizar as praças e equipamentos públicos previstos e promover a ocupação das áreas comerciais e institucionais já definidas, mantendo o memorial descritivo e arquivando propostas de alteração de uso do solo.

RESULTADOS Conclusão dos imóveis comerciais, praças, residências e infraestrutura conforme o plano original, com menos ruído, poluição visual e trânsito intenso e maior segurança para as famílias residentes.

9.1.3 Cidadania, moradia e legalidade e qualidade de vida - Jardim Botânico - médio prazo

Jardim Botânico · Habitação e Urbanismo · regularização fundiária

OBJETO Programa Cidadania, Moradia, Legalidade e Qualidade de Vida, promovendo a regularização fundiária integrada à infraestrutura urbana, à preservação ambiental e à garantia do direito à moradia digna no Jardim Botânico.

POR QUÊ A informalidade fundiária no Jardim Botânico ameaça o direito à moradia digna e a preservação ambiental. A regularização é prioritária para tornar real o direito constitucional à moradia e promover justiça social.

COMO Realizar escuta ativa e participação social para identificar prioridades, executar levantamentos cadastrais, diagnósticos e planejamento das áreas passíveis de regularização e fortalecer a integração entre os órgãos de regularização, infraestrutura e licenciamento ambiental.

RESULTADOS Garantia do direito à moradia digna, preservação ambiental e da qualidade de vida, com segurança jurídica e acesso à infraestrutura urbana.

9.1.4 Projetos estruturantes - Jardim Botânico - médio prazo

Jardim Botânico · Habitação e Urbanismo · Plano local para cada RA

OBJETO Plano de Desenvolvimento Local do Jardim Botânico, integrado ao planejamento territorial, urbano, fundiário e ambiental do Distrito Federal, com participação social e foco na melhoria da qualidade de vida da população.

POR QUÊ O Jardim Botânico carece de um plano local, compatível com PDOT e LUOS, que organize o planejamento urbano, fundiário e ambiental e resolva os problemas apontados pela comunidade. Beneficia a população da RA de forma integrada ao planejamento do DF, privilegiando os de baixa renda.

COMO Realizar audiências públicas e consultas comunitárias para levantar demandas, elaborar diagnóstico integrado de mobilidade, habitação, regularização fundiária, infraestrutura e meio ambiente e definir a carteira de projetos estruturantes e as prioridades de investimento.

RESULTADOS Planejamento que melhora mobilidade, habitação, saúde e regularização, com as principais ações estruturantes pactuadas com a comunidade.

9.1.5 Regulamentação fundiária - Água Quente - médio prazo

Água Quente · Habitação e Urbanismo · Regulamentação fundiária

OBJETO Programa de Regularização Fundiária de Água Quente, promovendo a segurança jurídica dos imóveis, o ordenamento territorial e a viabilização de investimentos em infraestrutura e serviços públicos.

POR QUÊ Os terrenos informais de Água Quente não permitem obras públicas relevantes sem respaldo jurídico. Beneficia a comunidade proprietária de imóveis e o DF, ao resolver pendências fundiárias.

COMO Realizar levantamentos fundiários, cadastrais, ambientais e urbanísticos, articular os órgãos fundiários, ambientais e urbanísticos para acelerar a titulação e elaborar e executar plano integrado de regularização com participação da comunidade.

RESULTADOS Regularização e escritura pública ao proprietário legal e respaldo jurídico para iniciar obras públicas como creches, UPAs, restaurantes comunitários, pavimentação, saneamento e áreas de lazer e cultura.

9.1.6 Elaborar plano habitacional de longo prazo para todas as faixas de renda - longo prazo

Plano Piloto · Habitação e Urbanismo · Habitação

OBJETO Plano Habitacional de Longo Prazo do Distrito Federal - Visão 2040, integrando políticas de habitação, mobilidade, infraestrutura urbana, meio ambiente, saúde e desenvolvimento econômico para atender todas as faixas de renda.

POR QUÊ O déficit habitacional, a expansão urbana desordenada e a desigualdade no acesso à terra e à infraestrutura exigem uma estratégia habitacional de longo prazo. Beneficia famílias de todas as faixas de renda do DF.

COMO Realizar diagnóstico periódico do déficit e da demanda futura, mapear áreas aptas à expansão sustentável e à requalificação de espaços ociosos e integrar o planejamento habitacional às políticas de mobilidade, meio ambiente, saúde e desenvolvimento econômico.

RESULTADOS Até 2040, redução significativa do déficit habitacional, permitindo a famílias de diferentes faixas de renda moradia adequada, segura e bem localizada, em áreas com infraestrutura completa.

9.1.7 Regularização ativa - Vicente Pires - longo prazo

Vicente Pires · Habitação e Urbanismo · regularização fundiaria

OBJETO Programa de Regularização Ativa de Vicente Pires, promovendo o reordenamento territorial, a regularização fundiária e a adequação urbanística da região, com participação social deliberativa e integração entre moradia, comércio, serviços públicos e infraestrutura urbana.

POR QUÊ Vicente Pires precisa de reordenamento territorial e urbanização pública. A regularização traz segurança jurídica fundiária e justiça social.

COMO Instituir Comitê Executivo de Regularização com representação social e poder deliberativo, elaborar diagnóstico territorial e fundiário integrado (moradia, comércio, equipamentos públicos) e construir e encaminhar proposta de legislação específica para a RA.

RESULTADOS Segurança jurídica fundiária e justiça social, com integração urbanística das áreas regularizadas.

9.1.8 DF inteligente, plano de desenvolvimento local baseado em dados e participação cidadã - curto prazo

Guará · Habitação e Urbanismo · Plano de desenvolvimento local por RA

OBJETO Programa DF Inteligente, institucionalizando o planejamento territorial orientado por dados, participação cidadã e monitoramento contínuo, por meio da elaboração e execução de Planos de Desenvolvimento Local para cada Região Administrativa.

POR QUÊ Cada RA tem desafios próprios, e a ausência de planejamento orientado por dados dificulta priorizar investimentos e reduz a eficiência das políticas públicas. Beneficia a população local e a continuidade das políticas no território.

COMO Desenvolver Plataforma Integrada de Inteligência Territorial com indicadores sociais, econômicos, ambientais e urbanos, realizar consultas públicas presenciais e digitais periódicas e elaborar e institucionalizar Planos de Desenvolvimento Local com metas, indicadores e monitoramento contínuo para cada RA.

RESULTADOS Continuidade e melhor focalização das políticas públicas, maior impacto no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida e fortalecimento da participação cidadã e da transparência.

9.1.9 DF Dono do seu futuro. Regularização fundiária em escala para transformar territórios em oportunidades - médio prazo

Guará · Habitação e Urbanismo · Ordenamento territorial

OBJETO Programa DF Dono do Seu Futuro, promovendo a regularização fundiária em larga escala por meio da transformação digital dos processos, integração de bases territoriais e simplificação administrativa, garantindo segurança jurídica, desenvolvimento econômico e inclusão territorial.

POR QUÊ Milhares de famílias e produtores rurais vivem em áreas sem regularização definitiva, enfrentando insegurança jurídica e dificuldade de acesso a crédito, investimento e serviços públicos. Beneficia esses moradores e produtores e amplia a arrecadação pública.

COMO Integrar cadastros fundiários, registros e bases cartográficas numa plataforma digital única, digitalizar e simplificar os processos de regularização reduzindo burocracias e usar georreferenciamento, sensoriamento remoto e automação para acelerar a validação e a emissão de títulos.

RESULTADOS Ampliação da segurança jurídica, valorização dos imóveis, acesso facilitado a crédito e investimento, fortalecimento da economia local e aumento da arrecadação pública.

9.1.10 Minha escritura, minha liberdade - Sobradinho - longo prazo

Sobradinho · Habitação e Urbanismo · Regularização fundiária

OBJETO Programa Minha Escritura, Minha Liberdade, promovendo a regularização fundiária e a titulação definitiva dos imóveis ocupados legitimamente, por meio da definição clara das competências institucionais e da integração entre os órgãos responsáveis pela gestão territorial.

POR QUÊ Imóveis ocupados em Sobradinho carecem de escritura em nome do proprietário ocupante. Beneficia os moradores com estabilidade urbana e segurança jurídica.

COMO Definir e formalizar as responsabilidades dos órgãos competentes (Terracap, GDF, União e cartórios), realizar levantamento cadastral e diagnóstico dos imóveis pendentes e implantar mutirões de atendimento e orientação para atualização cadastral e titulação.

RESULTADOS Estabilidade urbana, com escrituras definitivas e segurança jurídica aos ocupantes e consolidação do ordenamento urbano da região.

9.1.11 Infraestrutura e desenvolvimento para a cidade de São Sebastião - médio prazo

São Sebastião · Habitação e Urbanismo · Infraestrutura

OBJETO Programa Integrado de Infraestrutura e Desenvolvimento de São Sebastião, promovendo a universalização do saneamento básico, a ampliação da infraestrutura urbana e o fortalecimento da rede de saúde e educação, de forma articulada ao planejamento territorial e ao crescimento populacional da cidade.

POR QUÊ Em São Sebastião, 60% da população vive sem infraestrutura e saneamento básico, faltam UBS, profissionais e hospital, e a carência de escolas faz 30% dos estudantes migrarem para outras RAs. Beneficia toda a população local.

COMO Articular com o poder executivo a elaboração e implantação de projetos de saneamento, infraestrutura urbana, saúde e educação e solicitar emendas parlamentares para viabilizar as obras, de forma articulada ao planejamento territorial e ao crescimento populacional.

RESULTADOS Desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida da população e maior integração com as demais regiões administrativas.

9.1.12 Regularização fundiária sustentável de Arniqueira, garantindo segurança jurídica, desenvolvimento urbano e inclusão social - médio prazo

Arniqueira · Habitação e Urbanismo · regularização fundiária

OBJETO Programa de Regularização Fundiária Sustentável de Arniqueira, promovendo a titulação dos imóveis, a organização territorial, a integração da infraestrutura urbana e a inclusão social, por meio da atuação coordenada entre órgãos públicos, comunidade, entidades técnicas e instituições parceiras.

POR QUÊ Arniqueira tem áreas ocupadas que precisam de regularização fundiária para assegurar o direito à propriedade e o acesso a serviços públicos. Beneficia moradores, proprietários e ocupantes, reduzindo conflitos de posse.

COMO Realizar levantamento cadastral, fundiário e urbanístico das áreas passíveis de regularização, instituir grupo de governança interinstitucional para coordenar regularização, licenciamento e participação comunitária e promover mutirões de atendimento e orientação aos moradores.

RESULTADOS Regularização jurídica e emissão de títulos dos imóveis, redução dos conflitos fundiários, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da comunidade.

9.1.13 Garantir moradia digna e regularizada para todos - Varjão - longo prazo

Varjão · Habitação e Urbanismo · regularização fundiária

OBJETO Programa de Habitação Digna e Regularização Fundiária do Varjão, promovendo a regularização habitacional, a urbanização integrada e a ampliação do acesso à moradia adequada, com infraestrutura urbana, segurança jurídica e inclusão social.

POR QUÊ O Varjão enfrenta ocupação irregular do solo, insegurança jurídica e deficiência de infraestrutura urbana. Beneficia as famílias em situação de irregularidade habitacional e vulnerabilidade social.

COMO Realizar levantamento e cadastramento das famílias em situação irregular, ampliar os programas de regularização e titulação e elaborar projetos de urbanização e infraestrutura (saneamento, mobilidade, iluminação, equipamentos públicos) e a construção de unidades habitacionais.

RESULTADOS Redução das ocupações irregulares, melhoria da qualidade de vida e da segurança habitacional e desenvolvimento urbano mais organizado e sustentável.

9.1.14 Regularização fundiária - Água Quente - médio prazo

Água Quente · Habitação e Urbanismo · Saneamento, mobilidade, pavimentação, e regularização fundiária

OBJETO Programa Integrado de Regularização Fundiária e Estruturação Urbana de Água Quente, promovendo a regularização territorial da cidade como base para a implantação de infraestrutura urbana, equipamentos públicos, mobilidade, saneamento básico e desenvolvimento sustentável.

POR QUÊ Água Quente, RA recém-criada, precisa com urgência da regularização fundiária, sem a qual é inviável construir obras públicas relevantes, como a duplicação da DF-280 e novos acessos. Beneficia a população local.

COMO Articular junto a Terracap, GDF, CLDF e secretarias a priorização da regularização, realizar levantamento cadastral, urbanístico e fundiário das áreas ocupadas e elaborar plano integrado de infraestrutura prioritária (mobilidade, pavimentação, saneamento e equipamentos públicos).

RESULTADOS Condições legais para implantar obras como UPA, creche, quartel, corpo de bombeiros e saneamento básico, com infraestrutura urbana completa.

9.1.15 Pavimentar e recuperar as estradas e ruas do DF, com implantação de drenagens pluvial - médio prazo

Santa Maria · Mobilidade · Mobilidade e infraestrutura urbana e rural

OBJETO Programa Integrado de Pavimentação, Recuperação Viária e Drenagem Pluvial de Santa Maria, promovendo a urbanização sustentável das áreas urbanas e rurais, com prioridade para regiões de maior vulnerabilidade social e impacto na mobilidade, saúde e desenvolvimento econômico.

POR QUÊ Estradas e ruas sem pavimentação e sem drenagem pluvial em Santa Maria prejudicam saúde, transporte, educação, segurança, qualidade de vida e o escoamento da produção. Beneficia moradores das áreas urbanas e rurais, com prioridade para as de maior vulnerabilidade.

COMO Diagnosticar e priorizar as vias críticas, executar a drenagem pluvial como etapa prévia obrigatória e ampliar a pavimentação de forma integrada. Articular NOVACAP, ADASA e Administração Regional, tomando outras RAs como referência técnica.

RESULTADOS Redução das vias sem pavimentação, com menos alagamentos, poeira e lama, e melhoria na mobilidade, na saúde e no acesso aos serviços públicos. O problema é tratado de forma integrada, não em ações separadas.

9.1.16 Pavimentar e recuperar as estradas rurais do DF - Santa Maria - curto prazo

Santa Maria · Mobilidade · Mobilidade e infraestrutura rural

OBJETO Programa de Pavimentação e Recuperação das Estradas Rurais de Santa Maria, integrado à ampliação dos sistemas de drenagem pluvial para garantir mobilidade, acesso a serviços públicos e desenvolvimento territorial sustentável.

POR QUÊ A ausência de drenagem pluvial impede a pavimentação das estradas rurais de Santa Maria, causando isolamento, prejuízo à saúde e dificuldade de acesso à educação e ao transporte. Beneficia a população rural da RA.

COMO Diagnosticar e priorizar as estradas rurais com maiores problemas de acesso, implantar drenagem pluvial nos trechos críticos como etapa prévia e executar a pavimentação das vias prioritárias, articulando NOVACAP, ADASA e Administração Regional.

RESULTADOS Redução das estradas rurais sem pavimentação, com melhoria na mobilidade, na saúde e na segurança e maior acessibilidade para a população rural.

9.1.17 Quero ir e vir - Gama - curto prazo

Gama · Mobilidade · Acessibilidade

OBJETO Programa Quero Ir e Vir, promovendo a acessibilidade universal nos espaços públicos e privados do Gama, por meio da adequação da infraestrutura urbana e do fortalecimento da fiscalização e conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

POR QUÊ A falta de acessibilidade em locais públicos e privados do Gama prejudica pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, contrariando o que a lei determina. Beneficia diretamente esse público e amplia a dignidade do cidadão.

COMO Diagnosticar e adequar calçadas, rampas e travessias, implantar sinalização tátil e pisos acessíveis e fortalecer a fiscalização e as campanhas de conscientização para que órgãos públicos e estabelecimentos privados cumpram as normas. O Estado recupera as estruturas públicas e o poder público cobra as empresas privadas.

RESULTADOS Acesso digno e cumprimento da lei, com autonomia, segurança e inclusão para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Os proponentes ressaltam a urgência do cumprimento do prazo.

9.1.18 Restruturação das vias públicas no sistema de transporte - Itapoã - curto prazo

Itapoã · Mobilidade · Mobilidade

OBJETO Programa de Reestruturação da Mobilidade e do Transporte Público do Itapoã, adequando a infraestrutura viária e ampliando a cobertura do transporte coletivo para atender áreas urbanas e rurais da região.

POR QUÊ A ocupação desordenada do Itapoã tornou muitas vias intransitáveis para ônibus, e a região carece de transporte coletivo, inclusive nas zonas rurais. Beneficia os moradores que dependem do transporte público.

COMO Realizar estudos técnicos e audiências públicas para definir prioridades, adequar e criar vias alternativas para ônibus urbanos e escolares e ampliar e reorganizar as linhas de transporte coletivo, incluindo atendimento rural e linhas circulares locais.

RESULTADOS Cobertura do transporte coletivo nas áreas urbanas e rurais, com acesso eficiente da população aos serviços, trabalho e lazer. Os proponentes destacam a urgência do apelo.

9.1.19 Mobilidade urbana e transporte - Lago Sul - médio prazo

Lago Sul · Mobilidade · Transporte

OBJETO Programa de Mobilidade Integrada do Lago Sul, promovendo a conexão eficiente da região com o sistema de transporte público do Distrito Federal, por meio da ampliação da oferta de transporte coletivo, integração modal, qualificação da infraestrutura cicloviária e melhoria da mobilidade ativa para trabalhadores, moradores e visitantes.

POR QUÊ O Lago Sul é historicamente subatendido por transporte público: falta transporte interno nas QIs, a infraestrutura cicloviária é fragmentada e não há integração tarifária nem conexão com o metrô. Beneficia sobretudo os trabalhadores que se deslocam para a região.

COMO Realizar estudo de viabilidade e de demanda para reestruturar o transporte, incluindo integração com o metrô, ampliar a oferta e a frequência das linhas com rotas internas nas QIs e implantar e qualificar pontos de parada, ciclovias e travessias seguras, articulando SEMOB, Administração, governo e PDTU-DF.

RESULTADOS Melhor qualidade de vida para quem trabalha no Lago Sul, com transporte público integrado, redução do tempo de deslocamento e maior conectividade com o metrô, o Plano Piloto e as demais RAs.

9.1.20 Ampliação da frota de ônibus no SIA - curto prazo

SIA · Mobilidade · Mobilidade/transporte

OBJETO Programa de Mobilidade Integrada do SIA, ampliando a oferta e a qualidade do transporte coletivo, fortalecendo a integração com os demais modais e garantindo deslocamentos mais rápidos, confortáveis e dignos para trabalhadores, moradores e usuários da região.

POR QUÊ O SIA carece de mais linhas de ônibus circulando, controle de horário e respeito ao usuário. Beneficia trabalhadores, moradores e usuários da região.

COMO Reestruturar e ampliar a oferta de linhas e horários nos períodos de maior demanda, fortalecer a fiscalização da qualidade do serviço das empresas (pontualidade, frequência, frota) e elaborar estudos de viabilidade para integrar o SIA à rede metroviária.

RESULTADOS Melhoria do fluxo e do tempo de espera, mais eficiência no transporte e dignidade para o usuário.

9.1.21 Desenvolvimento do DF-150 da Fercal - curto prazo

Fercal · Mobilidade · Mobilidade urbana

OBJETO Programa de Requalificação e Modernização da DF-150, promovendo a recuperação da infraestrutura viária, melhorias na drenagem, segurança viária e integração da mobilidade urbana, garantindo melhores condições de deslocamento para moradores, trabalhadores e transportadores da região.

POR QUÊ As vias da Fercal, incluindo a DF-150, deterioram-se por falta de manutenção, gerando risco. Beneficia moradores, trabalhadores e transportadores da região.

COMO Elaborar projetos executivos e realizar licitação para as obras, executar intervenções emergenciais de manutenção e sinalização nos trechos mais críticos e implantar monitoramento e fiscalização das obras e das condições da via.

RESULTADOS Melhoria da qualidade de vida das pessoas da Fercal, com infraestrutura viária adequada e segura.

9.1.22 Caminho das águas do cerrado - Lago Norte - médio prazo

Lago Norte · Sustentabilidade · Ecoturismo

OBJETO Programa Caminho das Águas do Cerrado, integrando conservação ambiental, ecoturismo, educação ambiental e geração de emprego e renda na Serrinha do Paranoá, com foco na proteção das nascentes e valorização do bioma Cerrado.

POR QUÊ A Serrinha do Paranoá, no Lago Norte, abriga mais de 106 nascentes mapeadas, fundamentais para os recursos hídricos do DF, mas sofre pressão da expansão urbana e da degradação ambiental. Beneficia os moradores do Lago Norte e todo o DF, ao proteger nascentes e gerar emprego e renda.

COMO Mapear, sinalizar e estruturar trilhas ecológicas associadas às nascentes, capacitar moradores e jovens como guias ambientais e agentes de ecoturismo e promover educação ambiental, prevenção de incêndios e brigadas comunitárias, em parceria com escolas, universidades, órgãos ambientais e bombeiros.

RESULTADOS Preservação das nascentes e do bioma Cerrado, maior conscientização sobre a crise hídrica e climática e geração de emprego e renda pelo ecoturismo e pela educação ambiental, com benefícios para o Lago Norte e todo o DF.

9.1.23 Salvar o parque, sementes do Itapoa - Itapoã - curto prazo

Itapoã · Sustentabilidade · parques

OBJETO Programa de Proteção, Recuperação e Uso Sustentável do Parque Vivencial Sementes do Itapoã, garantindo a preservação ambiental, a proteção das nascentes e a oferta de espaços de lazer, esporte e convivência para a população.

POR QUÊ O Parque Vivencial Sementes do Itapoã sofre com invasões e ocupação desordenada que ameaçam suas nascentes, ligadas ao Rio São Bartolomeu. Beneficia a comunidade e protege os recursos hídricos.

COMO Reforçar a fiscalização e a segurança ambiental para combater invasões e grilagem, implantar infraestrutura de controle e monitoramento (portaria, guarita, sinalização, câmeras) e promover ações de recuperação ambiental, proteção das nascentes e conscientização da comunidade.

RESULTADOS Proteção das nascentes e das áreas do parque contra grileiros, com recuperação das áreas degradadas e ampliação do uso público sustentável para lazer, esporte e educação ambiental.

9.1.24 Regularização fundiária e preservação ambiental - São Sebastião - médio prazo

São Sebastião · Sustentabilidade · Regularização fundiária

OBJETO Programa Integrado de Regularização Fundiária e Preservação Ambiental de São Sebastião, promovendo a regularização das áreas urbanas e rurais compatíveis com o ordenamento territorial, associada à proteção dos recursos naturais, recuperação de áreas sensíveis e implantação de infraestrutura sustentável.

POR QUÊ A falta de regularização fundiária em São Sebastião provoca crescimento desordenado em áreas ambientais, urbanas e rurais. Beneficia a população, ao proteger áreas ambientais e viabilizar infraestrutura nas áreas regularizadas.

COMO Mapear e diagnosticar as áreas urbanas, rurais e ambientalmente sensíveis, elaborar e aprovar projetos urbanísticos e ambientais com critérios de sustentabilidade e captar recursos por emendas parlamentares e programas governamentais para executar as ações.

RESULTADOS Preservação das áreas ambientais, redução da ocupação irregular, projetos urbanísticos regularizados e aumento da qualidade de vida da população.

9.1.25 Descarte inteligente - Riacho Fundo - curto prazo

Riacho Fundo I · Sustentabilidade · Resíduos sólidos

OBJETO Programa Descarte Inteligente, estruturando um sistema de coleta seletiva e descarte adequado de resíduos recicláveis, aliado à educação ambiental e à melhoria da gestão dos resíduos sólidos urbanos, promovendo uma cidade mais limpa, saudável e sustentável.

POR QUÊ O descarte inadequado e a ação de catadores que rasgam sacos em busca de recicláveis sujam a cidade. Beneficia a comunidade local com cidade mais limpa e menos vetores de doenças.

COMO Instalar lixeiras e pontos específicos para recicláveis em locais estratégicos, implantar placas informativas com horários e rotas da coleta convencional e seletiva e realizar campanhas permanentes de conscientização ambiental sobre separação de resíduos.

RESULTADOS Coleta de recicláveis otimizada, cidade mais limpa e eliminação de vetores de doenças.

9.1.26 Capacitar catadores no território, disseminar informações em educação ambiental nas escolas. Cidade limpa - curto prazo

SCIA/Estrutural · Sustentabilidade · Coleta seletiva

OBJETO Programa Cidade Limpa e Circular da Estrutural, integrando coleta seletiva, educação ambiental, inclusão produtiva dos catadores e requalificação dos espaços públicos, promovendo geração de renda, sustentabilidade urbana e fortalecimento do sentimento de pertencimento da comunidade.

POR QUÊ A taxa de reciclagem é baixa, não há cultura de coleta seletiva e o descarte irregular gera poluição visual e proliferação de insetos e roedores na Estrutural. Beneficia a comunidade, as crianças expostas a esses locais e os catadores.

COMO Capacitar e apoiar os catadores locais para coleta seletiva, triagem e geração de renda, implementar educação ambiental nas escolas e comunidades incentivando a separação correta e recuperar e manter equipamentos públicos (PECs, praças, quadras) com mobilização das lideranças locais.

RESULTADOS Cidade limpa, melhoria da saúde e da qualidade de vida, emprego e renda, melhor aproveitamento dos espaços comunitários e fim da poluição visual, reforçando a cultura de pertencimento.

9.1.27 Refúgio de vida silvestre, canela de ema - Sobradinho II - curto prazo

Sobradinho II · Sustentabilidade · Natureza e preservação do cerrado

OBJETO E implementar a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Canela-de-Ema, assegurando a proteção permanente dos ecossistemas locais, dos recursos hídricos, da fauna e da flora do Cerrado, associada ao uso público sustentável, à educação ambiental e à prevenção de incêndios florestais.

POR QUÊ Sobradinho II não possui Unidade de Conservação, e o Canela-de-Ema - quase 300 hectares com 4 nascentes do ribeirão Sobradinho - carece de assistência e plano de manejo. Beneficia a população, com trilhas e convívio social, e protege fauna, flora e recursos hídricos.

COMO Articular junto ao GDF a criação formal da UC por decreto, elaborar e aprovar o Plano de Manejo e fortalecer a brigada voluntária e o monitoramento ambiental, em parceria com movimentos sociais e ambientais da região.

RESULTADOS Preservação do Cerrado, espaço de imersão na natureza e contemplação, combate mais eficiente a incêndios florestais e manutenção das espécies de fauna e flora silvestre.

9.1.28 Coleta de lixo - Núcleo Bandeirante - curto prazo

Núcleo Bandeirante · Sustentabilidade · Limpeza urbana

OBJETO Programa Inteligente de Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana do Núcleo Bandeirante, modernizando o sistema de coleta, descarte e monitoramento de resíduos sólidos por meio de planejamento territorial, fiscalização, educação ambiental e uso de tecnologias de gestão urbana.

POR QUÊ O Núcleo Bandeirante 'vive afogado' em problemas de coleta de lixo, com lixeiras mal localizadas, horários inadequados e falta de consciência sobre o descarte. Beneficia a comunidade com cidade limpa e sem infestações.

COMO Reorganizar os pontos de descarte e realocar lixeiras para locais adequados, ampliar e otimizar horários e dias de coleta (inclusive aos domingos) com monitoramento das rotas e intensificar campanhas de conscientização e a fiscalização do descarte irregular, com multas.

RESULTADOS Cidade limpa, saúde sem infestações de animais e eliminação do transporte clandestino para coleta seletiva.

9.1.29 Meio ambiente e reparação das APAs - Park Way - curto prazo

Park Way · Sustentabilidade · Meio ambiente, preservação

OBJETO Programa de Proteção Ambiental e Recuperação das Áreas de Preservação do Park Way, fortalecendo a fiscalização ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a proteção dos recursos hídricos e a conservação do Cerrado, garantindo a função ecológica e residencial da região.

POR QUÊ As áreas verdes, a fauna e a flora do Park Way vêm sendo devastadas por invasões e grilagem não coibidas pela fiscalização, e há pressão para converter o uso residencial exclusivo em uso misto. Beneficia o DF, ao preservar o 'pulmão de Brasília' e o fornecimento de água limpa ao Lago Paranoá.

COMO Intensificar a fiscalização ambiental e fundiária contra invasões, grilagem e intervenções em APPs, implantar programa de recuperação com arborização nativa e proteção de nascentes e córregos e promover educação ambiental e incentivos à conservação das áreas verdes públicas e privadas.

RESULTADOS Garantia de que o Park Way continue sendo pulmão de Brasília e fornecedor de água limpa ao Lago Paranoá, mantendo seu uso exclusivamente residencial na LUOS.

GENTILEZA QUE DÁ ALMA À CIDADE

Pequenos gestos criam grandes cidades:

Desde 2003, creditamos que cidades melhores se constroem com gestos de gentileza: uma calçada acessível, uma praça viva, um jardim que respira.

A Mirante incorpora práticas que aproximam pessoas, promovem inclusão e devolvem humanidade aos espaços coletivos.

- Calçadas acessíveis e praças revitalizadas.
- Espaços de convivência e lazer
- Arte urbana e integração culturaal

OS QUATRO PRINCÍPIOS:

FAZER PRIMEIRO
O impulso de inovar

FAZER POR TODOS
Responsabilidade coletiva

FAZER O CERTO
Honestidade sempre

FAZER MELHOR
O rigor com a excelência

MIRANTE
incorporações
REINVENTANDO CIDADES.

20 EMPREENDIMENTOS • 4.234 UNIDADES ENTREGUES • 563.548 M² CONSTRUÍDOS

Aponte a câmera
e conheça a Mirante

9.2 Eixo de Cidadania e Desenvolvimento Social

9.2.1 Casa da cidadania de Taguatinga - curto prazo

Taguatinga · Cidadania · Participação social e controle popular

OBJETO Casa da Cidadania de Taguatinga como espaço permanente de participação social, diálogo comunitário, formação cidadã e fortalecimento dos conselhos, associações e coletivos locais.

POR QUÊ Conselhos, associações e coletivos de Taguatinga não dispõem de espaço próprio e adequado para reuniões e eventos, o que enfraquece a participação social. Beneficia a população organizada da RA e fortalece o controle social.

COMO Firmar acordo de cooperação com a Administração Regional para reforma e qualificação da sede da Rede Cidadã, na área central da RA, e implantar programação permanente de reuniões, audiências, capacitações e atividades de formação cidadã, com gestão compartilhada com a sociedade civil.

RESULTADOS Maior sensação de pertencimento, reuniões públicas mais efetivas e fortalecimento da participação e da formação cidadã, com a Casa da Cidadania consolidada como referência regional de participação social.

9.2.2 Inclusão, desenvolvimento social e cidadania - São Sebastião - médio prazo

São Sebastião · Cidadania · Inclusão social

OBJETO Rede Integrada de Inclusão Social e Cidadania de São Sebastião, ampliando o acesso da população aos serviços de assistência social, proteção de direitos, atenção psicossocial e acompanhamento comunitário, por meio da articulação entre CRAS, Conselho Tutelar, UBS, CAPS AD e demais políticas públicas.

POR QUÊ São Sebastião necessita de mais abordagem social: CRAS, assistência social, Conselho Tutelar, profissionais nas UBS dos bairros e CAPS AD. Beneficia as famílias em situação de vulnerabilidade social.

COMO Ampliar equipes multiprofissionais de atendimento social e psicossocial nos territórios mais vulneráveis, captar recursos por emendas parlamentares e outras fontes e implantar ações integradas de acompanhamento familiar e encaminhamento para assistência, saúde e garantia de direitos.

RESULTADOS Mais atendimento para a comunidade, bem-estar para a população e mais interação entre as famílias.

9.2.3 A desigualdade de gênero e suas interseccionalidades: Forma de resistência das mulheres da cidade Estrutural - curto prazo

SCIA/Estrutural · Cidadania · Desigualdade de gênero

OBJETO Programa Mulheres da Estrutural: Direitos, Autonomia e Resistência, promovendo o fortalecimento da cidadania, a prevenção das violências de gênero, a educação em direitos humanos e a autono-

mia econômica das mulheres, com foco nas desigualdades de gênero, raça, renda e território.

POR QUÊ O DF é o terceiro estado em casos de feminicídio, e na Estrutural - menor renda per capita do DF, maior concentração de população negra e famílias chefiadas por mulheres - a violência de gênero se agrava pela interseccionalidade de raça, classe e território. Beneficia as mulheres da comunidade.

COMO Realizar rodas de conversa, escuta qualificada e pesquisas participativas com as mulheres, promover educação popular e formação em direitos humanos e igualdade de gênero e desenvolver iniciativas de economia criativa e geração de renda para fortalecer a autonomia feminina.

RESULTADOS Empoderamento das mulheres sobre seus direitos, identificação de problemas para subsidiar políticas públicas efetivas e enfrentamento das violências de gênero, à luz dos ODS 5 e 17, com economia criativa.

9.2.4 Comunidade escolar unificada pela cultura da paz - Taguatinga - médio prazo

Taguatinga · Educação · Educação

OBJETO Programa Comunidade Escolar Unificada pela Cultura da Paz em Taguatinga, promovendo a prevenção da violência, o fortalecimento do diálogo e a construção de ambientes escolares seguros e acolhedores por meio da atuação integrada das áreas de educação, saúde, assistência social e segurança.

POR QUÊ A violência e a intolerância no convívio escolar em Taguatinga exigem prevenção. Beneficia estudantes, profissionais da educação e a comunidade escolar, podendo servir de modelo para todo o DF.

COMO Criar espaços permanentes de escuta, diálogo e mediação de conflitos, instituir conselhos escolares para ações de cultura da paz e formar grupos de estudantes voluntários como multiplicadores e coautores de materiais educativos. Coordenado pela gestão escolar, com atuação integrada de educação, saúde, segurança e assistência social.

RESULTADOS Mudanças comportamentais, institucionais e sociais nas escolas, com salas de aula mais acolhedoras e ambiente seguro entre alunos e profissionais. Resultados que podem servir de modelo para o DF.

9.2.5 A Escola que sonhamos - Gama - médio prazo

Gama · Educação · cultura da paz nas escolas

OBJETO Programa A Escola que Sonhamos, promovendo a cultura de paz, a prevenção da violência e a formação cidadã nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal, por meio da capacitação continuada das comunidades escolares.

POR QUÊ A violência escolar e a violência doméstica e contra a mulher demandam ação preventiva desde a infância e a adolescência. Beneficia a sociedade como um todo, com aplicação prevista para todo o DF.

COMO Capacitar gestores, professores e demais profissionais da educação em cultura de paz, mediação de conflitos e prevenção da violência, implementar projetos pedagógicos de convivência respeitosa e instituir diretrizes para inclusão permanente do tema nas escolas públicas e privadas.

RESULTADOS Redução da violência nas escolas, da violência doméstica e contra a mulher. Propõe-se tornar o projeto obrigatório nas escolas públicas e privadas, como obrigação pedagógica.

9.2.6 Políticas de cuidados e profissionalização para crianças e jovens - médio prazo

Cruzeiro · Educação · Educação

OBJETO Programa Integrado de Educação, Cuidados e Profissionalização para Crianças e Jovens do Cruzeiro, ampliando a oferta de educação integral, ensino técnico e qualificação profissional, de forma articulada com as demandas do mercado de trabalho e as necessidades das famílias.

POR QUÊ Faltam escolas de ensino fundamental e médio com foco em cursos técnicos e profissionalizantes, e creches em período integral. Beneficia jovens de 12 a 21 anos e as famílias, com reflexos para todo o DF.

COMO Diagnosticar a demanda por vagas em educação infantil, fundamental, médio e técnico, ampliar a educação em tempo integral nas áreas de maior demanda e firmar parcerias para implantar e expandir cursos técnicos e profissionalizantes, com verba específica do GDF e mobilização da comunidade.

RESULTADOS Jovens capacitados e profissionalizados e escolas em tempo integral, permitindo às famílias trabalhar com mais tranquilidade - beneficiando a RA e o conjunto do DF.

9.2.7 Vida para Paranoá Parque - médio prazo

Paranoá · Educação · Educação

OBJETO Programa Vida para o Paranoá Parque, integrando educação, esporte, saúde preventiva e proteção social para crianças, adolescentes e famílias, ampliando os espaços de aprendizagem, convivência comunitária e desenvolvimento humano.

POR QUÊ Crianças e adolescentes do Paranoá Parque estão expostos a situações de risco nas ruas e precisam de mais atividades no contraturno e no período noturno. Beneficia crianças, adolescentes e famílias, fortalecendo a convivência comunitária.

COMO Implantar atividades esportivas, culturais e socioeducativas no período noturno, viabilizar o uso da área da creche da Quadra 316 ampliando a oferta de educação infantil e reestruturar o espaço de atividades físicas da UBS (com cobertura para retomar pilates e promoção da saúde).

RESULTADOS Redução dos riscos para crianças e jovens, com uso saudável do tempo livre e fortalecimento dos vínculos comunitários.

9.2.8 Clube da felicidade - Lago Norte - curto prazo

Lago Norte · Felicidade · Brasília capital da felicidade

OBJETO Clube da Felicidade do Lago Norte como centro comunitário de bem-estar, convivência, cultura, esporte e promoção da saúde mental, fortalecendo os vínculos sociais e a qualidade de vida da população.

POR QUÊ O isolamento social e a baixa convivência comunitária no Lago Norte afetam o bem-estar mental e emocional dos moradores. Beneficia a comunidade local, fortalecendo vínculos e a rede de apoio entre vizinhos.

COMO Inserir a promoção do bem-estar e da saúde mental como tema transversal nas políticas públicas, implantar um espaço comunitário multifuncional equipado para atividades culturais, esportivas e de convivência e firmar parcerias (inclusive PPP) com instituições e profissionais de bem-estar.

RESULTADOS Integração comunitária, redução do isolamento social, melhoria da saúde mental, fortalecimento da rede de apoio entre vizinhos e maior engajamento cívico e pertencimento.

9.2.9 Saúde mental em rede - Taguatinga - longo prazo

Taguatinga · Saúde · Saúde

OBJETO Rede de Promoção da Saúde Mental e Prevenção da Violência nas Escolas e Comunidades, integrando educação, saúde, assistência social, famílias e sistema de garantia de direitos.

POR QUÊ O bullying, o cyberbullying, a automutilação e o risco de suicídio afetam a saúde mental de estudantes em Taguatinga. Beneficia diretamente alunos, famílias e profissionais da educação da rede pública local, com potencial de servir de modelo para todo o DF.

COMO Articular uma rede que integre escolas, famílias, comunidade, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e Ministério Público. Capacitar profissionais escolares para identificar situações de risco, promover rodas de conversa com famílias sobre saúde mental e uso seguro das tecnologias e realizar campanhas de prevenção com os estudantes.

RESULTADOS Redução do número de estudantes impactados por bullying, cyberbullying e sofrimento psíquico, com ambiente escolar mais acolhedor.

9.2.10 Melhoria na assistência à saúde da população do cruzeiro - médio prazo

Cruzeiro · Saúde · Saúde

OBJETO Rede Integrada de Atenção à Saúde do Cruzeiro, com a construção de unidade hospitalar de média complexidade e ampliação da capacidade de atendimento da rede pública, garantindo acesso mais próximo, resolutivo e humanizado aos serviços de saúde.

POR QUÊ A UBS do Cruzeiro não supre todas as necessidades, obrigando a população a buscar atendimento em outras RAs. Beneficia toda a população do Cruzeiro com atendimento mais próximo e resolutivo.

COMO Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e territorial para implantação de hospital público, ampliar a capacidade das UBS e serviços especializados existentes e captar recursos e elaborar projetos para construção e equipagem da nova unidade hospitalar, custeada pelo SUS.

RESULTADOS Atendimento justo e eficaz na própria RA, sem necessidade de deslocamento em busca de saúde.

9.2.11 Saúde perto de você - médio prazo

Guará · Saúde · saude

OBJETO Programa de Expansão das Equipes Multiprofissionais de Atenção Primária à Saúde, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e fortalecendo o atendimento preventivo, integrado e humanizado nas regiões de maior vulnerabilidade social do Distrito Federal.

POR QUÊ O crescimento populacional e o aumento das doenças crônicas exigem maior cobertura da Atenção Primária. Beneficia a população das regiões de maior vulnerabilidade social e menor cobertura assistencial.

COMO Ampliar as equipes multiprofissionais (médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e agentes comunitários) nas áreas de menor cobertura, fortalecer a promoção da saúde e o acompanhamento contínuo das famílias e implantar sistema de monitoramento dos indicadores de saúde.

RESULTADOS Maior acesso à saúde, redução de internações evitáveis, diagnósticos mais precoces e fortalecimento da prevenção, levando saúde para perto das pessoas e reduzindo custos para o DF.

9.2.12 Implementação de atendimento à saúde na região administrativa do SIA - médio prazo

SIA · Saúde · saúde

OBJETO Rede de Atenção Primária à Saúde do SIA, com a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a implementação de equipes multiprofissionais de Saúde da Família, garantindo atendimento preventivo, assistencial, promoção da saúde e atenção à saúde mental para trabalhadores, empresários e usuários da região.

POR QUÊ O SIA não possui nenhum posto de saúde, apesar de gerar cerca de cem mil empregos e mais de 50% do PIB do DF. Beneficia os trabalhadores e empresários da região, com assistência básica preventiva e contínua.

COMO Realizar estudo de demanda e definir áreas prioritárias para implantar UBS, estruturar equipes multiprofissionais de Saúde da Família (incluindo saúde mental) e implementar programas de educação em saúde e saúde do trabalhador em parceria com empresas e entidades locais.

RESULTADOS Melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e na logística de atendimento à saúde de todos os trabalhadores e empresários do SIA.

9.2.13 Saúde mais - Fercal - curto prazo

Fercal · Saúde · Saúde

OBJETO Programa Saúde Mais Fercal, fortalecendo a Atenção Primária à Saúde e a integração da rede de atendimento, ampliando a capacidade assistencial das UBS, UPAs e hospitais de referência, com foco na prevenção, acompanhamento contínuo e atendimento humanizado da população.

POR QUÊ É necessário melhorar o atendimento de saúde aos usuários da Fercal. Beneficia a população da RA com mais atendimentos e menor tempo de espera.

COMO Ampliar as equipes de Saúde da Família e os atendimentos domiciliares, reforçar a capacidade das UBS, UPAs e hospitais de referência e implantar sistema de monitoramento dos tempos de espera. O prazo é curto porque os espaços físicos já existem.

RESULTADOS Maior número de pessoas atendidas e menor tempo de espera.

9.2.14 Criação da saúde nas RAs - Arniqueira - médio prazo

Arniqueira · Saúde · saude

OBJETO Programa de Expansão da Atenção Primária e da Saúde da Família em Arniqueira, ampliando as equipes multiprofissionais, fortalecendo o atendimento domiciliar e garantindo maior cobertura, prevenção e acompanhamento contínuo da população.

POR QUÊ É necessário ampliar a capacidade da Atenção Primária em Arniqueira para garantir acesso mais rápido, maior cobertura e melhores indicadores de saúde, reduzindo filas e a sobrecarga da urgência. Beneficia a população da RA.

COMO Ampliar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família (médicos, enfermeiros, agentes comunitários), expandir os atendimentos domiciliares para idosos, pessoas com mobilidade reduzida e pacientes crônicos e implantar monitoramento dos indicadores da atenção primária.

RESULTADOS Ampliação dos profissionais e da cobertura da Saúde da Família e melhoria dos indicadores de saúde, com atendimento na própria residência e menos idas e vindas ao posto e ao hospital.

9.2.15 Fortalecimento da atenção primária no Park Way - curto prazo

Park Way · Saúde · Saúde

OBJETO Programa de Fortalecimento da Atenção Primária e da Saúde da Família do Park Way, ampliando a cobertura das equipes multiprofissionais, qualificando o atendimento preventivo e fortalecendo o acompanhamento integral da população por meio de ações de promoção, prevenção e cuidado continuado.

POR QUÊ A população do Park Way demanda maior acesso à Atenção Primária; a ampliação das equipes multiprofissionais permite atendimento mais integral e resolutivo. Beneficia a comunidade, com mais prevenção e menos encaminhamentos.

COMO Ampliar as equipes multiprofissionais da Saúde da Família, integrando diferentes especialidades, desenvolver ações permanentes de promoção da saúde e prevenção de doenças e fortalecer o acompanhamento contínuo dos usuários por atendimentos individuais, coletivos e visitas domiciliares.

RESULTADOS Ampliação do acesso aos serviços de saúde, redução do tempo de espera, melhoria dos indicadores de saúde e aumento da qualidade de vida e do bem-estar dos moradores.

9.2.16 Ampliar a rede de proteção e acolhimento às vítimas de violência - curto prazo

Plano Piloto · Segurança · Segurança

OBJETO Programa Integrado de Proteção e Acolhimento às Vítimas de Violência, ampliando e articulando a rede de atendimento humanizado, proteção social e garantia de direitos em todo o Distrito Federal.

POR QUÊ A violência gera impactos profundos na saúde física e mental das vítimas e reduz oportunidades. Beneficia mulheres, crianças e grupos vulneráveis em todo o DF, ao ampliar o acesso à proteção.

COMO Ampliar centros de acolhimento, casas de abrigo e serviços especializados, integrar saúde, assistência social, educação e segurança pública para atendimento ágil e capacitar continuamente os profissionais, usando inteligência de dados para identificar áreas de maior vulnerabilidade.

RESULTADOS Um DF mais seguro e acolhedor, com atendimento mais rápido e humanizado às vítimas e maior sensação de segurança.

9.2.17 Rede de proteção e esperança - Vicente Pires - médio prazo

Vicente Pires · Segurança · Cultura de paz

OBJETO Rede de Proteção e Esperança de Vicente Pires, articulando instituições públicas, organizações da sociedade civil e comunidade para prevenção das violências, fortalecimento dos vínculos sociais, promoção da cultura de paz e proteção de grupos em situação de vulnerabilidade.

POR QUÊ Vicente Pires precisa fortalecer a integração entre serviços públicos, organizações sociais e comunidade para prevenir violências e proteger grupos vulneráveis. Beneficia a comunidade, com mais segurança, convivência e inclusão social.

COMO Mapear e integrar os serviços e instituições de proteção social numa rede colaborativa, promover campanhas permanentes de cultura de paz e prevenção da violência e implantar espaços de diálogo e mediação comunitária de conflitos, envolvendo escolas, famílias, lideranças e organizações sociais.

RESULTADOS Redução das situações de violência e vulnerabilidade no território.

9.2.18 Cruzeiro mais seguro - médio prazo

Cruzeiro · Segurança · Segurança

OBJETO Programa Cruzeiro Mais Seguro, fortalecendo a segurança cidadã por meio da qualificação contínua dos profissionais de segurança, ampliação da presença policial, integração entre órgãos de segurança pública e participação da comunidade na prevenção da violência.

POR QUÊ Cresce a insegurança e a vulnerabilidade dos moradores do Cruzeiro, com roubos, furtos e assaltos. Beneficia a população da RA e, por extensão, o DF.

COMO Promover capacitação contínua dos profissionais de segurança em parceria com os órgãos de segurança pública, reforçar o policiamento preventivo e ostensivo nas áreas de maior incidência e implantar canais permanentes de comunicação entre moradores, Administração Regional e forças de segurança.

RESULTADOS Cidade mais segura, em que o cidadão possa sair de casa para trabalhar, estudar e ter lazer com segurança para si e para a família.

9.3 Eixo de Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura

9.3.1 Cultura e lazer para todos - Candangolândia - curto prazo

Candangolândia · Cultura e Economia Criativa · Cultura

OBJETO Programa Cultura e Lazer para Todos, ampliando o acesso da população a eventos culturais, artísticos e de lazer, com descentralização das atividades e fortalecimento da economia criativa nas Regiões Administrativas.

POR QUÊ Os eventos culturais são concentrados e mal divulgados, com baixo acesso da população, especialmente nas RAs distantes do centro. Beneficia o público das diversas RAs e os agentes da economia criativa.

COMO Ampliar a divulgação dos eventos por parcerias com TV, rádio, jornais, plataformas digitais e redes sociais, promover eventos descentralizados em locais de fácil acesso por transporte público e firmar parcerias para atrair grandes eventos culturais e de entretenimento ao DF.

RESULTADOS Descentralização da oferta cultural e fortalecimento da economia criativa, com aumento da divulgação e do público participante. Proposta concebida para realização em todas as RAs.

9.3.2 Construção de auditório para mais ou menos quatrocentas pessoas perto do salão comunitário do Núcleo Bandeirante - médio prazo

Núcleo Bandeirante · Cultura e Economia Criativa · Cultura

OBJETO Centro Regional de Eventos, Cultura e Formação Cidadã do Núcleo Bandeirante, com auditório multiuso para atividades educacionais, culturais, sociais e comunitárias, atendendo o Núcleo Bandeirante e regiões vizinhas.

POR QUÊ A região do Núcleo Bandeirante (incluindo Candangolândia, Riacho Fundo I e II, Park Way e CAUB) não tem um auditório para reuniões, teatro, cinema e cultura. Beneficia mais de 200 mil habitantes da região.

COMO Captar recursos junto ao GDF, emendas parlamentares e outras fontes, concluir os procedimentos técnicos e licitatórios e executar a construção e equipagem do auditório multiuso para cerca de 400 pessoas. O lote já foi disponibilizado pela Administração Regional e o projeto aprovado em audiência pública.

RESULTADOS Espaço adequado para atividades educacionais, culturais, sociais e comunitárias, beneficiando mais de 200 mil habitantes da região.

9.3.3 Implantação de espaço cultural da Agua Quente - médio prazo

Água Quente · Cultura e Economia Criativa · Cultura

OBJETO Espaço Cultural de Água Quente como equipamento público permanente para formação artística, produção cultural, economia criativa, lazer e integração comunitária.

POR QUÊ Água Quente tem crescente produção cultural comunitária (artistas, grupos tradicionais, artesãos, dança, capoeira, música), mas carece de um equipamento cultural permanente, recorrendo a espaços adaptados e provisórios. Beneficia artistas, agentes culturais e a comunidade.

COMO Definir e regularizar a área destinada ao espaço cultural, elaborar projeto arquitetônico funcional e acessível para múltiplas atividades e estruturar programação inicial de oficinas, exposições e apresentações em parceria com artistas e instituições locais.

RESULTADOS Fortalecimento da produção cultural local, ampliação do acesso comunitário à cultura, valorização dos artistas e da economia criativa e consolidação de políticas culturais permanentes para o território.

9.3.4 Casa de cultura de Brazlândia, Francisco Ibaratasta Galeno - curto prazo

Brazlândia · Cultura e Economia Criativa · Espaços culturais

OBJETO Casa de Cultura de Brazlândia - Francisco Ibaratasta Galeno, como centro permanente de criação artística, formação cultural, exposições, apresentações e valorização da identidade cultural local.

POR QUÊ Brazlândia carece de espaços culturais para criação coletiva e apresentação de espetáculos, e a distância dos equipamentos do Plano Piloto dificulta o acesso, sobretudo dos jovens. Beneficia a comunidade e os artistas e artesãos locais.

COMO Definir com a comunidade a área da Casa de Cultura e elaborar projeto arquitetônico sustentável, construir e equipar os espaços (teatro, galeria, ateliês compartilhados) e estruturar programas permanentes de formação artística, oficinas e exposições, com terreno e verba do GDF.

RESULTADOS Acesso da comunidade à cultura e ao lazer, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da identidade cultural local, com espaço para artistas e artesãos exibirem seus trabalhos.

9.3.5 Cultura da Fercal - curto prazo

Fercal · Cultura e Economia Criativa · Cultura

OBJETO Programa Cultura da Fercal, fortalecendo a capacidade institucional da região para captação de recursos, realização de eventos culturais e valorização dos artistas, produtores e manifestações culturais locais, posicionando a Fercal como polo de cultura e eventos do Distrito Federal.

POR QUÊ A Fercal perdeu competitividade na atração de eventos por escassez de investimentos e mecanismos de financiamento, o que enfraquece a valorização dos artistas locais. Beneficia artistas, produtores e a comunidade.

COMO Estruturar núcleo de captação de recursos e elaboração de projetos para acessar editais, fundos públicos e leis de incentivo, criar calendário anual de eventos culturais e mapear e cadastrar agentes culturais, espaços e equipamentos da região.

RESULTADOS Aumento da captação de eventos, inclusive internacionais, consolidando a Fercal como polo de cultura e eventos.

9.3.6 Criação de Parque Ecológico e Vivencial Núcleo Bandeirante - médio prazo

Núcleo Bandeirante · Esporte, Atividade Física e Lazer · Lazer e convivência

OBJETO Parque Ecológico e Vivencial do Núcleo Bandeirante como espaço público de lazer, convivência, esporte, educação ambiental e promoção da saúde para a comunidade local.

POR QUÊ A comunidade do Núcleo Bandeirante carece de um espaço para se exercitar e cuidar da saúde individual e coletiva. Beneficia toda a comunidade local.

COMO Regularizar e delimitar a área já existente (3ª Avenida, ao lado do campo de Divinéia), elaborar e executar o projeto urbanístico, paisagístico e ambiental e implantar infraestrutura de lazer, caminhada, convivência e atividade física, com atuação do poder público na terraplenagem e adequação do terreno.

RESULTADOS Melhoria da qualidade de vida dos usuários, com ampliação do acesso a áreas verdes, lazer, esporte e convivência comunitária.

9.3.7 Parque cultural e lazer durante todos os dias e finais de semana - Riacho Fundo II - curto prazo

Riacho Fundo II · Esporte, Atividade Física e Lazer · Parque urbano ambiental

OBJETO Parque Cultural, Esportivo e de Lazer do Riacho Fundo II, transformando o parque ecológico da região em um espaço permanente de convivência, cultura, esporte, lazer e promoção da saúde física e mental da população.

POR QUÊ Riacho Fundo II, Recanto das Emas e Samambaia carecem de espaços de lazer, cultura e convivência. O parque ecológico na saída do Riacho Fundo II é uma oportunidade de criar um espaço seguro e atrativo, sobretudo para jovens, como alternativa ao isolamento e ao excesso de telas.

COMO Elaborar e executar projeto de revitalização do parque com infraestrutura de esporte, lazer e cultura (quadras, pista de caminhada, áreas de descanso, banheiros, área para apresentações), e criar programação permanente em parceria entre governo, população e Administração Regional.

RESULTADOS Mais cultura, lazer e socialização entre jovens e adultos e melhor saúde mental da população, que passa a contar com espaço para atividade física e lazer com a família.

9.3.8 Educação pelo esporte nas escolas públicas do Sol Nascente/ Pôr do Sol - curto prazo

Sol Nascente/Pôr do Sol · Esporte, Atividade Física e Lazer · Educação, saúde e esporte

OBJETO Programa Educação pelo Esporte nas Escolas Públicas do Sol Nascente/Pôr do Sol, integrando esporte, educação, saúde e cidadania para promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

POR QUÊ A vulnerabilidade social no Sol Nascente/Pôr do Sol expõe crianças e adolescentes à violência urbana e ao tráfico, ao sedentarismo e à ociosidade. Beneficia os estudantes da rede pública, a saúde pública e a segurança pública.

COMO Reformar e adequar a infraestrutura esportiva das escolas (quadras, vestiários, iluminação), adquirir materiais esportivos e capacitar/contratar profissionais, implementando uma cartilha de diretrizes de esporte educacional e cidadania. Executado pelo poder executivo local, sociedade civil e comunidade escolar.

RESULTADOS Redução da ociosidade juvenil e do vandalismo, desoneração da segurança pública, alívio nos postos de saúde e descoberta de novos talentos esportivos.

9.3.9 Centro cultural esportivo e social - Riacho Fundo II - médio prazo

Riacho Fundo II · Esporte, Atividade Física e Lazer · Bem-estar/ esporte

OBJETO Centro Cultural, Esportivo e Social do Riacho Fundo II, integrando atividades de esporte, cultura, lazer, qualificação cidadã e economia criativa em um espaço multifuncional voltado à inclusão social, ao desenvolvimento humano e à melhoria da qualidade de vida da população.

POR QUÊ O Riacho Fundo II tem poucas oportunidades de acesso à cultura, esporte e lazer. Beneficia a população, sobretudo os jovens, com inclusão social e atividades socioeducativas.

COMO Elaborar o projeto arquitetônico do centro (ginásio poliesportivo, teatro, espaços de criatividade), estruturar parcerias com órgãos públicos e entidades culturais e esportivas e implantar programas-piloto de esporte, cultura, artesanato e economia criativa em equipamentos já existentes até a conclusão da obra.

RESULTADOS Ampliação do acesso à arte, cultura, lazer e esporte, capacitação cidadã e redução da vulnerabilidade social, especialmente entre os jovens.

9.3.10 Sobradinho II, uma cidade educadora: história, meio ambiente, cultura e esporte - médio prazo

Sobradinho II · Esporte, Atividade Física e Lazer · Meio ambiente, esporte e lazer

OBJETO Programa Cidade Educadora de Sobradinho II, integrando educação ambiental, cultura, esporte, preservação do Cerrado e participação cidadã para transformar os espaços públicos em ambientes de aprendizagem, convivência, sustentabilidade e promoção da qualidade de vida.

POR QUÊ Sobradinho II pode tornar-se uma 'cidade educadora', usando seus espaços públicos para ensinar cidadania, melhorar o microclima e a permeabilidade do solo e incentivar a cultura. Beneficia a população, com consciência cidadã e melhor qualidade de vida.

COMO Implantar jardins educativos e hortos de plantas medicinais em escolas, postos de saúde e praças, desenvolver campanhas permanentes de coleta seletiva e educação ambiental e promover a ocupação qualificada dos espaços urbanos com arborização, arte urbana e esporte, articulada ao plano de manejo do Refúgio Canela-de-Ema.

RESULTADOS População consciente de seu território, que ocupa os espaços com consciência cidadã de que o bem-estar social depende da participação ativa de todos.

9.3.11 Parque cultural esportivo das águas do Paranoá - médio prazo

Paranoá · Esporte, Atividade Física e Lazer · Democratização do acesso a esporte e cultura popular

OBJETO Parque Cultural e Esportivo das Águas do Paranoá, criando um complexo público integrado de esporte, cultura, lazer e convivência comunitária, voltado à inclusão social, valorização da identidade local e promoção de oportunidades para crianças, jovens e famílias.

POR QUÊ O Paranoá tem muitos jovens e potencial cultural, mas carece de espaços públicos integrados para cultura, esporte e lazer. Beneficia crianças, jovens, famílias e a comunidade, com inclusão social.

COMO Elaborar o projeto urbanístico e arquitetônico do parque (quadras, anfiteatro, oficinas culturais, áreas de convivência junto ao Lago Paranoá), estruturar parcerias para programação gratuita permanente e implantar projetos-piloto de esporte, cultura e lazer em espaços existentes.

RESULTADOS Mais lazer, inclusão social, oportunidades para jovens e valorização da comunidade, com geração de emprego (equipe, animadores) e fomento ao comércio local (ambulantes e pequenos empreendedores).

9.4 Eixo de Desenvolvimento Econômico

9.4.1 Desenvolvimento sustentável com criação de ADE - Área de Desenvolvimento Econômico de Água Quente - médio prazo

Água Quente · Comércio e Serviços · Polo comercial e industrial, linha para as outras RAs

OBJETO Área de Desenvolvimento Econômico (ADE) de Água Quente, integrada à expansão de equipamentos públicos, qualificação profissional e promoção do empreendedorismo, visando geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população.

POR QUÊ Por ser a RA mais nova do DF, Água Quente carece de equipamentos e serviços públicos essenciais. Beneficia a população local, especialmente jovens, idosos e mulheres em situação de vulnerabilidade, e estimula emprego, renda e empreendedorismo.

COMO Planejar e iniciar a implantação da Área de Desenvolvimento Econômico (ADE) com infraestrutura para atrair empreendimentos, implantar centros de qualificação profissional e educação técnica (ETB ou IFB) em parceria com instituições de ensino e estruturar equipamentos de apoio social, cultural e esportivo, incluindo centro de convivência para idosos.

RESULTADOS Implantação de equipamentos públicos que melhoram a qualidade de vida, com geração de emprego e renda e estímulo ao empreendedorismo.

9.4.2 Ampliar oportunidades de capacitação e inserção profissional para jovens - curto prazo

Varjão · Comércio e Serviços · Educação profissional

OBJETO Programa de Capacitação e Inserção Profissional da Juventude do Varjão, promovendo qualificação profissional, orientação de carreira e acesso ao primeiro emprego, estágio e aprendizagem.

POR QUÊ Muitos jovens do Varjão enfrentam dificuldade de ingressar no mercado de trabalho por falta de experiência e do primeiro emprego. Beneficia jovens e adolescentes da RA, reduzindo o desemprego juvenil.

COMO Oferecer cursos gratuitos de capacitação profissional e tecnológica, realizar oficinas de currículo, entrevistas e habilidades socioemocionais e firmar parcerias com empresas, instituições de ensino e órgãos públicos para estágios, jovem aprendiz e primeiro emprego, com rede de mentoria voluntária.

RESULTADOS Aumento da qualificação profissional dos jovens, ampliação do acesso ao primeiro emprego e à aprendizagem e redução da vulnerabilidade social e do desemprego juvenil.

9.4.3 Capacitação e emprego no Riacho Fundo I - médio prazo

Riacho Fundo I · Comércio e Serviços · Geração de emprego e renda

OBJETO Programa de Desenvolvimento Econômico, Capacitação Profissional e Geração de Emprego do Riacho Fundo I, promovendo a atração de empresas, a qualificação da mão de obra local e a criação de oportunidades de trabalho próximas à residência dos moradores.

POR QUÊ Faltam oportunidades de qualificação e empregos locais no Riacho Fundo I, obrigando longos deslocamentos para o trabalho. Beneficia os moradores e a economia local.

COMO Criar programa de incentivos para atrair médias e grandes empresas, por concessão de direito de uso, implantar cursos de qualificação alinhados às demandas das empresas e usar escolas e equipamentos públicos como polos de capacitação e preparação para o trabalho.

RESULTADOS Aumento da capacitação para emprego e renda no Riacho Fundo I, com redução da necessidade de deslocamentos.

9.4.4 Fortalecer a reciclagem e a economia circular no varjão - médio prazo

Varjão · Comércio e Serviços · Sustentabilidade

OBJETO Programa Varjão Circular, fortalecendo a cadeia da reciclagem, a economia circular e o cooperativismo local por meio da capacitação profissional, do reaproveitamento de materiais recicláveis e da geração de trabalho, renda e inclusão socioambiental.

POR QUÊ A cooperativa de coleta do Varjão (CRU) é fundamental na gestão de resíduos, mas grande parte dos materiais não é reaproveitada. O reaproveitamento e o artesanato sustentável podem ampliar o trabalho e reduzir impactos ambientais. Beneficia cooperados e moradores.

COMO Implantar oficinas permanentes de reciclagem e artesanato sustentável, estabelecer parcerias com escolas, universidades e empresas para apoio técnico e formação e criar feiras e espaços de comercialização e campanhas de educação ambiental.

RESULTADOS Aumento do reaproveitamento de recicláveis, geração de emprego e renda, redução do descarte inadequado e fortalecimento do cooperativismo local.

9.4.5 Elaborar planos de desenvolvimento local para cada região administrativa - médio prazo

SIA · Comércio e Serviços · Desenvolvimento local

OBJETO Programa de Planejamento Territorial Participativo do SIA, elaborando e institucionalizando um Plano de Desenvolvimento Local construído com a participação de empresários, trabalhadores, entidades representativas e órgãos governamentais, orientando investimentos e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região.

POR QUÊ Falta um plano de desenvolvimento local que fortaleça o setor produtivo e melhore a qualidade de vida dos trabalhadores e empresários do SIA. Beneficia o setor produtivo e os trabalhadores da região.

COMO Realizar diagnóstico participativo das necessidades do SIA (infraestrutura, mobilidade, segurança, limpeza e economia), constituir fórum permanente de governança local com setor produtivo, trabalhadores e governo e elaborar e validar o Plano de Desenvolvimento Local com metas, indicadores e carteira de projetos.

RESULTADOS Maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, fortalecimento das atividades econômicas, melhoria da infraestrutura e aumento da competitividade da região, com políticas alinhadas às necessidades locais.

9.4.6 Arniqueira sustentável, desenvolvimento comunitário econômico e ambiental - médio prazo

Arniqueira · Comércio e Serviços · Desenvolvimento local, econômico e ambiental

OBJETO Programa Arniqueira Sustentável, promovendo o desenvolvimento integrado da região por meio da qualificação profissional, geração de emprego e renda, fortalecimento da participação comunitária, melhoria da infraestrutura urbana e promoção da sustentabilidade ambiental.

POR QUÊ Arniqueira tem crescimento populacional acelerado e demanda por infraestrutura, emprego, qualificação e preservação ambiental. Beneficia os moradores, com inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável.

COMO Implantar programas de capacitação profissional e empreendedorismo para jovens e adultos, promover campanhas de educação ambiental e melhoria das vias e da acessibilidade e constituir conselhos comunitários para participação no planejamento e monitoramento das ações.

RESULTADOS Desenvolvimento local integrado, envolvendo poder público, investimento e comunidade, criando condições para crescimento inclusivo e sustentável da região.

9.4.7 Desenvolvimento e acessibilidade gerando emprego sustentável para a receita local - longo prazo

Riacho Fundo II · Comércio e Serviços

OBJETO Programa de Revitalização Urbanística e Desenvolvimento Econômico do Riacho Fundo II, promovendo a modernização dos corredores comerciais, a qualificação dos espaços públicos, a acessibilidade universal e o fortalecimento das atividades econômicas locais para geração de emprego, renda e valorização urbana.

POR QUÊ O comércio do Riacho Fundo II precisa de investimentos em infraestrutura e qualificação urbana para fortalecer a atividade econômica, incluindo a Feira Permanente e a Avenida Jamelão, principal corredor comercial. Beneficia comerciantes e a economia local.

COMO Elaborar e aprovar o projeto de revitalização da área comercial (calçadas acessíveis, paisagismo, iluminação, estacionamento e segurança), implementar a padronização das fachadas e a requalificação visual e promover ações de apoio aos comerciantes e reorganização das atividades.

RESULTADOS Valorização comercial e receitas que garantam a sustentabilidade da população local, com acessibilidade universal e geração de emprego e renda.

9.4.8 Ponto seco do Pequi - Sobradinho - longo prazo

Sobradinho · Logística e Distribuição · Logística, hub

OBJETO Polo de Inovação, Empreendedorismo e Logística da Região Norte - Ponto Seco do Pequi, consolidando Sobradinho como centro de formação de talentos, atração de investimentos, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e integração econômica da Região Norte do Distrito Federal.

POR QUÊ A Região Norte precisa de massa crítica para se tornar protagonista como polo de tecnologia e inovação do DF. Beneficia a população da região norte, ao direcionar talentos para a escolarização e o empreendedorismo.

COMO Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Polo de Inovação da Região Norte definindo vocações e governança, ampliar a oferta de educação técnica e tecnológica em parceria com instituições de ensino e setor produtivo e criar programas de incentivo ao empreendedorismo, à inovação e a startups, micro e pequenas empresas.

RESULTADOS Consolidação de Sobradinho/Região Norte como polo de inovação, tecnologia e empreendedorismo - o 'vale do silício' do DF.

9.5 Eixo de Tecnologia e Inovação

9.5.1 Radar das RAs - Estrutural - curto prazo

SCIA/Estrutural · Tecnologia · Tecnologias sociais

OBJETO Programa Radar das RAs - Rede de Inteligência Territorial Escolar, utilizando a rede pública de ensino como infraestrutura permanente de produção de dados, mapeamento participativo e desenvolvimento de tecnologias sociais, transformando estudantes e comunidades em protagonistas do planejamento e da inovação territorial do Distrito Federal.

POR QUÊ O planejamento do DF historicamente é feito de cima para baixo. As políticas públicas devem basear-se em dados e vivências; a proposta usa a rede pública de ensino como infraestrutura de inteligência territorial.

COMO Implementar o projeto 'Rua na Sala de Aula' integrando o mapeamento de problemas do território às atividades pedagógicas, criar metodologia padronizada de coleta e análise de dados produzidos por

estudantes e comunidades e adequar componentes curriculares para incorporar cidadania digital, inteligência territorial e tecnologias sociais.

RESULTADOS Aperfeiçoamento das políticas públicas, produção de tecnologia e autonomia dos jovens e mapeamento participativo qualificado e contextualizado, com soberania digital.

9.5.2 Recanto interconectado - Recanto das Emas - médio prazo

Recanto das Emas · Tecnologia · Segurança pública

OBJETO Programa Recanto Interconectado, integrando inteligência artificial, análise de dados, participação cidadã e segurança comunitária para fortalecer a prevenção da criminalidade, qualificar a gestão pública e promover uma segurança mais eficiente, humanizada e baseada em evidências.

POR QUÊ O aumento da criminalidade e da sensação de insegurança no Recanto das Emas exige soluções mais rápidas, inteligentes e humanas, já que muitas ações ainda são reativas. Beneficia a população, com prevenção de crimes e maior confiança entre comunidade e órgãos de segurança.

COMO Desenvolver plataforma integrada de inteligência de dados (segurança, iluminação, mobilidade, videomonitoramento e denúncias anônimas), implantar painéis com análise preditiva para gestores e capacitar as equipes de segurança em prevenção, escuta ativa, uso ético de dados e atuação humanizada.

RESULTADOS Redução da criminalidade e maior capacidade preventiva, identificação mais rápida de riscos e ampliação da participação da população, com segurança mais humanizada e baseada em evidências.

9.5.3 Uso do arduino para combate a crimes ambientais no Recanto das Emas - médio prazo

Recanto das Emas · Tecnologia · Crimes ambientais

OBJETO Programa Sentinelas Ambientais Inteligentes, utilizando sensores de baixo custo, Internet das Coisas (IoT), energia solar e plataformas de monitoramento para detectar e comunicar ocorrências de crimes ambientais em tempo real, apoiando as ações de fiscalização, prevenção e preservação ambiental no território.

POR QUÊ O Recanto das Emas sofre com desmatamento, descarte irregular de resíduos, poluição de córregos e nascentes, queimadas e invasões. Beneficia a população e o meio ambiente, com fiscalização ambiental mais ágil.

COMO Desenvolver projeto-piloto de sentinelas ambientais com Arduino, sensores e energia solar fixadas em pontos estratégicos, integrar o monitoramento aos órgãos de fiscalização para gerar alertas em tempo real e promover oficinas de educação tecnológica e ambiental em escolas, formando jovens como agentes de monitoramento.

RESULTADOS Diminuição das queimadas, do descarte irregular de resíduos e das invasões em áreas ambientalmente protegidas.

9.5.4 Gama conectado - curto prazo

Gama · Inovação · inovação-mibilidade

OBJETO Programa Gama Conectado, integrando tecnologia e mobilidade urbana para disponibilizar informações em tempo real sobre o transporte público, ampliando a previsibilidade, acessibilidade e eficiência dos deslocamentos da população.

POR QUÊ A falta de informação em tempo real sobre linhas e horários de ônibus gera atrasos e lotação para os moradores do Gama. Beneficia todos os usuários do transporte público da RA.

COMO Desenvolver aplicativo acessível com informações em tempo real sobre linhas, itinerários e horários, instalar painéis eletrônicos informativos nos principais pontos e terminais e firmar parcerias entre os órgãos de mobilidade e tecnologia e a iniciativa privada. A tecnologia é colocada a serviço da mobilidade.

RESULTADOS Menor tempo de espera, informações em tempo real e maior previsibilidade das viagens, dando à população mais praticidade, segurança e autonomia para se deslocar.

9.5.5 Usar gestão inteligente do estoque à entrega nas unidades - Plano Piloto - curto prazo

Plano Piloto · Inovação · Inovação-Saúde

OBJETO Programa de Gestão Inteligente de Medicamentos do Distrito Federal, integrando tecnologia, inteligência de dados e rastreabilidade para otimizar o abastecimento e a distribuição de medicamentos na rede pública de saúde.

POR QUÊ A falta de medicamentos nas unidades de saúde decorre da gestão pouco integrada do estoque à entrega. Beneficia a população usuária da rede pública de saúde do DF, com acesso mais rápido aos medicamentos.

COMO Implantar sistema único de gestão de medicamentos integrando hospitais, UPAs, UBSs, farmácias e almoxarifados, usar inteligência de dados para prever demanda e sazonalidades e automatizar o controle de estoque com códigos de barras, QR Codes ou etiquetas inteligentes.

RESULTADOS Rede de abastecimento mais eficiente, moderna e integrada, com redução da falta de medicamentos e acesso mais rápido para a população.

9.5.6 Aplicativo de assistência técnica em arquitetura com valores acessíveis - curto prazo

Itapoã · Inovação · inovação- habitação

OBJETO Programa de Assistência Técnica Digital em Arquitetura e Urbanismo, utilizando tecnologia para ampliar o acesso da população de baixa renda a projetos de melhoria habitacional, qualificação urbana e arborização residencial.

POR QUÊ No Itapoã, muitas moradias são construídas sem assistência técnica, gerando umidade, banheiros precários, falta de arborização e problemas de saúde. Beneficia famílias de baixa renda e o comércio local.

COMO Desenvolver aplicativo de assistência técnica em arquitetura a baixo custo, formar rede de arquitetos, estudantes e instituições de ensino para elaborar e supervisionar os projetos e implementar programa-piloto de reforma de banheiros, fachadas e arborização, com parte dos recursos retornando às famílias como incentivo à compra no comércio local.

RESULTADOS No primeiro ano, ao menos 100 banheiros e 100 fachadas reformados e 100 árvores plantadas, iniciando um programa de arborização urbana contra ilhas de calor e impactando o comércio local.

9.5.7 Saúde na palma da mão - Sobradinho - curto prazo

Sobradinho · Inovação · Inovação -Prontuário integrado de saúde

OBJETO Plataforma Distrital de Prontuário Eletrônico Integrado e Inteligência em Saúde, conectando todas as unidades da rede pública de saúde do Distrito Federal em um ambiente digital único, seguro e acessível, permitindo o acompanhamento integral do histórico clínico dos cidadãos e apoiando a tomada de decisão em saúde pública.

POR QUÊ O prontuário do paciente está restrito à sua unidade de saúde, dificultando o acompanhamento do histórico clínico. Beneficia toda a população atendida e as equipes técnicas, operacionais e administrativas da rede pública.

COMO Desenvolver ou adaptar uma plataforma de prontuário eletrônico interoperável, preferencialmente desenvolvida no DF, integrar gradualmente as bases de UBS, hospitais, UPAs e laboratórios num ambiente único e capacitar os profissionais para uso da plataforma e dos painéis de monitoramento.

RESULTADOS Agilidade nos atendimentos, clareza sobre a saúde individual e coletiva e dados online sobre a situação da saúde no DF, apoiando a tomada de decisão e a distribuição de recursos.

9.5.8 Resíduo cidadão, plataforma digital de gestão de resíduos no Recanto das Emas - médio prazo

Recanto das Emas · Inovação · inovação/Resíduos

OBJETO Programa Resíduo Cidadão, integrando tecnologia, educação ambiental, economia circular e participação cidadã por meio de uma plataforma digital georreferenciada para gestão de resíduos, incentivo à reciclagem e fortalecimento das cooperativas de catadores.

POR QUÊ O descarte inadequado de resíduos sólidos no Recanto das Emas é problema de saúde pública e ambiental, com desconexão entre a intenção de descartar corretamente e o acesso à informação sobre o destino dos materiais. Beneficia a população e as cooperativas de catadores.

COMO Desenvolver plataforma digital georreferenciada para localizar pontos de descarte com gamificação, realizar letramento digital e ambiental em escolas e parques e firmar parcerias com SLU, IBRAM e cooperativas de catadores para validar rotas de coleta e fortalecer a economia solidária.

RESULTADOS Aumento da reciclagem local, fortalecimento das cooperativas de catadores e educação ambiental prática, conectando quem descarta e quem transforma o material e gerando um banco de dados sobre o descarte na região.

9.6 Eixo Brasília-Goiânia e RIDE

9.6.1 Programa RA integrada cidade de quinze minutos - Planaltina - longo prazo

Planaltina · Região Metropolitana · Desenvolvimento integrado da RA

OBJETO Programa RA Integrada - Cidade de Quinze Minutos em Planaltina, promovendo a integração territorial e regional dos serviços públicos, da infraestrutura urbana, das oportunidades econômicas e da regularização fundiária, de forma que a população tenha acesso aos serviços essenciais próximos ao local de moradia, reduzindo deslocamentos e ampliando a qualidade de vida.

POR QUÊ O crescimento populacional acelerado de Planaltina não foi acompanhado pela expansão dos serviços públicos, gerando deficiência no acesso à saúde, educação, emprego e moradia, agravada pela ausência de planejamento integrado. Beneficia os moradores da RA e sua área de influência na RIDE.

COMO Elaborar Plano Integrado de Desenvolvimento Territorial de Planaltina e da RIDE definindo prioridades, implantar painel georreferenciado de indicadores e monitoramento dos serviços públicos e estruturar programa de fortalecimento da economia local, qualificação profissional e atração de investimentos e turismo.

RESULTADOS Melhoria nos indicadores de saúde, educação e segurança, geração de emprego, redução da informalidade fundiária e dos deslocamentos diários, com presença do poder público próxima ao local de moradia e integração com a RIDE.

9.6.2 Implementar, trem ou VLT entre Brasília e Luziânia para mobilidade regional sobre trilhos - médio prazo

Park Way · Região Metropolitana · Transporte

OBJETO Sistema Integrado de Mobilidade Metropolitana sobre Trilhos Brasília-Luziânia, por meio da articulação entre o Distrito Federal, o Estado de Goiás e os municípios da região, visando a criação de um corredor de alta capacidade para transporte de passageiros, integrado aos demais modais da Região Metropolitana de Brasília.

POR QUÊ O trânsito na EPIA Sul é caótico nos horários de pico e o transporte interestadual entre Brasília e Luziânia é precário, com passageiros viajando em pé e expostos a riscos, já que os ônibus urbanos de Goiás não podem usar a faixa exclusiva da EPIA. Beneficia a população da região metropolitana.

COMO Promover parceria entre os governos de Goiás e do DF e os municípios para viabilizar um corredor de alta capacidade - trem metropolitano ou VLT - entre Brasília e Luziânia, integrado aos demais modais da Região Metropolitana.

RESULTADOS Melhoria no trânsito e na mobilidade urbana da região metropolitana de Brasília.

PARTE V

10. Legitimação Popular das Propostas

Do Hackatown das Regiões Administrativas às Câmaras Técnicas do CODESE-DF

Maurício Araújo de Souza
Assessor Técnico do CODESE-DF

1. Introdução: Quando a Voz do Território Encontra a Arquitetura Institucional

Uma evolução no projeto **"O DF QUE A GENTE QUER - versão 2026-2040"** foi a realização do HackATown das RAs, que ampliou nossos horizontes sobre o projeto.

A metodologia adotada — uma sequência articulada entre o HackATown das Regiões Administrativas e o Evento de Legitimação das Câmaras Técnicas — representa uma experiência rigorosa de democracia deliberativa, combinando inteligência territorial de base com avaliação técnica qualificada em um processo de dupla legitimação que confere ao resultado final autoridade democrática e institucional. Este capítulo documenta, analisa e interpreta os resultados do HackATown de 30 de maio de 2026 e o Evento de Legitimação de 13 de junho de 2026, ambos realizados no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

2. A Metodologia da Dupla Legitimação: Fundamentos Teóricos e Inovação Procedimental

A literatura internacional sobre planejamento participativo identifica, de forma recorrente, uma tensão estrutural entre dois imperativos democráticos aparentemente contraditórios: a inclusividade — que exige que o maior número possível de cidadãos tenha voz no processo — e a **deliberação qualificada** — que

exige que as decisões sejam tomadas com base em conhecimento técnico, análise de viabilidade e visão sistêmica [1]. Processos que privilegiam apenas a inclusividade tendem a produzir listas de demandas desconexas, sem priorização e sem viabilidade institucional. Processos que privilegiam apenas a deliberação técnica tendem a reproduzir as preferências das elites e a excluir as demandas dos grupos mais vulneráveis [2].

A metodologia do "DF que a Gente Quer" estruturou o processo em duas etapas complementares e metodologicamente articuladas:

A **primeira etapa** — o HackATown das Regiões Administrativas — priorizou a inclusividade e a representatividade territorial. Realizado em 30 de maio de 2026, o evento reuniu representantes das 30 Regiões Administrativas do DF em uma maratona de inteligência coletiva que produziu 3.868 submissões, consolidadas em 76 propostas estruturantes distribuídas pelos seis eixos estratégicos do projeto. A metodologia do HackATown — inspirada nas hackathons de inovação cívica e adaptada ao contexto do planejamento territorial — garantiu que as demandas emergissem de baixo para cima, a partir do conhecimento vivido das comunidades, e não de cima para baixo, a partir de diagnósticos técnicos externos.

A **segunda etapa** — o Evento de Legitimação das Câmaras Técnicas — priorizou a deliberação qualificada e a validação institucional. Realizado em 13 de junho de 2026, o evento reuniu 270 participantes — representantes das 19 câmaras técnicas do CODESE-DF, diretores de eixos, gestores setoriais e especialistas — para votar, debater e legitimar as 148 propostas que deveriam orientar o Plano de Estado do DF para o horizonte 2026-2040. O processo de votação foi conduzido com transparência e rastreabilidade, garantidas pela Plataforma Legitima DF, que registrou cada voto com identificação do participante, timestamp preciso e vínculo direto à proposta.

3. O Hackatown das Regiões Administrativas: Inteligência Territorial de Base

3.1 Concepção e Estrutura

O HackATown das Regiões Administrativas foi concebido como um dispositivo de escuta ativa e produção coletiva de conhecimento territorial. Seu pressuposto fundamental é que os moradores de cada Região Administrativa são os maiores especialistas nas condições de vida, nos problemas e nas potencialidades de seus territórios — e que esse conhecimento, sistematizado e qualificado, é insubstituível para qualquer processo sério de planejamento.

Realizado em 30 de maio de 2026, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o evento reuniu 173 participantes presenciais representando as 30 Regiões Administrativas do DF. A metodologia combinou dinâmicas de design thinking, mapeamento de problemas e oportunidades, e construção colaborativa de propostas em grupos temáticos organizados pelos seis eixos estratégicos do projeto: Desenvolvimento Urbano, Cidadania e Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Brasília/Goiânia/RIDE, Economia Criativa/Esporte/Turismo/Cultura e Tecnologia e Inovação.

Ao longo de uma jornada de trabalho intensivo, os participantes produziram 3.868 submissões — contribuições individuais e coletivas que, após processamento metodológico rigoroso de síntese, agrupamento temático e

validação, resultaram em 76 propostas estruturantes. Essas propostas foram então submetidas ao Evento de Legitimação de 13 de junho, onde se juntaram às 72 propostas elaboradas pelas câmaras técnicas do CODESE-DF, compondo o universo de 148 propostas que foram submetidas à votação.

3.2 Resultados: As Propostas que Emergiram do Território

A análise das propostas oriundas do HackATown revela padrões temáticos de grande relevância para a compreensão das prioridades da população do DF. A concentração de propostas no eixo de Tecnologia e Inovação — que recebeu os três votos mais expressivos no Evento de Legitimação — indica que a população do DF não vê a tecnologia como um tema exclusivo de especialistas, mas como um instrumento concreto de melhoria das condições de vida em seus territórios.

As três propostas mais votadas do HackATown no Evento de Legitimação são, nesse sentido, exemplares:

Por exemplo, a proposta "Recanto Interconectado — Recanto das Emas" (86 votos) propõe a transformação do Recanto das Emas em um território inteligente, com infraestrutura digital integrada, serviços públicos digitalizados e conectividade de alta velocidade para todos os moradores. A proposta parte de um diagnóstico preciso: o Recanto das Emas, com mais de 150 mil habitantes, é uma das maiores RAs do DF e ainda enfrenta déficits significativos de infraestrutura digital. O fato de ter recebido o maior número de votos no Evento de Legitimação — 86 votos, mais do que o dobro da segunda colocada — indica que essa demanda ressoa com força não apenas na RA de origem, mas em todo o espectro de representantes do CODESE-DF.

A proposta "Resíduo Cidadão — Plataforma Digital de Gestão de Resíduos no Recanto das Emas" (71 votos) propõe a criação de uma plataforma digital integrada para gestão de resíduos sólidos, combinando tecnologia de rastreamento, incentivos para reciclagem e engajamento comunitário. A proposta é exemplar da convergência entre tecnologia e sustentabilidade que caracteriza as demandas mais inovadoras emergidas do HackATown.

A proposta "Uso do Arduino para Combate a Crimes Ambientais no Recanto das Emas" (69 votos) propõe a utilização de dispositivos de baixo custo baseados na plataforma Arduino para monitoramento ambiental e detecção de crimes ecológicos em tempo real. A proposta demonstra sofisticação tecnológica. Os moradores do Recanto das Emas não apenas identificaram um problema (crimes ambientais), mas propuseram uma solução tecnológica específica, de baixo custo e alta eficácia.

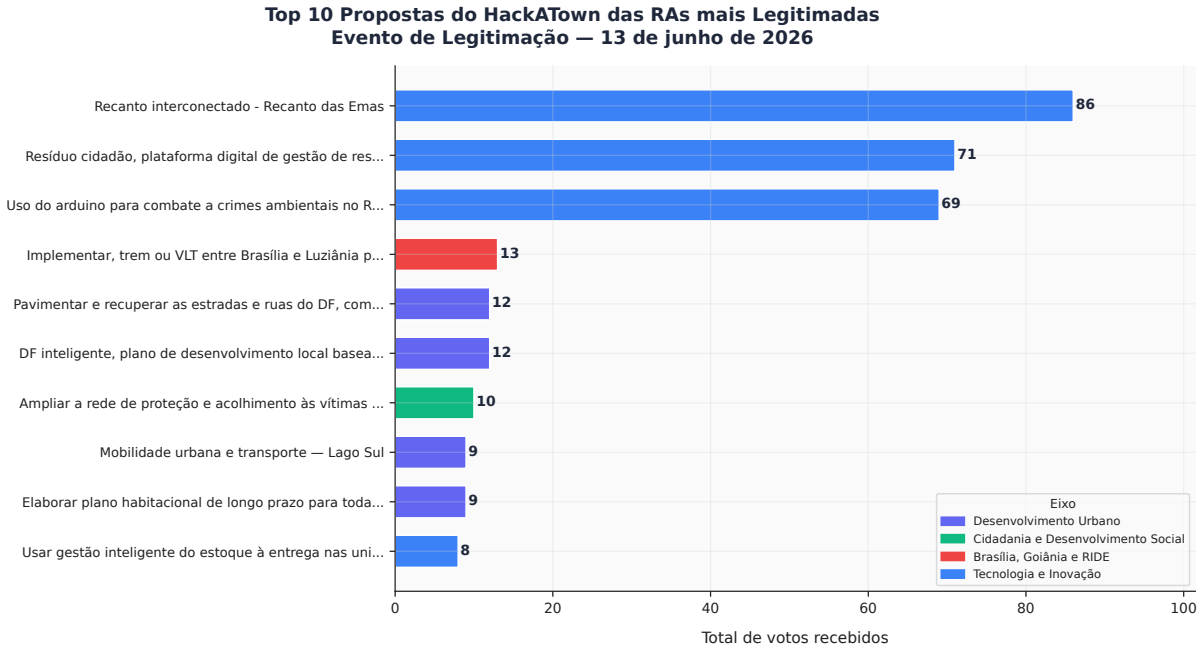


Figura 1 — As dez propostas oriundas do HackATown das Regiões Administrativas que receberam maior número de votos no Evento de Legitimação de 13 de junho de 2026. Fonte: Plataforma Legitima DF / CODESE-DF, 2026.

4. O Evento de Legitimação: Arquitetura Institucional e Processo Deliberativo

4.1 Estrutura Organizacional e Governança

O Evento de Legitimação de 13 de junho de 2026 foi o momento em que o processo participativo atingiu sua dimensão mais institucional. Realizado no Auditório Alvorada do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o evento reuniu 270 participantes em torno de uma estrutura organizacional cuidadosamente desenhada para garantir representatividade, legitimidade e eficiência deliberativa.

A estrutura do evento foi organizada em torno dos seis eixos estratégicos do projeto, cada um sob a responsabilidade de um diretor institucional nomeado pelo CODESE-DF. Cada eixo foi subdivido em câmaras técnicas — instâncias especializadas responsáveis pela elaboração e defesa das propostas setoriais. As 19 câmaras técnicas do CODESE-DF reúnem especialistas, empresários, acadêmicos e representantes da sociedade civil com expertise nas respectivas áreas temáticas.

O processo de votação foi conduzido em sete painéis temáticos, com controle de acesso por perfil (administrador, diretor, gestor) e visibilidade granular por câmara técnica. O Modo Telão — exclusivo para o administrador-mestre — permitiu a projeção ao vivo dos resultados durante o evento, com atualização automática a cada três segundos,

criando um ambiente de transparência que reforçou a legitimidade do processo perante todos os presentes.

4.2 Os Números da Legitimação

Os resultados quantitativos do Evento de Legitimação revelam um processo de alta intensidade participativa. Ao longo do dia, 1.698 votos foram registrados em 148 propostas, com 97,3% das propostas recebendo ao menos um voto — indicador de engajamento que demonstra que os participantes efetivamente avaliaram e se posicionaram sobre o conjunto das propostas, sem concentrar sua atenção apenas nas mais visíveis ou populares.

INDICADOR	VALOR
Total de participantes	270
Total de votos registrados	1.698
Total de propostas submetidas	148
Propostas com ao menos 1 voto	144 (97,3%)
Média de votos por proposta	11,5
Proposta mais votada	86 votos
Eixo com maior legitimação	Tecnologia e Inovação (534 votos)
Câmara com maior legitimação	Inovação (359 votos)

Tabela 1 — Indicadores quantitativos do Evento de Legitimação. Fonte: Plataforma Legitima DF / CODESE-DF, 2026.

A distribuição dos votos entre os seis eixos estratégicos revela hierarquias de prioridade que merecem atenção analítica cuidadosa. O eixo de **Tecnologia e Inovação** liderou com 534 votos — 31,4% do total —, seguido por **Cidadania e Desenvolvimento Social** (350 votos, 20,6%), **Desenvolvimento Econômico** (307 votos, 18,1%) e **Desenvolvimento Urbano** (299 votos, 17,6%). Os eixos de **Economia Criativa, Esporte, Turismo e Cultura** (136 votos, 8,0%) e **Brasília-Goiânia e RIDE** (72 votos, 4,2%) receberam menor volume de votos, o que reflete em parte o número menor de propostas submetidas nesses eixos.

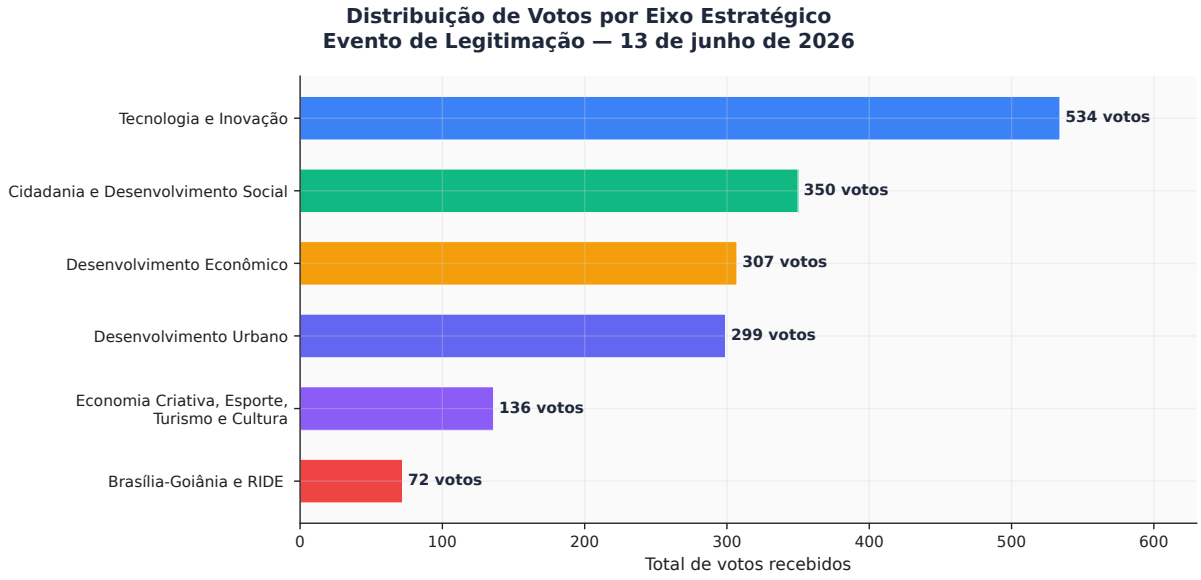


Figura 2 — Distribuição dos 1.698 votos registrados pelos seis eixos estratégicos do projeto.
Fonte: Plataforma Legitima DF / CODESE-DF, 2026.

5. Análise por Eixo Estratégico: Prioridades, Padrões e Interpretações

5.1 Tecnologia e Inovação: O Eixo da Transformação Digital

A liderança do eixo de Tecnologia e Inovação — com 534 votos e as três propostas mais votadas do evento reflete uma convergência entre a agenda nacional de transformação digital do Estado brasileiro, as demandas territoriais emergidas do HackATown e a visão estratégica das câmaras técnicas de Inovação e Tecnologia do CODESE-DF.

Com apenas 18 propostas — o menor número entre os eixos com mais de 5 propostas —, o eixo de Tecnologia e Inovação obteve a maior média de votos por proposta: **29,7 votos/proposta**, quase três vezes a média geral do evento (11,5 votos/proposta).

5.2 Cidadania e Desenvolvimento Social: A Agenda dos Direitos

O eixo de Cidadania e Desenvolvimento Social foi o mais abrangente do evento, com 35 propostas — o maior número entre todos os eixos —, distribuídas por cinco câmaras técnicas: Cidadania, Educação, Felicidade, Saúde e Segurança. Com 350 votos, o eixo demonstrou que a agenda dos direitos fundamentais — saúde, educação, segurança pública, cidadania plena — permanece no centro das prioridades da sociedade do DF, independentemente do momento histórico ou das modas do debate público.

A câmara de **Saúde** (110 votos) e a câmara de **Segurança** (109 votos) lideraram dentro

do eixo, com volumes de votos praticamente idênticos — uma coincidência que revela a percepção dos participantes de que saúde e segurança são dimensões indissociáveis da qualidade de vida e do desenvolvimento social. A proposta **"Preservar Brasília como patrimônio cultural e urbanístico"** (24 votos) e **"Interoperabilidade na Gestão Pública"** (24 votos) foram as mais votadas do eixo, indicando que a agenda de cidadania no DF articula dimensões patrimoniais, culturais e de modernização do Estado.

5.3 Desenvolvimento Econômico: Diversificação e Competitividade

O eixo de Desenvolvimento Econômico apresentou um dos perfis mais diversificados do evento, com 28 propostas distribuídas por cinco câmaras técnicas: Comércio e Serviços, Indústria, Logística e Distribuição, Negócios Agropecuários e Vestuário e Moda. Com 307 votos, o eixo demonstrou que a agenda econômica do DF vai muito além da dependência do setor público — a presença de câmaras como Vestuário e Moda (79 votos) e Negócios Agropecuários revela uma visão de diversificação econômica que reconhece o potencial de setores historicamente subvalorizados na economia do Distrito Federal.

A proposta "Brasília Inteligente: Inovação, Tecnologia e Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico" (24 votos) e "Agência de Fomento: investimentos para desenvolver o DF" (23 votos) foram as mais votadas do eixo, sinalizando que os participantes enxergam na tecnologia e no financiamento público os principais alavancadores do desenvolvimento econômico do DF.

5.4 Desenvolvimento Urbano: Mobilidade, Habitação e Sustentabilidade

O eixo de Desenvolvimento Urbano foi o que apresentou o maior número de propostas — 39 propostas —, distribuídas por três câmaras técnicas: Habitação e Urbanismo, Mobilidade e Sustentabilidade. Com 299 votos e uma média de 7,7 votos/proposta — a mais baixa entre os eixos com mais de 10 propostas —, o eixo revela a fragmentação das demandas urbanas: há muitas prioridades, mas nenhuma com consenso suficiente para dominar o debate.

A câmara técnica de Habitação e Urbanismo (139 votos) liderou dentro do eixo, refletindo a centralidade da questão habitacional no Distrito Federal — um território com déficit habitacional estimado em mais de 100 mil unidades e com um histórico de regularização fundiária que ainda deixa dezenas de milhares de famílias em situação de insegurança jurídica [5]. A proposta "Rede Integrada de Mobilidade Urbana Sustentável" (22 votos) e "Cidades mais verdes e resilientes" (21 votos) foram as mais votadas do eixo, articulando mobilidade, sustentabilidade e qualidade de vida urbana.

6. A Representatividade Territorial: De Onde Vieram os Participantes

Um processo participativo é tão legítimo quanto sua representatividade territorial. O Evento de Legitimação de 13 de junho de 2026 contou com participantes de pelo menos 20 das 30 Regiões Administrativas do DF, com distribuição que reflete tanto a mobilização das comunidades quanto a logística do evento.

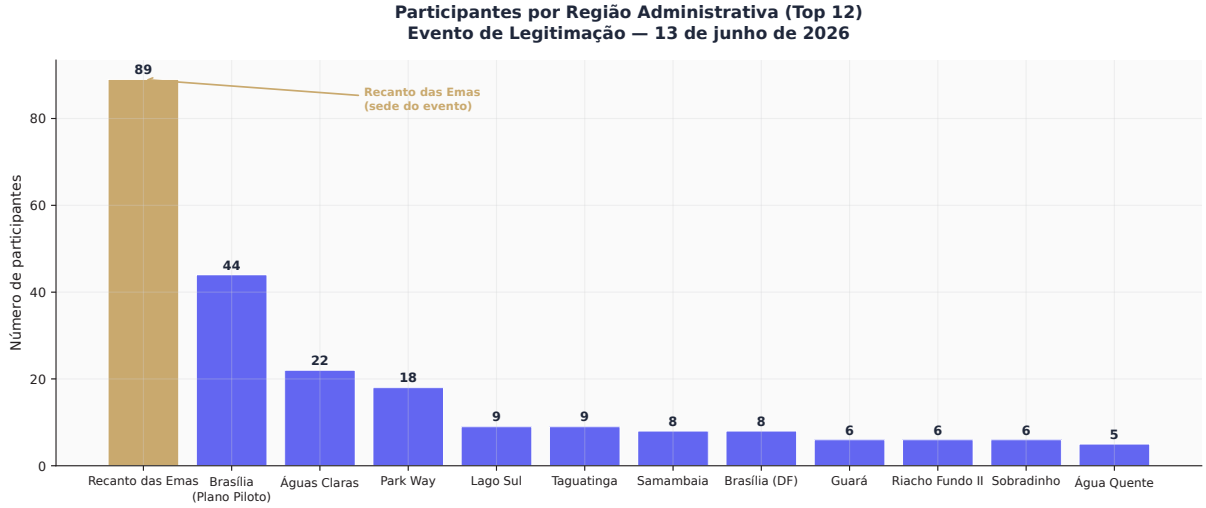


Figura 3 — Distribuição dos 270 participantes pelas Regiões Administrativas de residência (top 12).
Fonte: Plataforma Legitima DF / CODESE-DF, 2026.

O **Recanto das Emas** liderou com 89 participantes — 33% do total. A concentração de participantes do Recanto das Emas explica, em parte, a liderança das três propostas oriundas dessa RA no ranking de votos.

Brasília (Plano Piloto) contribuiu com 44 participantes (16,3%), refletindo a concentração de instituições, organizações da sociedade civil e profissionais liberais na área central do DF. **Águas Claras** (22 participantes) e **Park Way** (18 participantes) completam o top 4, com perfis socioeconômicos distintos que enriquecem a diversidade do processo.

A presença de participantes de Regiões Administrativas como Taguatinga (9), Samambaia (8), Guará (6), Riacho Fundo II (6) e Sobradinho (6) demonstra que o processo alcançou regiões com perfis socioeconômicos, históricos e demandas distintos — um indicador importante de representatividade territorial.

7. A Dinâmica dos Votos: Concentração, Dispersão e Consenso

7.1 A Distribuição por Faixas de Desempenho

A análise da distribuição dos votos por faixas de desempenho revela um padrão típico de processos participativos de grande escala: uma curva de concentração em que um pequeno número de propostas recebe a maioria dos votos, enquanto a maioria das propostas se distribui em faixas intermediárias.

Das 148 propostas submetidas à legitimação, apenas 4 não receberam nenhum voto (2,7%) — um indicador de engajamento que demonstra que os participantes efetivamente avaliaram o conjunto das propostas. A maioria das propostas (70, ou 47,3%) recebeu entre 6 e 15 votos — uma faixa que indica reconhecimento e aprovação, sem necessariamente indicar

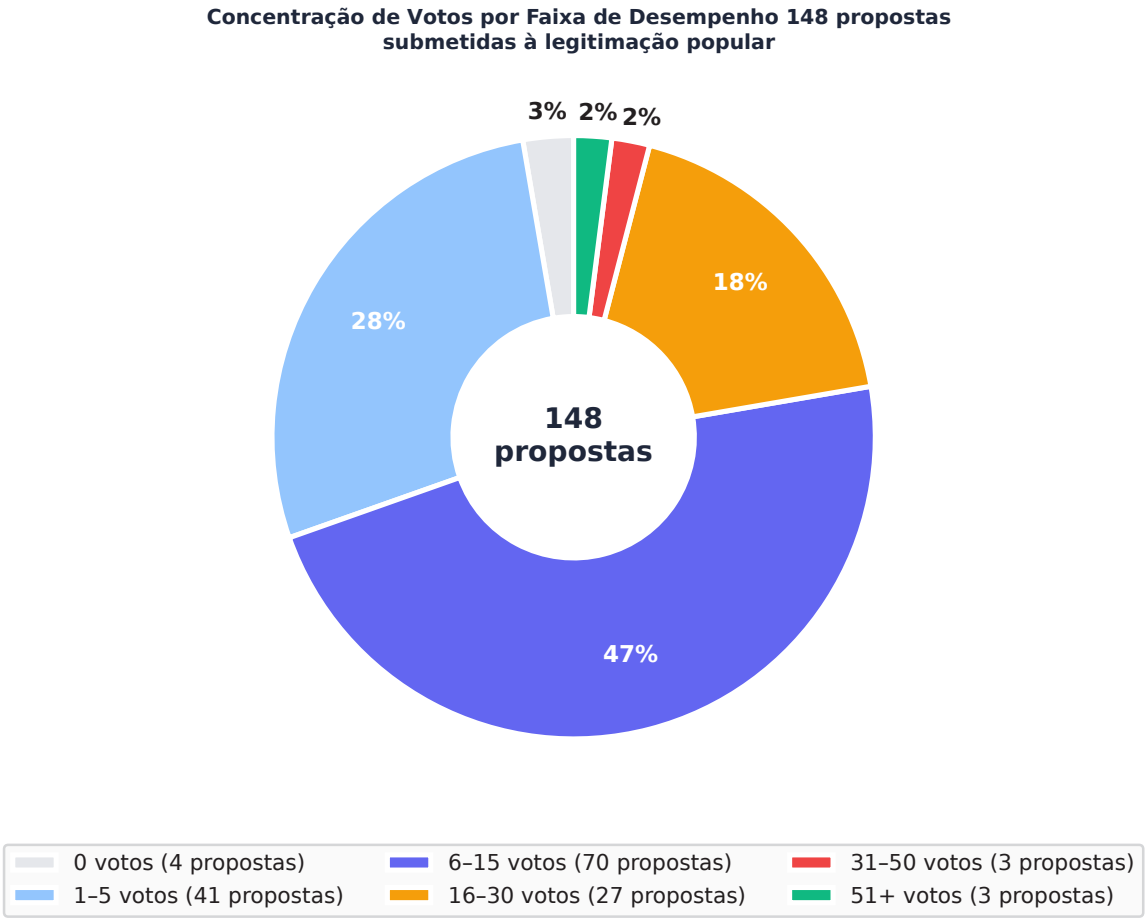


Figura 4 — Distribuição das 148 propostas por faixa de votos recebidos.
Fonte: Plataforma Legitima DF / CODESE-DF, 2026.

prioridade máxima. Apenas 6 propostas (4,1%) receberam mais de 30 votos, configurando o núcleo duro das prioridades legitimadas pelo processo.

Essa distribuição tem implicações importantes para a implementação: ela sugere que há um amplo consenso sobre um conjunto central de prioridades (as propostas com mais de 30 votos), mas também uma agenda mais ampla de propostas com legitimidade suficiente para justificar atenção e recursos públicos (as 27 propostas com 16-30 votos).

7.2 HackATown vs. Câmaras Técnicas: Uma Convergência Reveladora

Um dos resultados mais significativos do processo é a comparação entre o desempenho das propostas oriundas do HackATown das RAs e das propostas elaboradas pelas câmaras técnicas do CODESE no Evento de Legitimação.

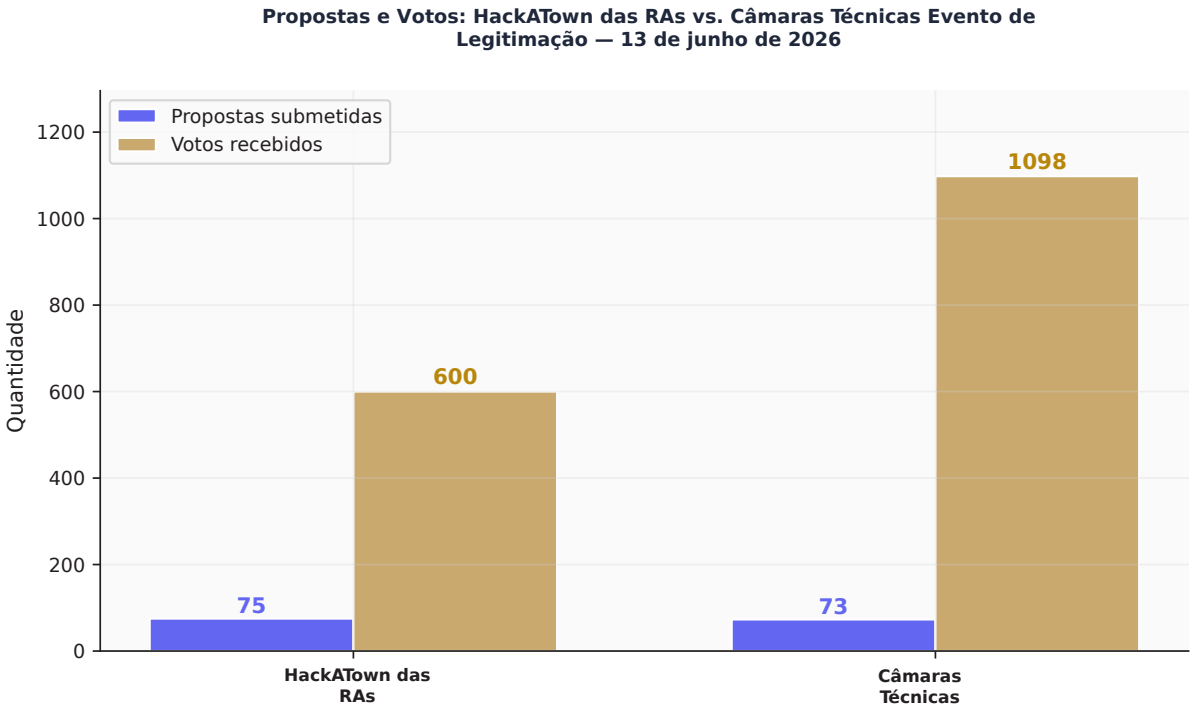


Figura 5 — Comparação entre as propostas do HackATown (75) e das câmaras técnicas (73) em termos de número de propostas e votos recebidos.
Fonte: Plataforma Legitima DF / CODESE-DF, 2026.

Das 148 propostas submetidas à votação, **75 (50,7%) vieram do HackATown das RAs e 73 (49,3%) foram elaboradas pelas câmaras técnicas.** A distribuição quase perfeitamente equilibrada não é coincidência — ela reflete uma decisão metodológica deliberada de garantir paridade entre a voz territorial e a voz técnica no processo de legitimação.

Em termos de votos, as propostas do HackATown receberam 912 votos (53,7% do total) e as propostas das câmaras técnicas receberam 786 votos (46,3%). A ligeira vantagem das propostas do HackATown em termos de votos — apesar de serem avaliadas por um corpo de participantes com perfil predominantemente técnico e institucional: indica que os representantes das câmaras técnicas do CODESE-DF reconheceram e validaram, com seus votos, as demandas emergidas diretamente das comunidades.

Essa convergência entre inteligência territorial e validação técnica é o coração do processo de dupla legitimação — e seu resultado mais valioso.

8. As Câmaras Técnicas: Especialização e Legitimação Setorial

8.1 O Papel das Câmaras no Processo

As 19 câmaras técnicas do CODESE-DF desempenharam um papel duplo no processo de legitimação: foram simultaneamente produtoras de propostas — elaborando e submetendo as 73 propostas de origem técnica — e avaliadoras de propostas — votando no conjunto das 148 propostas submetidas ao evento. Esse duplo papel é fundamental para a legitimidade do processo: as câmaras não apenas defenderam suas próprias propostas, mas também reconheceram e validaram as demandas oriundas das comunidades.

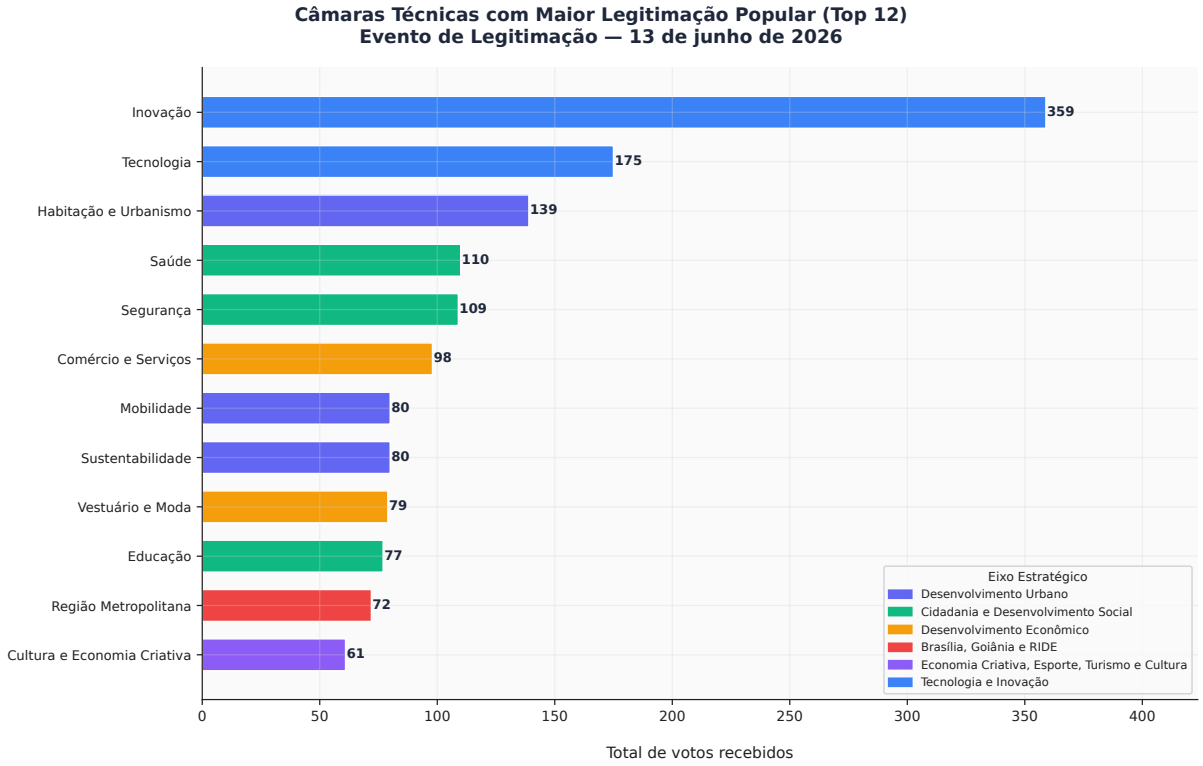


Figura 6 — As doze câmaras técnicas com maior volume de votos recebidos em suas propostas. Fonte: Plataforma Legitima DF / CODESE-DF, 2026.

9. As 15 Propostas Mais Legitimadas: Um Retrato das Prioridades do DF

O ranking das 15 propostas mais votadas no Evento de Legitimação constitui, em si mesmo, um documento político de primeira importância. Elas podem ajudar a definir quais são as prioridades que os representantes da sociedade civil, das câmaras técnicas e das comunidades do DF consideram mais urgentes e estratégicas para o horizonte 2026-2040.

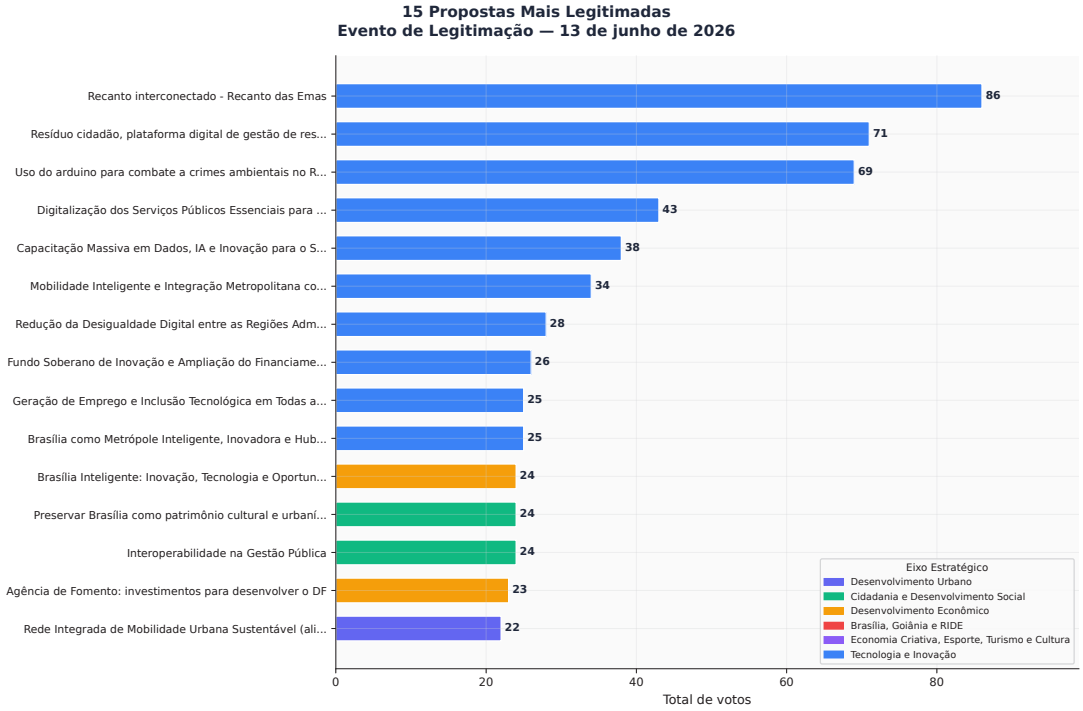


Figura 7 — As quinze propostas com maior número de votos no Evento de Legitimação de 13 de junho de 2026.
Fonte: Plataforma Legitima DF / CODESE-DF, 2026.

10. Conclusão: O Significado Político da Legitimação

O processo de legitimação popular documentado neste capítulo não é apenas um exercício metodológico sofisticado, mas a demonstração de que é possível, no Brasil de 2026, construir consensos sobre o futuro de um território de 4,5 milhões de habitantes por meio de um processo que combina rigor técnico, representatividade territorial e transparência radical.

Os 1.698 votos registrados em 13 de junho de 2026 não são apenas números em um banco de dados. Eles são a expressão quantificada de um conjunto de prioridades que os representantes da sociedade do Distrito Federal consideram essenciais para o horizonte 2026-2040. Eles dizem, com a precisão que apenas os números podem oferecer, que o DF quer ser um território tecnologicamente avançado e socialmente inclusivo; que quer resolver seus déficits de habitação, mobilidade e sustentabilidade; que quer uma economia diversificada e uma gestão pública moderna e eficiente.

Esse é o significado mais profundo da legitimação popular: não a produção de uma lista de prioridades, mas a construção de um pacto democrático sobre o futuro.

Referências

[1] FUNG, Archon. Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy. Princeton: Princeton University Press, 2004. Disponível em: https://press.princeton.edu/books/paperback/9780691115269/empowered--participation

[2] AVRITZER, Leonardo. Participatory Institutions in Democratic Brazil. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009. Disponível em: https://jhupbooks.press.jhu.edu/title/participatory-institutions-democratic-brazil

[3] BAIOCCHI, Gianpaolo. Militants and Citizens: The Politics of Participatory Democracy in Porto Alegre. Stanford: Stanford University Press, 2005. Disponível em: https://www.sup.org/books/title/?id=9408

[4] CITIZENS' ASSEMBLY. How We Work: The Irish Citizens' Assembly Model. Dublin, 2021. Disponível em: https://www.citizensassembly.ie/en/about-the-citizens-assembly/how-we-work/

[5] COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (CODHAB-DF). Déficit Habitacional no Distrito Federal — Relatório 2024. Brasília: CODHAB-DF, 2024. Disponível em: https://www.codhab.df.gov.br

PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DO DF. Edição 2026. Brasília: CODESE-DF / Fundação Dom Cabral, 2026.

PLATAFORMA LEGITIMA DF. Relatório de Dados do Evento de Legitimação — 13 de junho de 2026. Brasília: CODESE-DF / GROWERNANCE™, 2026.

SCHWARTZ, Peter. The Art of the Long View: Planning for the Future in an Uncertain World. New York: Doubleday, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativas de População 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT 2025). Brasília: GDF / SEGETH, 2025.

REALIZAÇÃO

CODESE/DF
Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal

PARTICIPAÇÃO

CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

PATROCÍNIO PRATA

Base.
INCORPORAÇÕES

Sistema FIBRA
SESI / SENAI / IEL

Fecomércio DF

Neoenergia
Mais por você

PATROCÍNIO BRONZE

Brasal

ADEMI DF

RPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES

CONBRAL

ISG Participações S.A.

APOIO

FAENGE EMPREENDIMENTOS

LEVVO ENERGIA

CIVIL Engenharia

ASBRACO

Villela e Carvalho
CONSTRUTORA

PaulOOctavio

MIRANTE incorporações

CDL Distrito Federal

GRAVIA

SINDUSCONDF

FENATAC
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS

FAPE-DF
Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal

CRECIDF

Sindivarejista DF

Sindesei DF
Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal

sabin

APOIO INSTITUCIONAL

SEBRAE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

odfqueagentequer.com.br